

PRIMEIRAS LINHAS
S O B R E
O
PROCESSO CRIMINAL,
SEGUNDA EDIÇÃO
EMENDADA, E ACCRESCENTADA
POR
JOAQUIM JOSÉ CAETANO PEREIRA
E SOUSA,
Advogado na Casa da Supplicação.

LISBOA. M. DCCC.

NA OFFICINA DE SIMÃO THADDEO FERREIRA.

Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

INDICE DOS CAPITULOS.

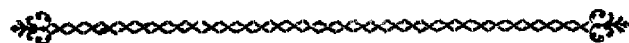
*Sed et siquid forsitan prætermissum est
multo utilius est pauca idonea effugere, quam
multis inutilibus homines prægravare.*

L. un. § 16. Cod. de veteri jure enucleando.

| | | |
|--------|--|---------|
| I. | D O Processo Criminal em geral, | Pag. 1. |
| II. | Da Devassa, | 16. |
| III. | Da Querêla, | 27. |
| IV. | Da Denuncia, | 37. |
| V. | Do Corpo de delicto, | 40. |
| VI. | Dos Indícios, | 43. |
| VII. | Da Pronuncia, | 46. |
| VIII. | Da Prisão, | 49. |
| IX. | Do Seguro, | 56. |
| X. | Da Homenagem, | 65. |
| XI. | Da Fiança, | 69. |
| XII. | Do Sequestro, | 75. |
| XIII. | Da Accusação, | 77. |
| XIV. | Do Processo ordinario, | 82. |
| XV. | Da Citação, | 83. |
| XVI. | Do Libello, | 86. |
| XVII. | Da Excepção, | 89. |
| XVIII. | Da Contestação, | 91. |
| XIX. | Da Contrariedade, | 92. |
| XX. | Da Réplica, | 94. |
| XXI. | Da Tréplica, | 95. |
| XXII. | Da Dilação, | 96. |
| XXIII. | Da Prova, | 99. |
| XXIV. | Da Confissão, | 103. |
| XXV. | Dos Instrumentos, | 108. |
| | * ii | XXVI. |

INDICE DOS CAPITULOS.

| | |
|--|------|
| XXVI. Das Testemunhas, - - - - - | 110. |
| XXVII. Da Careação, - - - - - | 124. |
| XXVIII. Dos Tormentos, - - - - - | 126. |
| XXIX. Da Defeza, - - - - - | 128. |
| XXX. Das Perguntas, - - - - - | 132. |
| XXXI. Da Publicação, - - - - - | 135. |
| XXXII. Das Allegações, - - - - - | 136. |
| XXXIII. Da Conclusão, - - - - - | 138. |
| XXXIV. Da Sentença, - - - - - | 140. |
| XXXV. Das Custas Criminaes, - - - - - | 147. |
| XXXVI. Dos Embargos, - - - - - | 151. |
| XXXVII. Da Appellação, - - - - - | 154. |
| XXXVIII. Da Execução, - - - - - | 160. |
| XXXIX. Da Accusação da Justiça, - - - - - | 169. |
| XL. Do Processo contra o ausente, - - - - - | 171. |
| XLI. Do Processo Summario, - - - - - | 174. |
| XLII. Dos modos porque se extingue o Pro- cesso Criminal, - - - - - | 182. |



PRIMEIRAS LINHAS

S O B R E

O

PROCESSO CRIMINAL.

CAPITULO I.

Do Processo Criminal em geral.

§ 1.

Processo Criminal he a ordem legitima que se deve observar nos Juizos Criminaes. (1)

A

§ 2.

(1) Nos primeiros tempos da Monarquia, andando unidos o Poder Militar, e a Jurisdição Civil, o Processo Criminal tinha tambem huma fôrma Militar; donde vem que nelle tinha lugar o combate judiciario. São disto huma prôva as Cartas de inimizade que se expedião pelo Tribunal do Desembargo do Paço, das quaes se faz menção na Ord. l. 1. tit. 3. §. 5. e que forão abolidas pela Lei de 10 de Março de 1608. Os Alcaides Môres, que então erão chamados Pretores, sentenciavão as Causas com os Juizes, e os homens bons do Concelho. Os Tenentes, depois chamados Sobre Juizes, erão Officiaes Militares; e com tudo elles erão os que conhecião das Causas das pessoas poderosas. O Senhor Rei D. Diniz separou a Jurisdição Civil do Poder Militar; mas pouca mudança resultou dahi ao Processo. Pela introdução do Direito Romano no Foro, que verdadeiramente foi no Reinado do Senhor Rei D. João I., foi o Processo Criminal recebendo nova fôrma. Ao princí-

§ 2.

Juizo Criminal he a discussão ácerca de crimes feita entre pessoas hábeis, e por autoridade pública.

§ 3.

Huma só pessoa não constitue Juizo Criminal. Requerem-se ao menos tres ; Juiz , Réo , Escrivão. (1)

§ 4.

O poder de conhecer, e julgar ácerca de crimes he o que se chama Jurisdição Criminal. (2)

§ 5.

pio elle era mais breve e simples, como ainda se vê da Ord. do Senhor Rei D. Affonso V. l. 5. tit. 4. Forão-se introduzindo depois outras solemnidades deduzidas já do Direito Canonico, já da Jurisprudencia dos Arestos ; e de tudo se formou o titulo 124 do livro 5. das Ordenações actuaes, que he o assento do Processo Criminal, de que usamos.

(1) Marant. de *ordin. judiciar.* p. 2. n. 2. Ummius. *Disputat. ad process.* 1. thes. 3. n. 19. Heinecc. *Elem. Jur. German.* tom 2. l. 3. tit. 1. § 71. Nem podem unir-se os Offícios de Juiz e Escrivão em huma só pessoa. Puttman. *Elem. Jur. Crim.* l. 2. c. 3. § 712.

(2) Bocér. de *Jurisdiet.* c. 1. n. 1. Puttman. *Elem. Jur. Crim.* l. 2. c. 4. § 721. Wurfel *Jurisprudenc. definitiv.* § 105. A Jurisdição Criminal he inteiramente separada da Civil. l. *Solemus* 61 § *Latrunculator.* 1. D. de *judic.* Petr. Barbosa. ad Leg. 1. D. de *judic.* art. 1. n. 116 O Juiz Criminal não pôde conhecer de objectos Civeis sem nullidade do Processo. L. 1. Cod. Si a non competent. *judic.* Cabed. p. 1. Dec. 22. n. 3 ainda que nisso as Partes consintão. Carleval. de *Judic.* tit. 1. *disput.* 2. n. 1170 excepto se conhece incidentemente. Negreir. *Introduct. ad Leg. Criminal.* cap. 26. n. 1.

§ 5.

Foro Criminal se diz o lugar aonde se tratao esse conhecimento, e decisão. (1)

§ 6.

Segue o Réo o Foro do lugar aonde o delicto foi commettido. (2)

A ii

§. 7.

(1) Cujac. *Paratitl.* Cod. ad l. 3. tit. 13. litt. E. Quinctilian. *Declam.* 274. O Foro Criminal ou he Secular, ou Ecclesiastico. O Foro Militar não he senão huma especie do Foro Criminal Secular. No Foro Ecclesiastico se conhece dos casos *mixti fori*, isto he, de que podem tomar conhecimento hum e outro Poder Ecclesiastico e Secular, segundo a prevenção da Jurisdição. Ord. l. 2. tit. 9. pr. e § 2. Os casos *mixti fori* são I. os públicos adulterios II. e concubinatos, quando tem a qualidade de teudos e manteudos. Alv. de 26 de Setembro de 1769 III. a bigamia. Decreto de 26 de Maio de 1686 IV. o lenocinio V. o incesto VI. o perjurio VII. o sacrilegio VIII. a blasfemia IX. a simonia X. a usura. Ord. l. 2. tit. 9. pr. l. 4. tit. 67. § 9. XI. a taboagem. d. Ord. l. 2. tit. 9. pr. Não procedem as Justicas Ecclesiasticas contra os Concubinarios para a imposição da pena, porque o Concubinato he crime meramente Secular; mas só para a correccção, precedendo as tres admoestações canonicas com intervallo de tempo conveniente para a emenda. Ord. l. 2. tit. 1. § 13. Concil. Trident. Sess. 25. de *reformat.* c. 3. e c. 8. n. 4. Deve guardar-se no Juizo Ecclesiastico a ordem legitima estabelecida para o Secular; e por isso he preciso que precedão á Pronuncia, a Devassa, a Querrela, ou a Denuncia com summario de testemunhas. Ord. l. 5. tit. 117. § 2. tit. 119. tit. 126. § 11. tit. 129. § 1. Alv. de 20 de Outubro de 1763. § 2. As Justicas Ecclesiasticas não podem decretar a prisão contra pessoas leigas antes de sentença. Ord. l. 2. tit. 1. § 13. Pereir. Dec. 117. n. 7. nem podem executar as suas sentenças contra ellas sem implorarem o auxilio do Braco Secular. Ord. l. 2. tit. 8. e tit. 9. § 1. Pereir. de *Manu Reg.* c. 34. n. 18. Assim deve entender-se a Ord. l. 2. tit. 1. § 13.

(2) Ord. l. 1. tit. 7. § 1. 4. e 6. l. 3. tit. 6. pr. e § 4. l. 5. tit.

§ 7.

Limita-se esta regra I. no caso da Querela por meio da qual pôde o Juiz do Foro do domicílio conhecer do crime commettido em alheio territorio. (1)

§ 8.

Limita-se II. quando ha Foro Privilegiado, ou o Privilegio seja em razão da pessoa, ou da Causa; da pessoa, como I. o dos Soldados (2), II. dos

Cle-

117. § 9. I. *Solent* 7. D. de Custod. reer. *Mend. Practic. Lusitan.* p. 2. l. 5. c. 1. n. 3. Cabed. p. 1. Dec. 26. n. 1. A razão desta regra he porque os delinquentes tornão-se pelo delicto subditos temporaes da Jurisdicção do districto em que o commetttem. Accesscem as outras razões subsidiarias do exemplo que se deve aos moradores do lugar em que foi perpetrado o crime, e da maior facilidade que ha de achar nesse lugar as provas assim da accusação, como da defeza. arg. da Ord. l. 3. tit. 54. § 13. *Vouglans Instit. au Droit Crimin.* p. 4. c. 2. n. 1. As Causas porém dos que delinquem no districto da Relação do Porto, sendo os Réos prezos no da Casa da Supplicação, devem ser nesta sentenciados, e não se remetttem para aquella; e assim ao contrario. Alv. de 5 de Março de 1790 § 4. Decreto de 15 de Outubro de 1646.

(1) Ord. l. 5. tit. 117. § 9. Lei de 25 de Dezembro de 1608 § 23. Não podem porém tirar Devassa, cujo procedimento he privativo do Juiz do territorio. *Barbos. ad Leg. hæres absens* § *proinde* D. de judic. art. de *foro delicti* n. 41, et 57.

(2) Alv. de 21 de Outubro de 1763. Decr. de 15 de Dezembro de 1763. Alv. de 4 de Setembro de 1765. Alv. de 26 de Fevereiro de 1789. Pelo dito Alv. de 21 de Outubro de 1763 se estabeleceo em cada Regimento hum Tribunal denominado Conselho de Guerra, que se compõe de hum Presidente. Vogaes, e Auditor com Jurisdicção privativa, e exclusiva de qualquer outra. Deve remetter-se ao Regimento o Processo original quando ha só hum Réo Soldado d. Alv. de 21 de

Clerigos (1), III. dos Desembargadores (2), IV. dos

Outubro de 1763 § 8. Havendo porém Co-Réos paizanos, ou sendo Soldados de diversos Regimentos, remette-se o traslado da culpa ao Regimento, ou Regimentos respectivos. Os Soldados não gozão do Privilegio do Foro Militar nos casos, I. de resistencia. Alv. de 23 de Setembro de 1653. Alv. de 14 de Fevereiro de 1772 § 2. II. Lesa Magestade, Divina, ou Humana. Alv. de 21 de Outubro de 1763 § 2. III. Furtos tocantes a Real Fazenda. Alv. de 18 de Setembro de 1784. IV. Contrabandos, ou descaminhos de Direitos Reaes. Alv. de 14 de Fevereiro de 1772 § 3. V. A respeito dos crimes commettidos antes de terem assentado Praça. Nesse caso he remittida a culpa ao Magistrado Civil, porém não o Réo que fica prezo no Regimento até á sentença. Aviso de 31 de Maio de 1777. VI. Nas Causas Civeis. Regimento dos Governadores das Armas de 1 de Junho de 1678 § 30. Alv. de 21 de Outubro de 1763 § 12. Os Auditores forão abolidos pelo Alv. de 26 de Fevereiro de 1789, e a sua jurisdicção foi concedida, ou antes restituída aos Juizes dos Lugares Os Militares nas Causas Civeis tem presentemente Escrivão privativo na Corte. Alv. de 20 de Junho de 1797. Alv. de 3 de Julho de 1798.

(1) Ord. l. 2. tit. 1. § fin. l. 5. tit. 88 § 16. Isto entende-se dos Clerigos, que são de Ordens Sacras, ou de Menores sendo Beneficiados, ou trazendo habito Clerical, e Tonsura, e sendo aditos a alguma Igreja. Os Clerigos que são de Ordens Menores, e não se achão n'essas circumstancias, são reputados Seculares. Ord. l. 2. tit. 1. § 4. 21. 22. 27. O Juiz competente para conhecer se aproveita ao Clerigo *in minoribus*, que não traz habito Clerical, e Tonsura, o Privilegio do Foro, he o Secular por meio de Declinatoria. *Barbos. ad Ord. l. 2. tit. 1. § 27 n. 8.* Basta ao Clerigo Minorista para gozar do dito Privilegio, que traga habito Clerical, e Tonsura ao tempo da prisão, ainda que não o trouxesse ao tempo do delicto. Ord. l. 2. tit. 1. § 15. e 27. Os Clerigos, que não tem Superior no Reino respondem no Juizo Secular. Ord. l. 2. tit. 1. pr. O Juiz competente dos Religiosos he o seu Prelado. Concil. Tridentin. Sess. 25. de regular. c. 14. Não aproveita o Privilegio do Foro Clerical nos casos, I. de resistencia. Alv. de 24 de Outubro de 1764, II. e das coimas quanto ás penas Civeis. Ord. l. 2. tit. 1. § 20.

(2) Os Desembargadores tem tambem o Privilegio do Foro

dos Cavalleiros das Tres Ordens Militares (1), V. e da de S. João de Jerusalem (2), VI. dos Lentos,

nas Causas Criminaes. Ord. l. 2. tit. 59. § 10. 13. e 14. Esão seus Juizes privativos os Corregedores do Crime da Corte. Ord. l. 3. tit. 5. pr. Exceptuão-se os casos. I. De crimes ácerca de Direitos Reaes de que só conhecem os Juizes dos Feitos da Fazenda. Ord. l. 2. tit. 59. § 8. em cujo lugar foi subrogado o Superintendente Geral dos Contrabandos. Alv. de 16 de Dezembro de 1771. Alv. de 14 de Fevereiro de 1772. II. D'Almotaceria. Ord. l. 3. tit. 5. § 9. Alv. de 23 de Outubro de 1604. Alv. de 14 de Abril de 1612. Alv. de 27 de Janeiro de 1640. Alv. de 6 de Agosto de 1642. Alv. de 9 de Março de 1678. III. De Caudelarias. Decr. de 18 de Junho de 1681. Decr. de 24 de Abril de 1741.

(1) Ord. l. 2. tit. 12. § 1. Lei de 6 de Dezembro de 1612 § 7. Alv. de 21 de Outubro de 1703 § 4. Assento de 11 de Fevereiro de 1536 Phæb. p. 2. ar. 164. e 166. Mend. Pract. Lusit. p. 2. l. 2. c. 1. n. 24. Para gozarem porém deste Privilegio he necessario que percebão effectivamente Tensa, e Mantensa d. Ord. § 2. Alv. de 6 de Novembro de 1515. Mend. p. 2. l. 2. c. 1. n. 25. Podem fazer se remetter os autos ao Juizo das Ordens por effeito de Precatorio avocatorio expedido do dito Juizo, vindo nelle insertas a Provisão por onde conste que o Réo tem Commenda ou Tensa, e Mantensa. Assento de 21 de Julho de 1611, e Certidão por onde se faça certa a actual e effectiva cobrança. Addic. ad Reinos. Obs. 2. n. 2. Peg. ad Ord. l. 2. tit. 12. § 2. n. 1. Não he pois necessario que se use do meio de Excessão Declinatoria fori. d. Assento de 21 de Julho de 1611. O Privilegio do Foro dos Cavalleiros das Ordens Militares he restricto ás Causas Criminaes. Elles nas Causas Civeis respondem perante as Justicas ordinarias. Ord. l. 2. tit. 12. § 1. d. Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 7.

(2) Ord. l. 2. tit. 25. Resolução de 4 de Julho de 1735. Lei de 6 de Dezembro de 1612 § 6. Alv. de 25 de Julho de 1777. O Decreto de 19 de Abril de 1780 estende o Privilegio do Foro privativo desta Conservatoria aos Officiaes, e Soldados matriculados na Companhia da Corte. Nas Causas dos Conservados, e nos mais do Foro Secular vão os Recursos de Agravo, e Appellação para a Relação do districto; e nas que pertencem ao Foro Ecclesiastico do Grão Priorado do Crato

tes, e Estudantes da Universidade de Coimbra (1), VII. dos Officiaes, e Familiares do Santo Officio (2), VIII. dos Moedeiros (3), IX. das Viúvas (4), X.

recorre-se ao Juizo da Coroa, e appella-se para o da Nunciatura. Alv. de 27 de Novembro de 1797.

(1) Ord. l. 3. tit. 12. § 1. Estatutos antigos da Universidade l. 2. tit. 27. Vas ad Reform. Justit. § 12. Das Sentenças do Conservador da Universidade nos Casos Crimes appella se para os Ouvidores do Crime da Casa da Supplicação Di os Estatutos l. 2. tit. 27. § 2. e 10. Este Privilegio prefere ao das viúvas, e pessoas miseraveis. Bento Pereira. Academ. Litterar. l. 3. disp. 2. qu. 2. n. 317. Peg. ad Ord. l. 3. tit. 12. § fin. n. 11. et Forens. c. 11. n. 90.

(2) Gozão do Privilegio do Foro nas Causas Criminaes, em que forem Authores, ou Réos os Officiaes continuos do Santo Officio, e os Familiares do número. Alv. de 14 de Dezembro de 1562. Alv. de 18, e de 20 de Janeiro de 1580. Alv. de 31 de Dezembro de 1584. Decreto de 30 de Abril de 1699. Decreto de 12 de Fevereiro de 1744. Guerreir de Privileg. Familiar. Official. que S. Inquisit. c. 3. n. 40. et 53. He o seu Juiz privativo o Juiz do Fisco da Inquisição Regimento das Confiscações de 10 de Julho de 1620. c. 46. Exceptuão-se os casos tocantes á Real Fazenda. Lei de 6 de Dezembro de 1612. §. 11. O Privilegio destes Officiaes prefere ao dos Moedeiros. Aviso de 28 de Julho de 1685. Phæb. p. 2. ar. 99.

(3) Ord. l. 2. tit. 62. Lei de 8 de Novembro de 1423. Alv. de 22 de Outubro de 1711. Alv. de 22 de Maio de 1733. Lei de 6 de Dezembro de 1612 § 9. Compete lhes porém sómente o Privilegio no caso do actual exercicio. D. § 9. o que he transcendente a outro qualquer Privilegio concedido em razão de Officio. Barbosa. ad l. 2. § Legatis D. de judic. n. 190. Arouc. ad libr. 1. tit. de rer. divis. l. 8. § 1. n. 64. Este Privilegio continúa com as viúvas, em quanto se conservarem em honesta viuvez. Vas ad Reform. Justit. d. § 9. n. 105.

(4) Ord. l. 3. tit. 5. § 3. As viúvas compete o Privilegio do Foro assim no Cível, como no Crime. Mend. Pract. Lusit. p. 2. l. 1. c. 3. n. 2. Phæb. p. 1. ar. 118. p. 2. ar. 124. Os Orfãos não tem o Privilegio do Foro nas Causas Criminaes. Ord. l. 1. tit. 33. § 48.

X. dos Rendeiros Fiscaes (1), XI. dos Officiaes da Saude (2), XII. e da Bulla (3), XIII. dos Soldados da Guarda Real (4), XIV. dos Estrangeiros, Vassallos das Nações Alliadas, como os Inglezes (5), os Fran-

(1) Sendo Réos, e tendo commettido o delicto depois de serem Rendeiros. Ord. l. 2. tit. 63. § 3. Os Juizes privativos destes Rendeiros são os Contadores das Comarcas, e na sua falta os Almojarifes; e não estando algum delles na Terra, o mais vizinho. D. Ord. l. 2. tit. 63. § 6. e 9. Sendo porém Autores sómente gozão do Privilegio nas Causas de injúria que lhes fosse feita na arrecadação da Fazenda. d. Ord. § 11. para cujas Causas são privativos os Juizes dos Feitos da Fazenda nesta Corte, e cinco legoas ao redor. Fóra da Corte, e seu territorio o são os Contadores, e Almojarifes. Ord. l. 1. tit. 10. § 12. Os ditos Rendeiros não podem ser prezos senão por mandado do Corregedor do Crime da Corte, ou sendo achados em fragante delicto, ou por casos que provados merecem pena de morte. Lei de 10 de Dezembro de 1602. Os Provedores como taes não tem Jurisdição Criminal, que só pôde competir-lhes como Contadores. Assento da Relação do Porto de 10 de Novembro de 1691.

(2) Cap. 21. do Regimento da Provedoria Mór da Saude. Alv. de 17 de Janeiro de 1739. Decreto de 20 de Agosto de 1738.

(3) Regimento da Bulla § 11, e 84. Alv. de 13 de Junho de 1672. Alv. de 7 de Novembro de 1673. Provisão de 10 de Agosto de 1745. He seu Juiz privativo o Deputado mais antigo da Junta da Bulla da Cruzada; e das suas Sentenças se agrava, e appella para a mesma Junta, que tem o tratamento de Magestade. Ditos §§ 11. e 84. Decreto de 5 de Julho de 1696.

(4) Alv. de 28 de Abril de 1641. Alv. de 3 de Fevereiro de 1642. Provisão de 15 de Junho de 1718, que transcreve Negreiros *Introduc. ad Leg. Crimin.* c. 23. n. 64.

(5) Art. 7. do Tratado de Paz de 10 de Julho de 1654. Alv. de 20 de Outubro de 1656. Alv. de 16 de Setembro de 1665. Decreto de 23 de Agosto de 1667. Assento de 8 de Abril de 1634. Preferem os Inglezes no Privilegio do Foro aos Moedeiros. Decr. de 5 de Fevereiro, e Alv. de 2 de Março de 1669, e a todos os outros Privilegiados Nacionais. Assento

Francezes (1), os Hespanhóes (2), os Alemães (3),
B os

de 15 de Fevereiro de 1791. No concurso do Privilegio dos Inglezes com o de outra qualquer Nação Alliada prefere aquelle como o mais antigo a que os posteriores não podião já derogar, visto elle ser concedido em virtude de contrato. Decreto de 22 de Abril de 1792, d. Assento de 8 de Abril de 1634. Posto que o Alvará de 16 de Setembro de 1665 só falle nas Causas, que procedem de Mercancia, na Resolução de 5 de Fevereiro de 1665, de que se passou Decreto á Relação da mesma data, se estendeo o Privilegio a todas as Causas Civeis, ou Criminaes. Veja se o Reportorio á Ord. tom. 1. pag. 119. Edic. de Coimbr. an. de 1795. Aos Inglezes foi concedido o usarem do Recurso de Aggravo Ordinario das Sentenças do seu Conservador em lugar do de Appellação, que dantes lhes competia. Alv. de 31 de Março de 1790. Com tudo isto só pôde entender se a respeito das Causas Civeis, que são aquellas em que se pôde conhecer das Sentenças por Aggravo Ordinario, e não a respeito das Causas Criminaes em que os Superiores legítimos, que são os Ouvidores das Appellações Crimes, não conhecem por Aggravo Ordinario, mas só por Appellação. A remessa da culpa ao Juizo da Conservatoria deve fazer-se por meio de Excesão Declinatoria, ou Precatorio avocatorio. Alv. de 13 de Outubro de 1752, mas depois de concedido ao Réo livramento ordinario, se a culpa se acha nas Relações.

(1) Capitulações de Paz de 31 de Março de 1667. Alv. de 7 de Abril de 1685. Decretos de 12 de Novembro de 1698 e de 19 de Abril de 1699.

(2) Art. 4. do Tratado das Paz de 13 de Fevereiro de 1668. Art. 17. do Tratado de Paz de 6 de Fevereiro de 1715. Alv. de 22 de Novembro de 1688. Decreto de 13 de Novembro de 1691, que transcreve Frans. a Mend. p. 2. l. 1. c. 2. n. 1286. pag. 158.

(3) Ord. l. 1. tit. 49. § 3. Decreto de 19 de Dezembro de 1743. Assento de 23 de Março de 1786. Os Conservadores dos Alemães são os Corregedores do Cível da Cida de. D. Ord. l. 1. tit. 49. § 3. Alv. de 6 de Julho de 1546. Alv. de 9 de Janeiro de 1589. Mas os Vassallos do Imperador, e habitantes das Cidades Ansiaticas tem Juiz Conservador separado. Aviso de 4 de Fevereiro de 1778 dirigido á Casa da Supplicação.

os Holandezes (1); da causa, como I. nos crimes de falsidade (2), II. de erros de officio (3), III. de contrabandos, e descaminhos (4), IV. nos crimes respectivos ao corso, e outros da Repartição do Almirantado (5), V. das Coutadas Reaes (6), VI.

(1) Art. 3 do Tratado das Pazes da Haia de 6 de Agosto de 1661. Alv. de 29 de Julho de 1695.

(2) Destes crimes conhece privativamente o Juiz das Falsidades, cujo Cargo costuma andar anexo ao de Corregedor do Crime da Corte e Casa. Exerce-se esta Commissão pelas faculdades dos Decretos de 7 de Maio, e de 30 de Julho de 1733, de 13 de Agosto de 1783, e de 14 de Junho de 1741. O conhecimento do crime de Moeda falsa pertence a Commissão separada.

(3) Dos crimes de erros de Officio conhece o Juiz da Chancellaria, sendo perpetrados dentro na Corte, e seu territorio em primeira Instancia; e sendo perpetrados nas mais Terras do districto da Relação, por Appellação, ou Aggravo. Ord. l. 1. tit. 14. § 7. l. 2. tit. 45. § 22. Phab. p. 3. ar. 146. Cabed. p. 1. ar. 11. Sendo os erros de Officiaes da Real Fazenda, pertence o seu conhecimento aos Juizes da Fazenda. Ord. l. 1. tit. 10. § 14.

(4) Destes crimes conhece o Superintendente Geral dos Contrabandos. Alv. de 16 de Dezembro de 1771. Alv. de 20 de Maio de 1774. Dos Contrabandos do tabaco conhece privativamente o Juiz Conservador Geral da Junta da Administração do Tabaco. Regimento de 18 de Outubro de 1703 § 12. e 14. Das culpas sobre a arrecadação da Real Fazenda conhecem privativamente os Juizes dos feitos della. Ord. l. 1. tit. 10. § 13.

(5) Alv. de Regimento de 7 de Dezembro de 1796. Alv. de Declaração de 9 de Maio de 1797. Pertence este conhecimento ás Justiças ordinarias dos Portos aonde entram as embarcações, e em ultima Instancia ao Tribunal do Almirantado. Na Corte conhece em primeira Instancia o Auditor Geral da Marinha.

(6) Regimento das Coutadas de 18 de Outubro de 1650, § 1. O Juiz das Coutadas conhece de todas as Causas Crimes, e Civeis desta Repartição, assim por Acção nova, co-

VI. da Almotaceria (1), VII. dos Falidos (2), VIII. do Proto-Medicato (3), IX. India e Mina (4), X. e Alfandega (5), e nos que provados merecem pena de morte civil, ou natural, ou cortamento de membro. (6)

mo por Appellação, e Aggravo dos Almozarifes, e Juizes particulares das Coutadas d. § 1.

(1) Ord. l. 1. tit. 68. Não ha Privilegiado algum que seja isento da Jurisdicção deste Juizo. Alv. de 23 de Outubro de 1604. Alv. de 14 de Abril de 1612. Alv. de 27 de Janeiro de 1640. Alv. de 6 de Agosto de 1642. Alv. de 9 de Março de 1678.

(2) Dos Falidos conhece a Junta do Commercio, para qualificar os que são de boa, ou de má fé. Alv. de 13 de Novembro de 1756. Declarada a quebra de má fé, commette-se o conhecimento, e decisão do crime ao Juiz dos Falidos. Alv. de 16 de Dezembro de 1771. (Veja-se o § 307. Not.)

(3) Regimento do Fysico Mór de 25 de Fevereiro de 1521. Regimento do Cirurgião Mór de 12 de Dezembro de 1631. Lei de 17 de Junho de 1782. Pronunciado o Réo na Devassa, tirada pelo Commissario da Junta do Proto-Medicato, cuja Devassa he remettida á Secretaria da mesma Junta, he notificado o Réo para segurar o Juizo com a comminação de prisão. Depois da segurança do Juizo he o Réo ouvido, dando-se-lhe vista para contestar o Auto da Devassa. Assina-se dilacção summaria. Diz-se a final. Os Corregedores das varas do Crime da Corte, e os Ouvidores das Appellações crimes por Distribuição sentencião as Causas com Adjuntos togados assistindo hum Medico, ou hum Cirurgião (quando for proprio) que o Regedor nomea. Decreto de 12 de Setembro de 1792. Este Tribunal foi elevado á prerogativa de Real Junta, pelo Decreto de 27 de Novembro de 1799.

(4) Ord. l. 1. tit. 51. Alv. de 3 de Agosto de 1729.

(5) Ord. l. 1. tit. 52.

(6) Alv. de 31 de Março de 1742. O conhecimento destes crimes de pena capital, pertence ás varas do Crime da Corte, para onde podem avocar-se os Autos, por meio de Cartas Precatorias. Nos casos de morte porém deve logo fazer-se a remessa das culpas á Relação respectiva, sem precisão de serem avocadas. Ord. l. 1. tit. 24. § 35. tit. 65. § 3. Assento da

§ 9.

Em todos estes casos segue o Réo o Foro do Privilegio. (1)

§ 10.

Relação do Porto de 1. de Outubro de 1667. Os Processos Criminaes, que forem remettidos ás Relações devem sempre ser acompanhados pelos Réos, ainda que sejam domiciliarios em terras de Donatarios. Lei de 19 de Julho de 1790, § 14. Na Cidade de Lisboa quando se faz remessa da culpa de hum para outro Juiz, ou de Officio do Juiz, ou em virtude de Precatorio, vai a propria culpa, sem traslado, se o Réo está prezo, excepto no caso de Queréla, que se toma em livros, ou quando a Devassa, ou Summario comprehende outros mais Réos. Alv. de 5 de Março de 1790, § 11. Do Juizo dos outros territorios vem o traslado das culpas, concertado pelo Escrivão respectivo, com outro Official, certo, e lacrado. Assento de 26 de Fevereiro de 1735. Os Escrivães são obrigados a fazer logo conclusas á Relação as Devassas de casos de morte, que vierem remettidas de fóra. Alv. de 25 de Outubro de 1644. Morte natural contrapõe-se a Civil. Os desnaturalizados. Ord. l. 2. tit. 13. pr. os desterrados para sempre, os condemnados a carcere perpétuo, dizem-se civilmente mortos. Phæb p. 2. Dec. 155. Vas. Alleg. 13. n. 58. Barbos. *Castigat.* ad Ord. l. 5. tit. 120. n. 101. Os condemnados em pena de morte natural, ou civil incorrem por isso mesmo na confiscação dos bens na falta de descendentes, ou ascendentes legitimos. Ord. l. 2. tit. 26. § 28. 29. 30. 31. l. 5. tit. 126. e 127. O Fisco succede em todos os bens, e acções activas, e passivas do Réo confiscado. L. *in his.* 135. § *non debeo* 1. D. de regul. Jur. l. *qui jus* 177. D. eod. Cabed. p. 2. Dec. 82. n. 5. e 6. He por isso obrigado a pagar as dividas do mesmo Réo aos seus crédores. L. *in summa* 17. D. de jure Fisci Cabed. p. 2. Dec. 81. n. 5. Peregrin. de *Jure Fisci*. l. 5. tit. 1. n. 53. mas sómente dentro das forças da dita successão. Clar. § fin. qu. 78. n. 30. Eajard ad Clar. d. qu. 78. n. 167. O Fisco quando succede aos Réos confiscados não usa dos seus Privilegios. L. 6. D. de jur. Fisc. Cabed. p. 2. Dec. 57. n. 8 e 9. Peregrin. de *Jur. Fisci* l. 6. tit. 6. n. 14. Aonde se faz menção sómente da morte se entende a natural. Argum. da

§ 10.

A Jurisdição Criminal he cumulativa nos casos expressos nas Leis (1), e tem nesses casos lugar

Ord. l. 5. tit. 56. § 4. tit. 61. § 1. Not. do R eportor. á Ord. tom. 4. pag. 45. Edic. de Coimbr. e aonde se faz menção sómente de degredo se entende o perpétuo. L. 10. Cod. de poenis. Gomes. variar. Resol. tom. 3. c. 8. n. 3. Aos mesmos Corregedores do Crime da Corte pertence privativamente o conhecimento dos delictos commettidos pelos Julgadores, durante o seu Cargo. Cost. *Annotat.* 6. n. 18. Peg. ad Ord. l. 1. tit. 7. § 15. n. 4.

(1) Exceptuão-se I. as Causas Fiscaes. Ord. l. 2. tit. 1. § 17. e 18. tit. 12. § 1. tit. 63. § 3. l. 3. tit. 5. § 5. Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 7. Alv. de 16 de Setembro de 1665. Assento de 15 de Fevereiro de 1791. II. Se o Privilegio he superveniente, e procurado. Cabed. Dec. 25. Negreir. *Introduc.* ad *Leg. Crimin.* c. 24. n. 83. III. Se o Privilegiado renuncia o seu Privilegio. Ord. l. 1. tit. 29. § 2. l. 3. tit. 6. § 5. IV. Se o Privilegiado figura como cessionario. Assento de 23 de Novembro de 1769. O Privilegio da Causa sempre prefere ao da pessoa. Alv. de 22 de Maio de 1733 o que se entende a respeito dos Privilegios pessoais dos Nacionais, e não dos Estrangeiros, Vassallos de Nações Alliadas, a quem os Privilegios são concedidos por effeito de contrato. Alv. de 16 de Setembro de 1665. Alv. de 7 de Abril de 1685. Decr. de 12 de Novembro de 1698. Decr. de 5 de Fevereiro de 1699. Assento de 15 de Fevereiro de 1791.

(1) Assim pela Lei de 25 de Dezembro de 1608. § 23. he cumulativa a Jurisdição dos Julgadores dos Bairros de Lisboa a respeito das Prizões, e Querélas. Assim tambem pela Lei de 14 de Agosto de 1751 se constituiu Foro do delicto todo o territorio do Algarve, Alem-Têjo, e Comarcas de Santarem e Setubal a respeito dos roubos de estrada, e assassinios. Assim finalmente pela Lei de 20 de Outubro de 1763. § 7. se ampliou esta providencia, fazendo se promiscua a Jurisdição de todas as Justicias Criminaes do Reino para as Prizões dos Reos de homicidios voluntarios, e roubos feitos nas ruas ou nas estradas.

gar a prevenção, que se regula pela prisão do Réo. (1)

§ 11.

(1) Alv. de 25 de Dezembro de 1608. § 23. l. 3. l. 13. D. de Offic. Præsid. l. 1. Cod. ubi de Crimin. agi oport. Carleval de Judic. tom. 1. l. 1. tit. 1. disp. 2. qu. 7. Sect. 3. n. 887. Barger *Elect. Jurispr. Crimin.* p. 2. obs. 31. O Juiz, a cuja ordem o Réo se acha preso, pôde avocar por meio de Carta Precatoria a culpa que se lhe formou por outro Juizo pelo mesmo caso se existe Accusador, ou ainda por outro diverso, se he só Parte a Justiça, posto que este outro Juizo seja o da Devassa, e aquelle o da Queirêla. Alv. de 25 de Dezembro de 1608. § 23. Não estando porém o Réo preso, prefere aquelle Juizo, cuja Jurisdição for preventa pelo anterior conhecimento do delicto. Phæb. p. 2. ar. 97. Mend. p. 2. l. 5. c. 3. n. 3. Isto se entende do mesmo, e identico delicto; porque sendo delictos diversos, deve o Réo, fóra do caso da prisão, livrar-se de cada hum delles nos Juizos respectivos. O Réo depois de apresentado com Carta de Seguro, não pôde usar de Precatorio avocatorio, ou de Declinatoria; porque daquelles modo consentio no Juizo. Phæb. p. 2. ar. 162. Tem lugar a prevenção igualmente nos casos I. em que o delicto foi começado em hum lugar, e consummado em outro Jul. Clar. *Prætic. Crim.* § fin. qu. 38. n. 9. Anton Math. l. 48. tit. 13. c. 5. n. 8 II. Em que o mesmo Réo commette diversos delictos em diversos districtos. Carpov. *Præx. rer. Crimin.* p. 3. qu. 110. n. 23. III. Em que o delicto he committido nos confins de huma, e outra Jurisdição. Tiber Decian. *Tract. Crimin.* l. 4. c. 5. n. 6. Phæb. p. 2. Dec. 215. n. 10. Vas. ad *Reformat. Justit.* § 20 n. 232. Fóra destes casos não se admite a prorrogação da Jurisdição Criminal. Voet ad Pandect. tit. de *Jurisdiet.* § 37. Nos Juizos em que ha mais de hum Juiz, ou em que ha mais de hum Escrivão, devem as Causas ser distribuidas. Ord. l. 1. tit. 79. § 21. Lei de 3 de Abril de 1609. Alv. de 23 de Abril de 1723. Quando porém ha muitos Co-Réos de hum só delicto, todos devem ser julgados pelo mesmo Juiz, e com o mesmo Escrivão, posto que se livrem em Procêssos diversos. Ord. l. 1. tit. 79. § 31. l. 5. tit. 124. § 11. Assento da Relação do Porto de 25 de Maio de 1646.

§ 11.

Nos Juizos Criminaes se tratão as Causas Criminaes; isto he, as questões acerca de factos que offendem a paz pública, ou os direitos dos Cidadãos.

§ 12.

As Causas Criminaes são ou públicas, ou particulares. São públicas as que podem ser intentadas por qualquer do Povo (1). São particulares as que só podem ser intentadas pelas partes offendidas. (2)

§ 13.

(1) Taes são os que tem por objecto os crimes públicos, que são aquelles expressos na Ord. l. 5. tit. 117. pr. Em geral todas as vezes, que o castigo do crime primariamente respeita á offensa da República, o crime se diz público; e quando primariamente o castigo do crime respeita á offensa particular, o crime se diz particular. Argum. da l. 7. §. 1. D. de Injur. Struv. Exercit 48. thes. 13. et Exercit. 49. thes. 3. Barger. *Elect. Jurisprud. Crim.* c. 1. § 6.

(2) Taes são as que tem por objecto os crimes particulares, como I. o adulterio. Ord. l. 5. tit. 25. § 2. II. As feridas ou nodos em rixa nova, de que não resulta lesão, ou deformidade. Ord. l. 5. tit. 117. § 1. III. A injúria, excepto quando se qualifica bofetada. Lei de 15 de Janeiro de 1652, ou libello famoso. Lei de 2 de Outubro de 1753. IV. O damno, excepto no caso de arrancamento de marcos. Ord. l. 5. tit. 67. ou cortamento de arvore silvestre. Ord. l. 5. tit. 75. §. 1. ou sendo feito em horta, ou pomar. Ord. l. 1. tit. 65. § 32. V. O furto módico, que não chega a trezentos réis. Ord. l. 5. tit. 122. § 9. excepto se se acompanha de violencia. Ord. l. 1. tit. 65. § 31. l. 5. tit. 60. § 1. ou he feito na estrada, ou no ermo. D. Ord. l. 5. tit. 122. § 9.

§ 13.

O conhecimento Criminal consiste na indagação dos delictos, e no seu castigo.

§ 14.

A Devassa, a Querêla, e a Denuncia são os modos porque se indagaão os delictos no nosso Reino (1).

CAPITULO II.

Da Devassa.

§ 15.

Devassa he a informação do delicto tomada por authoridade do Juiz para castigo dos delinquentes, e conservação do socego público (2).

§ 16.

(1) Veja se Boss. de *Denuntiati*, n. 1. Leitão de *Inquisit.* qu. 9. n. 12. João Pinto Ribeiro. *Relaç.* § 6.

(2) A Devassa era ignorada dos Romanos. Valia entre elles a regra *sine accusatore nemo condemnari potest*. l. 6. § 2. D. de munerib. et honorib. Cicer. pro *Rosc. Amerin.* n. 56. Innocencio III. foi quem no principio do Seculo XIII. introduziu o Processo Inquisitorio cap. 14, 16, 17, 24. de accusat. Deste direito das Decretaes foi adoptada a Devassa para o nosso Foro, aonde era desconhecida, igualmente que no dos Romanos, no principio da Monarquia. Posto que os Magistrados Maiores, como os Corregedores, e Adelantados, erão incumbidos de expurgar as Provincias dos homens facinorosos, e a esse fim erão muitas vezes mandadas Alçadas de Justiça, isso respeitava aos crimes manifestos, e notorios, e não se assemelhava ás Devassas, em que se indaga de crimes occultos, ou de aggressores ainda não descubertos. Veja-se Coccej. *disputat.*

§ 16.

As Devassas são ou geraes, ou especiaes (1). As geraes tirão-se sobre delictos incertos. As especiaes suppõe a existencia do delicto de que só he incerto o aggressor.

§ 17.

Assim as geraes, como as especiaes só podem ser tiradas nos casos expressamente determinados nas Leis (2).

C

§ 18.

de eo quod justum est circa Inquisition. e Thomas. *Dissert. de origine process. inquisitor.* § 53.

(1) Ord. L. 1. tit. 58. § 31. tit. 65. § 31 § 39. a 67. Leitão de *Inquisit.* qu. 1. n. 1 Mend. *Pract. Lusitan.* p. 1. l. 5. c. 3. n. 2. Pegas ad Ord. l. 1. tit. 05. § 31. n. 4. e 9.

(2) Sendo tiradas fóra destes casos as Devassas são nullas. Ord. l. 1. tit. 65. § 68. Assento de 8 Agosto de 1758. Leitão de *Inquisit.* qu. 3. n. 154 Vas ad *Reformat. Justit.* § 1. n. 2. Pódem porém os autos revalidar-se nas Relações, se o caso for grave, e digno de castigo. Ord. l. 1. tit. 5. § 12 Phæb. p. 2. ar. 140. Isto com tudo ha de ser antes da Sentença. Assento de 20 de Março de 1706. As vezes o Principe commette a algum seu Magistrado o tirar Devassa de alguns casos, ainda que não sejam de Devassa. Cabed. p. 1. Decis. 52. Requer-se porém para isso especial Decreto, e não he da competencia do Tribunal do Desembargo do Paço dispensar na Lei a esse respeito sem preceder Consulta. Leitão de *Inquisit.* qu. 3. n. 156. Peg. ad *Regim. Senat. Palat.* § 99. n. 2. Funda se isto na Carta Régia de 24 de Julho de 1607, que traz Pereir. de *Man. Reg. Resolut.* p. 1. pag. 13. Desta natureza foi a Devassa, que se mandou abrir pelo Decreto de 15 de Agosto de 1756. Nestes casos, em que se manda devassar extraordinariamente não se concede vista da Provisão, sendo esta expedida em Carta fechada; e aggravando-se da denegação da vista, não se conhece do agravo. Alv. de 6 de Fevereiro de 1649. As Devassas geraes são perigosas, porque pôdem abrir a porta á calúmpnia,

§ 18.

As Devassas geraes tirão-se no princípio do anno (1), ou em certos, e determinados tempos (2).

§ 19.

e sacrificar á vingança victimas innocentes Ord. l. 1. tit. 65. § 31. Leitão de *Inquisit.* qu. 2. n. 1. São mais toleraveis as Devassas especiaes; pois suppõe crime certo, e determinado, devendo preceder-lhe o corpo de delicto. Alv. de 4 de Setembro de 1765. §. 2. Pegas, ad Ord. l. 1. tit. 65. § 31. n. 5.

(1) Nas Devassas geraes do princípio do anno se indaga. I. A respeito dos Juizes, e Officiaes, que não estão sujeitos a residência. Ord. l. 1. tit. 65. § 39. 54. e 61. II. e dos Juizes, e Officiaes dos Orfãos, ainda que estejam sujeitos á residência. Ord. l. 1. tit. 58. § 34. tit. 65. § 61. Lei de 26 de Julho de 1602. Lei de 2 de Dezembro de 1750. Assento de 5 de Março de 1613. III. Da compra, venda, ou empenho de bens da Igreja. Ord. l. 1. tit. 65. § 65. Lei de 2 de Março de 1613. Alv. de 12 de Maio de 1615. V. Dos Daninhos. Lei de 2 de Outubro de 1607. Lei de 24 de Maio de 1608. Alv. de 12 de Setembro de 1750. VI. Do indevido uso de Dem. Lei de 3 de Dezembro de 1611. VII. Dos fôgos de pólvora. Alv. de 25 de Dezembro de 1608. § 26. Lei de 29 de Julho de 1695. Alv. de 2 de Julho de 1709. Alv. de 9 de Julho de 1754. VIII. Dos que dão tabolagem. Ord. l. 5. tit. 82. § 4. ou jôgos prohibidos. Alv. de 25 de Dezembro de 1608. IX. Do incesto entre pessoas compromettidas para casamento. Ord. l. 5. tit. 17. § 15. X. Dos blasfemos. Ord. l. 5. tit. 2. § 3. XI. Dos Carcereiros, que deixão andar os presos soltos, ou os vzeão. Ord. l. 1. tit. 58. § 31. Alv. de 28 de Abril de 1681. Lei de 20 de Julho de 1686. XII. Da recepção de Freiras, sem licença Régia. Ord. l. 1. tit. 65. § 63. XIII. Da comunicação illicita com Freiras. Ord. l. 1. tit. 58. § 32. Alv. de 13 de Janeiro de 1603. Lei de 30 de Abril de 1653. Alv. de 3 de Novembro de 1671. Avis. de 3 de Março de 1725. XIV. Da entrada em Mosteiros, ou Recolhimentos, ou frequencia nas grades. Lei de 3 de Abril de 1653. Alv. de 13 de Agosto de 1655. XV. Da exportação do oiro, e prata para fóra do Reino. Ord. l. 2. tit. 113. § 6. XVI. Se se misturão li-

maduras de latão com oiro em pó. Alv. de 4 de Maio de 1746. XVII. Dos descaminhos dos bens dos Concelhos. Alv. de 10 de Fevereiro de 1654. XVIII. Dos que cortão carne á enxada, ou a pezo fóra dos assougues públicos, ou a vendem por menos da taxa. Alv. de 23 de Setembro de 1641. Decreto de 13 de Novembro de 1687. Alv. de 26 de Novembro do mesmo anno. Alv. de 15 de Dezembro de 1696. Alv. de 29 de Julho de 1707. XIX. Dos excessos dos Superintendentes das Caudelarias. Alv. de 4 de Junho de 1655. XX. Do suborno dos votos, ou perturbação das Eleições Canonicas. Lei de 16 de Agosto de 1608, ou das pessoas da Governança. Alv. de 12 de Novembro de 1611. XXI. Dos que cortão sobreiros, e arvores silvestres nos lugares defezos. Ord. l. 5. tit. 75. § 1. ou nos Paúes de Salvaterra. Alv. de 17 de Março de 1691. XXII. Da casa de perdizes com boi nos lugares defezos. Ord. l. 1. tit. 65. § 64. ou communição miuda. Ord. l. 5. tit. 80. § 15. Lei de 12 de Outubro de 1612, e dos que vendem esta, ou a fazem. Alv. de 23 de Fevereiro de 1684. Alv. de 1 de Julho de 1776. XXIII. Do sortilegio. XXIV. Perjúrio. XXV. Lenocinio, XXVI. e recolhimento de furtos. Alv. de 25 de Dezembro de 1608 § 21. XXVII. Da Sodomia, XXVIII. e mollicia. Lei de 12 de Outubro de 1606. XXIX. Da venda de pólvora em casas particulares. Alv. de 9 de Julho de 1754. XXX. Do uso de espingarda. Lei de 5 de Julho de 1613. Lei de 20 de Janeiro de 1634, de pistolas. Lei de 4 de Outubro de 1649, bacamartes. Lei de 10 de Abril de 1660, de facas, e armas curtas. Alv. de 23 de Julho de 1678. Lei de 29 de Março de 1719. Lei de 25 de Julho de 1749. XXXI. Dos Proprietarios, que levão aos Serventuarios mais da terça parte do rendimento dos Offícios. Lei de 22 de Junho de 1667. XXXII. Dos Commissarios volantes. Alv. de 6 de Dezembro de 1755. Alv. de 7 de Março de 1700. XXXIII. Dos que levão fretes maiores da taxa. Alv. de 29 de Novembro de 1753. Regimento da Alandega do Tabaco. Cap. 7. § 1, 2, 3, e 4. XXXIV. dos marinheiros, que se assoldadão com Estrangeiros, sem licença. Alv. de 27 de Setembro de 1756. § 1. XXXV. Dos Contrabandos. Alv. de 14 de Novembro de 1757. XXXVI. Dos extravios do oiro, e diamantes. Regimento dos Intendentes, e casas de Fundição do Brazil. Cap. 3. § 6, e 7. Alv. de 3 de Dezembro de 1750. Alv. de 5 de Janeiro de 1785. XXXVII. Dos que invertem a escala da navegação. Alv. de 7 de Maio 1761. XXXVIII. Dos procedimentos dos Avalia-

§ 19.

As especiaes tirão-se quando acontece algum dos casos dellas (1).

§ 20.

dores das Camaras. Alv. de 25 de Agosto de 1773. § 12. XXXIX. Dos navios que abordoão a pórtos estrangeiros. Lei de 27 de Novembro de 1684. XL. Dos que dizem mal do Governo. Decreto de 17 de Agosto de 1756. XLI. Dos Pastores que trazem gado nos campos do Mondego. Ord. l. 5. tit. 87. § 1. Lei de 27 de Janeiro de 1694. XLII. Dos Ciganos que usão das suas traças, e embustes. Alv. de 10 de Novembro de 1708. XLIII. Dos Matrimonios clandestinos. Lei de 13 de Novembro de 1651. (não essim já dos casamentos por alliciação. Lei de 6 de Outubro de 1784. Assento de 15 de Maio de 1787.) As Devassas de Concubinatos forão abolidas pelo Alv. de 26 de Setembro de 1769, excepto quando tem a qualidade de teudos, e manteudos, com público, e geral escandalo.

(2) Nos mezes de Junho, e Dezembro se indaga das casas, e pescarias defezas. Ord. l. 5. tit. 88. § 3. em Junho até Agosto da passagem do gado, para fóra do Reino. Ord. l. 1. tit. 65. § 66. l. 5. tit. 115. § 25. Assento de 8 de Agosto de 1758 em Março, e Setembro da travessia do pão. Ord. l. 5. tit. 76. § 10. Lei de 24 de Setembro de 1649. Decreto de 19 de Maio de 1733, vinho, e azeite. Ord. l. 5. tit. 77. § 2. e sal. Decreto de 1 de Março de 1692, em Setembro, e Janeiro da travessia da palha. Alv. de 1 de Julho de 1752. § 9. e de seis em seis mezes dos Officiaes da Corte. Ord. l. 1. tit. 7. § 21., e dos Rendeiros, que fazem avenças. Lei de 2 de Outubro de 1607. Lei de 24 de Maio de 1608. No mez de Fevereiro de cada hum anno o Juiz Conservador da Companhia da Agricultura das vinhas do Alto Doiro indaga dos transgressores dos Estatutos, e Determinações respectivas á mesma Companhia. Alv. de 30 de Dezembro de 1760. Tirão-se todas estas Devassas pelo preceito da Lei, ainda sem precederem indícios. Cabed. p. 1. Decis. 78. O contrario estava determinado por Direito Canonicno no cap. 19., e cap. 24 de Accusat.

(1) Os casos de Devassas especiaes são os seguintes: I. Ho-

§ 20.

As Devassas geraes devem terminar-se dentro de trinta dias, depois do dia em que começárão (1) as especiaes den-

micidio. II. Força de mulher. Ord. l. 1. tit. 65. § 31. III. Fogo posto. Ord. l. 5. tit. 86. § 2. e 4. IV. Fugida de prezo. V. Arrombamento da cadeia. Ord. l. 1. tit. 65. § 31. ou de portas. Ord. l. 5. tit. 45. § 4. Cabed. p. 1. ar. 60. VI. Meada falsa. Alv. de 17 de Outubro de 1685. VII. Resistencia. Ord. l. 1. tit. 65. § 31. Alv. de 24 de Outubro de 1764. § 6. VIII. Tirada do prezo do poder da Justiça. Alv. de 3 de Agosto de 1759. IX. Carcere privado. Ord. l. 1. tit. 65. § 31. l. 5. tit. 95. § 5. X. Furto de valia de marco de prata, ou na estrada, ou no ermo. XI. Arrancamento de arma na Igreja, Procissão, ou na Corte. XII. Aleijão de algum membro. D. § 31. XIII. Ferimento de noite, ou no rosto. Ord. l. 1. 65. § 32. l. 5. tit. 122. § 1. XIV. Ferimento com besta, arcabuz, ou espingarda. XV. Assuada. D. Ord. l. 1. tit. 65. § 31. l. 5. tit. 45. § 3. Alv. de 12 de Agosto de 1717. XVI. Esferada. XVII. Açoites em mulher. XVIII. Assassinio, ainda que se não siga morte. Lei de 15 de Janeiro de 1652. XIX. Propinação de veneno, ainda que se não siga morte. Alv. de 28 de Fevereiro de 1743. XX. Desafio. Alv. de 30 de Agosto de 1612. Lei de 16 de Junho de 1668. XXI. Pór córnos, junto das casas de pessoas casadas. Lei de 15 de Março de 1751. XXII. Damno em horta, ou pomar a requerimento da Parte. Ord. l. 1. tit. 65. § 32. XXIII. Fazer, ou publicar sátiras, e libellos famosos. Lei de 2 de Outubro de 1753. XXIV. Quebra de mercados dolosos. Ord. l. 5. tit. 66. § 9. Alv. de 13 de Novembro de 1756. Alv. de 30 de Maio de 1759. XXV. Casamento de pessoas, que tem bens da Coroa sem licença Régia. Lei de 23 de Novembro de 1616. O simples uso, ou tiro de arma de fogo sem ferimento, não he caso de Devassa, mas só de Querrela. Phæb. p. 1. ar. 108. Leitão de Inquisit. qu. 3. n. 135. Não pôde tirar-se segunda Devassa do mesmo caso, sem Provisão Régia, expedida pelo Tribunal do Desembargo do Faço. Phæb. p. 2. ar. 97.

(1) Ord. l. 1. tit. 65. § 39. Leitão de Inquisit. qu. 5. n. 2.

dentro de trinta dias depois do delicto commettido (1).

§ 21.

As Devassas especiaes devem começar dentro de oito dias depois do successo (2), excepto, I. no caso do incendio (3), II. quando o Réo lie prezo em fragante delicto (4).

§ 22.

As testemunhas perguntadas na Devassa devem encher o número de trinta (5) á excessão I. do ca-

so

(1) Ord. l. 1. tit. 65. § 31. Este termo dos trinta dias he taxado para não se exceder, e não para deixar de se abbreviar, quando for necessario. Alv. de 5 de Março de 1790. § 1. no fim. Não pôde porém exceder-se. Phæb. p. 1. ar. 139. excepto no caso de ser indispensavelmente precisa maior demora, como para se perguntarem testemunhas referidas, ou se ultimar outra alguma averiguação a bem do descobrimento do crime. Alv. de 31 de Março de 1742. § 1.

(2) Ord. l. 3. tit. 65. § 31. Leitão de *Inquisit.* qu. 5. n. 10. Phæb. p. 2. ar. 158.

(3) Neste caso a Devassa deve começar do dia em que o fogo foi apagado até o seguinte, e concluir-se dentro de quinze dias. Ord. l. 5. tit. 86. § 2.

(4) Neste caso deve começar a Devassa no mesmo dia da prisão. Ord. l. 1. tit. 65. § 37.

(5) Ord. l. 1. tit. 65. § 39. Isto procede assim nas Devassas geraes, como nas especiaes. Phæb. p. 1. ar. 106. Mend. *Pract. Lusit.* p. 2. l. 5. c. 3. n. 1. vers. *undecimo*. Se porém ha testemunhas referidas devem estas ser perguntadas, posto que excedão aquelle número. Ord. l. 5. tit. 124 § 18. As testemunhas perguntadas depois de cerrada a Devassa, são nullas. Leitão de *Inquisit.* qu. 6. n. 10. Nas Devassas geraes, ou especiaes as Testemunhas não são perguntadas pelo costume senão no fim do juramento. Ord. l. 1. tit. 86. Com razão, porque por isso mesmo que

so do incendio (1), II. do furto de pequena entidade (2), III. do damno em horta, ou pomar (3), IV. dos fogos de polvora (4).

§ 23.

A obrigação de tirar as Devassas geraes incumbem, I. aos Juizes de Fôra, e Ordinarios (5), II. aos Corregedores nas suas correições (6).

§ 24.

são Devassas; isto he, Inquirições abertas, e não limitadas, não se pôde nellas perguntar por pessoa certa João Pinto Ribeiro. Relac. 3. § 45.

(1) Neste caso nos Concelhos de pequena povoação. perguntão-se até seis testemunhas, nos maiores até doze, e nas Cidades, e Villas grandes até vinte. Ord. l. 5. tit. 86. § 2.

(2) Neste caso tirão-se somente até oito testemunhas, e se algumas dellas se referem a outras, perguntão-se tambem as referidas. Ord. l. 1. tit. 65. § 31.

(3) Neste caso basta perguntar devassamente até oito testemunhas. Ord. l. 1. tit. 65. § 32. Leitão de *Inquisit.* qu. 3. n. 151. Esta Ordenação, que determina a Devassa pelo damno feito em horta, ou pomar, não se estende por ser penal ao caso do damno feito em searas. Phæb. p. 2. ar. 180.

(4) Lei de 9 de Janeiro de 1620. Alv. de 2 de Agosto de 1641. Leis de 3 de Agosto de 1641. e de 29 de Julho de 1695. Alv. de 2 de Julho de 1709. e de 9 de Julho de 1754.

(5) Ord. l. 1. tit. 65. § 39. Devem porém os Juizes tirar as Devassas por si mesmos, e não commettê-las a outrem. Ord. l. 1. tit. 7. § 25. tit. 65. § 33. tit. 86. § 33. Mend. *Pract. Lusit.* p. 2. l. 5. c. 3. n. 1. Phæb. p. 1. Dec. 10. n. 2.

(6) Ord. l. 1. tit. 58. § 31. e seg. Incumbia tambem aos Ouvidores das Terras dos Donatarios aonde não entravão os Corregedores, segundo a Ord. l. 1. tit. 58 § 33. l. 5. tit. 122. § 9. Porém esta legislação cessou pelas Leis de 19 de Julho de 1790, e de 7 de Janeiro de 1792. Os Corregedores do Crime da Corte não tirão Devassas apesar da disposição da Ord. l. 1. tit. 7. § 25. depois que pelo novo Regimento dos Bairros, dado na Lei de 25 de Dezembro de 1608 se mandou no § 21 que cada hum dos Ministros Criminaes em seu Bairro tirasse as

§ 24.

As Devassas especiaes pertencem aos Juizes do territorio aonde o delicto foi commettido (1), e a outros Ministros incumbidos de commissões particulares (2).

§ 25.

Devassas geraes da Ordenação. Depois que se extinguiu a Vara de Corregedor do Crime do Termo, se dividio elle pelos Ministros dos Bairros para, segundo as suas Repartições, tirarem estes as Devassas assim geraes, como especiaes nos respectivos Julgados. Lei de 20 de Agosto de 1654.

(1) *Mend. Pract. Lusit.* p. 1. l. 5. c. 3. n. 2. e 3. O Decreto de 4 de Maio de 1782, expedido á Casa da Supplicação, que ha por válidas as Devassas mandadas tirar pelo Intendente Geral da Policia por Ministros que não são os territoriaes, não inhibe a estes a Jurisdição ordinaria, nem os exime da obrigação de tirarem Devassas dos casos, que a Lei qualifica acontecidos no seu territorio, ou Bairro da Cidade, e seu respectivo Termo.

(2) O Juiz da Chancellaria conhece dos erros dos Officiaes de Justiça da Corte, e seu territorio. *Ord. l. 1. tit. 14. § 1. Phreb. p. 1. ar. 146* assim por Devassa, como por Denuncia. *Alv. de 7 de Janeiro de 1750. vers. No Juiz da Chancellaria.* Decretos de 24 de Julho de 1714, e de 30 de Agosto de 1734 com a differença, que a respeito dos Officiaes providos pelo Senado da Camara não conhece por Denuncia, mas sómente por Devassa, visto que elles não são comprehendidos no seu Regimento, e o Decreto de 30 de Agosto de 1734 he restricto aos procedimentos de Devassa. Nas mais terras do Reino os Juizes de Fóra, e Ordinarios conhecem dos erros de Officio por Devassa, ou Querrela, mas não por Denuncia; e havendo-a, remette se sem Pronuncia ao Juiz da Chancellaria. O Juiz de India e Mina conhece por Devassa, ou Querrela dos delictos perpetrados nas Casas, e Armazens, e nos Navios de India e Mina, e Brazil. *Ord. l. 1. tit. 55. pr. e § 4.* *Alv. de 11 de Maio de 1655.* O Ouvidor da Alfandega conhece pelo mesmo modo dos delictos nella commettidos. *Ord. l. 1. tit. 52. § 11.* O Juiz do Fisco conhece dos furtos

§ 25.

He nulla a Devassa : I. Quando não consta do corpo de delicto (1) : II. Quando não precedeo denuncia, ou legitimos indicios (2) : III. Quando não se expressa a causa, lugar, e tempo do delicto (3) : IV. Quando não foi tirada, ou concluida

D

den-

commettidos contra o mesmo Fisco. Regimento das Confiscações de 10 de Julho de 1620, § 26. O Juiz dos Falidos conhece da quebra dolosa dos Negociantes. *Alv. de 13 de Novembro de 1756, § 18.* *Alv. de 16 de Dezembro de 1771.* O Juiz Conservador da Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto Douro procede a Devassa contra os transgressores da Instituição, e mais Leis estabelecidas em beneficio da mesma Companhia. *Alv. de 30 de Dezembro de 1760.* Os Superintendentes dos Tabacos a que está unida pela Lei de 27 de Julho de 1795 a Jurisdição dos Superintendentes das Alfandegas extinctos, devassão dos Contrabandos, e Descaminhos. *Alv. de 26 de Maio de 1766.* *Alv. de 16 de Dezembro de 1774.* Regimento dos Superintendentes do Tabaco, § 21. Os Juizes de Fóra, e Ordinarios das terras, que são Portos de mar devassão das Prezas, e Reprezas feitas aos inimigos da Real Coroa. *Alv. de 7 de Dezembro de 1796, § 20. e 25.* Hum dos Veredores do Senado da Camara, que o Presidente nomêa conhece em cada anno das Travessias. *Revol. de Consulta de 1 de Março de 1752,* que se refere á Carta Régia de 10 de Maio de 1542, e *Alv. de 9 de Novembro de 1565.* Estas Travessias são as de pão, carnes, azeites, manteigas, queijos, arroz, palha, carvão, e taboado. O Juiz das Coutadas Reaes devassa em cada hum anno dos casos contidos nos Regimentos das Montarias, e Coutadas. Regimento das Coutadas, § 3. e 7.

(1) *Alv. de 4 de Setembro de 1765, § 2. e 3. l. 1. § 24.* *D. de Senatus Cons. Syllanian. l. 1. § 27.* *D. de question. Farinac. de Inquisit. qu. 1. n. 6. qu. 2. n. 1.* *Hunn. Encycloped. Jur. p. 5. tit. 13. c. 1. n. 1.* *Mend. Pract. Lusit. p. 1. l. 5. c. 3. n. 6.*

(2) *Farinac. de Inquisit. qu. 1. n. 40.* *Boss. Tract. Crimin. de Inquisit. n. 23.* *Leitão de Inquisit. qu. 9. n. 60.*

(3) *Ord. l. 5. tit. 124. pr. e § 1.* *Mend. Pract. Lusit. p. 1. l. 5.*

dentro do termo legal (1): V. Ou não se preencheo o número legitimo das testemunhas (2): VI. Quando foi tirada de caso não expresso na Lei (3): VII. Ou foi segunda Devassa sem para isso prece-der Provisão (4): VIII. Se as testemunhas não fo-ram perguntadas pelo proprio Juiz (5): IX. Se o Juiz era incompetente (6), ou inimigo do Réo, ou de outro modo suspeito (7): X. Ou se era suspeito o Escrivão que tirou com elle a Devassa (8).

CA-

c. 3. n. 1. Farinac. de *Inquisit.* qu. 1. n. 11. Jul. Clar. *Pract. Crim.* § fin. qu. 31. n. 11. Estes tres requisitos porém sómente respeitam á Devassa especial.

(1) Ord. l. 1. tit. 65. § 31. e 39. Phæb. p. 1. ar. 139. João Pinto Ribeiro, *Relação* 3. cap. 1. n. 91.

(2) Ord. l. 1. tit. 65 § 39. Phæb. p. 1. ar. 106. As testemu-nhas da Devassa, além de encherem o número legitimo, he preciso que sejam habeis, e de boa fama. Sendo as principaes dellas inimigas capitaes do Réo, a Devassa he nulla. Phæb. p. 2. ar. 116.

(3) Ord. l. 1. tit. 65. § 68. Mend. *Pract. Lusitan.* p. 2. l. 5. cap. 3. n. 1.

(4) Phæb. p. 2. ar. 97.

(5) Ord. l. 1. tit. 7. § 25. tit. 65. § 33. Mend. p. 2. l. 5. c. 3. n. 1.

(6) Ord. l. 3. tit. 75. pr. Marant. de *Ordin. judic.* p. 6. tit. 1. n. 102. Mend. *Pract. Lusit.* p. 1. l. 5. c. 3. n. 7.

(7) Ord. l. 3. tit. 21. § 4. tit. 88. Phæb. p. 1. Dec. 77. n. 3. Leitão de *Inquisit.* qu. 8. Sendo suspeito o Juiz Ordinario, o fica tambem sendo o seu Companheiro, e tira a Devassa o Juiz do anno antecedente. Ord. l. 3. tit. 21. § 19.

(8) Ord. l. 3. tit. 62. § 2. Phæb. p. 1. Dec. 77. n. 4. p. 2. ar. 144. Mend. *Pract. Lusit.* p. 2. l. 5. c. 3. n. 1. vers. duodecimo. Note-se que sendo nulla a Devassa, o fica tambem sendo to-do o Procêssão. Pegas ad Ord. l. 1. tit. 65. § 69. Gloss. 72. n. 22. tom. 5. pag. 139.

CAPITULO III.

Da Querêla.

§ 26.

Querêla he a delação que alguém faz em Juizo competente de algum facto criminoso por in-teresse ou particular, ou público (1)

D ii

§ 27.

(1) Antigamente as Accusações dos crimes erão de dois modos: huas erão com rancura, outras sem rancura. Aquel-las tinham lugar quando o Réo era apanhado em fragante de-licto. O Accusador trazia a Juizo o corpo de delicto, e vi-nha gritando sobre o Aggressor. Vê-se isto do Foral dado á Villa de Constantim de Pannóias, que vem em Sousa. *Prov. da Histor. Genealog. da Casa Real.* tom. 1. l. 1. pag. 2. Daqui trouxe origem a Querêla, a qual he hum estabelecimento pe-culiar do nosso Reino. Antonio Correia no seu *Commentar. ad Leg. Regn.* pag. 4. deduz da L. *Libellorum D. de accusat.* a Fór-mula da Querêla na maneira seguinte: *Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesu Christo de 1561 aos 26 de Maio na Cidade de Lisboa, e casas de N. Corregedor da Corte, estando ahi o dito Corregedor, perante elle appareceo N. morador que disse ser na Cidade de Coimbra, e disse, que elle querelava de N. mo-rador nesta Cidade, porque sendo elle seu inimigo capital, hon-tem que forão 25 deste mez, hindo elle Queixoso pela rua no-va, o dito N. saltára com elle de propósito, e com huma es-pada nua lhe dera huma catilada pela cabeça, &c. pelo que querelava delle, e requeria a elle Corregedor lhe recebesse sua Querêla, e o dito Corregedor lhe deu juramento nos Santos Evan-gelhos, em que pôz sua mão se dava elle a dita Querêla bem, e verdadeiramente; e elle jurou que sim. E para prova della nomeou por Testemunhas a N. e N. e protestou nomear até trinta Testemunhas; o que visto pelo Corregedor lhe recebeu a dita Querêla; e elle Queixoso com o dito Corregedor assinárao aqui.*

§ 27.

Differe a Querêla da Denúncia em que os Queixosos são obrigados a provar a sua queixa, e os Denunciantes só dão a noticia dos factos ás Justiças a quem pertence o seu conhecimento (1).

§ 28.

Differe da Devassa em que nesta o Juiz procede em razão do seu Officio, e na Querêla a requerimento de Parte (2).

§ 29.

A Querêla pôde dividir-se em Querêla de interesses-

(1) Veja-se Brunneman ad l. 9. D. ad Senatus cons. Turpilianum. n. 2. Strich. Disput. de *Salute publica*. n. 29. Berger. *Elect. Jurisprud. Crim. Supplem.* p. 2. obs. 83.

(2) Ord. l. 1. tit. 65. § 31. vers. e sendo. João Pinto Ribeiro. Relaq. 3. § 59. Pôde proceder-se á Querêla, e á Devassa pelo mesmo delicto; porque o procedimento da Justiça não tira o direito da Parte. Ord. l. 1. tit. 65. § 31. l. 5. tit. 129. § 4. He porém sempre a Querêla arbitraria á Parte, a qual não pôde ser obrigada a querelar contra sua vontade. Ferreira *Pract. Crim.* tom. 2. trat. 3. c. 4. n. 13. Peg. ad Ord. l. 1. tit. 65. § 30. n. 1. Quando pelo mesmo delicto se procede a Devassa, e Querêla por diferentes Juizes, pôde o Juiz da Devassa avocar a si a culpa da Querêla, não devendo o Réo ficar sujeito a dous livramentos do mesmo, e unico delicto. Isto se entende em igualdade de circumstancias, porque fóra dessa hypothese tem lugar a prevenção (§ 10. Not). Se se querêla de caso que he de Devassa fóra de Juizo do Bairro respectivo, remette-se para este o traslado do auto da Querêla, para alli se proceder a Devassa.

resse particular, e Querêla de interesse público. Aquella he dada pelas Partes offendidas; esta he dada por outra Parte qualquer como Pessoa do Povo (1).

§ 30.

As Querêlas assim como as Devassas não podem tirar-se senão nos casos especialmente determinados nas Leis (2).

§ 31.

(1) Differem principalmente estas duas especies de Querêla, em que a Querêla que he dada pela Parte a quem o caso toca, só obriga ao juramento, porém não a alguma fiança; e a que he dada por pessoa do Povo requer fiança ás custas, emenda, e satisfação. Ord. l. 5. tit. 117. § 6. A falta desta fiança annulla a dita Querêla. Phæb. p. 2. ar. 101. Frans. a Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 30. Pôde porém prestar-se em quanto não se oppõe essa nullidade. Phæb. p. 2. ar. 102. Ferreir. *Pract. Crim.* tom. 2. trat. 3. c. 2. n. 33. e 37.

(2) Phæb. p. 1. Dec. 69. n. 1. e 3. Estes casos são os seguintes. I. Apostasia. II. Sortilegio. III. Lesa-Majestade. IV. Roubo de estrada. V. Morte de homem. VI. Cópula com mulher de ordem, ou de diferente seita, ou com criada daquelle com quem se vive, ou com mulher daquelle perante quem se requer. VII. Incesto. VIII. Sodomia. IX. Lenocínio. X. Falsidade. XI. Fogo em pães ou vinhas. XII. Furto de cem réis XIII. Ferimento ao pai, ou mãe. XIV. Assuada. XV. Arrombamento de cadêa. XVI. Violação de muros da Cidade, ou Villa. XVII. Falta de guarda de prezos. XVIII. Moeda falsa. XIX. Testemunho falso. XX. Bigamia. XXI. Mancebia de casados. XXII. Mancebia de Clerigo. XXIII. Crime de Rufião. XXIV. Quebra do degredo. XXV. Fugida de cativos. XXVI. Introducção de cousas defezas em terras de infieis. XXVII. Resgate em S. José de Almas, ou ás partes de Guiné. XXVIII. Arrancamento d'arma na Corte em Procissão, ou na Igreja. Ord. l. 5. tit. 117. pr. tit. 39. § 3. tit. 40. (Fóra destes casos só havendo morte, ou ferimento. Lei de 4 de Outubro de 1649.) XXIX. Blasfemia. Ord. l. 5. tit. 2. § 4. XXX. Tiro com besta, ou espingarda, ainda sem ferimento. XXXI. Resistencia. XXXII. Carcere privado. XXXIII. Fugida da cadêa. Ord. l. 5. tit. 117. pr.

§ 31.

Podem querelar todos os que não são prohibidos (1).

§ 32.

XXXIV. Feridas abertas, e sanguentas, ou nodos inchadas, ou denegridas. XXXV. Adulterio XXXVI. Cortamento d'arvore fructifera. d. tit. 117. § 1. XXXVII. Crime de bulcão. Ord. l. 5. tit. 65. XXXVIII. Uso de armas prohibidas. Lei de 4 de Outubro de 1649. Lei de 29 de Março de 1709. XXXIX. Deffloração de mulher, que não exceda a 17 annos. Ord. l. 5. tit. 23. Lei de 6 de Outubro de 1734. § 9. XL. E finalmente quando cabe pena de açoutes, ou degredo temporal. d. tit. 117. no fim do pr. Todos os casos de Devassa per maioridade de razão o são tambem de Querela, podendo a Parte offendida escolher este meio independentemente do procedimento da Justiça. De pequenas feridas, em que não ha coiro, e carne cortada, e de leves nodos, não se aceita Querela. Barbos. ad Ord. l. 5. tit. 117. § 1. n. 1. Leitão de *Inquisit.* qu. 5. n. 121. e 125. Peg. ad Ord. l. 1. tit. 65. § 31. gloss. 35. n. 64. Assim mesmo o simples accommettimento para offender, ou fazer mal, não se seguindo effeito, não he caso de Querela, mas somente de injúria, perdas, e damnos. Ord. l. 5. tit. 117. § 5. em que não tem lugar a prizaõ. Ord. l. 1. tit. 65. § 29; excepto nos casos, em que a Lei pune o intento manifestado por algum acto externo, como no caso do assassinio, e do veneno. Não he porém necessario para a Querela de feridas, que estas estejam ainda ao tempo da Querela vertendo sangue, mas basta que haja cortadura de carne. Not. do Dezembargador Nuno da Fonseca á Ord. l. 1. tit. 117. referida no Reportor. tom. 1. pag. 376. Edic. de Coimbra. Nem tambem he preciso na Querela de contusões ou nodos que haja nodos negros, bastando para ter lugar a dita Querela, que haja pizaduras. Ord. l. 5. tit. 129. pr. pela qual se deve entender a Ord. do mesmo l. 5. tit. 117. § 1. ou tambem que as mesmas nodos sejam só inchadas, como he expreso na Ord. l. 5. tit. 134. pr. donde tambem aquella Ord. recebe intelligencia. Basta igualmente que haja aleijão para ter lugar a Querela, posto que não concorram nodos, ou pizaduras. Note-se, que se não costuma tomar Querela de qualquer juramento falso, mas só do testemunho falso Phab. p. 1. ar. 103. 127. 140.

(1) Ord. l. 5. tit. 25. § 3. l. 1. pr. D. de accusat. et inscript.

§ 32.

A prohibição de querelar póde ser ou absoluta, ou a respeito de certas pessoas, e de certos crimes.

§ 33.

São prohibidos absolutamente: I. O impubere (1): II. O furioso (2).

§ 34.

São prohibidos de querelar nos crimes públicos, e como Pessoas do Povo. I. Os Officiaes de Justiça quando sómente póde seguir-se pena corporal (3). II. O inimigo capital (4). III. O Clerigo IV.

I. 1. Cod. qui accusat. non poss. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 8. Aquelle que não quizer querelar no caso em que compete a Querela, nem por isso está prohibido de intentar a Accusação ordinaria. Ord. l. 5. tit. 117. § 1. e 21. Isto se entende a respeito dos crimes particulares, e não a respeito do homicidio. Ord. l. 5. tit. 117. § 23. nem dos outros crimes públicos.

(1) L. 2. § 1. l. 8. D. de accusat. l. 60. Cod. de reuend. Não assim os adultos excedendo a 17 annos, posto que sejam menores de 25. l. 14. § 1. e 2. D. de bon. libert. Pothier ad *Pandect.* L. 48. tit. 2. Sect. 1. artic. 1. § 1. n. 1. not. (a) sendo authorizados com tudo pelos seus Tutores, ou Curadores. d. l. 2. § 1. l. 11. pr. D. de accusat. et inscript. l. 4. Cod. de auctorit. praestand.

(2) Arg. l. 12. D. ad Leg. Cornel. de fidei. l. 2. § 3. D. de jure Codicillar. l. 40. D. de regul. jur. Tiber. Decian. Tract. Crim. l. 3. c. 11. n. 18.

(3) Ord. l. 5. tit. 117. § 3. Só póde querelar o Alcaide, ou Meirinho quando lhe he applicada pena. Mend. p. 2. l. 5. c. 2. n. 3. Deve com tudo dar fiança não só ás custas, mas tambem á perda, damno, emenda e satisfação. Phab. p. 2. ar. 101. Con-

(1). IV. A mulher (2). V. O condemnado a degredo perpétuo (3). VI. O infame (4). VII. O socio do crime (5). VIII. O condemnado em Causa Cível, ou Criminal, em quanto a sentença não he executada (6). IX. Aquelle que pelo mesmo caso usou de Acção Cível (7).

§ 35.

sequentemente não pôde o Official de Justiça querelar como pessoa do Povo do uso de armas defezas, cuja pena he applicada a cativos. Phæb. p. 1 ar. 143.

(4) Ord. l. 5. tit. 117. § 2 Phæb. p. 1. ar. 120. Jul. Clar. § fin. qu. 14. n. 17. O mesmo procede a respeito daquelle que querelou em contemplação do inimigo d. Ord. § 4.

(1) Ord. l. 2. tit. 9. § 3. l. 5. tit. 117. § 8. cap. 5. et 9 ne Clerici vel monachi. cap. *pastulasti* de homicidio. c. 8. caus. 2. qu. 7. excepto se for vindicar a propria offensa, ou a da sua Igreja por delicto que não mereça pena de sangue c. *cum sit generat* le 8. de foro competenti. Reiffenstuel ad Tit. de *accusat. et inquisit* § 1. n. 19. Riegger. *Instit Jurispr. Eccl.* p. 4. § 263. n. 2. Deve porém dar fiança de pessoa Leiga. Ord. l. 5. tit. 117. § 8.

(2) L. *qui accusare*. 8. D. de accusat. l. 12. Cod. qui accusare non poss. Farinac. de *Accusat.* qu. 12. n. 16. Jul. Clar. l. 5. § fin. qu. 14. n. 8. Maresc. de *Legib. public. judic.* ad pr. Gloss. 2. n. 28.

(3) Ord. l. 5. tit. 117. § 14. l. 4. D. de accusat. l. 5. § 1. D. de public. judic.

(4) L. *qui accusare* 8. Cod. de accusat. l. 15. Cod. de his qui accusare non poss. Farinac. de *Accusat.* qu. 12. n. 17.

(1) L. 16. § 1. D. de quæst. l. *si filium* 37. Cod. de liberal. Caus.

(6) Ord. l. 5. tit. 117. § 13. Barbos. *Castigat.* ad d. Ord. n. 94. Phæb. p. 1. ar. 133. Mas antes da Sentença pendente á Causa não ha prohibição para querelar. Igualmente o que he accusado não pôde querelar do seu Accusador senão depois de executada a Sentença L. 5. pr. D. de public. judic. l. 1. l. 11. Cod. qui accusare non poss. Farinac. de *Accusat.* qu. 12. n. 23. Jul. Clar. § fin. qu. 14. n. 12. Limita-se isto quando a Querêla he dada pela propria offensa, e por caso que ao Queixoso toca. L. 11. D. de accusat. l. 19. Cod. de his qui accusare non poss.

(7) L. 1 Cod. de furt. Phæb. p. 1. ar. 154. e 169. Barbos. *Cas. rigat.* ad Ord. l. 5. tit. 117. n. 89.

§ 35.

Cessa esta prohibição, quando se trata: I. De crimes de Lesa-Magestade, Divina, ou humana (1). II. Moeda falsa. III. Sinal, Escritura, ou testemunho falso (2).

§ 36.

As mulheres, filhos, e libertos não podem querelar dos maridos, dos pais, e dos patronos nos crimes que trazem infamia (3).

§ 37.

Só podem querelar as Partes offendidas nos casos: I. De adulterio (4): De feridas, ou nodos de que não resultou aleijão, ou deformidade (5): III. E de cortamento de arvores fructíferas (6).

E

§ 38.

(1) Ord. l. 5. tit. 117. § 2.

(2) D. Ord. l. 5. tit. 117. § 2.

(3) L. 8. § fin. l. 11. § 1. D. de accusat. l. 21. l. 22. Cod. de his qui accusare non poss. Phæb. p. 2. ar. 155. Ainda que não possam querelar, podem com tudo vindicar por Accusação ordinaria a sua injúria l. *hi tamen omnes* 11. D. de accusat. l. 13. D. de privat. delict. l. *manifestissimi* 22. § 4. Cod. de furt. (§ 31. Not.) Nos crimes que não irrogão infamia he permittida a Querêla, como por ferimentos, ou nodos. Phæb. p. 2. ar. 155.

(4) Ord. l. 5. tit. 25. § 3. Limita-se isto quando o marido está ausente em parte incerta, e a mulher vive em publico adulterio. Ord. l. 5. tit. 28. § 7. II. Quando o marido he coesentidor; porque nestes casos pôde querelar qualquer como Pessoa do Povo. Thomé Vas Alleg. 13. n. 113. Pereir. de *Manu Reg.* cap. 53. n. 12.

(5) Ord. l. 5. tit. 117. § 1. e 13. tit. 122. pr. Para se receber esta Querêla he preciso que se mostrem as feridas abertas, ou nodos, e que constem por Fé do Escrivão, ou por Exame de Peritos feitos com authoridade do Juiz. Ord. l. 5. tit. 117. § 1.

(6) Ord. l. 5. tit. 75. Os outros crimes particulares, como a

§ 38.

A Queréla deve conter : I. O juramento de calúnia (1) : II. Os nomes do Queixoso , e do Querelado (2) : III. O reconhecimento da pessoa do Queixoso (3) : IV. A nomeação das testemunhas (4) : V. A declaração do tempo , e lugar do delicto (5) : VI. A causão fidejussoria quando he dada por Pessoa do Povo (6) : VII. A subscrição do Juiz , e do Queixoso (7).

§ 39.

injúria, e o damno deduzem-se em Juizo por simples Accusação sem Queréla. Ord. l. 1. tit. 65. § 29. l. 5. tit. 117. § 5.

(1) Ord. l. 5. tit. 117. § 6.

(2) Jul. Clar. § fin. qu. 10. n. 2.

(3) Ord. l. 5. tit. 117. § 10. O Escrivão conhecendo o Queixoso deve assim portallo por Fé no auto da Queréla. Não sendo o Queixoso pessoa conhecida, deve apresentar ao menos huma Testemunha, que o conheça, e declare ser elle o próprio, a qual Testemunha não assina no auto, bastando a Fé do Escrivão d. § 10.

(4) Não devem as Testemunhas do Summario da Queréla exceder o número de tres ou quatro. Nem podem ser substituidas por algumas outras que não sejam as nomeadas. Ord. l. 5. tit. 117. § 6.

(5) Ord. l. 5. tit. 124. pr. e § 1.

(6) Ord. l. 5. tit. 117. § 6. Não se exige esta Fiança quando a Queréla he dada pela propria Parte offendida. Excepto se he Clerigo, Religioso, Cavalleiro das Ordens Militares, ou Official de Justiça. Ord. l. 5. tit. 117. § 3. Tende a dita Fiança a segurar a indemnidade do Querelado, porque se a Queréla se acha calumniosa ou falsa, he o Queixoso condemnado nas perdas e damnos. Ord. l. 5. tit. 118. l. 7. D. de accusat. Não he preciso porém que no termo da Fiança se declarem as palavras da Lei perda, damno, emenda, satisfação e custas. Assento da Relação do Porto de 20 de Setembro de 1692.

(7) O auto da Queréla deve ser assinado pelo Queixoso, e pelo Juiz depois de ter sido lido áquelle. Ord. l. 1. tit. 79.

§ 39.

Deve a Queréla dar-se dentro de hum anno depois do caso acontecido (1), e as testemunhas para prova da Queréla devem apresentar-se dentro de vinte dias contados do dia em que a Queréla foi dada (2).

§ 40.

Deve a Queréla ser dada pessoalmente, e não por Procurador (3).

§ 41.

A segunda Queréla do mesmo crime se reputa dolosa (4).

E ii

§ 42.

§ 10. l. 5. tit. 117. § 6. Não sabendo o Queixoso assinar, deve assim declarallo o Escrivão no auto sem admittir pessoa estranha, que assine a seu rogo, nem o sinal de cruz do mesmo Queixoso. d. § 6.

(1) Ord. l. 5. tit. 2 § 4. tit. 23. § 2. tit. 117. § 1. Moraes de Execut. l. 1. c. 4. § 2. n. 16. Depois da Queréla corre para a Accusação ordinaria o tempo da Prescrição. (Cap. XLII.)

(2) Ord. l. 5. tit. 117. § 18. Findos os vinte dias não he o Queixoso admittido a dar prova para obrigar o Réo á Pronuncia; mas pôde accusar dentro de anno, e dia o Réo em causa ordinaria, sem que este deva estar prezo, ou seguro, e sem que tenha obrigação de residencia. Ord. l. 5. tit. 117. § 19. Moraes. d. n. 16. Findo porém o anno, e dia a Accusação só he licita á Justiça. Só pôde então o Queixoso ajudar a mesma Justiça. d. § 19.

(3) Ord. l. 5. tit. 117. § 6. Excepto se para isso obteve Provisão. Vas ad Reformat. Justit. § 1. n. 3. ou se se acha legitimamente impedido.

(4) Ord. l. 5. tit. 117. § 15. l. 7. § 3. l. 14. D. de accusat. l. 3. § 5. l. 6. § 4. D. naut. caupon. l. 4. § 1. l. 3. Cod. ad Sct. Turpillian l. 1. Cod. de abolit. Phæb. p. 2. ar. 143. Cabed. p. 1. Dec. 23. n. 2.

§ 42.

He pois nulla a Querêla: I. Sendo dada perante Juiz incompetente (1): II. Ou fóra dos casos della (2): III. Ou por pessoas prohibidas por Direito (3): IV. Ou sem fiança ás custas, emenda, e satisfação, sendo dada por pessoa do Povo (4): V. Ou pendente Acção Cível sobre o mesmo facto (5): VI. Ou fóra do anno (6): VII. Sendo segunda (7): VIII. Ou dada contra a fórma legal (8): IX. Ou provada com testemunhas differentes das nomeadas pelo Queixoso (9).

CA-

- (1) Ord. l. 5. tit. 117. § 9.
 (2) Phæb. p. 1. Dec. 69. n. 1. e 3.
 (3) (§ 33. e seguintes.)
 (4) Ord. l. 5. tit. 117. § 6 Phæb. p. 2. ar. 101. (§ 29. Not.)
 (5) Phæb. p. 1. ar. 154. e ar. 169.
 (6) Ord. l. 5. tit. 2. § 4. tit. 23. § 2. tit. 117. § 1.
 (7) Ord. l. 5. tit. 117. § 5. l. 7. § 3. l. 14. D. de accusat. l. 3.
 § 5. l. 6. § 4. D. naut. caupon. Phæb. p. 2. ar. 143.
 (8) Mend. p. 2. l. 5. c. 1. n. 6.
 (9) Ord. l. 5. tit. 117. § 6. A nullidade da Querêla influe em tudo o que em virtude della se processa. Mend. p. 2. l. 5. cap. 1. n. 6. Se o queixoso não prova a Querêla, he condemnado nas custas, perdas, e damnos. Ord. l. 5. tit. 118. pr. e se a Querêla se mostra calumniosa, impõe se ao Queixoso pena arbitraria. d. Ord. l. 5. tit. 118. § 1. Entre os Romanos erão os Calumniadores pela Lei Remmia marcados no rosto. L. 13. D. de testib. l. 1. § 2. D. ad Sct. Turpill. Cicer. *pro Sext. Rosc.* c. 20. n. 57. Abolida esta pena por Constantino na L. 17. Cod. de porn. prevaleceo a pena de Talião. L. 17. Cod. de accusat. a qual cahio em desuso. Gottofred. Not. ad d. L. 17. Entre nós só ha vestigios desta pena no caso da falsidade. Ord. l. 3. tit. 60. § 5.

CAPITULO IV.

Da Denuncia.

§ 43.

A Denuncia he a declaração do crime público feita em Juizo para se proceder contra o delinquente por Officio da Justiça (1).

§ 44.

Consequentemente a Denuncia só póde ter lugar nos delictos, que são casos de Devassa (2), ou naquelles em que a Lei expressamente a faculta (3).

§ 45.

(1) Mend. p. 1. l. 5. c. 2. n. 1. Bernard. Dias. *Pract. Crim.* c. 6. Denunciante he pois aquelle que não tem particular interesse no negocio que denuncia., ou que ainda que o tenha não quer com tudo ser nelle Parte. Assim aquelle a quem he commetido furto de valor de mais de marco de prata póde denunciar este crime em Juizo para ser punido o Aggressor, ainda que não queira accusallo, e só proteste pela sua indemnização. Ord. l. 1. tit. 65. § 31. Porque ninguem he obrigado a querelar, ou a accusar não tendo querelado. L. un. Cod. ut nemo invit. ager. vel accusar.

(2) Barbos. *Repertor. Jur. verb. denuntiare.* Jul. Clar. *Pract. Crim.* l. 5. § fin. qu. 7. n. 1.

(3) Como nos casos: I. Do uso de armás defezas. Lei de 4 de Outubro de 1649. Lei de 29 de Março de 1719. Lei de 25 de Junho de 1749. II. Da quebra dolosa. Alv. de 13 de Novembro de 1756. § 12. III. Da blasfemia. Ord. l. 5. tit. 2. § 5. IV. Da moeda falsa. Ord. l. 5. tit. 12. § 6. V. Dos erros de Officio. Alv. de 21 de Junho de 1759. Decreto de 24 de Julho de 1714. VI. Da usura. Alv. de 17 de Janeiro de 1757. VII. Do contrabando cap. 97. do Foral da Alfandega de Lis-

§ 45.

No primeiro caso só se exige do Denunciante por solemnidade do acto o juramento (1). No segundo porém requer-se além do juramento a fiança ás custas, julgado, e sentenciado (2).

§ 46.

Não deve confundir-se com a Denuncia Criminal aquella porque começam algumas Causas Sumarias, que posto que penaes mais se dirigem ao interesse da Parte, que á vindicta pública (3).

§ 47.

boa. Lei de 16 de Agosto de 1722. Estatutos da Junta do Commercio. cap. 17. § 5. Alv. de 26 de Outubro de 1757. Alv. de 14 de Novembro de 1757. § 1. Alv. de 15 de Outubro de 1760. Alv. de 27 de Julho de 1795. § 4. VIII. Da sodomia. Ord. l. 5. tit. 13. § 4. IX. Das peitas. Ord. l. 5. tit. 71. pr. e § 5. X. Da cutilada pelo rosto. Ord. l. 5. tit. 35. § 7.

(1) Neste primeiro caso em que se verifica a Denuncia propriamente tal, o Denunciante não he obrigado a fazer prova do crime que denuncia. Berger. *Elect. Jurispr. Crim. Supplem.* p. 2. obs. 83. (§ 27.)

(2) Neste segundo caso a Denuncia confunde se com a Querela dada por Pessoa do Povo, e depende dos mesmos legaes requisitos da dita Querela, na falta dos quaes he igualmente nulla. Mend. p. 1. l. 5. c. 2. n. 7. Com razão se exigem na Denuncia estes requisitos pelos quaes se excluem as delações occultas, que são hum abuso manifesto nas sociedades, cuja liberdade he fundada na Justiça; pois se facilitaria com ellas aos Calumniadores o meio de se subtrahirem ás penas contra elles decretadas. Veja se Beccaria *Tratad. dos delict. e das penas.* § 15. Mr Bernardi *Principes des Loix Criminelles* p. 3. § 2.

(3) Como nos casos: I. Das coimas. Ord. l. 1. tit. 66. § 27. tit. 68. § 13. II. Das sizas. Regimento ou Artigos das sizas. cap. 4. § 7. cap. 25. § 1. III. Do commissio pela ausencia para

§ 47.

A Denuncia, e a Querela tem de commun entre si que: I. Regularmente os que não podem querelar não podem denunciar (1): II. Nem os Queixosos nem os Denunciantes podem ser testemunhas contra os accusados (2): III. Se a Denuncia he calumniosa, ou se não prova, he o Denunciante condemnado nas custas, perdas, e damnos como se tivesse querelado (3).

CA-

fôra do Reino. Alv. de 9 de Janeiro de 1792. IV. Da vacancia para a Real Coroa, ou commissio de bens livres, ou de vinculo. Alv. de 2 de Dezembro de 1791, e dos beneficios do Real Padroado. Alv. de 26 de Setembro de 1791. V. Do real d'agaa. Regimento de 23 de Janeiro de 1643. § 10. Alv. de 19 de Novembro de 1674. § 5. VI. Da falta do manifesto dos vinhos, e agoas-ardentes. Alv. de 7 de Julho de 1787. VII. Da falta do manifesto da Decima. Alv. de 26 de Setembro de 1762. Declaração V. As Accções penaes não são Criminaes, mas Civeis, e differem muito das Accusações arg. pr. Inst. de public. judic. junct. pr. Inst. de action. § 4. Inst. de justit. et jur. Harpprect. ad § 16. Inst. de action. n. 4. Christian. Thomas. Diss. 20. tom. 1. de *usu action pœnal.* § 25. Estas tem principalmente por objecto o interesse público, e aquellas o particular. Struv Exercit. 46. thes 58.

(1) Berger. *Elect. Jurispr. Crim. Suppl.* p. 2. obs. 81. Mend. p. 1. l. 5. c. 2. n. 2. Jul. Clar. l. 5. § fin qu 7. n. 2.

(2) Ord. l. 5. tit. 2. § 5. Farinac. de *Testib.* qu. 60. n. 74. Conciol. Resolut Crimin. verb. *accusator.* Resol. 6. n. 2. Bajard. ad Clar. l. 5. § fin. qu. 7. n. 2.

(3) Ord. l. 5. tit. 2. § 5. tit. 118. § 2. Cabed. p. 1. ar. 52 Jul. Clar. § fin. qu. 7. n. 12. Vas. Alleg. 95. n. 8.

CAPITULO V.

Do Corpo de delicto.

§ 48.

O Corpo de delicto he a base de todo o procedimento Criminal sem o qual este não subsiste (1). Elle he de necessidade indispensavel, e não pôde ser suprido pela confissão do accusado (2).

§ 49.

Fôrma-se o Corpo de delicto: I. Pela inspecção ocular: II. Por conjecturas legitimas: II. Pelos depoimentos das testemunhas.

§ 50.

(1) Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 4. l. 1. § item illud 24. D. de Syllan. l. 1. § 27. D. de quæstion. Jul. Clar. § fin. quæst. 4. n. 1. Guazzin. Defens. 4. c. 1. n. 1. Gomes variar. tom. 3. c. 9. n. 1. Isto procede ainda nos Processos verbaes. Alv. de 4 de Setembro de 1765. § 2. e 3. No corpo de delicto devem-se especificar todas as circumstancias que acompanhão o mesmo delicto. d. Alv. de 4 de Setembro § 3. Matth. de re Crimin. Controv. 35. n. 11. Faltando o corpo de delicto todo o procedimento he nullo. Conciol. Resolut. Crimin. verb. *Corpus delicti* Resol. 1. n. 1. Guazzin. Defens. reor. Defens. 4. c. 1. n. 5. Boehmer. Elem. Jur. Crim. Sect. 1. c. 5. § 101.

(2) L. Inde Neratius. 23. § 11. l. 24. D. ad Leg. Aquiliam. Guazzin. Defens. reor. Defens. 4. n. 1. Defens. 32. c. 1. n. 1. Giurb. Cons. 37. n. 21. et 46. Vouglans Instit. au Droit Criminel. p. 6, cap. 1.

§ 50.

A inspecção ocular he absolutamente necessaria nos delictos de facto permanente; isto he, nos delictos que deixão vestigios depois de si (1).

F

§ 51.

(1) Daqui vem que deve praticar-se nos casos do homicidio, ferimento, veneno, incendio, arrombamento de portas, e outros semelhantes. Ord. l. 5. tit. 117. § 1. l. 17. D. ad Leg. Cornel. de Sicar. Guazzin. Defens. 4. c. 5. et c. 10. Conciol. Resolut. Crim. verb. *Corpus delicti*. Resol. 3. n. 1. Como aqui se suppõe instrucção da arte, devem ser chamados Peritos a quem se defere o juramento. Ord. l. 1. tit. 65. § 38 l. 6. Cod. de re milit. Mend. p. 2 l. 5. c. 1. art. 3. Boehmer. Elem. Jur. Crimin. Sect. 1. c. 5. § 98. No caso do estupro manda o Juiz fazer Exame por duas Parteiras, e não as havendo no lugar, por duas matronas ajuramentadas. O Escrivão porta então por fé que as ditas mulheres vindo em hum casa separada a Queixosa, affirmarão debaixo do juramento achar-se ella corrompida. Torri de Stupro argum. 18. n. 10. Fontanella de Pactis nuptialibus Claus. 5. Gloss. 5. p. 2. n. 68. No caso de morte pôde desenterar-se o cadaver para se examinarem as feridas. Phæb. p. 1. ar. 131. Cabed. p. 1. Dec. 174. e para isso não se faz precisa Licença do Ordinario Themud. p. 2. Dec. 131. n. 5. e 6. No caso do venenacio he muito difficil verificar a causa da morte. A analogia dos effeitos do veneno com certos alimentos, e com certos remedios, que segundo as circumstancias, e os temperamentos se tornão em venenos, e dos seus symptomas com os de muitas doencas, produz a incerteza dos sinais daquelle crime. Brissot Theorie des Loix Criminelles tom. 2. Sess. 4. pag. 135. Quando o crime he de ferimento ou de contusões, torna a fazer-se Exame, que vulgarmente se chama de sanidade, nos termos finais da Causa á custa do Accusador. Phæb. p. 2. ar. 160. Se o Queixoso está ausente em parte incerta, justificada a ausencia procede-se ao Exame pelo auto da culpa.

§ 51.

Nos delictos que não deixão vestígio presente, e que por isso se chamão de facto transeunte basarão as conjecturas legitimas para formarem o corpo de delicto (1).

§ 52.

Os depoimentos das Testemunhas tem lugar a respeito de huns, e outros delictos para a sua qualificação (2).

CA-

CAPITULO VI.

Dos Indícios.

§ 53.

O Corpo de delicto sómente prova o delicto, porém não mostra o delinquente (1). He preciso que alguém seja legitimamente indiciado para ser pronunciado Réo (2).

§ 54.

Indício se diz a circumstancia que tem conexão verosimel com o facto incerto de que se pretende a prova.

F.ii

§ 55.

(1) Bossio de *Delicto* n. 19. Mattheu de *re Criminali*. Controv. 35. n. 15. Harpprect. ad Instit. tit. de public. judic. § 2. n. 54. et 55. Assim a respeito do furto simples, do homicídio occulto, e dos delictos da carne, excepto o estupro. Puttmann *Elem. jur. Crim.* l. 2. c. 8. § 779. Carpzov. *Pract. Crim.* p. 3. qu. 108. n. 33. Estas conjecturas porém não devem ser leves, mas violentas, e proximas ao delicto. Boehmer. *Elem. jur. Crim.* Sect. 1. c. 5. § 99. No caso do furto feito com arrombamento he necessaria a inspecção ocular. Farinac. de *Inquisit.* qu. 2. n. 14. Guazzin. *Defens. reor.* Defens. 4. c. 7. n. 1. Caldero *Decis. Crim.* 9. n. 21.

(2) Alv. de 20 de Outubro de 1763. § 2. Boehmer. *Elem. jur. Crim.* Sect. 1. c. 5. § 100. Por quanto só a existencia do facto não basta senão consta do concomitante dolo, ou culpa. Jul. Clar. § fin. qu. 4. n. 5. O corpo de delicto attesta o facto; mas nem sempre attesta o crime. Vê-se hum homem matar a outro. Se elle mata o seu aggressor não excedendo os limites da sua natural deieza, não ha crime que se lhe impute. Toda a acção póde ter diversas faces. Voltaire. *Princ. de la justice et de l'humanité*. art. 22. § 1.

(1) Alv. de 4 de Setembro de 1765.

(2) Não bastão porém os Indícios para a final condemnação. L. 5. D. de porn. Gomes Variar *Resol.* tom. 3. c. 12. n. 25. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 7. n. 83. Por quanto sem legitima prova ninguém deve ser condemnado; e os Indícios nunca chegam á classe da prova; havendo apenas algum que não seja enganoso, e fallivel, e sendo dignas de applicação as maximas de Ulpiano na L. 10. § 1. D. de reb. dub. in ambiguis rebus humaniorem sententiam sequi oportet, e de Marcello na L. 192. § 1. D. de segul. jur. in re dubia benigniorem interpretationem sequi non minus justius est quam tutius. Hum Indício não he mais que hum facto, cuja causa he incerta. Supponhamos que ha dez Indícios; ahí temos sómente dez effeitos cuja causa he incerta. E dez incertezas como podem produzir huma certeza? Isso he tão impossivel como muitas trévas produzirem a luz. Brissot *Théorie des Loix Criminelles*, tom. 2. Sect. 15. pag. 147.

§ 55.

O Indicio he ou proximo, ou remoto. Este se diz o que he muitas vezes fallivel, e só toca os accidentes do crime, e não o mesmo crime (1). Aquelle he o que ordinariamente acompanha o crime,

(1) No número dos Indícios remotos devem contar-se: I. A queixa immediata do offendido. Ord. l. 5. tit. 134. pr. e § 2. L. *siquis in gravi*. 3. § *siquis moriens*. 1. D. de Syllan. Jul. Clar. § fin. qu. 21. n. 14. Carpzov. *Pract. rer. Crim.* p. 3. qu. 120 n. 50. II. A fugida. Ord. l. 1 tit 60. § 3. l. 5. tit. 48. § 2. tit 133. pr. Novell. 53. c. 4. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. n. 95. Henr. de Coccej. *Disput. de fuga*. c. 3. n. 19. III. A declaração do socio do crime. Carpzov. *Pract. rer. Crim.* p. 3. qu. 121. n. 20. Giurb Cons. 22. n. 19. IV. A semelhança do gesto, ou do traje. Puttman. *Elem. jur. Crim.* l. 2. c. 9. § 787. V. A fama pública, que procede de pessoas de authoridade. Ord. l. 5. tit. 133. pr. a qual com tudo só tem lugar nos delictos do mesmo genero. Farinac. de *indic. et tortur.* qu. 47. n. 8. Conciol. *Resolut. Crim. verbo fama*. Resol. 1. n. 2. O mero rumor vago não constitue nem ainda indicio remoto. L. 12. § 1. Cod. de pœn. VI. A companhia de homens facinorosos. Cicer. de *Senectut.* c. 3. n. 7. Carpzov. *Pract. rer. Crim.* p. 3. q. 120 n. 3. Henr. de Coccej. *Disput. de fallacibus criminum indicibus*. Sect. 1. § 29. VII. A inimizade capital. Gomes Var. Resol. tom. 3. c. 13. n. 11. Jul. Clar. § fin. qu. 21. n. 30. VIII. As ameaças. Ord. l. 5. tit. 134. § 1. Farinac. de *indic. et tortur.* qu. 40. n. 4. Giurb Cons. 91. n. 38. IX. A confissão extrajudicial. Ord. l. 3. tit. 52. pr. l. 5. tit. 134. pr. Gomes d. c. 13. n. 8. Jul. Clar. d. qu. 21. n. 31. X. O dito de huma só testemunha de vista. Ord. l. 5. tit. 134. pr. Carpzov. *Pract. rer. Crim.* p. 3. qu. 121. n. 10. Conciol. verb. *indicium* Resol. 4. n. 1. XI. A achada de instrumento suspeito como a gazua. Ord. l. 5. tit. 60. § 9. e 10. Farinac. de *indic. et tortur.* qu. 52. n. 69. XII. A simulação da loucura. Puttman. *Elem. jur. Crim.* l. 2. c. 9. § 788. XIII. A variação. Farinac. de *indic. et tortur.* qu. 52. n. 18. XIV. A perturbação do animo. Carpzov. *Pract. rer. Crim.* p. 3. qu. 120. n. 77. Farinac. d. qu. 52. n. 40. Leyser. *Specim. b34. de ambig. Crim. indic.* § 1.

me. e tem com elle huma relação íntima, e necessaria (1).

§ 56.

Hum Indicio remoto não deve trazer prejuizo algum ao Réo (2). São necessarios mais; e quanta fe então fação se deixa ao prudente arbitrio do Juiz (3).

C A =

(1) São por exemplo Indícios proximos: I. A achada da criva pertencente ao Réo, e do seu uso no lugar do delicto antes elle fora visto pouco tempo antes. Carpzov. *Pract. rer. Crim.* p. 3. qu. 121. n. 5. e 6. Kochmer. *Elem. jur. Crim.* Sect. 1. c. 6. § 122. II. A achada da coisa furtada em poder do Réo, não mostrando este titulo legitimo da sua aquisição. Puttman. *Elem. jur. Crim.* l. 2. c. 9. § 791.

(2) Ant. Matth. ad l. 48. D. tit. 16. c. 3. n. 16.

(3) Ord. l. 5. tit. 117. § 12. Berger. *Elem. Jurispr. Crim. Supplem.* p. 2. obs. 141. Este arbitrio porém não he tão livre, que não deva regular se pelas disposições de Direito. Ciriac. *Controv.* 302. n. 82. Leitão de *Inquisit.* qu. 10. n. 10. Daqui vem que cada hum dos indícios para poder attender se deve ser provado ao menos por duas testemunhas contestes. Farinac. de *Indic. et tortur.* qu. 37. n. 15. Guazzin. *Defens. reor.* Defens. 30. c. 31. n. 1. Defens. 32. c. 8. n. 3. e que sejam maiores de qualquer excepção. Gomes Variar. tom. 3. c. 13. n. 18. Menoch. de *Præsumpt.* l. 1. qu. 91. n. 6. Carpzov. *Pr. et. rer. Crim.* p. 3. qu. 123. n. 44. Deve igualmente advertir-se que os Indícios se desvanecem todas as vezes que o Réo os infringir por meio de provas, ou de outros Indícios contrarios. Carpzov. d. qu. 123. n. 62. Conciol. *Resolut. Crim. verb. indicium*. Resol. 2. n. 8. Porque bem pôde ser que hum homem innocente, ou por incon sideração, ou por malícia de outrem, ou por caso fortuito contraia a suspeita do crime. Puttman. *Elem. jur. Crim.* l. 2. c. 9. § 800. Lêão se as fataes historias de Anglade, e de Le Brun condemnados innocentes por Indícios, referidas por Mr. Gayot. de Pitaval na sua Collecção das *Causas célebres*. tom. 1. e 3. Por isso não basta, como diz Mr. d'Olivier de la *reform. des Loix Civiles* p. 2. c. 6. que os Juizes sejam instruidos na sciencia das Leis; he tambem necessario, que tenham perfeito co-

CAPITULO VII.

Da Pronuncia.

§ 57.

Provado o crime, e descoberto o seu author se-gue-se então a Pronuncia.

§ 58.

Pronuncia he a Sentença do Juiz ; que declara o Réo suspeito do delicto que faz objecto da Devassa, ou da Querêla contra elle dada, e o põe no número dos culpados (1).

§ 59.

nhecimento do coração humano. Os dois filhos de Clodio, natural de Terracina, foram accusados de Parricidio, porque seu pai fora achado degollado n'humas carnes junto daquella em que os dois irmãos dormião, e porque não havia Indicio que fizesse cargo aos escravos, ou a outra pessoa alguma. Esta presumpção era muito violenta; mas outra presumpção pareceo sufficiente para absolvellos, qual foi a de terem sido achados dormindo profundamente quando se abriu o quarto em que seu pai estava morto. Entendeo-se não ser natural que os filhos dormissem tranquillamente ao lado do corpo ensanguentado da seu pai, se elles mesmos o houvessem assassinado com a mais horriavel barbaridade.

(1) De dois modos pôde fazer-se a Pronuncia ou obrigando o Réo a prisão, e livramento, ou obrigando-o somente a que se livre como seguro. Aquella primeira, fórma de Pronuncia tem lugar nos delictos de que pôde seguir-se pena corporal, donde resulta o justo receio da fugida do Réo. *Leitão de Inquisit. qu. 10. n. 2.* A segunda fórma da Pronuncia tem lugar: I. Quando o Queixoso não provou a Querêla dentro dos vinte dias, ou não provou tanto porque o Réo deva ser preso. *Ord. l. 5. tit. 117. § 18. e 19.* II. No caso do estupro em que

§ 59.

Não deve pronunciar-se algum Réo sem preceder cabal informação do seu delicto (1).

§ 60.

o Réo prestada a causão se livra como seguro (posto que a dita causão deve prestar-se da cadeia) *Ord. l. 5. tit. 23. pr. III.* Nos delictos leves de que não pôde seguir-se pena corporal, ou afflictiva. *Leitão de Securitat. qu. 12. n. 7. IV.* Quando algum que foi livre por Sentença com a Justiça he depois accusado pela Parte que não fora citada, servindo-lhe a Sentença de Carta de Seguro. *Ord. l. 5. tit. 130. § 2.* Os Réos, que assim se livrão como seguros, estão sujeitos ás mesmas obrigações, que os verdadeiramente seguros; e por isso não somente devem comparecer nas audiencias, mas podem ser presos nos casos em que os seguros por Direito o devem ser.

(1) *Ord. l. 1. tit. 65. § 37. l. 5. tit. 117. § 12.* argum. da Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 14. Qual seja esta cabal informação do delicto, que deve preceder á Pronuncia fica ao arbitrio do Juiz. *Ord. l. 5. tit. 117. § 12. Farinac. de Carcerib. qu. 27. n. 126. Jul. Clar. l. 5. § fin. qu. 28. n. 2. (§ 56. Not.)* Deve porem esse arbitrio regular-se pelas disposições de Direito. *Farinac. de Indic. et tortur. qu. 37. n. 196. Salgad. de Reg. Protect. p. 2. c. 4. n. 132.* Esta Informação, posto que summaria, não deve ser verbal. *Ord. l. 1. tit. 65. § 37. l. 5. tit. 117. § 6. Leitão de Inquisit. qu. 10. n. 12.* Humas só testemunha não basta para a Pronuncia senão concorrem outros indícios. argum. da *Ord. l. 1. tit. 65. § 37. l. 5. tit. 117. § 12. l. 2. D. de question. l. 9. Cod. de testib. Vas ad Reformat. Justit. § 14. n. 177. Salzedo ad Diaz. Practic. Crimin. c. 124. vers. simplina.* Deve sempre para a Pronuncia haver prova tal, que obrigue a alguma pena, posto que extraordinaria. *Ord. l. 5. tit. 127. § 1. Leitão de Inquisit. qu. 10. n. 17. Ferreira Practic. Crimin. tom. 2. trat. 3. c. 5. n. 43.* Daqui vem que não bastão por si sós os Indícios remotos, e falliveis, e que legalmente se não provão. *Leitão d. qu. 10. n. 18. (§ 56. Not.)*

§ 60.

Póde proceder-se á Pronuncia logo que da De-
va-sa resulta prova sufficiente para a prisão do
Réo. Se depois se prôvao outras culpas, estas ac-
crescem ás primeiras (1).

C A.

(1) Leitão de *Inquisit.* qu. 10. n. 25. Quando o Juiz pronun-
cia o Réo, que está prezo deve appellar por parte da Justiça.
Cabed. p. 1. ar. 56. vers. *e acerca*. Phzb. p. 1. ar. 160. Póde o
Réo agravar por Petição, ou Instrumento da Pronuncia que
delle faz o Juiz para o Superior legitimo, estando prezo, af-
fiançado, ou seguro. Phzb. p. 1. ar. 101. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. §
1. n. 7. Moraes de *Execut.* l. 1. c. 4. § 2. n. 17. Da mesma fórma
póde agravar a Parte contraria quando o Juiz não pronun-
ci. O agravo do despacho, que decreta a soltura, he sempre
suspensivo, ainda antes de Acordão avocatorio, ou Dia de Re-
gedor em Ferias em razão do damno irreparavel, mas sómen-
te suspende até á primeira Conferencia de Relação. Phzb. p.
1. ar. 101. O agravo da injusta pronuncia interpõe-se não só
do Juiz, que pronuncia, mas tambem dos Corregedores das Va-
ras do Crime da Corte por sustentarem a Pronuncia quando as cul-
pas são remetidas ás ditas Varas, bastando a approvação tacita
para qualificar o agravo. Assento da Relação do Porto de 9 de
Março de 1758. Phzb. p. 2. ar. 182. Se o Juiz repára o ag-
ravo, e despronuncia o Réo, dessa Sentença, que tem for-
ça de definitiva compete á Parte contraria o Recurso de Appel-
lação. O agravo da injusta Pronuncia deve interpôr-se dentro
de dez dias contados da apresentação da Carta de Seguro, ou
do Alvará de Fiança. Assento de 29 de Agosto de 1690. Se
o Réo está prezo póde agravar a todo o tempo da injusta
Pronuncia, porque a Prisão traz hum gravame contínuo, e
successivo. Scaccia de *Appellat* qu. 12. n. 146. Guazzini. Defens.
6. c. 1. n. 23. Cabed. p. 1. Dec. 76. n. 3. Themud. Dec. 255. n.
1. Os agravos da injusta Pronuncia bem como os de outros
quaesquer incidentes de Causas Crimes, que se tratão nesta
Cidade interpõe-se dos Ministros Criminaes dos Bairros para as
Varas do Crime da Corte. Ord. l. 1. tit. 7. § 16. Alv. de 7 de
Junho de 1605. § 13. Assepto de 1 de Abril de 1621, e dos

CAPITULO VIII.

Da Prizão.

§ 61.

F Eita a Pronuncia, e posto o Réo no número
dos culpados, então se procede á sua captura, ou
prizão (1).

G

f 62.

Corregedores das ditas Varas para a Meza dos Aggravos. d. Ord.
l. 1. tit. 7. § 18. Naquelles agravos ha certeza, porque dos Mi-
nistros dos Bairros do Rocio, Alfama, Ribeira, Limoeiro, e
Castello se agrava para o Corregedor do Crime da Corte, e
dos Ministros dos Bairros dos Remolares, Rua Nova, Bairro-
Alto, Belém, Santa Catharina, Mouraria, Andaluz, e Mocam-
bo para o Corregedor do Crime da Corte e Casa. Os aggra-
vos interpostos dos Juizes de India e Mina, e Ouvidoria da
Alfandega são livres, e vão ou a hum, ou a outro. Os ag-
gravos de Instrumentos Crimes são decididos pelos mesmos
Corregedores das Varas do Crime da Corte, e seguem a dis-
tribuição. L. de 7 de Junho de 1605. § 13. Assent. de 1 de
Abril de 1621. Peg. ad Ord. l. 1. tit. 7. § 16. n. 4. O Réo não
póde agravar, ou pôr suspensão sem estar prezo, affiançado,
ou seguro. Phzb. p. 2. ar. 104. Leitão de *Inquisit.* qu. 7. n. 16.

(1) Ord. l. 5. tit. 119. argum. do Decreto de 30 de Setembro
de 1693. l. 2. Cod. de exhibend. reis. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 1.
n. 12. e p. 2. l. 5. c. 1. § 1. n. 7. Moraes de *Execut.* l. 1. c. 4. §
2. n. 17. Ao tempo da prisão deve fazer-se auto de habito,
e tonsura. Ord. l. 5. tit. 121. pr. o qual depois se ajunta ao
Proccsso tanto que o libello for apresentado. Ord. l. 1. tit. 79.
§ 35. l. 5. tit. 124. § 12. Vls Allegat. 13. n. 256. Allegat.
14. n. 2. Alleg. 46. n. 24. Cabed. p. 1. Dec. 58. n. 1. A razão he
porque o Clerigo de Ordens Menores sendo achado sem habito
Clerical e tonsura ao tempo da prisão não goza do Privilegio
do Foro. Ord. l. 2. tit. 1. § 4. 27. 28. Como porém o Juiz Se-
cular conhece da competencia do Privilegio que o Clerigo de
Ordens Menores deve deduzir por meio de Excepção, deve
conservar-se o mesmo Clerigo na prisão até á decisão della.
Ord. l. 5. tit. 124. § 13. Vas Alleg. 19. n. 12. Julgada pro-

§ 62.

Regularmente o Réo não pôde ser prezo sem ordem do Magistrado (1) nem antes de culpa formada (2), excepto: I. Quando he achado em flagrante

vada a Excepção deve o Clerigo ser remettido ao Juizo Ecclesiastico com os autos, pagas primeiro por elle as custas. Ord. l. 1. tit. 24. § 34. l. 3. tit. 67. § 5. Vas Alleg. 21. § 1. O Réo que no auto da prisão allegar ser familiar de algum Embaixador, ou Ministro público sem trazer sinal manifesto de que o he, deve ser levado á presença do Regedor para averiguação do Privilegio, sendo em tanto o mesmo Réo conservado em custodia. Alv. de 11 de Dezembro de 1748. O Réo prezo em custodia não he obrigado a correr Folha, ou pagar carceragem nem se lhe fórma auto de prisão ou tonsura. Phab. p. 2. ar. 51. nem pôde ser embargado na cadeia. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. § 2. n. 38. Phab. p. 1. ar. 152. No Juizo do Proto-Medicato tiradas as Devassas pelos seus Commissarios a Pronuncia não obriga a prisão, mas sómente a prestar causão arbitrada pelo Tribunal para prestar a qual, he citado, e só na falta della he prezo. (§ 8. Not.) Os Nobres da primeira ordem não podem ser presos senão por Ordem Régia para o que no caso de o deverem ser se deve dar parte ao Ministerio. Ord. l. 5. tit. 119. § 3. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. § 1. n. 10. Do despacho que decreta a prisão compete aggravado de Petição, ou Instrumento. Phab. p. 1. ar. 101. Moraes de Execut. l. 1. c. 4. § 2. n. 17. assim como daquelle que decreta a soltura. (§ 60. Not.) Nos casos em que não he legitima a prisão do Réo tambem este não pôde ser embargado na cadeia. argum. da Ord. l. 4. tit. 772 pr. Phab. p. 1. ar. 134. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. § 1. n. 9.

(1) Ord. l. 1. tit. 75. § 10. l. 5. tit. 119. pr. l. 3. Cod. de exhibend. reis l. 176. D. de regul. jur. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 1. n. 13. Moraes de Execut. l. 1. c. 4. § 2. n. 9. Ferreir. Pract. Crim. tom. 2. trat. 3. c. 7. n. 23. Os mandados, ou ordens de prisão devem levar declarados os nomes dos que hão de ser presos, e devem ir assinados pelo Juiz. Ord. l. 1. tit. 75. § 1. l. 5. tit. 119. Assim como ninguém deve ser prezo sem ordem do Magistrado, da mesma sorte não pader ser solto sem ordem contraria depois de prezo. Ord. l. 1. tit. 75. § 15. tit. 77. § 6.

(2) Ord. l. 5. tit. 117. § 2. tit. 119. pr. argum. da Lei de 6

gante delicto (1): II. Quando o crime provado merece pena de morte natural ou civil (2).

G ii

§ 63.

de Dezembro de 1612. § 14. l. 2. Cod. de exhibend. reis Jul. Clar. l. 5. § fin. qu. 28. n. 1. Scaecia de Judiciis. l. 1. c. 42. n. 1. Leitão de Inquisit. qu. 10. n. 11.

(1) Ord. l. 1. tit. 65. § 37. e 38. l. 5. tit. 119. pr. Alv. de 19 de Outubro de 1754. Leitão de Inquisit. qu. 10. n. 6. Moraes de Execut. l. 1. c. 4. § 2. n. 13. Esta noção do fragante delicto se estende até o acto successivo em que as Justicias vão em seguimento do Réo. Alv. de 25 de Setembro de 1603. Phab. p. 2. ar. 191. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 1. n. 14. Não deve porém o Réo neste caso ser conduzido á cadeia antes de ser apresentado ao Juiz se isso commodamente se poder fazer. Ord. l. 1. tit. 75. § 10. e 15. e o Juiz o deve ouvir pessoalmente, e não por meio de recados de criados. Alv. de 25 de Dezembro de 1608. § 32. Alv. de 9 de Setembro de 1697. Podem em fragante delicto ser presos os Ecclesiasticos, e os Cavalheiros das Ordens Militares, e conduzidos á presença de qualquer Juiz Leigo. Ord. l. 2. tit. 1. § 29. Alv. de 11 de Outubro de 1630. Qualquer Official Militar, ou Soldado pôde prender a quem achar em fragante delicto, ainda não sendo Militar. Alv. de 21 de Outubro de 1763 § 6. Ainda mesmo qualquer pessoa particular pôde prender o delinquente em fragante delicto l. 25. D. ad Leg. Jul. de adulter. l. 56. § 1. D. de furt. com tanto que o entregue á Justiça dentro de vinte quatro horas, aliás incorre no crime de carcere privado. argum. da Ord. l. 5. tit. 95. § 1. Guazzin. Defens. §. c. 1. n. 16. Se das mãos dessa pessoa particular for depois tirado o prezo quem lho tirar incorre na pena da Resistencia. Ord. l. 5. tit. 48. pr. Deve porém formar-se ao prezo a culpa dentro de oito dias, sendo o caso de Devassa, e dentro de dois dias, sendo caso sómente de Querrela. Ord. l. 1. tit. 65. § 37. Lei de 6 de Dezembro de 1612 § 14. Alv. de 5 de Março de 1790 § 8. Findo este termo sem se lhe formar culpa deve logo ser solto. D. Ord. l. 1. tit. 65. § 37. Não pôde o prezo ser retido no segredo por mais de cinco dias. D. Alv. de 5 de Março de 1790 § 2. Decreto de 7 de Agosto de 1702, que traz Negreiros ad Leg. Crimin. c. 13. n. 29. pag. 47.

(2) Lei de 6 de Dezembro de 1612, § 14. Alv. de 19 de Outubro de 1754. Alv. de 5 de Março de 1790, § 1. Leitão

§ 63.

Se os Réos se ausentão a fim de evitarem a prisão expedem-se Cartas Precatorias aos Juizes em cujo Territorio existem para os fazerem prender (1).

§ 64.

de *Inquisit.* qu. 10. n. 7. *Ferreir. Pract. Crim.* tom. 2. trat. 3. c. 7. n. 23. *Moraes de Execut.* l. 1. c. 4. § 2. n. 9. O dito Alv. de 19 de Outubro de 1754 estendeo este procedimento aos casos de Devassa, em que cabe pena de açoutes, ou de degredo maior que o de seis annos para o Brazil. Nestes casos deve formar-se a culpa ao Réo dentro do prefixo termo de oito dias D. Alv. de 5 de Março de 1790, § 1. Note-se que o § 14. da Lei de 6 de Dezembro de 1612 se explica pela palavra *poder*, que não denota necessidade. Vas ad d. § 14. n. 174. e que a sua execução deve restringir-se a crimes graves, e applicar-se prudentemente *Mend. p. 2 l. 5. c. 1. § 1. n. 8.*

(1) Ord. l. 1. tit. 58. § 38. l. 5. tit. 119. § 4. *Phæb.* p. 2. ar. 146 *Gom. variar. Resol.* tom 3. c. 9. n. 4. Nas Deprecadas, ou Requisitorias para a prisão deve ir inserta a culpa. Ord. l. 3. tit. 1. § 5. Alv. de 5 de Março de 1790, § 4. *Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 1. n. 15. e p. 2. l. 5. c. 1. § 1. annotat. 1. n. 11.* Não pôde porém fazer-se execução pelas Requisitorias que vem de outros Reinos. *Phæb.* p. 1. ar. 29. excepto sómente aquelles com os quaes ha Concordatas para as trocas dos Réos nos crimes graves, como ha entre este Reino, e o de Castella. Concordata de 28 de Fevereiro de 1569 que vem no fim do tomo 3. da *Ord. Edis. Vicent.* pag. 129. Qualificação-se crimes graves para o dito fim: I. Os crimes de Lesa-Majestade: II. Assassinio: III. Morte com besta: IV. Roubo de estrada: V. Fugida do ladrão, levando consigo as cousas furtadas: VI. Quebra dolosa: VII. Resistencia: VIII. Arrombamento de cadeia. A prisão em virtude das Requisitorias expedidas das Jurisdicções do districto da Casa do Porto só pôde ser determinada na Corte, e seu territorio pelos Corregedores do Crime della. D. Alv. de 5 de Março de 1790. § 4.

§ 64.

Quando os Réos se acolhem á Igreja gozão da Immunidade para não serem prezos (1). Ha com tudo alguns crimes exceptuados em que não tem lugar a Immunidade (2).

§ 65.

(1) Ord. l. 2. tit. 5. c. 6. de *Immunitat. Eccles.* A Immunidade he o Direito do asylo, que a Igreja dá aos Christãos, que se acolhem a ella, sendo réos de morte, ou de sangue. Só o Principe pôde conceder este Direito, que he verdadeiramente hum Privilegio, porque só aquelle, que pôde impôr penas he que pôde remettillas. Por isso os Imperadores Romanos legisláão sobre esta materia, como se vê na L. 1. Cod. Theodos. de his qui ad Eccles. Confug. na L. 3. Cod. Justinian. eod. e na Novel. 17. c. 7. A razão motiva desse estabelecimento he a que se dá na dita Ord. l. 2. tit. 5. pr. nas palavras *por honra á Santa Madre Igreja.* Concede-se a Immunidade ás Igrejas edificadas por authoridade Ecclesiastica, e aos seus adros. D. tit. 5. § 11. posto que não estejam sagradas. D. tit. 5. pr. Os adros nas Cathedraes não excedem a quarenta passos, e nas outras Igrejas a trinta. *Riegg. Jurisprud. Eccles.* p. 3. tit. 49. § 873. Concede-se tambem aos Mosteiros. Lei de 12 de Março de 1603, § 8. Em consequencia não gozão da Immunidade as Casas Episcopaes, e as dos Abbades, e Piores dos Mosteiros. Ord. l. 1. tit. 73. § 7. l. 5. tit. 104. § 3. Lei de 12 de Março de 1603, § 7. Os asylos não devem ampliar-se antes restringir-se, porque dificultando o castigo dos delinquentes facilitão os delictos. *Bugnyon Leg. abregat.* l. 1. sect 16. *Myler Tract. de Jure asylorum* c. 4. n. 11. *Beccaria, Trat. dos delictos, e das penas*, § 35. Com este motivo a Lei de 10 de Janeiro de 1692 abolio todos os coutos, ou lugares de asylo, que havia no Reino.

(2) Taes são: I. Aquelles delictos, que são commettidos com proposito de offender, ou que são circumtanciados com a qualidade de força, ou violencia á excepção do estupro. Ord. l. 2. tit. 5. § 4. Esta Ord. seguiu a Disposição de Direito Canonico no Can. de *raptoribus* 3. caus. 16. qu. 1. contra o do Direito Romano na L. un. de *raptu virginum*, e na Novel. 17.

c. 7. II. Os delictos a que não he imposta pena de morte natural ou civil, ou cortamento de membro. Ord. l. 2. tit. 5. pr. l. 5. tit. 123. § 2. mas sómente a de açoutes, ou galés. Reportor. das Ord. tom. 3. pag. 21. Edig. de Coimbra. III. Os delictos committidos de proposito, e deliberadamente na Igreja. D. Ord. l. 2. tit. 5. § 2. c. 10. de Immunit. Eccles. Riegger. *Jurispr. Eccles.* p. 3. § 897. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. app. 3. § 1. n. 35. Para este caso importa o mesmo committellos, que mandallos committer. Phæb. p. 2. ar. 185. Daqui vem que não gozão da Immunidade: I. O ladrão público, isto he, aquelle que tem commettido diversos furtos com qualidade. Phæb. p. 1. Dec. 81. n. 11. Reportor. da Ord. tom. 3. pag. 292. Edig. de Coimbra. II. O salteador de estradas d. Ord. l. 2. tit. 5. § 3. l. *Capitalium* 27. § *famosos* 5. D. de pœnis. III. O que resiste á Justiça. Alv. de 24 de Outubro de 1764, § 11. IV. O incendiario. Ord. l. 2. tit. 5. § 3. l. 1. Cod. quando liceat. unicuique sine judice se vindicare l. 27. § 12. D. de pœnis. V. O homicida proditorio, ou insidioso. Ord. l. 2. tit. 5. § 4. Phæb. Decis. 81. n. 8. Pereir. de *Manu Régia* p. 2. c. 30. n. 9. Cardos. verbo *Ecclesia* n. 88. Para o delinquenter ser tirado da Igreja procede-se a hum co-nhecimento summario. Ord. l. 2. tit. 5. § 7. Deve ser ouvido o Vigario Geral do Bispado, ou não estando elle na Terra, o Parocho da Igreja, ficando em tanto guardado o prezo na mesma Igreja. D. § 7. vers. ult. Em quanto não apparecem, o Juiz Secular procede na Inquirição das testemunhas, pelas quaes achando que o malfetor não goza da Immunidade deve logo mandallo tirar da Igreja, e conduzir á cadeia para ali ficar em custodia. D. Ord. l. 2. tit. 5. § 7. Concordando o Juiz Secular com o Ecclesiastico cumpre o que entre elles he acordado sem appellação, ou aggravado. Discordando, deve fazer se disso auto lavrado pelo Escrivão Secular do districto, e assinado por hum e outro Juiz, e remetter-se com o Summario aos Corregedores do Crime da Corte, ou da Relação do Porto, segundo o districto, ou ao Corregedor da Comarca aonde está a Igreja. Assento da Relação do Porto de 1 de Julho de 1653. Pôde o Réo prezo em custodia suspensa a remeisa vir com artigos de Immunidade, que se recebem, e sobre elles se profere Sentença de que o Juiz concedendo a Immunidade deve appellar por parte da Justiça, ainda que a Parte não appelle. Ord. l. 2. tit. 5. § 9. l. 5. tit. 124. § 13. Do recebimento ou desprezo dos Artigos de Immunidade compete Aggravado de Petição. Ord. l. 5. tit. 124. § 3. Os feitos de Immuni-

da-

§ 65.

A prisão foi introduzida mais para segurança do Réo, que para a pena do seu delicto (1).

CA-

dade hindo ás Relações devem ser distribuidos havendo-se para elles aberto Casa na Relação de Lisboa por despacho do Regedor de 23 de Agosto de 1796. Porque ainda que a Ordenação falle sómente em Corregedor da Corte he porque no tempo em que ella foi feita não havia senão hum Corregedor, posto que já houvesse dois no tempo da ultima Compilação, sendo este hum dos descuidos dos Compiladores. Distribuido o feito se faz concluso com Certidão da prisão em custodia, para se proferir Sentença definitiva, da qual não compete Recurso algum. Se o Réo he Cavalleiro de alguma das Ordens Militares, nem por isso conhece da questão da Immunidade o Juiz dos Cavalleiros. Assento de 25 de Agosto de 1663. Havendo dúvida a respeito da Immunidade na prisão de algum Criminoso Militar desempata o Auditor. Alv. de 21 de Outubro de 1763, § 11. A Immunidade Civil compete unicamente ás pessoas dos Ministros Estrangeiros, e dos seus criados assalariados, ou commençaes em actual serviço, e á casa da sua habitação. Alv. de 11 de Dezembro de 1748. Não deve porém estender-se a outras pessoas estranhas, e menos aos malfetores, que se acolherem ás casas dos ditos Ministros para escapa: em ás penas que tem merecido. D. Alv. Mr. de Vattel *Droit des gens.* tom. 3. l. 4. c. 9. § 118 Thomas. *Disput.* 16. tom. 1. *de jure asyli legatorum edibus competente*, § 26.

(1) L. 3. § 9. D. de pœn. l. 1. Cod. de custod. reor. Gail l. 1. obs. 26. n. 7. Mauson. de *Caus. executiv.* qu. 2 n. 19. Farinac. de *Carcer.* qu. 27. n. 95. Com tudo ás vezes he applicada como pena Civil. Ciriac. *Controv.* 172. n. 52. e 53. Conciol. *Resol. Crimin.* verb. *Carcer.* Resol. 3. n. 2. Não deve porém o Réo ser carregado de ferros senão em crimes gravissimos. Decreto de 30 de Setembro de 1693. Os livramentos dos Réos prezos pobres não deve demorar-se pelo motivo da falta do pagamento dos salarios, de ametade dos quaes são pagos os Escrivães pelo Real Erario depois de findos os livramentos. Ord. l. 1. tit. 2. § 17. tit. 24. § 43. l. 5. tit. 140. § 9. Lei de 6 de Dezembro de 1612, § 17. Lei de 31 de Março de 1742, § 4. Alv. de

CAPITULO IX.

Do Seguro.

§ 66.

Cessa a prisão no caso do Seguro. Relaxa-se nos casos da Homenagem, e da Fiança.

§ 67.

Seguro he a promessa judicial pela qual o Réo, debaixo de certas condições se exime da prisão até á conclusão da causa (1).

§ 68.

5 de Março de 1790, § 5. l. 5. Cod. de custod. reor. Pois que o objecto da prisão he a segurança do Réo, não deve a sua detensão na cadeia ser huma continuação de angústias, cuja idéa repugna tanto á humanidade como á justiça. Devião remediar-se a escuridade, a infecção, e outros horrores, que fazem de muitas das nossas cadeias hum lugar de desolação, em que a perda da liberdade he o menor mal que se padeca. He preciso que para as mulheres haja cadeia separada, a fim de não perigar a sua honestidade. L. 3. Cod. de Custod. reor.

(1) As Cartas de Seguro forão desconhecidas dos Romanos, e he hum remedio particular do nosso Reino Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 1. append. 2. n. 22. Elle não tem semelhança com o remedio da Fiança, de que se trata na L. 1. e por quasi todo o Titulo D. In jus vocati ut cant. A Fiança regularmente se concede aos presos. Phæb. p. 2. ar. 161. posto que em algumas circumstancias se faculta tambem aos mesmos soltos. Regimento do Desembargo do Paço, § 24. (§ 82. Not.) E as Cartas de Seguro concedidas aos presos, ainda que seja por diverso crime daquelle porque procede a prisão commettido antes ou depois desta não valem. Phæb. p. 1. ar. 172. As mesmas Cartas de Seguro nada tem de commun com os salvos conductos, de que se usa entre outras Nações. Esses salvos conductos são dados não

§ 68.

A Carta de Seguro concede-se ao Réo ou negando elle o facto, ou confessando-o debaixo de legitima defeza, e nesta differença ella he ou Confessativa (1), ou Negativa (2).

H

§ 69.

para o Réo poder estar em Juizo, e livrar-se solto do crime porque he accusado, mas para poder ir tratar algum negocio a Terra de inimigos, ou a Paiz d'onde foi banido. Veja-se Mr. de Vattel *Droit des gens*, tom. 3. l. 3. c. 17. § 265. Boehmer. *Elem. Jur. Crim.* Sect. 1. c. 8. § 153. e 161. Differem tambem das Seguranças Reaes, de que trata a Ord. l. 3. tit. 78. § 5. e l. 3. tit. 123. as quaes são concedidas pelos Juizes das Terras não aos criminosos, mas aos innocentes que temem com justa causa ser inquietados por outros, e buscão o abrigo da Justiça para que reporte aquelles que os vexão, e os cohiba de lhes fazerem mal, precedendo para isso breve, e extrajudicial Informação. Cabed. p. 1. dec. 29. (§ 316. Not.) As Cartas de Seguro forão requeridas pelos Póvos deste Reino ao Senhor Rei D. Pedro I. nas Cortes de Elvas. Foi hum remedio com que então se quiz obstar á vindicta particular permittida naquelles tempos. Ord. l. 2. tit. 26. § 2. Com o andar do tempo forão sendo as ditas Cartas o restricto fim de eximirem os Reos da prisão para se livrarem soltos dentro do tempo por ellas concedido. Vas Allegat. 67. n. 1. Leitão de *Securitat.* qu. 1. n. 1. Cartas de Seguro geraes, ou Tutos accessos não se concedem, nem ainda com o pretexto de não estarem as culpas formadas. Decreto de 14 de Março de 1742. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. append. s. n. 26.

(1) A confessativa tem lugar nos casos das Ordenações l. 3. tit. 35. pr. tit. 38. tit. 127. § 8. He necessario porém que a defeza releve, isto he, que provada conclua não ter o Réo culpa alguma para ser condemnado; como se allega e que matou ou ferio em sua necessaria defeza. Leitão de *Securitat.* qu. 15. n. 6. A defeza que provada só diminue a culpa não he bastante para a concessão da Carta confessativa porque he mais contrariedade que defeza.

(2) A Negativa subdivide-se em Negativa simples, e Nega-

§ 69.

A Carta de Seguro regularmente se concede (1). Exceptuão-se porém: I. O crime de morte (2). II. O de Lesa-Majestade (3). Moeda falsa (4). IV. Defloração (5). V. Ferimento com faca ou outra arma de-

tiva coartada. Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 1. Para aquella não he preciso fazer o Réo especial menção do delicto. Leitão de *Securitat.* qu. 15. n. 1. Para a Negativa coartada he necessario individuar o delicto com todas as circumstancias que podem augmentallo, ou diminuillo; D. L. de 6 de Dezembro de 1612. § 1. Leitão d. qu. 15. n. 3. e 15. Phæb. p. 2. ar. 106. No resto regulão-se as Cartas Negativas coartadas, como as Negativas simples. Phæb. p. 1. ar. 138.

(1) Por argumento da Ord. l. 1. tit. 7. § 8. e tit. 58. § 40. Da concessão, ou denegação da Carta de Seguro compete o Aggravo de Petição, ou Instrumento. Lei de 6 de Dezembro de 1612, § 1. e 3. Este Aggravo póde ser interposto por Procurador. *Vat ad Reformat. Justit.* d. § 1. n. 18.

(2) Neste crime só podem conceder-se as Cartas de Seguro ou seja Confessativas, ou seja Negativas em Relação por seis Juizes á vista da culpa. Ord. l. 5. tit. 129. § 1. Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 1. Lei de 10 de Janeiro de 1692. Decretos de 24 de Setembro de 1678, e de 25 de Janeiro de 1679. Assento de 19 de Janeiro de 1610, as quaes Cartas passadas nas Relações não se expedem sem distribuição. Decreto de 22 de Março de 1714. O mesmo he nos crimes acerca da arrecadação da Fazenda Real, em que as Cartas de Seguro Confessativas só podem ser facultadas á vista da culpa pelos Juizes dos Feitos da Fazenda com cinco Adjuntos. Alv. de 20 de Abril de 1671. Alv. de 19 de Fevereiro de 1674.

(3) Menção de *arbitrar. judic.* l. 1. qu. 81. n. 14. Leitão de *Securitat.* qu. 6. n. 30.

(4) Decreto de 22 de Abril de 1688 que se transcreve na Not. do Repertor. tom. 1. pag. 736. Edic. de Coimbra.

(5) Ord. l. 5. tit. 23. § 1. Alv. de 29 de Março de 1751. Neste caso não se concede o Seguro nem Alvará de Fiança, nem Homenagem por ter o Réo o remedio legal da causão.

defeza, ou ainda o simples uso della (1). VI. Os crimes de Almotaceria, ou que respeitão ao governo da Cidade (2). VII. De travessia de pão (3), sal (4), ou palha (5). VIII. De descaminhos de fazendas (6), ou Direitos da Alfandega (7). IX. Os crimes Militares dos soldados (8). X. O crime de arrogar-se com Certidões falsas foros indevidos (9).

H ii

XI.

D. Ord. l. 5. tit. 23. d. Alv. de 29 de Março de 1751. Phæb. p. 1. ar. 109. p. 2. ar. 139. Concede-se porém no caso da traição, e alcivosa. Ord. l. 1. tit. 7. § 12. Assento da Relação do Porto de 15 de Junho de 1675. O Réo prezo offerece a causão de certa quantia, expondo os motivos, porque a Queixosa não merece maior dote. He esta citada para contestar em termo breve. Se não comparece, se deposita a causão offerecida, e debaixo della he o Réo solto. Se comparece e contesta, se conhece da questão summariamente. Da Sentença compete Appellação (não sendo dada por Acordão) porque tem força de Definitiva. Assento de 7 de Fevereiro de 1692. O Réo deste crime livrando-se com causão he reputado como se fora prezo, ou affiançado. Phæb. p. 2. ar. 137.

(1) Lei de 29 de Março de 1719.

(2) Decreto de 3 de Outubro de 1672.

(3) Decreto de 25 de Janeiro de 1679. Carta Régia de 12 de Agosto de 1695, § 4. Decreto de 3 de Setembro de 1695.

(4) Decret. de 1 de Março de 1692.

(5) Alv. de 1 de Julho de 1752.

(6) Lei de 16 de Agosto de 1722. Alv. de 14 de Novembro de 1757.

(7) Decreto de 19 de Maio de 1695.

(8) Alv. de 21 de Outubro de 1763. Não assim os Civis, nos quaes as Cartas de Seguro são passadas pelos respectivos Auditores nos casos ordinarios, ou pelo Conselho de Justiça nos casos graves. Alv. de 14 de Outubro de 1791. São crimes Militares a desobediencia aos Superiores, a falsa informação sobre qualquer objecto Militar, o abandono do posto, a fraqueza, a desersão, e outros semelhantes, de que tratão o Cap. 26 do novo Regulamento da Infantaria, e o Cap. 27 do da Cavallaria, e os Artigos de Guerra da Armada Real de 18 de Setembro de 1799.

(9) Alv. de 9 de Dezembro de 1606. Nos outros casos de

XI. O crime de ir a bordo de Navios antes de descarregarem (1). XII. Sobre o recuar das carruagens (2). XIII. Quando a Carta de Seguro foi já huma vez negada (3). XIV. Ou se a que se pertende he já segunda (4). XV. Ou se pede depois de Sentença final contra o ausente (5).

§ 70.

falsidade não estão prohibidas as Cartas de Seguro, e aquella excepção firma a regra em contrario. Não se concedem porém Alvarás de Fiança nos crimes de falsidade. Regimento do Desembargo do Paço, § 25.

(1) Lei de 16 de Agosto de 1722, Alv. de 14 de Novembro de 1757.

(2) Lei de 22 de Outubro de 1686.

(3) Lei de 10 de Janeiro de 1692. Decreto de 13 de Setembro de 1691, ainda que a primeira se pessa Negativa, e a segunda Confessativa. Assento de 22 de Setembro de 1695. Não pôde, negada a Carta de Seguro em Relação, oppôr-se Embargos ao Acordão, que a negou. Assento de 27 de Novembro de 1691.

(4) Findo o tempo do Seguro, o qual não pôde exceder a hum anno, Lei de 10 de Janeiro de 1692. Decreto de 13 de Setembro de 1691, só pôde ser reformado por Provisão do Desembargo do Paço, e não por nova Carta. D. Lei de 10 de Janeiro de 1692. Este Tribunal só concede até terceira reforma, não se podendo facultar quarta sem Resolução Régia por meio de Consulta. Regim. do Desembargo do Paço, § 8. Alv. de 24 de Julho de 1713. He preciso que nas Petições para reforma do Seguro se declare o número dos que tem sido concedidos. Phæb. p. 1. ar. 155. Se porém o Seguro não he findo, mas quebrado, costuma-se conceder Carta de Seguro pelo resto do dito anno. Nota do Desembargador João Alves da Costa, referida no Reportorio, tom. 4. pag. 604. Edic. de Coimbra. Toma o Réo, a quem assim se reforma o Seguro, a causa no estado em que ella se acha pagando as custas do retardamento. Argum. da Ord. l. 5. tit. 124. § 15. tit. 129. § 2.

(5) Ord. l. 5. tit. 126. § 7.

§ 70.

As Cartas de Seguro impetrão-se logo depois de commetrido o delicto (1). Exceptuão-se as Cartas Negativas em caso de morte, ou de feridas, ou pizaduras inchadas (2).

§ 71.

O Seguro legitimamente impetrado quebra-se:
I. Quando o Réo não se apresenta, ou apresentando-se não faz citar a Parte em tempo legitimo (3).
II. Quando não comparece nas Audiencias (4). III. Se

(1) Leitão de *Securitat.* qu. 5. n. 8. e 15. Vas Alleg. 67. n. 14.

(2) No segundo caso esperão-se trinta dias, no primeiro tres mo. Ord. l. 5. tit. 129. pr. Vas. Alleg. 67. n. 14. O dia da morte, ou do ferimento não se computa no sobredito termo. Vas ad *Reformat. Justit.* § 1. n. 8. O Desembargo do Paço costuma dispensar a este respeito. Regim. do Des. do Paço. § 97. e 98. Vas d. Alleg. 67. n. 20. Leitão de *Inquisit.* qu. 5. n. 9. e 10. Phæb. p. 2. ar. 186. vers. *Concede S. Magestade.*

(3) Deve o Réo, que impetrou a Carta de Seguro, apresentar-se com ella em Audiencia dentro de dezoito dias, e no mesmo termo fazer citar a Parte, levando a Juizo a Carta, para se lhe passar seu Contramandado, a fim de não ser prezo. A Carta de Seguro se autua, e he o principio do Processo Criminal. Quando o Réo não cuida no livramento por espaço de quinze dias, pôde-se-lhe quebrar a Carta, e ser prezo. Sendo porém o primeiro lançamento pôde ser admittido a continuar solto o seu livramento debaixo do mesmo Seguro. Ord. l. 5. tit. 124. § 20. Não tem com tudo lugar o quebramento do Seguro, senão por termo nos autos. Phæb. p. 1. Dec. 107 Mend. p. 2. l. 5. c. 1. append. 2. n. 28.

(4) Ord. l. 5. tit. 124. § 20. Phæb. p. 1. ar. 111. p. 2. Dec. 131. n. 3. Vas Alleg. 67 n. 26. Leitão de *Securitat.* qu. 10. n. 4. Não deve porém comparecer com armas. Ord. l. 5. tit. 124. § 24. Esta necessidade do comparecimento cessa: I. Quando

Se declinar do Juízo, e se chamar às ordens (1). IV. Quando impetrando Seguro confessativo nega na contrariedade (2). V. Se o Réo em caso de morte entra no lugar do delicto ou naquella em que a Parte assiste (3).

§ 72.

ha legitimo impedimento, qual o da doença. Argum. da Ord. l. 3. tit. 7. § 3. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. append. 3. n. 63. Leitão de *Securit.* qu. 10. n. 14. II. Quando se trata dos incidentes da causa. Phæb. p. 1. Dec. 64. n. 1. e 5. Vas ad *Reformat. Justit.* § 2. n. 278. Leitão d. qu. 10. n. 13. III. Quando alguma das Partes obteve Provisão de dispensa para comparecer por Procurador. Lei de 10 de Janeiro de 1692. Valsc. Cons. 25. n. 7. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. append. 3. n. 66. Embargada a Provisão tem o Réo obrigação de comparecer até se determinarem os Embargos. Phæb. p. 1. Dec. 41. n. 1. et ar. 165. p. 2. ar. 177. Leitão de *Securit.* qu. 10. n. 8. Póde quebrar-se a Carta de Seguro logo que o Réo falte a hum só termo judicial. Ord. l. 5. tit. 124. § 20. e não basta que compareça o Procurador em lugar delle. D. Ord. l. 5. tit. 124. § 15. Este quebramento deve fazer-se em Audiência, e reduzir-se depois a termo nos autos. Phæb. p. 1. ar. 107. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. n. 28. O Réo depois do quebramento do Seguro póde requerer a sua admissão dentro de quinze dias. D. Ord. l. 5. tit. 124. § 20. Sendo pelo quebramento do Seguro prezo o Réo póde requerer dentro do dito termo ser solto, e admittido com a sua Carta a residir. Phæb. p. 1. ar. 111. Leitão de *Securit.* qu. 10. n. 17. e 20. Barros. ad Ord. l. 5. tit. 124. § 20. vers. *Porém*. n. 116. Not. do Desembargador Themudo, referida no Reportor. á Ord. tom. 4. pag. 370. Edig. de Coimbra.

(1) Ord. l. 5. tit. 124. § 13.

(2) Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 1. e 3. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 4. Vas Alleg. 67. n. 37. Leitão de *Securit.* qu. 9. n. 14. Aquella Lei fez cessar o Assento que traz Cabedo p. 1. ar. 56. e o outro de 12 de Janeiro de 1606. Para a Carta porém ter o seu devido effeito deve ser passada pela Chancellaria; e não basta o simples despacho porque se manda passar. D. Lei de 6 de Dezembro de 1612, § 5. Vas ad *Reformat. Justit.* D. § 5. Esta Lei derroga nessa parte a Ord. l. 1. tit. 7. § 14. e l. 5. tit. 129. § 3. Acha-se pois sem observancia o Aresto de Phæb. 107. p. 2. Se o Réo em boa fé obteve

§ 72.

O effeito da Carta de Seguro he eximir o Réo da prizão até á conclusão da causa (1). Mas isto se limita quando ao tempo da contrariedade se mostra provado o delicto por fórma que obrigue a pena ordinaria (2).

§ 73.

Carta de Seguro, posto que de Juiz incompetente, não deve ser prezo, mas assina-se-lhe termo para se segurar legitimamente. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. app. 2. n. 28.

(3) Limita-se isto quando o Réo for morador no mesmo lugar, ou nelle correr o seu livramento; com tanto que não passe pela rua, em que a Parte assiste, salvo se nella mesma for morador, e não houver outra para onde possa mudar-se. Ord. l. 5. tit. 123. § 4. Leitão de *Securit.* qu. 3. n. 2. qu. 10. n. 27. Phæb. p. 1. ar. 158. p. 2. ar. 161. Esta prohibição he restricta aos Réos Seguros, e não se estende aos affiançados. Phæb. p. 2. Dec. 161.

(1) Ainda então não he o Réo prezo se á vista do Processo apparece, que elle deve ser absoluto, ou só condemnado em degredo dentro no Reino. Ord. l. 5. tit. 124. § 5, 22. e 23. Phæb. p. 2. ar. 162. Leitão de *Securit.* qu. 3. n. 3. et 52. Se porém findar o tempo do Seguro antes de haver a ultima Sentença, póde requerer-se reforma do mesmo Seguro ao Tribunal de Desembargo, que faculta até terceira reforma. Lei de 10 de Janeiro de 1692. A quarta só se concede por meio de Consulta. Regim. do Dez. do Paço § 8. Alv. de 24 de Julho de 1713. (§ 69. Not.) O tempo da Carta de Seguro conta-se do dia que ella passa pela Chancellaria. Phæb. p. 2. ar. 148.

(2) Ord. l. 5. tit. 124. pr. Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 4. Isto procede principalmente nos crimes attosos quando os Réos nas suas contrariedades (para cujo recebimento vão as culpas appensas) allegão cousas diversas das que allegarão para obterem as Cartas de Seguro. Vanguerre. *Practic. judic.* p. 1. c. 36. n. 7.

§ 73.

As Cartas de Seguro regularmente são concedidas: I. Pelos Corregedores do Crime das Relações (1). II. Pelos Corregedores das Comarcas nos seus districtos (2).

CA-

(1) Ord. l. 1. tit. 7. § 8. Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 1. He privativa dos Corregedores do Crime da Corte a faculdade de conceder, ou negar as Cartas de Seguro com Adjuntos na Relação nos casos: I. De morte. Ord. l. 1. tit. 7. § 10. tit. 58. § 40. l. 5. tit. 129. § 1. Lei de 10 de Janeiro de 1692. Decret. de 24 de Setembro de 1678. II. De resistência, e tirada de prezos. Ord. l. 1. tit. 7. § 8. e 11. III. De tração, e aleivosia. IV. De moeda falsa. V. De Sodomia. D. Ord. l. 1. tit. 58. § 40. Leitão de *Securit.* qu. 4. n. 8. Frans. a Mend. p. 1. l. 5. c. 1. append. 2. n. 140. Nos casos em que o Seguro só se concede nas Relações á vista da culpa passa-se Carta avocatória para elle vir remettida. Costa nos *Estilos da Casa da Supplicação*, pag. 187. Coll. 2. e concedida, pôde o Réo livrar-se nas Varas da Corte, requerendo ser havido por apresentado, e que se passe contra ordem, e Carta citatoria para o Queixoso ser citado para vir seguir a Accusação.

(2) Ord. l. 1. tit. 58. § 40. Vas Alleg. 67. n. 1. Leitão de *Securit.* qu. 4. n. 6. Limita-se isto: I. Nos casos exceptuados em que as Cartas de Seguro são da privativa concessão dos Corregedores do Crime nas Relações. Ord. l. 1. tit. 7. § 8 e 11. tit. 58. § 40. II. Nos outros casos também exceptuados em que a concessão das Cartas de Seguro pertence privativamente a certos Magistrados em virtude das suas comissões. Assim o Juiz da Chancelaria he quem privativamente concede os Seguros a respeito dos erros de officio. Ord. l. 1. tit. 7. § 13. tit. 14. § 1. tit. 58. § 4. Decr. de 30 de Agosto de 1734. Com tanto que sejam os Réos daquelles Officiaes a quem o Desembargo do Paço dá Cartas de seus Officios. D. Ord. l. 1. tit. 14. § 1. Leitão de *Securit.* qu. 4. n. 2. Vas Alleg. 67. n. 7. Quaes sejam estes Officiaes se diz no § 56. até 63 do Regimento do Dez. do Paço. Os Superintendentes dos Tabacos, e Alfandegas concedem as Cartas de Seguro nos casos regulares de des-

CAPITULO X.

Da Homenagem.

§ 74.

Homenagem he a licença concedida ao Réo em razão de qualidade pessoal para estar solto em Juízo debaixo da sua promessa (1).

I

§ 75.

caminhos dos Direitos Reaes; e nos casos exceptuados o Superintendente Geral com Adjuntos. Alv. de 16 de Dezembro de 1771. Alv. de 27 de Julho de 1795. Dantes competia esta faculdade ao Juiz dos Feitos da Fazenda sendo a Carta de Seguro confessativa, ou negativa coartada. Alv. de 20 de Abril de 1671. Alv. de 19 de Fevereiro de 1674. O Juiz do Fisco da Inquisição concede as Cartas de Seguro a respeito de crimes que hão de ser tratados perante elle nos casos em que as concedem os Corregedores das Comarcas. Regimento das Confissões de 10 de Julho de 1620. c. 49. O Tribunal do Almirantado concede as Cartas de Seguro a respeito dos crimes, que fazem objecto da sua repartição. Alv. de 26 de Outubro de 1796. Os Ouvidores das Terras não concedião dantes as Cartas de Seguro sem especial Privilegio Porém hoje que são Ministros da Coroa pela Lei de 19 de Julho de 1790 podem concedellas, excepto nos casos graves que são da competencia das Relações. No Juizo Ecclesiastico as Cartas de Seguro são concedidas pelo Vigario Geral nos casos ordinarios. Nos casos graves concedem-se na Curia Ecclesiastica. As Reformas são facultadas por Provisões do Prelado Diocesano.

(1) A Homenagem he hum Privilegio particularmente concedido á Nobreza. Começou a ter uso no nosso Reino no tempo do Senhor Rei D. Affonso III. Foi approvado nas Cortes de Elvas a pedimento dos nobres pelo Senhor Rei D. Pedro I. Acha-se já nas Ordenações Affonsinas, e dellas foi tirado para as compilações posteriores. O que está posto em Homenagem he considerado como realmente prezo, e lhe competem todos os Privilegios dos prezos. Phab. p. 1. Dec. 3. n. 3.

§ 75.

Compete a Homenagem: I. Aos Fidalgos (1). II. Desembargadores (2). III. Cavalleiros (3). IV. Doutores (4). V. Escrivães da Real Camara, e suas mu-

D'antes o Desembargo do Paço concedia as Homenagens assim como os Alvarás de Fiança. Hoje não lhe sendo dada essa faculdade pelo novo Regimento, são concedidas pelos Juizes da culpa. He dada por Homenagem a propria casa, ou o Castello da Cidade. Ord. l. 5. tit. 120. pr. Portugal de *Donat.* l. 2. c. 12. n. 95. Para a sua concessão não he necessaria audiencia da Parte sendo notoria ou provada logo a qualidade do Réo. Vas Allegat. 13. n. 227. et 229. A Homenagem he dada por Meirinho, e Escrivão que disso lavra termo sendo notificado o Réo ao acto d'elle para não saber do lugar que se lhe designa sem ordem do Juiz ou ampliação da Homenagem por superior legitimo (que he o Regedor da Casa da Supplicação, ou o Governador da do Porto, segundo a diversidade dos districtos) debaixo da pena de ser mettido em cadeia fechada. Dá o Escrivão disso fé, e assinao ámbos os Officiaes com o Réo, e duas testemunhas. Da denegação da Homenagem compete Aggravo de Petição ou Instrumento. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 1. append. 1. n. 17. assim como do despacho que julga a Homenagem não quebrada. Phæb. p. 1. ar. 142.

(1) Ord. l. 5. tit. 120. pr. Entendem-se aqui por Fidalgos os de Solar ou assentados nos livros da Casa Real, e os Cavalleiros Fidalgos ou confirmados pelo Principe, e não os Fidalgos de cota d'armas. Vas Alleg. 13. n. 233. Barbos ad Ord. l. 5. tit. 120. pr. n. 8. Moraes de *Execut.* l. 4. c. 8. n. 106.

(2) Ord. l. 5. tit. 120. pr.

(3) Cavalleiros entendem-se os das Ordens Militares, e não os Cavalleiros simples. Vas Alleg. 13. n. 239. Os moradores do Algarve tendo o Privilegio de Cavalleiros simples pela Ord. l. 2. tit. 60. pr. não gozão por isso só da Homenagem. Moraes de *Execut.* l. 4. c. 8. n. 99. Esse mesmo Privilegio he incompativel com o exercicio de Officio mecanico. Decret. de 10 de Junho de 1694 referido na Nota do Reportor. tom. 1. pag. 394. Edic. de Coimbra.

(4) Ord. l. 5. tit. 120. pr. Os Bachareis que exercem a Ad-

mulheres, ou se achem com elles casadas; ou se conservem em honesta viuvez (1). VI. Deputados da Real Junta do Commercio (2). VII. E da Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto Doiro (3).

§ 76.

Não tem com tudo lugar: I. Nos crimes a que corresponde pena de morte natural, ou civil (4). II. Nos crimes em que se perde o Privilegio da Nobreza (5). III. Quando se pede depois da Sentença condemnatoria (6).

I ii

§ 77.

vocacia são na materia de Privilegios igualados aos Doutores. Ord. l. 1. tit. 66. § 42. l. 4. tit. 92. n. 11. Cabed. p. 1. Dec. 224. *Carvalh. de Testament.* p. 1. n. 294. Egid. *Director. de privileg.* *Advocator.* c. 1. n. 2. c. 13. n. 9. e 15. Compete-lhes por isso tambem o Privilegio da Homenagem. Phæb. p. 1. ar. 58. Costa *in styl. annot.* 17. n. 14. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. append. 1. n. 24.

(1) Ord. l. 5. tit. 120. pr. Os filhos naturaes gozão da Homenagem, porque participão da nobreza dos pais. Gam. Dec. 312. n. 4. Phæb. p. 1. Dec. 55. n. 11. Nobiliarch. Portug. c. 19. vers. *Os filhos naturaes.* Note-se: que tambem os pais participão da nobreza dos filhos, e por elles tem Homenagem. Phæb. p. 2. Dec. 154 n. 4. e ar. 76.

(2) Estatutos da Junta do Commercio c. 18. § 3. Alv. de 16 de Dezembro de 1756.

(3) Instit. da Companhia Geral da Agricultura das vinhas do Alto Doiro. § 39. Alv. de 10 de Setembro de 1756.

(4) Ord. l. 5. tit. 120. pr. Phæb p. 2. Dec. 155. Vas *ad Reformat. Justit.* § 1. n. 12. Barbos. *Castigat.* ad Ord. l. 5. tit. 120. pr. n. 101.

(5) Taes são os crimes: I. De Lesa-Magestade. II. Moeda falsa. III. Perjurio. IV. Falsidade. V. Furto. VI. Feitiçaria. VII. Lenocinio. Ord. l. 5. tit. 138. § 2. VIII. Traição, e aleivosia. Ord. l. 5. tit. 37. § 3. IX. E contrabandos. Ord. l. 5. tit. 66. Alv. de 13 de Novembro de 1756. Regimento da Junta do Tabaco. § 16.

(6) Phæb. p. 2. ar. 150.

§ 77.

Concede a Homenagem o mesmo Juiz que decretou a prisão.

§ 78.

A Homenagem huma vez concedida não pôde ser ampliada pelo mesmo Juiz que a concedeo (1), excepto se delle não houver Appellação, ou Agravo (2).

§ 79.

Quebra-se a Homenagem se o Réo se retira do lugar para ella destinado (3).

§ 80.

Quando a Homenagem se quebra perde-se o Privilegio da Nobreza; e o Réo fica sujeito á prisão em cadeia fechada (4).

CA-

(1) Ord. l. 5. tit. 120. § 4. Vas Allegar. 13. n. 9. e 10. Pôde porém o Regedor da Justiça da Casa da Supplicação, ou o Governador da Casa do Porto conceder essa ampliação. Vas Alleg. 13. n. 71. Phæb. p. 2. ar. 50.

(2) Ord. l. 5. tit. 120. § 5.

(3) Ord. l. 5. tit. 120. § 4. A restituição da Homenagem não pôde ser concedida pelo Desembargo do Paço, pois se não comprehende no seu Regimento. Vas Alleg. 13. n. 237. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 21. e só pôde conseguir-se por meio de Alvará assinado pelo Régio Punho. Phæb. p. 1. ar. 142. Para se haver porém por quebrada a Homenagem he necessaria Justificação com citação da Parte, e Sentença. Phæb. p. 1. Dec. 3. n. 1. e seg. p. 2. ar. 50. vers. *et iterum*. Not. do Desembargador Theinudo. Reportor. tom. 2. pag. 656. Edic. de Coimbra.

(4) Ord. l. 5. tit. 120. § 6. Vas Alleg. 13. n. 30. Pereira

CAPITULO XI.

Da Fiança.

§ 81.

Outro modo porque se relaxa a prisão do Réo he a Fiança (1).

§ 82.

Promptuarium Jurid. verb. *Homagiam*. n. 796. Phæb. p. 1. ar. 142. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 1. append. 1. n. 18.

(1) A Fiança Criminal era admittida entre os Romanos Veja-se a L. 3. D. de Custod. et exhib. reor. Elles adoptarão esta Lei dos Athenienses. Entre nós teve ella origem muito antiga. Já era conhecida no tempo do Senhor Rei D. Diniz, pois legislou sobre ella. Ord. Affonsin. l. 5. tit. 51. Com a differença que nesse tempo a Fiança era concedida pelos Magistrados Ordinarios, mas depois fez-se privativa a sua concessão do Tribunal do Desembargo do Paço. Regim. do dito Tribunal § 24. e seguintes. A Homenagem, e a Fiança são os modos ordinarios porque se relaxa a prisão do Réo, que não obteve o Seguro. Ha porém outro modo extraordinario de sahir da prisão qual o de fidei Carcereiros. Por quanto ás vezes o Principe por justos motivos concede ao Réo a Graça de ser solto, dando elle fiadores idoneos que ficao obrigados a appresentallo em Juizo. Ord. l. 5. tit. 132. pr. Phæb. p. 2. ar. 133. e 134. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 1. append. 3. n. 26. Esta Graça só se concede por especial Decreto, o qual regularmente baixa ao Tribunal do Desembargo do Paço donde se expede Provisão. Pôde tambem expedir-se Aviso, ou Portaria Régia dirigida ao Regedor da Casa da Supplicação, ou ao Governador da Casa do Porto. Apresentada a Régia Graça, e posto o cumpria-se, nomeão-se Fiadores; e precedendo informação do Escrivão sobre a sua idoneidade se autua a Provisão ou Portaria, e fazendo-se o feito concluso se manda lavrar termo de entrega do prezo. Não he embargavel este despacho, nem se admitte ordinaria discussão. Os que se livrão debaixo de fidei Carcereiros não são obrigados ao pessoal comparecimento nas Audiencias. Phæb. p. 2.

§ 82.

Entende-se neste lugar por Fiança a Graça do Imperante concedida ao Réo para se livrar solto debaixo de certa causão (1).

§ 83.

O Principe tem delegado a faculdade desta Graça ao Tribunal do Desembargo do Paço (2). II. Ao

ar. 172. et Decis. 130. e se lhes dão as culpas abertas como aos affiançados. Phæb. p. 2. ar. 134.

(1) Ord. l. 5. tit. 131. pr. Regimento do Des. do Paço § 24. Peg. ad d. § 24. pr. Esta causão responsabiliza o Fiador ás custas, damno, e emenda, e a todo o julgado, e sentenciado. Ord. l. 5. tit. 131. pr. e § 1. O Fiador tem obrigação de pagar a pena pecuniaria em que o Réo he condemnado ainda que ella exceda a quantia affiançada. Phæb. p. 1. ar. 81. p. 2. ar. 129. Maced. Dec. 99. Pela prisão porém do Réo fica o Fiador inteiramente desobrigado. Ord. l. 5. tit. 131. § 1. Guazzin. Defens. 6. c. 4. n. 26. Phæb. p. 2. Dec. 131. et 132. et ar. 112. Regularmente a Fiança he concedida só aos Réos presos. Alguma vez porém se concede tambem aos que estão soltos sendo os crimes leves, e concorrendo dois votos para a concessão. Regimento do Desembargo do Paço § 24 vers. *E porém parecendo*. Era doutrina de Direito Romano, que não devia ser prezo por crimes leves aquelle que estava prompto a dar Fiadores. L. 1. l. 3. D. de Custod. et exhibit. reor. Esta doutrina se approvou, e ampliou no Código Criminal de Toscana § 15. nas Instrucções para o Código da Russia § 158. e no Código da Pensilvania c. 2. Sect. 39. Esta he justamente a famosa Lei do *Habeas Corpus* do Código Criminal de Inglaterra. Blackston. Commentar. ao dito Código c. 22.

(2) Regimento do Desembargo do Paço § 24. Ord. l. 5. tit. 131. pr. e tit. 132. § 1. Obtido o Alvará de Fiança passado pela Chancellaria, e registado no Livro das Fianças. (Alv. de 3 de Outubro de 1682) extrahida Folha corrida quando não ha

Ao Conselho Geral do Santo Officio a respeito dos seus Privilegiados (1). III. E ao Conselho de Guerra nos casos da sua repartição (2).

§ 84.

O Réo affiançado he reputado verdadeiro prezo (3).

§ 85.

Parte que accuse (porque havendo-a, não he necessaria a Folha. Ord. l. 1. tit. 1. § 30. l. 5. tit. 25. § 4. Leitão de *Securitat.* qu. 14. n. 5. Ferreir. *Practic. Crimin.* tom. 3. c. 1. n. 28. assim como o não he para a concessão da Homenagem. Phæb. p. 2. ar. 50. nem aos presos em custodia. Phæb. p. 2. ar. 51. nem aos seguros. Leitão d. qu. 14. n. 5.) ajunta-se aos autos para se julgar por conforme; e consequentemente he o Réo solto. Ord. l. 5. tit. 125. O Regedor costuma em Férias conceder a soltura do Réo que apresenta Alvará passado pela Chancellaria, e Fiança prestada no Juizo dellas, obrigando-se o mesmo Réo a fazello julgar por conforme findas as Férias, aliás ser recolhido á cadeia. Porque Juizos se deve correr a Folha se declara na Ord. l. 1. tit. 56. § 4. e na Lei de 21 de Janeiro de 1655. A prorogação do Alvará de Fiança he da competencia do Desembargo do Paço. Ord. l. 5. tit. 132. § 3. Alv. de 24 de Julho de 1713. Por ella não se desobrigão os Fiadores prestados. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. append. 3. n. 29. Póde o Alvará de Fiança ser embargado ainda depois de passar pela Chancellaria perante o Juiz da causa. Phæb. p. 2. ar. 186. Esses Embargos porém não são suspensivos do effeito da Graça. Assento de 14 de Novembro de 1631. Fica pois sem applicação a Decisão de Phæb. 41. p. 1. acnde se havia resolvido o contrario.

(1) Alv. de 4 de Fevereiro de 1645.

(2) Novo Regimento do Conselho de Guerra, que vem no fim do livro 5. das Ordenações, Edição Vicentina, § 35. pag. 326. Decret. de 25 de Janeiro de 1679.

(3) Ord. l. 3. tit. 7. § 2. Cabed. p. 1. Dec. 67. n. 1. Phæb. p. 1. Dec. 3. n. 6. p. 2. ar. 161. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. append. 3. n. 30. Não obstante isso não exime da prisão em cadeia fechada senão até á Sentença da Superior Instancia. Ord. l. 5. tit.

§ 85.

Para conceder Alvará de Fiança precede Informação dos Juizes da culpa (1).

§ 86.

Nega-se o Alvará de Fiança em diversos casos, a saber: I. Havendo Parte que não dá perdão, excepto se o crime he leve, ou commetrido em rixa (2). II. No caso de resistencia com armas. III. Falsidade (3). IV. Força de mulher. V. Injúria feita aleivosamente. VI. Delicto commetrido em Igreja. VII. Cutilada no rosto. VIII. Ferimento de besta, ou espingarda (4). IX. Uso de pistolas (5), e armas curtas (6). X. Defloração (7). XI. Desca-

mi-

131. § 1. Phæb. p. 2. ar. 111. Se por ella o Réo he condemnado em degredo para fóra do Reino, deve ser recolhido á cadeia para dalli ouvir a Sentença. Disto só póde ser isento o Réo por immediata Graça Régia.

(1) Regimento do Desembargo do Paço § 24. Ord. l. 5. tit. 131. e 136. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. append. 3. n. 29.

(2) Regimento do Desembargo do Paço, d. § 24.

(3) Regimento do Desembargo do Paço, § 25. Note-se que o Crime de falsidade diversifica do crime de perjurio, ou testemunho falso, como se vê do § 18 do mesmo Regimento; e por isso neste ultimo crime se costuma conceder Alvará de Fiança, visto que só a respeito daquelle se verifica a prohibição. Not. do Repertor tom. 1 p. 149. Edig. de Coimbra.

(4) Regimento do Desembargo do Paço, § 25. Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 15. Lei de 29 de Março de 1719.

(5) Lei de 4 de Outubro de 1649. Lei de 29 de Março de 1719. Decreto de 18 de Novembro de 1642.

(6) D. Lei de 29 de Março de 1719. Por effeito da Resolução Régia de 18 de Agosto de 1791 sobre huma Consul-

minhos de fazendas (1). XII. Ir a bordo de Navios antes de descarregados (2). XIII. Passagem do gado para fóra do Reino (3). XIV. Venda, ou freitamento por mais da taxa (4). XV. travessia de palha (5). XVI. Tomada de dinheiro a risco das Nãos e Navios que vão para a India, e outras Terras Ultramarinas pela Equipagem dellas (6). XVII. Quando o Réo he prezo por Ordem especial do Príncipe. XVIII. E nos crimes da Policia.

§ 87.

A Fiança quebra-se não comparecendo o affiançado a todos os termos do Processo (7), ou chamando-se ás ordens (8).

K

§ 88.

ta do Desembargo do Paço se concede Alvará de Fiança nos casos de Denuncia do uso de armas defezas não concorrendo a achada, e apprehensão dellas.

(7) Phæb. p. 2. ar. 139.

(1) Lei de 16 de Agosto de 1722.

(2) D. Lei de 16 de Agosto de 1722.

(3) Regimento do Desembargo do Paço, § 18.

(4) Regimento do Desembargo do Paço, § 26. Não he prohibido porém o Alvará de Fiança em caso de furto. Phæb. p. 2. ar. 186. vers. *tambem*.

(5) Alv. de 1 de Julho de 1752.

(6) Lei de 14 de Fevereiro de 1609. Lei de 23 de Agosto de 1627. Alv. de 11 de Maio de 1655.

(7) Ord. l. 1. tit. 26. § 6. l. 5. tit. 124. § 20. tit. 132. § 1. Phæb. p. 2. ar. 112. Tem aqui lugar as mesmas limitações que a respeito do seguro. Phæb. p. 2. Dec. 131. n. 4.

(8) Ord. l. 5. tit. 132. § 2.

§ 88.

Dissolve-se a obrigação do Fiador Criminal :
I. Pela prisão do Réo principal (1). II. Pela morte do mesmo Réo (2). III. Passando em julgado a Sentença dentro do tempo taxado pelo Alvará (3).

C A.

(1) Ord. l. 5. tit. 131. § 1. ainda que a Causa não esteja finda. Phab. p. 2. ar. 112. Farinac. de *Carcer.* qu. 34. n. 92. Bajard ad Clar. qu. 46. n. 104. o que se entende sendo prezo pela mesma Causa, e não por outra diversa. Gomes Variar. Resol. tom. 3. c. 9. n. 9. Guazzin. Defens. 6. c. 4. n. 27. excepto se prezo o Réo principal for desobrigar-se o Fiador perante o Juiz da culpa. Surd. Cons. 344. n. 26. Caball. Resol. Crimin. c. 47. n. 4. Conciol. verb. *Cautio de representando.* Resol. 13. n. 7. c. 8.

(2) L. 4. D. qui satisfac. cogat. l. 26. Cod. de fidejuss. Farinac. de *Carcerib.* qu. 34. n. 34. Guazzin. Defens. 6. c. 4. n. 44. não assim por morte do Fiador; porque as obrigações, e penas convencionaes passam para os herdeiros. Farinac. de *Carcerib.* qu. 34. n. 12. Bajard. ad Clar. § fin. qu. 46. n. 91. Medices Tractat. *mors omnia solvit.* p. 2. n. 125.

(3) Porque o Fiador só se obriga até a final Sentença. Com tanto porém que dentro de quarenta dias se vá desobrigar no Juizo das Fianças. Phab. p. 2. Dec. 131. n. 6. A obrigação do Fiador dado no Alvará estende-se ás suas Refórmãs, posto que elle a limitasse só ao tempo do mesmo Alvará. Ord. l. 5. tit. 131. § 3. Se a Sentença não he proferida, e transitada em julgado dentro do tempo do Alvará, e suas Refórmãs julga-se perdida, e se applica ao Hospital Real. Os quarenta dias são dados para fazer registar a Sentença; mas sempre he preciso que esta seja proferida, e transitada pela Chancellaria dentro do tempo do Alvará. Lei de 30 de Setembro de 1613. O dito termo dos quarenta dias conta-se desde o dia que a Sentença passa pela Chancellaria, posto que o Alvará, ou suas Refórmãs durem por mais tempo. Note-se que o tempo das Refórmãs se costuma contar desde o dia em que findão os oito mezes do Alvará sendo sempre continuo, e sem interrupção. Phab. p. 1. ar. 116. excepto senão houver omissão im-

CAPITULO XII.

Do Sequestro.

§ 89.

Nos casos graves quando o Réo está ausente, ou estando presente quando cabe pena de Confiscação de bens, procede-se a Sequestro ao tempo da prisão, e ainda antes da Devassa (1).

§ 90.

Sequestro he a apreensão dos bens dos Réos ausentes ou incursores em penas graves, feita para segurança da pena pecuniaria, ou do Fisco (2).

K. ii

§ 91.

putavel ao Réo. Passando a Sentença pela Chancellaria depois de findo o tempo do Alvará, e suas Refórmãs, ou deixando-se o Réo estar com ella sem a apresentar dentro do dito termo dos quarenta dias, perde a fiança para o Hospital Real. D. Lei de 30 de Setembro de 1613. O tempo do Alvará porém quanto ao perdimento da Fiança se computa desde o dia da soltura do Réo affiançado; porque he desde quando a Graça lhe começa a ser util. O Juiz das Fianças he sempre o Desembargador do Paço mais antigo. Lei de 12 de Novembro de 1616. Aggrava-se delle para o Desembargo do Paço, e elle não responde ao Aggravo. Not. do Desembargador Oliveira no Reportorio á Ord. tom. 2. pag. 305. Edic. de Coimbra. Procede-se contra o Fiador pelo dito Juizo das Fianças por assignação de dez dias; e se guarda a forma dada na Ord. l. 3. tit. 25.

(1) Ord. l. 5. tit. 127. § 11. e tit. 128. Também se procede a Sequestro nos bens dos Falidos. Alv. de 17 de Maio de 1759.

(2) Quanto aos bens em que o Réo não tem mais que a administração, ou o usufructo o Sequestro só deve fazer-se

§ 91.

Ao Sequestro nos bens do ausente precede a Citação Edital, e feita a Annotação torna a ser citado para que possa ter noticia (1).

§ 92.

Quando se procede a Sequestro pelo crime do marido, a mulher isenta a meação dos fructos, e rendimentos dos bens que lhe respeita (2).

§ 93.

Para o mesmo Sequestrado se consigna huma congrua sustentação, podendo ser-lhe ministrada, com tanto que se ache prezo ou prosiga no seu livramento (3).

CA-

nos rendimentos. Gam. Dec. 207. n. 9. Peg. Forens. c. 31. n. 7. Os bens do ausente por crime que provado obrigaria a prisão ficão hypotecados á Parte offendida, e não podem alienar-se. Ord. l. 5. tit. 126. § 11.

(1) Ord. l. 5. tit. 123.

(2) Ord. l. 5. tit. 6. § 20. tit. 126. § 11. l. Si marito 31. D. soluto matrimon. Cald. de Emption. c. 10. n. 41. Valasc. de Partit. c. 24 n. 15. Guerreir. de Division. l. 3. c. 4. n. 28. l. 6. c. 5. n. 87. c. 7. n. 5. c. 8. n. 84. et 85.

(3) Ord. l. 5. tit. 126. § 11. Valasc. Cons. 1. n. 2.

CAPITULO XIII.

Da Accusação.

§ 94.

Formada a culpa, e prezos ou seguros, ou affiançados os Réos, e feito o sequestro em seus bens nos casos graves, deve dar-se princípio á Accusação (1).

§ 95.

Accusação he a legitima deducção do crime feita em Juizo competente para o fim da imposição da pena (2).

§ 96.

Não he permittida a Accusação promiscuamente a todos em todos os casos.

§ 97.

(1) Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 2. Não pôde começar a Accusação, ou o livramento sem o Réo estar prezo, affiançado, debaixo de homenagem, ou seguro (§ 60. Not.) Nem se admite Accusação sem preceder Queréla. Ord. l. 5. tit. 117. § 23. excepto nos crimes particulares em que o offendido ainda sem Queréla pôde accusar o aggressor. Ord. l. 5. tit. 117. § 5. e 21.

(2) L. libellorum 3. D. de accusat. Jul. Clar. § fin. qu. 12. n. 1. Lauterbach. Colleg. Theoretico-Practic. l. 43. tit. 2. § 1. O Queixoso he obrigado a seguir a Accusação, e não vale a tranzacção feita a respeito do crime antes da Sentença. Ord. l. 1. tit. 61. § 12. l. 5. tit. 30. § 5. Pôde com tudo o offendido perdoar a sua particular offensa, com tanto que o faça gratuitamente. Cabed. p. 1. Dec. 113. Na falta de Accusador he a Accusação tomada por parte da Justiça. Ord. l. 5. tit. 117. § 16. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 11.

§ 97.

Só o offendido pôde accusar o delicto particular que a elle lhe toca (1). Nos delictos públicos pôde accusar qualquer do Povo (2).

§ 98.

(1) No caso de morte compete a Accusação á mulher, e aos filhos do morto; e tem todos igual direito, por forma que a desistencia daquella não prejudica a estes, nem ao contrario. Portug. de *Donat.* l. 2. c. 18. n. 66. Paschal. de *Virib. pot. potest.* p. 2. c. 1. n. 26. Frans. a Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 61. A mulher porém prefere no direito de accusar aos parentes do morto. Arias de Meza. Var. Resol. l. 3. c. 8. n. 16. Portug. d. c. 12. n. 61. Gajub. Cons. 61. n. 20. Isto procede com tudo em quanto a mulher não passa a segundas nupcias. Argum. da Ord. l. 4. tit. 91. § 2. Barbos. ad Ord. l. 5. tit. 124. § 9. n. 2. Vas Alleg. 64. n. 8. et 9. Frans. a Mend. d. c. 1. n. 67. Na falta da mulher e filhos a Accusação pertence aos parentes dentro do quarto grão. *Ord. l. 5. tit. 124. § 9.* Prefere porém o mais proximo. Portugal de *Donat.* l. 2. c. 18. n. 99. e 104. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 7. Paz in *Prax.* tom. 1. p. 5. c. 3. n. 16. Sendo muitos no mesmo grão concorrem todos. L. 3. § 9. D. de Sepulchr. violat. Valeron de *Transact.* tit. 2. qu. 7. n. 46. excepto se algum delles tiver prevenido na accusação, porque então he por elle excluido qualquer outro que venha depois. Frans. a Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 71. Paz in *Prax.* tom. 1. p. 5. c. 3. n. 18. Nos delictos públicos o Juiz escolhe entre os Accusadores o mais idoneo. L. 16. *plures* 16. D. de accusat. l. 2. § 9. *Byad Leg.* Jul. de adult. Frans. a Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 72.

(2) Com tanto que não seja especialmente prohibido, § 1. Instit. de public. judic. l. qui accusare §. D. de accusat. Tiber. Decian. *Tractat. Crimin.* l. 3. c. 6. n. 1. Farinac. de *Accusat.* qu. 12. n. 8. Jul. Clar. l. 5. § fin. qu. 14. n. 4. São prohibidos de accusar os delictos públicos aquelles a quem he prohibido querelar como pessoa do Povo. Jul. Clar. d. § fin. qu. 16. n. 2. Não podem porém ser accusados, porque não são vistos commetter delicto em razão da falta de intelligencia. I. Os impuberes § 10. Instit. de inutil. stipulat. l. 3. § 1. D. de injur. l. 3. § 1. D. de Sepulchr. violat. II. Os furiosos. L. 12. D. ad Leg. Cornel. de Sicar. l. 40.

§ 98.

Precedem á Accusação dos delictos particulares: I. A Querela com juramento. II. A nomeação de testemunhas (1). III. O corpo de delicto. IV. E a Pronuncia: e á Accusação dos delictos públicos: I. A Querela ou Denuncia (2): II. E a causão das custas, emenda, e satisfação, além da Pronuncia e do corpo do delicto (3).

§ 99.

A Accusação do Réo deve ser feita pessoalmente pelo Queixoso, e não por Procurador (4).

§ 100.

D. de regul. jur. Posto que na d. L. 40. D. de regul. jur. sejam comparados os pródigos com os furiosos, isso só se entende no que respeita á administração dos bens, e não se estende aos crimes. Struv. *Syntagm. jur. Exercit.* 48. thes. 11. Thomas. Diss. 41. tom. 2. de homicidio lingue § 14. Os puberes que excedem a idade de vinte annos são nos delictos reputados por maiores, e se lhes pôde impôr a pena ordinaria. Ord. l. 5. tit. 135.

(1) Ord. l. 5. tit. 117. § 6.

(2) Ord. l. 5. tit. 28. § 5. tit. 30. § 3. tit. 117. § 23.

(3) Não tem lugar entre nós a subscrição da pena nem a causão de permanecer em Juizo até á Sentença, a qual se exigia por Direito Romano na L. 3. Cod. de his qui accusare non poss. excepto com tudo o caso da falsidade. Ord. l. 3. tit. 60. § 5.

(4) Ord. l. 5. tit. 117. § 22. tit. 124. § 15. l. 13. § 1. D. de public. judic. Cald. in leg. un. Cod. ne ex delict. defunctor. Costa ad Caminh. Annotat. 95. n. 10. Igualmente procede isto na defeza do Réo. Ord. l. 3. tit. 7. § 2. l. 5. tit. 117. § 21. tit. 124. § 14. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. append. 3. n. 63. Themud. p. 2. Dec. 201. n. 7. Pôde porém o Réo mandar Escusador. Ord. l. 3. tit. 20. § 3. tit. 7. § 3. O Desembargo do Paço costuma conceder Provisão assim para accusar, como para se defender por Procurador precedendo Informação do Juiz da culpa. Regiment.

§ 100.

Limita-se esta regra a respeito : I. Dos Desembar-

do Desemb. do Paço, § 77. excepto nos casos em que tem lugar a pena de morte natural ou civil, ou cortamento de membro. Lei de 6 de Dezembro de 1612, § 21. Póde esta Provisão ser embargada, e em quanto pendem os Embargos ha obrigação de comparecer pessoalmente. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. n. 66. Phæb. p. 1. ar. 165. et Decis. 41. e p. 2. ar. 177. Barbos. *Castigat.* ad Ord. l. 5. tit. 124. n. 114. Quando o Réo tem Provisão para se livrar por Procurador, goza o Author do mesmo Privilegio. Valasc. Cons. 25. n. 7. Barbos. ad Ord. l. 5. tit. 124. § 14. n. 5. e tambem ao contrario. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. append. 3. n. 66. Peg. tom. 4. ad Ord. l. 1. tit. 35. § 8. c. 4. n. 42. pag. 112. Os enfermos são isentos de comparecer pelo impedimento da doença fazendo-o certo por Attestação legal do Medico, ou Cirurgião. Argum. da Ord. l. 3. tit. 7. § 3. l. 2. § 3. D. si quis cautionibus. l. 75. in fin. D. de Judic. *Vas ad Reformat. Justit.* § 21. n. 269. assim como os que tem algum outro impedimento legitimo. Farinac. qu. 99. n. 276. Leitão de *Securitat.* qu. 10. n. 14. Esta obrigação de comparecer pessoalmente não procede nem no tempo das provas, nem no da publicação da Sentença. Ord. l. 5. tit. 124. § 15. nem nos outros incidentes da causa, á excepção do offercimento dos artigos. Phæb. p. 1. Decis. 64. n. 1. Leitão de *Securitat.* qu. 10. n. 13. nem no Processo da Appellação. Ord. l. 5. tit. 124. § 16. nem no tempo das Férias. Ord. l. 3. tit. 18. § 14. Não comparecendo o Author pessoalmente he lançado da accusação posto que póde ser admittido a proseguição, requerendo a admissão dentro de dez dias. Mas sendo lançado segunda vez não he mais recebido a accusar, e só póde ajudar a Justiça. Ord. l. 5. tit. 124. § 15. E não comparecendo o Réo, se lhe ha por quebrada a Carta de Seguro, ou Alvará de Fiança, e he recolhido á cadeia, precedendo com tudo termo desse quebramento lavrado nos autos. (§ 71. Not.) Póde porém tambem requerer a admissão dentro de quinze dias. Ord. l. 5. tit. 124. § 20. Leitão de *Securitat.* qu. 10. n. 17. et seq. Sendo segunda vez lançado prosegue o seu livramento da cadeia como prosegue os prezos pela pessoa do seu Procurador. Argum. da Ord. l. 5. tit. 124. § 20. Leitão. d. qu. 10. n. 19.

bargadores (1) : II. E da mulher quando dá fiança (2). III. Quando os Réos se achão prezos, e os Queixosos são moradores em lugares remotos pertencentes ao districto de diversa Relação (3).

§ 101.

Sendo muitos os Co-Réos de hum delicto devem ser accusados em hum só proccsso ; excepto se algum delles quer livrar-se separadamente (4).

L

§ 102.

(1) Ord. l. 2. tit. 59. § 12. Cabed. p. 1. Dec. 26. Vanguerv. ad *Reformat. Justit.* n. 276.

(2) Ord. l. 5. tit. 124. § 16. vers. *Porém.* Phæb. p. 2. ar. 166. Cost. ad Caminh. Annotat. 95. n. 11. Cald. ad Leg. un. Cod. de delict. defunctor. p. 2. n. 55. Isto se entende quando accusação, não quando são accusadas. *Vas ad Reformat. Justit.* § 1. n. 276.

(3) Podem accusar por Procurador aquelles, que forem moradores em lugares remotos ainda sem Provisão quando os Réos são prezos por effeito de Precatorio expedido de Jurisdicções do districto de diversa Relação, em cujo caso devem correr os livramentos perante os Corregedores do Crime da Corte, ou das Comarcas em cujas Jurisdicções os Réos forem prezos. Alv. de 5 de Março de 1790. § 4. Era para desejar que a faculdade de accusar, ou defender-se por Procurador se estendesse livremente a todos os casos huma vez que tem cessado a subtiliza de Direito Romano pelo qual transferindo se com a contestação da lide o dominio desta para o Procurador era consequente que a Sentença fosse contra este proferida, e executada. Boehmer. Exercit. ad Pandect. de *potestate Procuratoris in Criminalibus.* § 7.

(4) Ord. l. 1. tit. 79. § 31. l. 5. tit. 124. § 11. Isto entende-se do caso em que os Réos se livrão com a Justiça. Porque havendo Accusador ainda que os Réos queirão livrar-se em hum só Proccsso, se o Accusador não consente, livrão-se em Proccssoes separados. Por fórma que prevalece a escolha daquelle que se quer apartar seja Author seja Réo. Assento da Relação do Porto de 25 de Maio de 1646. Se porém são muitos os Accusadores contra hum só Réo pelo mesmo delicto, deve a Accusação formalizar-se em hum só Proccsso.

§ 102.

O modo de proceder na Accusação he Ordinario, ou Summario.

§ 103.

O Summario tem lugar ou nos crimes leves que fazem objecto do conhecimento das Visitas, ou nos crimes muito graves, que se qualificão nas Relações. Nos outros casos conhece-se do crime ordinariamente guardadas as regras, que constituem a ordem judiciaria.

CAPITULO XIV.

Do Processo ordinario.

§ 104.

Processo Ordinario he aquelle em que se guarda a ordem solemne de Direito (1).

§ 105.

Nos Processos Ordinarios a Accusação se faz ou pela Parte, ou na falta della pela Justiça; e nes-

(1) Esta Ordem solemne se acha determinada na Ord. l. 5. tit. 124. e approvada pelo Alv. de 15 de Janeiro de 1780. A dita Ordenação remette-se nos casos não expressos d' Ordem judiciaria estabelecida para o Processo Civil naquillo em que for adaptavel d' tit. 124. § ult. Como me proponho publicar hum *Essaie sobre a Theorica da Prática do Direito*, reservo para ahi o tratar mais amplamente as regras geraes accommodadas a hum, e outro Processo.

nesta differença o Processo pôde dividir-se em Accusatorio, e Inquisitorio (1).

§ 106.

O Processo Ordinario compõe-se de actos de diverso genero. Podem dizer-se huns preparatorios, outros médios, outros ultimos ou posteriores.

§ 107.

Do primeiro genero são: I. A Citação. II. O Libello. III. A Excepção. IV. A Dilação. Do segundo: I. A Contestação II. A Contrariedade. III. A Réplica. A Tréplica. V. As Provas. VI. A Publicação. VII. As Allegações. VIII. A Sentença. Do terceiro: I. Os Embargos. II. A Appellação. III. A Execução.

CAPITULO XV.

Da Citação.

§ 108.

Citação he o acto judicial pelo qual alguém he legitimamente chamado a Juizo por ordem do Magistrado (2).

L ii

§ 109.

(1) Vej. Thomas. tom. 3. Dissert. 28. de *Origine Processus Inquisitorii*.

(2) A Citação he hum acto substancial do Processo ainda nas Causas Criminaes. Gail. l. 1. obs. 84. n. 2. Brunneman *Process. Crim. Inquisit.* c. 8. n. 4.

§ 109.

A Citação ou he pública, ou particular. A pública se faz por Editos. A particular se faz á propria pessoa, ou a familiar de sua casa.

§ 110.

Nenhum Réo pôde livrar-se sem fazer citar a Parte para o accusar, querendo (1).

§ 111.

Sendo a Parte citada assina-se-lhe termo para vir com o Libello Accusatorio. Senão comparece he lançada da Accusação, e esta se toma pela Justiça (2).

§ 112.

Deve a Citação ser pessoal (3). Se o Queixoso está ausente em parte certa, expede-se Carta Citatoria dirigida ás Justiças da Terra da sua existencia (4).

§ 113.

(1) Ord. l. 3. tit. 124. pr. Anton. Correa, *Comment. ad Ord.* l. 3. tit. 1. § 1. Glos. 4. n. 1. Pôde o Author vendo que o Réo se demora em livrar-se fazello citar para responder á Accusação, achando-se o mesmo Réo prezo affiançado, ou seguro. Antes disso não he ouvido, nem se lhe admite alguma Excepção, nem se lhe recebe Aggrav. Ord. l. 3. tit. 124. § 14. Phæb. p. 2. ar. 104. (§ 94. Not.)

(2) Ord. l. 3. tit. 117. § 16. tit. 124. § 15. e 18.

(3) Ord. l. 3. tit. 1. § 9.

(4) Ord. l. 3. tit. 1. § 2. e 5.

§ 113.

Quando porém o Queixoso não apparece nem se sabe delle a Citação se faz por Editos (1).

§ 114.

No caso de morte citão-se a mulher, e os filhos do morto, e na falta destes os parentes do primeiro e segundo grão (2).

§ 115.

(1) Ord. l. 3. tit. 1. § 8. l. 3. tit. 117. § 19. A esta Citação Edital deve preceder a justificação da ausencia em parte incerta. D. Ord. l. 3. tit. 1. § 8. Quando os Réos estão prezos, tendo-o sido antes da culpa formada, ou dentro de tres mezes successivos á Pronuncia, se as Partes se ausentão antes de serem citadas para a Accusação, ou sem se ausentarem se escondem, também são citados por Editos de cinco dias, excepto o caso de morte. Alv. de 5 de Março de 1790, § 3. Neste caso de morte, ou tendo sido os Réos prezos depois dos tres mezes contados do tempo da Pronuncia faz-se a Citação pessoal da Parte por meio de Carta Citatoria. Sendo os crimes de simples uso de armas defezas sem ferimento, ou furtos simples, e industriosos, ainda que excedão a marco de prata, são sentenciados em Visita sem Citação de Parte, applicando-se para esta a satisfação a arbitrio. D. Alv. de 5 de Março de 1790, § 6. Quando a Parte se acha fóra do Reino não precisa de ser citada, e a Accusação se fórm logo por parte da Justiça. Ord. l. 3. tit. 124. § 9. Cabed. p. 1. ar. 23. Phæb. p. 1. ar. 131. Moraes de *Execut.* l. 1. c. 5. n. 16. As Ilhas adjacentes ao Reino se reputão também para este caso parte delle. Arg. da Ord. l. 3. tit. 54. § 13. Phæb. p. 2. ar. 179.

(2) Ord. l. 3. tit. 124. § 9. tit. 130 § 3. Isto entende se gradualmente começando pelos do primeiro grão, e citando-se sómente na sua falta os do segundo Portugal de *Donal.* l. 2. c. 18. n. 111. Mend. p. 1. l. 3. c. 1. n. 10. Além do primeiro e segundo grão não ha obrigação de citar os parentes do morto. D. § 9. Moraes de *Execut.* l. 1. c. 5. n. 16. Podem porém os mes-

§ 115.

A Citação deve ser feita por autoridade do Juiz (1). Deve ser insinuada ao citado (2). Deve fazer-se relação della ao mesmo Juiz (3).

§ 116.

Na Citação deve expressar-se: I. O nome do Juiz. II. O nome, e cognome do citado. III. O lugar do Juízo, e IV. O termo do comparecimento (4).

CAPITULO XVI.

Do Libello.

§ 117.

Comparecendo o Accusador e o Réo segue-se o offerecimento do Libello.

§ 118.

mos parentes vir accusar o Réo achando-se dentro do quarto grão. Ord. l. 5. tit. 124. § 9. não os tendo prevenido os do primeiro ou do segundo. Porque pelo mesmo crime ninguém deve ser accusado mais de huma vez. Ord. l. 5. tit. 130. § 1. l. 14. D. de accusat. Persir. de *Manu Regia*: p. 1. c. 10. n. 12. Portug. de *Donat.* l. 2. c. 18. n. 112.

(1) Vant. de nullit. ex defect. citat. n. 32.

(2) Brunneiman. de *Process.* c. 3. n. 32.

(3) Umm. de *Process.* Disput. 5. § 11. n. 65.

(4) Ord. l. 5. tit. 124. pr. e § 1. Hunn. *Encycloped. jur.* p. 2. tit. 8. c. 2. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 4. n. 47.

§ 118.

Libello he a escritura que contém a intensão do Author.

§ 119.

A fórma substancial do Libello consiste: I. Na causa ou meio de pedir. II. Na narração do facto. III. Na conclusão (1).

§ 120.

No Libello deve narrar-se especificamente o facto com relação ao tempo, ao lugar, e ás mais circumstancias que podem influir na decisão da Causa (2).

§ 121.

Deve o Libello ser escrito (3). Deve offerecer-se no termo designado pela Citação (4).

§ 122.

(1) L. 3. D. l. 16. Cod. de accusat. Riegger *Instit. Jur. Eccl.* p. 2. l. 2. tit. 3. § 80. Podem unir-se no petitorio do Libello a pena pública, e o interesse particular. Boehmer. *Elem. Jur. Crim.* Sect. 1. c. 4. § 82. n. 6. A conclusão do Libello nas Causas Criminaes pôde ser generica, porque não está no arbitrio do Accusador determinar a pena. Boehmer. *Elem. Jur. Crim.* c. 4. § 82. n. 4. Cardoso. in *Prax. verb. Libellat.* n. 11.

(2) Ord. l. 5. tit. 124. pr. e § 1. Mend. *Pract. Lusit.* p. 1. l. 5. c. 1. n. 52. Boehmer. *Elem. Jur. Crim.* Sect. 1. c. 4. § 79. Gomes *variis. Resol.* tom. 3. c. 11. n. 2. Se o Libello for inepto não deve ser recebido. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 48. Jul. Clar. l. 5. § fin. qu. 12. n. 9.

(3) Ord. l. 5. tit. 124. pr. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 4. n. 47. Barbosa ad Ord. l. 5. tit. 124. pr. n. 3.

(4) D. Ord. l. 5. 124. pr. Ferreir. *Pract. Crim.* tom. 3. c. 3. n. 15.

§ 122.

Se o Accusador não comparece he esperado ; e se tambem não comparece no segundo termo he lançado da Accusação (1).

§ 123.

Se o Réo estando em homenagem ou affiançado , ou seguro não comparece ao offerecimento do

(1) Ord. l. 5. tit. 124. § 15. O mesmo procede no offerecimento de outros quaesquer Artigos antes da dilação para a prova. Póde porém o Accusador que foi lançado da Accusação requerer a admissão dentro de dez dias. E ainda depois do segundo lançamento he recebido a ajudar a Justiça , que fica sendo a Parte legitima (§ 99. Not.) O Ajudador da Justiça fica com as mesmas prerogativas que o Promotor, ou o Solicitador della. Ord. l. 1. tit. 15. e tit. 26. Póde pois : I. Infermar e accrescentar o Libello. Ord. l. 1. tit. 15. pr. Barbo. *Castigat.* ad Ord. l. 5. tit. 117. § 19. n. 97. II. Pedir mandado contra o Réo no caso em que deva proceder-se contra elle á capturar. Ord. l. 1. tit. 15. § 1. no fim. III. Requerer Cartas de Inquirição para fóra do domicilio do Réo. D. Ord. l. 1. tit. 15. § 2. IV. Promover a Accusação contra o Réo quando está parada. D. Ord. l. 1. tit. 15. § 5. V. Comparecer nas Audiencias , e requerer nos termos dos autos. Ord. l. 1. tit. 26. § 4. e o Escrivão he obrigado a informallo. D. Ord. l. 1. tit. 26. § 5. VI. Accusar as ausencias. D. Ord. l. 1. tit. 26. § 6. VII. Seguir a Accusação na superior Instancia. Ord. l. 1. tit. 26. § 8. VIII. E. requerer a Execução da Sentença. Ord. l. 5. tit. 117. § 19. e tit. 124. § 15. Não póde porém arrazoar a final. Ord. l. 1. tit. 15. pr. Se o Ajudador da Justiça articula em seu nome , absoluto o Réo deve pagar as custas á maneira do Denunciante , e póde ser punido por arbitrio do Juiz a verificar-se na Accusação calunnia. Ferreir. *Pract. Crim.* tom. 3. c. 31. n. 29. A Parte que deo perdão não póde depois ajudar a Justiça. Phab. p. 2. ar. 157. Barbo. ad Ord. l. 5. tit. 124. § 15. n. 2.

do Libello se lhe quebra a Homenagem , ou Alvará de Fiança , ou Carta de Seguro , e he recolhido á prizão (1).

CAPITULO XVII.

Da Excepção.

§ 124.

ANtes de responder ao Libello póde o Réo deduzir todas as Excepções que lhe competirem.

§ 125.

Excepção não he outra cousa mais que o direito de excluir a intensão do Author.

§ 126.

Divide-se a Excepção em Dilatoria e Peremptoria. Aquella differe a Acção (2). Esta a extingue (3).
M § 127.

(1) Póde porém requerer a admissão dentro de quinze dias. Ord. l. 5. tit. 124. § 20. (§ 99. Not.)

(2) Ord. l. 3. tit. 49. São da classe das Excepções Dilatorias a Declinatoria , de Incompetencia , de suspeição , de prevenção , de inhabilidade da pessoa do Accusador. A Excepção de suspeição deve ser proposta antes de qualquer outra. Ord. l. 3. tit. 49. § 1. excepto se vier de novo. Ord. l. 3. tit. 21. pr. A Excepção declinatoria não tem lugar depois da apresentação do Réo com a Carta de Seguro , porque he visto consentir no Juizo. Phab. p. 2. ar. 162. in fin. Da mesma sorte não tem lugar a Avocatoria expedida a requerimento do mesmo Réo depois da dita apresentação. Deduzindo se a Excepção de ordens , he o Réo prezo antes de ser remettido. Ord. l. 5. tit. 124.

§ 127.

A Excepção não tem lugar depois da Contestação da Causa (1).

§ 128.

Do recebimento ou desprezo da Excepção só compete o Aggravo no acto do Proccsso (2) excepto a da incompetencia (3).

CA-

§ 13. ainda que tenha Carta de Seguro. Leitão de *Securitat.* qu. 10. n. 31. E he o Juiz Secular o competente para esse conhecimento. Phæb. p. 2. ar. 100. Expedindo-se Avocatoria do Juizo Ecclesiastico, deve nella vir inserta a Carta de Ordens. Ord. l. 2. tit. 1. § 27. Pereir. Dec. 58. n. 12. E ainda então se devem formar Artigos perante o Juiz Secular. Phæb. p. 2. d. ar. 100. He porém o Réo obrigado a pagar as custas do Proccsso, e as pessoas antes da remessa. Ord. l. 1. tit. 24. § 44. l. 3. tit. 67. § 5. e livrando-se com Fiança perde esta para o Hospital. Ord. l. 5. tit. 132. § 2.

(3) Ord. l. 3. tit. 50. pr. Pertencem á classe das Excepções peremptorias as de prescripção, e cousa julgada. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 5. n. 60.

(1) Ord. l. 3. tit. 49. § 2. tit. 50. pr. tit. 20. § 15. l. fin. Cod. de except. l. 19. Cod. de probat. Petr. Barbos. in l. 1. D. de judic. art. 3. n. 177.

(2) Ord. l. 3. tit. 20. § 9. e 15.

(3) Ord. l. 3. tit. 20. § 9. vers. porém.

CAPITULO XVIII.

Da Contestação.

§ 129.

SE o Réo não póde differir, ou extinguir a Causa segue-se responder á intensão do Accusador, e contestar a demanda (1).

§ 130.

Contestação he a legitima contradicção feita entre as Partes litigantes pela qual o Juiz começa a conhecer da questão.

§ 131.

A Contestação he ou ficta, ou real. Ficta he a que se presume feita logo que se propõe a Acção. Real he a que se fórma depois de ter o Author proposto a sua intensão, e o Réo a sua defeza (2).

§ 132.

A Litiscontestação produz hum quasi contrato (3), exclue todas as Excepções (4), interrompe a

M ii pres-

(1) Não póde porém o Réo reconvir o Accusador. A Reconvenção não tem lugar nas Causas Criminaes criminalmente tratadas. Ord. l. 3. tit. 33. § 4. L. *Si quis reus* D. de public. judic. L. *neganda*. Cod. qui accusar. non poss. Mend. p. 2. l. 3. c. 8. n. 13. Silv. ad d. Ord. l. 3. tit. 33 § 4. n. 11.

(2) Ord. l. 3. tit. 20. § 5. tit. 51. l. 5. tit. 124. pr.

(3) Ord. l. 4. tit. 10. § 1. e 2. l. 11. § 1. l. 29. D. de novat.

(4) Ord. l. 3. tit. 20. § 9. e 15. tit. 49. § 3. tit. 50. l. ult. Cod. de except. Reinos. obs. 63.

prescrição (1), e transmite a favor, e contra os herdeiros as Acções que sem isso não eram transitorias (2).

CAPITULO XIX.

Da Contrariedade.

§ 133.

Contrariedade se diz a resposta do Réo ao facto proposto no Libello.

§ 134.

Ella he ou Affirmativa, ou Negativa. Affirmativa se o Réo responde por palavras positivas á narração do Libello. Negativa se simplesmente nega a intenção da Accusação (3).

§ 135.

Huma e outra deve ser articulada (4).

§ 136.

(1) Ord. l. 4. tit. 79. § 1. l. per. Cod. de arbitr. l. 10. Cod. de præscript. long. tempor. l. 30. Cod. de præscript. 30. vel 40. ann. (2) L. 164. D. de reg. jur. § 1. Instit. de perpet. et temporal. action.

(3) A Negativa pôde provar-se ou quando se resolve em Affirmativa. Ord. l. 3. tit. 53. § 10. ou quando he coarctada a certo tempo e lugar. D. Ord. l. 3. tit. 53. § 10. l. 5. tit. 124 § 1. Pacian. de Probat. l. 1. c. 42. et c. 43. Phæb. p. 2. ar. 106. Silv. ad d. Ord. l. 3. tit. 53. § 10. n. 7. A Negativa bem como a Affirmativa indefinida he de difficil prova. Henr. de Coccej. Disp. de directa probatione negativa. c. 2. n. 9.

(4) Ord. l. 5. tit. 124. § 1.

§ 136.

A Contrariedade deve ser offerecida dentro do termo legal (1). Se o Réo excede este termo pôde ser lançado della, assinando-se os termos probatorios á sua revelia (2).

§ 137.

Offerecida a Contrariedade pelo Réo he recebida em Audiencia pelo Juiz della (3). Nas Relações he recebida a Contrariedade per Acordão á vista da culpa (4).

§ 138.

(1) Este he o da segunda Audiencia. No mesmo termo concedido para contrariar deve o Réo fazer judiciais as Testemunhas da Querela, ou da Devassa inquiridas sem a sua citação. Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 18. que alterou a Ord. l. 3. tit. 62. § 1. He o Réo citado para esse fim se está presente. Estando ausente em parte incerta he citado por Editos para vir assinar termo de judiciais, ou fazer reperguntar as Testemunhas á sua custa com a comminação de se haverem por judiciais á sua revelia. D. Ord. l. 3. tit. 62. § 1. Phæb. p. 2. ar. 168. Leitão de Inquisit. qu. 1. n. 5. Se o Réo comparece, e escolhe o fazer reperguntar as Testemunhas, devem ellas ser reperguntadas á sua custa d. Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 18. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. n. 84. Ferreir. Pract. Crim. tom. 3. c. 10. n. 2.

(2) Ord. l. 5. tit. 124. pr. e § 1. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 62. Vas Alleg. 67. n. 46. Se o Réo se livra com Seguro, ou com Fiança, pôde-se-lhe quebrar a Carta ou Alvará, e ser consequentemente o Réo recolhido á cadeia senão requerer a admissão dentro de quinze dias.

(3) D. Ord. l. 5. tit. 124. pr. e § 1. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 62. e 63.

(4) Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 3. e 4. Vas Alleg. 67. n. 47. Ajunta-se para esse fim por appenso aos autos, e torna a separar-se delles logo depois do recebimento. Nos ca-

§ 138.

Se a Contrariedade que o Réo offerece não he relevante, o Juiz assina ao Réo outro termo para formar segunda Contrariedade que seja de receber (1).

CAPITULO XX.

Da Réplica.

§ 139.

Depois de deduzida pelo Réo a Contrariedade, replica o Accusador (2).

§ 140.

Réplica he pois a Impugnação da Contrariedade.

§ 141.

sos graves em que tem lugar a pena de morte natural ou civil ou cortamento de membro devem concorrer para o recebimento da Contrariedade ao menos seis votos Ord. l. 1. tit. 1. § 6. Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 21. Phæb. p. 1. ar. 153.

(1) Ord. l. 5. tit. 124. pr. Os Juizes no acto de deferirem ao recebimento da Contrariedade pôdem á vista da Devassa, ou da Querêla negar liemente ao Réo a mesma defeza pela qual lhe fora concedida em Relação a Carta de Seguro Confessativa. Assento de 9 de Agosto de 1639. e pôde nesse caso ser o Réo prezo. Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 3. Isto se entende só do Seguro, e não da Fiança. Thom. Vas ad *Reformat. Justit.* § 3. n. 27. Por quanto os que se livrão com Alvará de Fiança se reputão prezos; e não podem ser recolhidos á prisão senão quando estão em condemnação pelo Juiz de maior Alçada. § 84.)

(2) Ord. l. 5. tit. 124. pr. e § 3. Nas Accusações que se fa-

§ 141.

A Réplica faz parte do Libello (1). Deve formar-se no termo que a Lei prescreve (2), e se he offerecida em Audiencia (3).

CAPITULO XXI.

Da Tréplica.

§ 142.

Assim como a Contrariedade se elide pela Réplica, assim esta se elide pela Tréplica.

§ 143.

Tréplica he a impugnação da Réplica.

§ 144.

Depois da Tréplica não se admittem mais Artigos alguns (4), nem he licito addicionar a Réplica, assim como depois desta não se pôde addicionar a Contrariedade (5).

§ 145.

zem por parte da Justiça não se replica. Argum. da Ord. l. 5. tit. 124. § 6. Ferreir. *Pract. Crim.* tom. 3. c. 6. n. 28.

(1) L. 30. § fin. D. de pecul. Gam. Dec. 330. n. 2. Mend. p. 1. l. 3. c. 10 n. 1. Maced. Dec. 58. n. 10.

(2) Este termo he o de huma Audiencia. Ord. l. 3. tit. 20. § 5. 19. 21. 44.

(3) Ord. l. 5. tit. 124. pr.

(4) Ord. l. 3. tit. 20. § 19. e 27.

(5) Ord. l. 3. tit. 20. § 7. 8. e 16. Phæb. p. 1. ar. 6. Mend. p. 2. l. 3. c. 11. n. 4.

§ 145.

Para se formar a Tréplica dá-se igual termo que para a Réplica (1).

§ 146.

Este termo assim como todos os mais do Processo, he peremptorio (2).

CAPITULO XXII.

Da Dilação.

§ 147.

Dilação he o espaço de tempo competente assignado pela Lei, ou pelo Juiz para nelle se obrar algum acto da Causa.

§ 148.

Este espaço se dá para differentes objectos como para a Contestação da Causa, para a produção das provas, para as Allegações finais.

§ 149.

A Dilação para prova he regularmente de vinte dias (3).

§ 150.

(1) Isto he o de huma Audiencia. Ord. l. 3. tit. 20. § 44.

(2) Ord. l. 5. tit. 20. § 19. Mend. p. 1. l. 3. c. 10. n. 2.

(3) Ord. l. 3. tit. 54. § 1. l. 5. tit. 124. § 2. A prova de Tes-

§ 150.

Ella he de sua natureza peremptoria (1) mas réforma-se por via de restituição ou em razão de legitimo impedimento (2).

§ 151.

Finda a Dilação do lugar aonde se trata o pleito se pôde pedir dilação para fóra; e o tempo della o taxa o Juiz, segundo as circumstancias (3).

N

§ 152.

testemunhas produzidas fóra do tempo da dilação he nulla. Mend. p. 2. l. 3. c. 12. n. 5. Barbos. ad Ord. l. 3. tit. 54. § 16. n. 3.

(1) Ord. l. 3. tit. 54. § 1. vers. *a qual acabada*, e § 2. Para se conceder segunda dilação he necessario que se peça dentro do tempo da primeira, e que nesta se haja feito diligencia por parte de quem a pede. D. § 1. Mend. p. 1. l. 3. c. 12. n. 2. Quando a Lei assina tempo certo para algum acto, não pôde o Juiz coartallo ou excedello. Ord. l. 3. tit. 54. § 2. e 3. e dis-so só compete Aggravo de Petição. Pereir. Decis. 62. § 12.

(2) Ord. l. 3. tit. 54. § 9.

(3) Ord. l. 3. tit. 54. § 2. 3. 4. e 5. Esta Dilação he sempre suspensiva, se a requer o Réo. Ord. l. 3. tit. 54. § 14. o que he especial nas Causas Criminaes. Para esta Dilação deve jurar de calumnia a Parte que a pede. Ord. l. 3. tit. 54. § 11. Mend. p. 1. l. 3. c. 12. n. 4. Deve mais apontar os artigos a que pertende dar prova. D. Ord. l. 3. tit. 54. § 12. e nomear as Testemunhas que faz tenção de produzir. D. Ord. l. 3. tit. 54. § 13. Phæb. p. 2. ar. 18. Réforma-se esta Dilação, requerendo-se antes de ella findar, com Certidão do Escrivão respectivo que atteste legitimo impedimento da parte do Juizo para a prova se não concluir mais depressa. Argum. da Ord. l. 3. tit. 74. § fin. Cabed. p. 1. Dec. 30. n. 60. O Juiz a quem se delega por Carta de Commissão a Inquirição das Testemunhas deve remetter os juramentos destas fechados. Gothofr. Not. ad l. 18. Cod. de fid. Instrum.

§ 152.

A Dilação não começa a correr antes de ser intimada ás Partes (1). Ella he commua a huma e outra (2).

§ 153.

Pendente a Dilação nada se póde inovar (3), e em quanto dura huma Dilação não póde correr a outra (4).

§ 154.

Não se computa no termo o dia em que elle se assina (5). O ultimo dia do termo computa-se no mesmo termo.

§ 155.

As Causas dos prezos pódem correr nas Férias humanas (6) que são estabelecidas por utilidade pública (7).

CA-

(1) Ord. l. 3. tit. 1. § 13. Vas Alleg. 58. n. 15. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 75. Antonel de *tempor. legal*. l. 1 c. 16. n. 9. Quando a Accusação he promovida pela Justiça he citado o Solicitador desta para ver correr a Dilação.

(2) Mend. p. 2. l. 3. c. 12. n. 1. Barbos. ad Ord. l. 3. tit. 54. pr. n. 2. Cardos. verb. *dilatatio* n. 8.

(3) Ord. l. 3. tit. 54. § 15. l. 13. Cod. de dilat. Cardos. verb. *dilatatio* n. 3.

(4) Barbos. ad Ord. l. 3. tit. 54. § 1. n. 5. Silv. ad d. Ord. l. 3. tit. 54. § 1. n. 8.

(5) Ord. l. 3. tit. 13. pr Barbos. ad Ord. l. 3. tit. 54. § 4. n. 1. Arouc. Alleg. 28. n. 10. Antonell. de *tempore legal*. l. 3. c. 2. n. 1. et 2.

(6) Ord. l. 3. tit. 13. § 1. tit. 15. § 13. tit. 84. § 5. l. 1. § 9. D. de Successor. Edict. l. 30. § 1. D. ad leg. Jul. de adulter. l. 133.

CAPITULO XXIII.

Da Prova.

§ 156.

Próva he acto judicial, pelo qual se faz certo o Juiz da verdade do delicto (1).

N ii

§ 157.

D. de verb. sign. Umm. de *Process.* disp. 5. thes. 10. n. 55. excepto se for dia feriado em que o acto não possa fazer-se. D. Ord. l. 3. tit. 13. § 1. vers. *salvo* Cardos. verb. *dies* n. 6. Marant. de *Ord. judic.* p. 6. de *Citatione* membr. 1. n. 120.

(7) Ord. l. 3. tit. 18. § 14. l. 12. D. de public. judic. l. 9. D. de feriis l. 5. Cod. de Custod. reor. Barbos. ad l. 8. Cod. de feriis n. 6. Cardos. verb. *ferie* n. 6. não assim nas divinas, excepto para formar a culpa, e prender os Réos nos casos graves ou quando ha na demora o perigo da fuga. Silv. ad Ord. l. 3. tit. 18. pr. n. 8. e 10. Nas Relações conhece-se das causas dos prezos nos dous mezes de Férias, e tambem das causas dos que se livrão com Alvará de Fiança não tendo Parte, ou consentindo esta. Ord. l. 3. tit. 18. § 16. Silv. ad d. § 16. n. 2. e 3.

(1) A Próva he hum acto de absoluta necessidade nas Causas Criminaes, e a falta della influe nullidade insanavel na Sentença. Farinac. Cons. 5. n. 106. Guazzia. Defens. 35. c. 4. Ha tres especies de certeza: I. Certeza metafysica que he a que provem da evidencia metafysica. Tal he a que hum Geometra tem de que os tres angulos de hum triangulo são iguaes a dous angulos rectos. II. Certeza fysica que he aquella que provem da evidencia fysica. Tal he a que alguem tem do fogo de que se sente queimar. III. Certeza moral, que he fundada na evidencia moral. Tal he a que temos de hum facto que muitas Testemunhas fidedignas attestão terem presenciado. Os Tribunaes Criminaes contentão-se com a certeza moral para imporem a pena ordinaria. Esta certeza moral só póde provir da próva perfeita; isto he, aquella que exclue a possibilidade da innocencia do Réo. Brissot *Theorie des Loix Criminelles*. tom. 2. pag. 91.

§ 157.

Segundo esta certeza tem mais ou menos grãos de probabilidade, assim a Prova costuma dividir-se em plena, e semiplena (1).

§ 158.

A respeito da Prova nas Causas Criminaes costumão observar-se estes dous princípios. I. Sómente obriga á final condemnação a Prova plena, e clarissima (2). II. Não se regula a Prova nos delictos pelos ápices de Direito (3).

§ 159.

(1) A Prova semiplena resulta por exemplo da Confissão extrajudicial. Ord. l. 3. tit. 52. pr. l. 5. tit. 133. pr. sendo verificada por duas Testemunhas contestes. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. § 8. n. 91. Barbos. add. Ord. l. 5. tit. 133. pr. n. 3. ou do juramento de hum Testemunha presencal. D. Ord. l. 5. tit. 133. pr. sendo com tudo fidedigna e maior de qualquer excepção. Jul. Clar. § fin. qu. 22. n. 3. ou da fuga. D. Ord. l. 5. tit. 133. pr. Barbos. ad d. Ord. n. 11. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. § 8. n. 95.

(2) L. *sciatis cuncti* 25. Cod. de probat. L. *qui sententiam* 16. Cod. de pen. Guazzin. Defens. 33. c. 14. n. 1. Barbos. ad leg. fin. Cod. de probat. n. 2. Carpzov. *Practic. rer. Crimin.* p. 3. qu. 114. n. 4. e 5. As penas que forão estabelecidas para punirem actos reaes não preenchem o seu fim em quanto esses actos reaes não estão plenamente verificados. Esta he a differença que faz o Juizo Civil do Criminal. Se hum prédio he contestado entre dous litigantes (diz Mons. Voltaire *Essai sur les probabilités*) he evidentemente necessario para o interesse público, e para a justiça particular, que hum dos dous litigantes o possua, porque não he possível que deixe de pertencer a alguem. Mas quando hum homem he accusado de hum delicto, não he evidentemente necessario que elle seja entregue ao alzo por causa da maior probabilidade; antes he bem possível que elle viva sem perturbar a harmonia do Estado.

(3) Poehmer. *Elem. jur. Crim.* sect. 1. § 189. et 271. Guazzin.

§ 159.

A obrigação da Prova do delicto incumbe ao Accusador (1) Na falta della he o Réo absoluto (2).

§ 160.

Quando ha colisão de provas ou resta alguma dúvida a respeito do delicto, não deve proceder-se á condemnação (3).

§ 161.

Defens. 29. c. 3. n. 1. Daqui vem que os erros do Processo podem supprir-se nas Relações nos casos graves. Ord. l. 1. tit. 5. § 12. Regimento da Relação do Rio de Janeiro tit. 2. § 25. Phzb. p. 2. ar. 140. Excepto depois de sentença a Causa. Assento de 20 de Março de 1606. (§ 17. Not.)

(1) Assim como nas Causas Civeis quem estabelece a sua intenção em algum facto, deve provallo pela regra que a prova incumbe a quem affirma, e não a quem nega. L. 23. D. l. 2. Cod. de probat. l. 10. Cod. de non numerat. pecun. da mesma sorte nas Causas Criminaes o Accusador ou seja a propria Parte offendida, ou seja Pessoa do Povo deve provar o delicto, pois faz as vezes de Author. Puttman. *Elem. jur. Crim.* l. 2. c. 14. § 835.

(2) L. *qui accusare* 4. Cod. de edend. ainda que o Réo da sua parte nada prove. Mascard. de *Probat.* l. 1. concl. 36. n. 1. Guazzin. Defens. 29. c. 1. n. 7. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 8. n. 95. Esta conclusão funda se na presumpção de Direito que qualquer naturalmente se entende ser bom em quanto se não prova o contrario. Thomas. *Dissert. de Præsumptione Bonitatis* § 9. et *Dissert. de Existimatione*. § 35.

(3) L. 10. § 1. D. de reb. dub. l. 192 § 1. D. de regul. jur. Poehmer. de *Collis. probat.* c. 1. § 16. Em dúvida vale mais absolver o culpado, que condemnar o innocente. L. *absentem*. 5. D. de pen. Cardoso verb. *Delictum*. n. 26. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. § 8. n. 94. e sempre a interpretação se deve fazer em exclusão do delicto l. 42. D. de pen. l. 155. § 2. D. de regul. jur.

§ 161.

Não bastão para a imposição da pena a Prova semiplena (1), ou os indícios (2).

§ 162.

Quanto os delictos são mais atrozes, tanto mais plena, e clara deve ser a sua Prova (3).

§ 163.

Guazzin. Defens. 29. c. 2. n. 4. Barbos. Axiom. 68. n. 14. Carpov. Pract. rer. Crim. l. 3. qu. 123. n. 70.

(2) Argum. da Ord. l. 3. tit. 52. pr. Matth. de Crimin. l. 48. D. tit. 15. c. 1. n. 5. Paul. Risi animadvers. ad Crimin. jur. p. 1. Huma prova imperfecta (diz Brissot Theorie des Loix Criminelles, tom. 2. c. 3. pag. 89. Not.) não he mais que huma presumpção, e jámais as presumpções chegarão á classe das provas. Pela mesma razão não podem ajuntar-se muitas provas semiplenas, e imperfectas para constituir prova legitima. Boehmer. Elem. jur. Crim. sect. 1. c. 11. § 190. n. 5. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 7. n. 79. vers. In Criminalibus tamen.

(3) L. 5. D. de poen. Puttman. Elem. jur. Crimin. l. 2. c. 9. et 17. Coccej. Jus controversum ad Tit. de probat. qu. 10. Gomes Variar. Resol. tom. 3. c. 12. n. 25. Nullus (diz a Constituição Crimin. Carol. Magn. l. 7. c. 186.) quemquam ante justum iudicium damnet: nullam suspicionis arbitrio iudicet. Non enim qui accusatur, sed qui convincitur reus est. Pessimum namque et periculosum est quemquam de suspitione damnare. In ambiguis Dei iudicio reservetur sententia. Quod certe agnoscent suo; quod nesciunt divina reservetur iudicio.

(1) Coccej. Dissert. Proem. 12. § 681. Boehmer. Elem. jur. Crim. sect. 1. c. 11. § 189. 190. 217. Phæb. p. 2. Dec. 121. n. 4. He bem digna de imitação a providencia do novo Código Criminal de Toscana. Daqui em diante (diz o Grão Duque no § 27 do dito novo Código) ficará prohibido em qualquer caso, ou circumstancia, e de qualquer natureza que seja o delicto sobre que se houver de proceder, ainda que pertença á classe dos mais atrozes, o uso dos modos irregulares da prova; pois por

§ 163.

Os meios legitimos e ordinarios das Provas, são: I. A Confissão do Réo. II. Os Instrumentos. III. As Testemunhas (1).

CAPITULO XXIV.

Da Confissão.

§ 164.

Confissão he a declaração pela qual alguem reconhece a verdade do proprio facto.

§ 165.

isso que são irregulares, e por consequencia injustos não devem ser admittidos em qualquer caso possivel, visto que em todos os delictos devem applicar-se os mesmos meios para o descobrimento da verdade, e se elles são insufficientes para o conseguir em hum caso, o devem ser não menos no outro. Com effeito quantas victimas innocentes não tem succumbido por hum casual concurso de circumstancias que a prevenção primeiro chamou presumpções, e depois erigio em provas concludentes?

(1) Nem o juramento suppletorio, nem o decisorio tem lugar nas Causas Criminaes. Mascard. de Probat. concl. 814. n. 24. Struv. Exercit. 17. thes. 43. O juramento purgatorio nunca teve uso no nosso Foro Elle foi mero invento do Direito Pontificio. Veja-se Boehmer. Exercitat. de usu jurament. purgator. in Crimin. O juramento de calumnia só se defere nas Querélas e Denuncias. Pela simples notoriedade não se pôde dizer provado algum delicto; pois ou o facto he notorio só ao Juiz, ou aos outros. Se só ao Juiz, elle não deve julgar pela sua consciencia mas pelas provas dos autos. Ord. l. 3. tit. 66. pr. Se he notorio aos outros, he necessario que elles deponhão concludentemente, pois muitas vezes se dizem notorias cousas que bem examinadas não o são. Donde vem que a notoriedade não pôde constituir huma especie de prova separada. Boehmer. Elem. iur. Crim. sect. 1. c. 11. § 213.

§ 165.

Divide-se em judicial, e extrajudicial. Aquella he a que se faz em Juizo, e perante Juiz competente. Esta he a que se faz fóra do Juizo ou perante Juiz incompetente (1).

§ 166.

Para a Confissão ser legitima he preciso que ella seja: I. Clara (2). II. Espontanea (3). III. Provavelmente verdadeira (4). IV. Séria (5). V. Judicial (6).

§ 167.

(1) A Confissão feita perante Juiz incompetente se reputa extrajudicial. Farinac. *Tract. Crim.* qu. 81. c. 6. n. 188. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 42. Caravita *Institut. Criminal.* l. 2. c. 8. § 2. n. 2.

(2) Isto he, feita com palavras claras, e não ambigüas ou confusas. L. 6. D. de Confess. Guazzin. *Defens.* 32. c. 1. n. 1. Conciol. verb. *Confessio*. Resol. 16. n. 1.

(3) Isto he, feita sem constrangimento. Donde vem que deve excluir-se a que he feita nos tormentos. Ant. Matth. l. 48. D. tit. 16. c. 4. n. 11. ou no calor da ira. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 3. n. 43. Farinac. de *Reo Confess. et convict.* qu. 81. c. 1. n. 56.

(4) Isto he, fundada em argumentos provaveis. Guazzin. *Defens.* 32. c. 1. n. 3. Daqui vem dizer Cicero pro S. Roscio. n. 84 *Sic vita hominum est ut ad malefícium nemo conetur sine spe atque emolumento accedere.*

(5) Isto he, feita por pessoa que sabe, e entende o que confessa. Puttman. *Elem. jur. Crim.* l. 2. c. 14. § 839.

(6) Carpzov. *Practic. rer. Crim.* p. 1. qu. 113. n. 32. Ant. Matth. l. 48. D. tit. 16. c. 1. n. 3. A Confissão porém posto que judicial feita em hum Juizo não faz prova em outro em materias criminaes. Jul. Clar. § fin. qu. 54. n. 5. Farinac. de *Reo Confess. et convict.* qu. 81. c. 3. n. 95.

§ 167.

Não he pois attendivel a Confissão duvidosa (1), a tacita ou presumida (2), a coacta (3), a erronea (4), a jocosa (5), a extrajudicial (6).

§ 168.

A Confissão do Réo he a melhor das provas (7). Ella porém por si só não basta para a final condemnação (8).

O

§ 169.

(1) Farinac. de *Reo Confess. et convict.* qu. 81. n. 32. Guazzin. *Defens.* 32. c. 1. n. 1.

(2) Anton. Matth. ad l. 48. tit. 16. c. 1. n. 9. Bossius Tit. de *plurib. violent.* n. 117. Farinac. de *Reo Confess. et convict.* qu. 81. n. 105. et 106. et l. 2. Consil. 150. n. 9.

(3) L. 1. § 1. D. de quæstion. Guazzin. *Defens.* 32. c. 1. n. 1. Daqui vem que a Confissão feita na Carta de Seguro, como não he espontanea mas feita com o temor da prisão, não basta para a condemnação do Réo. Ord. l. 5. tit. 124. § 21. Phæb. p. 1. ar. 126. Vas Alleg. 67. n. 37.

(4) A Confissão que he feita com erro não prejudica provado o erro. L. 2. D. de Confess. l. 11. § 10. D. de interrogat. in jur. faciend. Guazzin. *Defens. Reor.* *Defens.* 32. c. 10. Caball. *Resol. Crimin.* cent. 1. cas. 186. n. 2.

(5) Farinac. de *Reo Confess. et convict.* qu. 82. n. 37. Conciol. verb. *Confessio* Resol. 13. n. 16.

(6) Jul. Clar. l. 5. § fin. qu. 55. n. 2. Gom. *Variar.* tom. 3. c. 13. n. 8.

(7) L. 1. D. de Confess. Giurb. Consil. Crimin. 16. n. 2. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 43.

(8) L. 1. § 17. e 27. D. de quæstion. l. 16. Cod. de pœn. O Réo por isso que confessa não se julga logo convencido. L. 5. D. de custod. et exhib. reor. ubi Gothofred. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 3. n. 43. Barboz. ad c. 2. de Confess. n. 8. Heinecc. diss. de *Religion. judic. circ. reor. Confess.* § 6. A confissão não pôde fazer que

§ 169.

A Confissão sómente prova quando consta do corpo de delicto (1) concorrendo legítimos indícios (2), e o Réo confessando especifica circumstancias do crime que se verificação (3).

§ 170.

Exista o crime aonde o não ha. Ella póde provir de differente principio que não seja o proprio convencimento. Huns são arastados a ella pela demencia, outros pela embriaguez, outros pela desesperação. Ninguem sem alguma coacção se crimina a si proprio. He esta huma excellente observação de Quintillian. Declam. 314. *Ea natura est omnis Confessionis, ut possit videri demens qui de se confitetur. Hic furore impulsus est, alius ebrietate, alius dolore, quidam questione. Nemo contra se dicit nisi aliquo cogente.*

(1) L. 8. D. de Confess. l. 1. § 24. D. de Scto. Syllaniano. l. 5. § 2. D. cod. Guazzin. Defens. 32. c. 2. Certa noite huma mulher he mal tratada por seu marido; ella grita que a matão; as suas vozes são ouvidas na visinhança. Acodem. O marido he visto agitado; acha-se derramado sangue pela casa; a mulher não apparece. O marido posto em tormentos confessa que matou sua mulher. He condemnado á morte. Caminhava já para o patibulo: Eis a mulher lhe sahe ao encontro. Ella havia fugido com o seu amante. Charondas Dec. do Direito Francez, tom. 1. Respost. 1. He semelhante o caso acontecido na Cidade de Béja de que se lembra Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 8. n. 89.

(2) L. 1. § 17. D. de question. Farinac. de *Reo Confess. et convict.* qu. 81. n. 14. Domat. *Loix Civiles* l. 3. sect. 5. § 1. Not.

(3) L. 6. D. de Scto. Syllaniano. Guazzin. Defens. 4. c. 3. n. 5. et seq. et Defens. 32. c. 2. n. 3. Conciol. Resol. Crim. verb. *Confessio* Resol. 15. A este respeito diz Tertullian. Apolog. c. 2. *Si de nocente cognoscitis, non statim confesso eo nomen homicide vel sacrilegi, vel incesti, vel publici hostis contenti sitis ad pronuntiandum, nisi et consequentia exigatis qualitatem facti, numerum, locum, tempus, consensu, socios.*

§ 170.

A Confissão do Réo deve reduzir-se a termo feito nos autos (1).

§ 171.

Nas Causas Criminaes póde a Confissão acceitar-se em parte e regeitar-se em outra parte (2).

O II

§ 172.

(1) Ord. l. 1. tit. 24. § 20. l. 3. tit. 32. § 1. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 37. Ainda que a Confissão feita em Artigos prova nas Causas Civeis, Cabed. p. 2. Dec. 29. n. 7. Silv. ad Ord. l. 3. tit. 50. § 1. n. 4. não he assim nas Causas Criminaes. Mend p. 1. l. 5. c. 1. n. 43. Excepto se o Procurador tem poderes especiaes para essa determinada Confissão. Farinac. de *Reo Confess. et convict.* qu. 81. c. 1. n. 61. Guazzin. Defens. 32. c. 30. n. 4. Póde porém o Réo reclamar a Confissão se foi fundada em erro. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 43. Guazzin. d. Defens. 32. c. 10. ou sendo menor implorar a restituição contra ella quando fosse feita com authoridade do Tutor, ou Curador. L. 6. § 5. D. de Confess. l. 7. § 4. D. de minorib. Guazzin. Defens. 32. c. 32. n. 6. Porque sendo feita a Confissão pelo menor sem a dita authority de Tutor ou Curador he por si mesma nulla, e independe da restituição. Ord. l. 3. tit. 41. § 8. l. 4. Cod. si advers. rem judicat. l. 4. Cod. de authoritat. praestand. l. 11. Cod. qui dar. tutor. vel curator. poss. Mascard. de *Probation.* Concl. 371. n. 1. Farinac. de *Reo Confess. et convict.* qu. 81. c. 10. n. 352.

(2) Pacian. de *Probat.* l. 1. c. 25. n. 15. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 44. Pereir. Dec. 68. n. 8. Isto se entende quanto á pena ordinaria quando o delicto se acha aliunde plenamente provado. Porque não concorrendo a plena prova do delicto, só póde ter lugar a pena extraordinaria. Guazzin. Defens. 32. c. 35. n. 1. et 2. Jul. Clar. § fin. qu. 55. n. 16. Gomes Variar. Resolut. tom. 3. c. 3. n. 26. A razão he, porque nas cousas que de si mesmas são más se presume o dolo. L. 1. Cod. de sicar. Menoch. de arbit. l. 2. centur. 1. cas. 93. n. 37. Pacian. d. c. 25. n. 14. Excepto quando a qualidade da Confissão he fundada em pre-

§ 172.

Nem o Réo nem o Author podem ser obrigados a depôr nas Causas Criminaes (1).

CAPITULO XXV.

Dos Instrumentos.

§ 173.

Instrumento se diz a escritura feita para comprovação dos factos (2).

§ 174:

sumpção de Direito ou he provada pelo Réo em sua defeza. Guazzin. Defens. 32. c. 35. n. 3. Anton. Matth. ad l. 48. D. tit. 16. c. 1. n. 20. O contrario procede nas Causas Civeis, nas quaes he citada a qualidade com que o Réo confessa quando essa qualidade he inherente, e intrinseca ao negocio que faz o objecto da Confissão. Mend. p. 1. l. 3. c. 12. n. 15. Gama. Dec. 336. n. 7. Pereir. Dec. 68. n. 4.

(1) Ord. l. 3. tit. 53. § 11. Esta Ordenação deve entender-se não só a respeito dos Réos, mas tambem dos Authores nas Causas Criminaes por argumento da Ord. l. 5. tit. 119. porque sendo o Accusador obrigado a depôr pôde incorrer nas penas que a dita Ordenação impõe aos que accusão calumniosamente; e isso facilitaria o perjurio. Not. do Reportorio. tom. 2. letr. D. pag. 31. Edig. de Coimbra.

(2) L. 4. D. de fide instrum. He innegavel poder-se provar o delicto tambem por Instrumentos. L. ult. Cod. de probat. l. 15. Cod. de fide instrum. l. 22. Cod. ad Leg. Cornel. de fals. Anton. Matth. l. 48. D. tit. 15. c. 5. Como no caso das Escrituras falsas, da heresia, das cartas de desafio, dos libellos famosos. Jul. Clar. l. 5. § fin. qu. 54. n. 1. et 2. Puttman. Elem. jur. Crim. l. 2. c. 15. § 844.

§ 174.

Divide-se o Instrumento em público, e particular. Público se diz o que he feito por Officiaes públicos para isso authorisados. Particular o que não tem fé pública, e he feito mais para lembrança que para prova.

§ 175.

Tambem se divide em original, e traslado. Chama-se original o que immediatamente he tirado do Protocolo. Traslado he a cópia tirada do original.

§ 176.

O Instrumento público faz plena prova (1). O particular só prova contra o Réo sendo por elle reconhecido (2).

§ 177.

(1) L. 2. D. l. 15. Cod. de fide instrum. Parex. de Instrum. edit. tit. 1. Resol. 3. § 2. n. 3. Isto se entende quando o Instrumento contém o mesmo corpo de delicto. Se porém só contém a Confissão do Crime, não faz senão ás vezes de Confissão extrajudicial. Puttman. Elem. jur. Crim. l. 2. c. 15. § 848. pag. 422. As mesmas Testemunhas Instrumentarias como extrajudiciaes não fazem prova. E o Tabellião, posto que pessoa pública nos negocios Civeis, nos Criminaes he reputado como particular. Boehmer. Elem. jur. Crim. c. 11. § 214. Filangieri. Scienz. della Legislazione, tom. 3. p. 2. c. 15.

(2) Ord. l. 3. tit. 25. § 9 Genoa de Scriptura privata, l. 1. qu. 4. n. 84. Valasc. Cons. 164. n. 2. Quando o Réo nega só tem lugar a comparação de Letras. Matth. de Crimin. l. 48. D. tit. 15. c. 5. A comparação de letras porém he meio muito fallivel de descobrir a verdade. L. 20. Cod. de fid. instrum. Gait. de Credit. c. 2. tit. 8. n. 2826. Mascard de Probat. Concl. 330. n. 1. Ella apenas pôde servir de prova semiplena. Ord.

§ 177.

Deixa de ter fé o Instrumento quando he sus-
peito de falsidade (1).

§ 178.

O Instrumento que se refere a outro não pró-
va sem se apresentar o referido (2).

CAPITULO XXVI.

Das Testemunhas.

§ 179.

Testemunha he a pessoa idonea para certificar a
verdade por seus ditos.

§ 180.

As Testemunhas fazem prova clarissima quan-
do são em número legitimo (3). Juradas (4). Con-
tes-

l. 3. tit. 52. pr. Silv. ad d. tit. 52. pr. n. 12. Puttman. d. l. 2. c. 15. § 846. e esta nas Causas Criminaes sómente constitue hum indício remoto Filangieri. *Scienz. della Legislazione*, tom. 3. p. 2. c. 15. (§ 51. Not.)

(1) Ord. l. 3. tit. 60. § 3. l. ult. Cod. plus valet quod agitur. l. 42. Cod. de transact.

(2) Ord. l. 3. tit. 60. pr. Novell. 119. c. 3. Auth. *si quis in aliquo Cod. de edend. Morae de Execut. l. 3. c. 5. n. 2.*

(3) Este número legitimo he o de duas ou tres Testemu-
nhas. Ord. l. 1. tit. 78. § 4. l. 12. D. de testib. cap. *in omni nego-
tio* eod. Matth. de *Crimin. l. 48. tit. 15. c. 3. n. 6. Gom. Varias*

testes (1). Fidedignas (2). Individuaes (3). E Con-
cludentes (4).

§ 181.

tom. 3. c. 12. n. 9. Conciol. Resolut. Crim. verb. *probatio*. Resol. 3. n. 6. O número porém não basta se as Testemunhas não tem os outros requisitos legais. Muitas vezes se comprão a pezo de oiro os testemunhos falsos, outras vezes o erro dos sentidos e a precipitação do juizo de algumas pessoas lhes faz affirmar o que não teve jámais existencia. He disto hum exemplo o incrível mas verdadeiro successo de Mr. de la Pivardiere. Madame de Chauvelin que contrahira com elle segundas nupcias, foi accusada de o haver mandado assassinar n'huma sua casa de campo. Duas criadas forão testemunhas da morte. Sua propria filha ouviu a seu pai gritar: *Meu Deus, tende misericordia co-
migo*. Humna das criadas perigosamente enferma recebendo os Sacramentos da Igreja attestou que sua ama tinha presenciado o assassinio. Muitas outras Testemunhas virão os lençoes tin-
tos de sangue; algumas ouvirão o tiro pelo qual começou o delicto. A sua morte he justificada, e se fórma o Processo do crime. Com tudo não houve nem tiro, nem sangue derrama-
do, nem morte de alguém. Mr. de la Pivardiere torna para sua casa, apresenta-se aos Juizes, e he reconhecido pelo proprio. Mr. d'Auguesseau, tom. 4. *Plaidoyer* 51. pag. 399.

(4) Ord. l. 1. tit. 86. pr. l. 9. l. 18. Cod. de testib. Matth. de *Crimin. l. 48. D. tit. 15. c. 4. n. 7. Farinac. de testib. qu. 74. n. 1. Carpzov. Pract. rer. Crim. p. 3. q. 114. n. 63.*

(1) Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 7. n. 79.

(2) Ord. l. 1. tit. 65. § 61. Phæb. p. 2. ar. 116. Boss. de *Op-
posit. contr. testes* n. 152. Marcard. Concl. 1367. n. 4. Não basta porém que as Testemunhas não nos queirão enganar. He pre-
ciso que ellas não se enganem a si mesmas. Assim a fé que se deve a Testemunha deve ser regulada não só pelo interes-
se que ella tem de dizer ou não dizer a verdade, mas tam-
bem pela sua capacidade, e mais circumstancias da sua orga-
nização. Brissot *Theorie des loix Criminelles*, tom. 2. c. 3. sect. 2. § 1.

(3) Não basta affirmar o facto; mas he preciso individuar as
circumstancias substanciaes delle como o lugar, o modo, e o
tempo. Daqui vem que quando a Testemunha depõe de vista
deve o Inqueridor perguntar-lhe o tempo, e lugar em que
vio, e se estavam alli outras pessoas que também virão. Ord.

§ 181.

Podem ser Testemunhas todos os que não são prohibidos (1).

§ 182.

Esta prohibição pôde provir ou da natureza, ou da disposição da Lei.

§ 183.

São prohibidos pela Natureza : I. Os furiosos ; e mentecaptos (2). II. Os impuberes (3). III. Os pródigos (4). IV. Os mudos e surdos de nascimen- to (5).

§ 184.

1. l. tit. 86. § 1. e quando depõe de ouvida em que tempo e lugar, e a quem ouviu. D. § 1.

(4) L. *sola testatione* 4. Cod. de testib. Carpzov. *Pract. rer. Crim.* p. 3. qu. 114. n. 57. Cardos. in *Prax. verb. testis* n. 81.

(1) Ord. l. 3. tit. 56. pr. Farinac. de *Testib.* qu. 53. n. 1. Carpzov. *Practic. rer. Crimin.* p. 3. qu. 114. n. 26. Cardos. verb. *testis* n. 2.

(2) Ord. l. 3. tit. 56. § 5. § 8. Instit. de inutil stipulat. § 6. Instit. de testam. ordinand. l. 48. l. 124. D. de regul. jur. Barbos. ad Ord. l. 3. tit. 55. Concl. 7. n. 44.

(3) Ord. l. 3. tit. 56 § 6. l. 3. § 5. D. de testib. § 6. Inst. de testam. ordin. § 9. Inst. de inutil. stipulat. Farinac. de *Testib.* qu. 53. n. 1. Cardos. verb. *testis* n. 4. Nos casos graves são os impuberes perguntados para averiguação da verdade, mas sem juramento. Ord. l. 3. tit. 56. § 6. vers. *Porém*.

(4) Ord. l. 4. tit. 85. pr. l. 40. D. de regul. jur. Isto entende-se depois de lhes ser tirada a administração. D. l. 40. D. de regul. jur. l. 1. D. de Curat. furios. Farinac. de *Testib.* qu. 61. n. 36. Mascard. de *Probat.* Concl. 1365. n. 38.

(5) Ord. l. 4. tit. 85. pr. Mascard. de *Probat.* Concl. 1365. n. 24. Farinac. de *Testib.* qu. 61. oppos. 11. n. 36.

§ 184.

São prohibidos pela disposição da Lei absolutamente : I. Os Escravos (1). II. Os Mouros ou Judeos (2). III. Os inimigos capitaes (3). IV. Os prezos (4). Respectivamente : I. Os filhos nas Causas dos pais, e estes nas Causas dos filhos (5). II. Os maridos nas Causas das suas mulheres, e estas nas dos seus maridos (6). III. Os irmãos nas Causas dos irmãos quando estão debaixo da sua tutela e administração (7).

P

§ 185.

(1) Ord. l. 3. tit. 56. § 3. l. *quoniam liberi* 11. Cod. de testib. Mascard. de *Probat.* Concl. 1365. n. 14. Excepto : I. Quando são reputados livres. Argum. da Ord. l. 4. tit. 85. pr. Mascard. de *Probat.* Concl. 1358. n. 17. II. Nos factos domesticos l. *Consensu* 8. § *servis etiam*. Cod. de repud. III. Quando de outro modo se não pôde saber a verdade l. *servi*. 7. D. de testib. l. 22. § *licentia*. Cod. de jur. deliberand. Farinac. de *Testib.* qu. 55. n. 172.

(2) Ord. l. 3. tit. 56. § 4. l. 10. Cod. de hæretic. Cardos. in *Prax. verb. testis* n. 14.

(3) Ord. l. 5. tit. 56. § 7. Cardos. verb. *testis*. n. 14. Farinac. de *Testib.* qu. 53. n. 3.

(4) Ord. l. 3. tit. 56. § 9. l. 3. § *Lege Julia* 5. D. de testib. Mascard. de *Probat.* Concl. 1365. n. 14. Excepto : I. Se forão nomeados Testemunhas antes da prisão. II. Se são prezos por Causa Cível, ou por delicto leve. III. Se são perguntados a respeito de facto acontecido na cadeia. D. Ord. l. 3. tit. 56. § 9. IV. Se a verdade do facto senão pôde saber de outro modo.

(5) Ord. l. 3. tit. 56. § 1. l. *testis* 9. D. de testib. l. *parentes*. 6. Cod. eod. Themud. Dec. 228. n. 13. Pereir. Dec. 13. n. 13. Maced. Dec. 56. n. 1. Isto estende-se a todos os ascendentes, e descendentes. Phæb. p. 1. Dec. 91. n. 1. Cabed. p. 2. ar. 9.

(6) Arg. da Ord. l. 3. tit. 56. § 1. l. *etiam* 3. Cod. de testib. Voet ad Pandect. tit. de testibus. n. 5. Cardos. verb. *testis* n. 11.

(7) Ord. l. 3. tit. 56. § 7. l. 6. l. 24. D. de testib. Cardos. in *Prax. verb. frater*. n. 5. Farinac. de *Testib.* qu. 54. n. 86.

§ 185.

Não constituem prova: I. Hum só Testemunha
(1). II. Testemunhas singulares (2). III. Defeituosas.

§ 186.

Os defeitos das Testemunhas podem provir: I.
Ou

(1) *L. juris jurandi* 9. Cod. de testib. l. 20. D. de quaestione. Matth. de Crim. l. 48. tit. 15 c. 3. n. 1. Farinac. de Testib. qu. 63. c. 1. n. 1. Montesquieu *Esprit des Loix* l. 2. c. 3. diz que as Leis que fazem morrer hum homem pelo juramento de hum só Testemunha, são fataes á humanidade. Hum homem que affirmar (acrescenta elle) e o accusado que nega, ficão iguaes, e he necessario hum terceiro que desempate. Ha ainda outra razão, que he mais facil que hum só homem possa ser subornado, prevenido, ou illudido, que dous juntos. Quanto mais grave for a pena do crime, tanto maior deve ser o número das testemunhas para a sua imposição. Brissot *Theorie des loix Criminelles*, tom. 2. c. 3. sect. 2. § 3.

(2) Farinac. de Testib. qu. 64. n. 33. Petr. Gregor. *Syntagma jur.* l. 48. c. 13 n. 5. Giurb Cons. 79. n. 24. Cardos. in *Prax.* verb. *testis*. n. 41. Entre as Testemunhas que não contestão ha humas que effectivamente se contradizem, outras que se auxilião nos seus ditos, outras que depõe de factos totalmente diversos. Daqui vem que a singularidade das Testemunhas se divide em obstativa, adminiculativa, e diverficativa. No primeiro caso nada provão em Juizo algum. No segundo podem fazer alguma prova segundo a qualidade da causa. No terceiro caso só fazem prova semiplena sobre cada hum dos factos se são maiores de qualquer excepção. Gail l. 2. obs 66 n. 13. Giurb. Cons. 79. n. 34. Scacc. de *Judic.* l. 2. c. 9. n. 538. No Juizo Criminal não bastando a prova semiplena nem podendo unir-se provas imperfeitas (§ 161.) nunca podem fazer prova Testemunhas singulares qualquer que seja a especie da singularidade dellas. Gom. Var. Resol. c. 12. n. 10. Clar. § fin. qu. 53. n. 18. Conciol. Resol. Crim. verb. *testis quoad dicta*. Resol. 1. n. 11.

Ou do amor (1). II. Ou do odio (2), III. Ou da
P ii in-

(1) São Testemunhas defeituosas por este principio: I. Os parentes até o quarto grão. Mascard. de *Probat.* Concl. 1364. n. 43. Conciol. verb. *testis quoad personas*. Resol. 18. n. 1. II. Os afins. Matth. de Crim. l. 48. D. tit. 5. c. 2. n. 10. Farinac. de Testib. qu. 54. n. 1. III. Os Compadres, ou Comadres. Cardos. in *Prax.* verb. *testis*. n. 24. Barbos. ad Ord. l. 3. tit. 55. Concl. 7. n. 24. IV. Os domesticos. l. 3. Cod. de testib. l. 24. D. eod. Farinac. de Testib. qu. 55. inspect. 1. n. 1. Matth. de Crim. ad l. 48. D. tit. 15. c. 11. n. 10. excepto quando se trata de facto domestico. Mascard. de *Probat.* Concl. 1366. n. 7. Caball. Resol. Crim. Cent. 3. cas. 282. n. 12. ou quando já não são domesticos ao tempo do juramento. Cabed. p. 2. ar. 9. Add. ad Cardos. verb. *testis*. n. 19. pag. 617. V. Os familiares. l. 24. D. de testib. Farinac. de Testib. qu. 55. Inspect. 2. n. 117. Conciol. verb. *testis quoad personas*. Resol. 24. n. 1. VI. Os amigos intimos, ou especiaes. Ord. l. 5. tit. 6. § fin. tit. 37. § 3. l. 3. ibi. *vel amicus ei sit*. D. de testib. l. 5. Cod. eod. Mascard. de *Probat.* Concl. 1364. n. 38. Barbos. ad Ord. l. 3. tit. 55. ad rubr. Concl. 7. n. 6. VII. Os Advogados, ou Procuradores nas Causas dos seus Clientes. l. 25. D. de testib. Farinac. de Testib. qu. 60. Illat. 4. n. 155. et. Illat. 5. n. 196. Boss. de *opposit contra testes*. n. 119. VIII. Os que do seu depoimento podem tirar honra, cômodo ou interesse. l. nullus 10. D. de testib. l. omnibus 10. Cod. de testib. Farinac. de Testib. qu. 60. n. 4. Cardos. in *Prax.* verb. *testis*. n. 30 IX. Os que tem Causa semelhante ou laborão no mesmo vicio, como os socios do crime. l. 11. Cod. de testib. Gomes Variar. Resol. tom. 3. c. 12 n. 16. Matth. de Crim. l. 48. D. tit. 15. c. 2. n. 4. X. Os que depõe com affectação. Farinac. de Testib. qu. 60. n. 33. ou com animosidade. Farinac. d. qu. 60. n. 36. Mascard. de *Probat.* Concl. 1375. n. 2. Barbos. ad Ord. l. 3. tit. 55. Concl. 7. n. 83.

(2) São suspeitos por este motivo: I. Os inimigos. l. 3. D. de testib. Nov. 90. c. 7. Gomes Variar. Resol. tom 3. c. 12. n. 14. Matth. de Crim. l. 48. D. tit. 15. c. 2. n. 9. Isto se limita (a) se a inimizade for procurada depois do litigio. Ord. l. 3. tit. 56. § 3. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. § 7. n. 87. (b) Se a inimizade he igual a ambas as Partes. Gomes Variar. Resol. tom. 3. c. 12. n. 14. vers. *Item etiam limita*. Farinac. de Testib. qu. 53. n. 66. II. Os parentes do inimigo ou os seus amigos especiaes. Ord.

infamia (1). IV. Ou da idade (2), não assim do sexo (3).

§ 187.

l. 3. tit. 56. § 7. l. 5. tit. 6. § 29. Farinac. d. qu. 53. n. 34. Puttman. *Adversar.* l. 1. c. 1. Cardos. in *Prax.* verb. *testis.* n. 17. III. Os que se offercem a jurar espontaneamente, porque se presumem inimigos. Mascard. de *Probat.* Concl. 1365. n. 63. Cardos. verb. *testis.* n. 51. IV. Os que ameaçaram a Parte de jurarem contra ella. Boss. de *Indic. et considerat. ant. tortur.* n. 45.

(1) São por Direito Testemunhas defeituosas os infames. l. 3. § 5. l. 13. D. de *testib.* l. 6. § 1. D. ad Leg. Jul. repetund. Farinac. de *Testib.* qu. 56. n. 1. como: I. Os banidos. D. l. 3. § 5. l. 20. D. de *testib.* Farinac. de *Testib.* qu. 56. n. 301. II. As me-retrizes. D. l. 3. § 5. D. de *testib.* Farinac. d. qu. 56. n. 358. Mascard. de *Probat.* Concl. 1363. n. 20. Barbos. ad Ord. l. 3. tit. 55. pr. Concl. 7. n. 65. III. Os falidos de má fé. Mascard. de *Probat.* Concl. 738. n. 1. Farinac. d. qu. 56. art. 12. n. 446. Barbos. d. Concl. 7. n. 30. IV. Os ebrios por habito. Mascard. de *Probat.* Concl. 1365. n. 9. Carena de *Offic. Sanct. Inquisit.* p. 3. tit. 5. n. 41. Conciol. verb. *testis quoad personas.* Resol. 12. n. 3. V. Os jogadores por officio ou táfnes. Ord. l. 4. tit. 90. § 1. Farinac. de *Testib.* qu. 56. art. 12. n. 427. Mascard. de *Probat.* Concl. 1363. n. 29. Barbos. ad Ord. l. 3. tit. 55. pr. Concl. 7. n. 61. Os pobres não se reputão pessoas vis se são de honestos costumes. Thomas. Diss. 48. tom. 2. de *presumpt. bonitat.* § 26. Puttman. *Elem. jur. Crim.* l. 2. c. 16. § 855. Reinos. obs. 52. n. 4.

(2) Assim os menores de vinte annos não fazem plena fé nas Causas Criminaes. L. 20. D. de *testib.* Boehmer. *Elem. Jurispr. Crim.* sect. 1. § 198. Anton. Matth. de *Crim.* l. 48. D. c. 2. n. 2. Berger. *Supplem. ad Elect. Jurispr. Crim.* p. 1. obs. 47. p. 2. obs. 175. Nota com tudo Brissot. *Theorie des Loix Criminelles*, tom. 2. p. 113. ser hum absurdo fixar a idade para o crime ou para a validade do depoimento das Testemunhas. Elle desconhece a necessidade de huma tarifa de intelligencia em razão da idade; e deixa ao Juiz o trabalho de pezar o valor do depoimento das Testemunhas, e dos motivos que podem diminuir a sua fé.

(3) As mulheres não deixão de ser Testemunhas habéis nas Causas Criminaes. L. ex eo 18. D. de *testib.* Anton. Matth. l. 48. D. tit. 15. c. 2. n. 7. Carpzov. *Prax. rer. Crimin.* p. 3. qu. 114. n. 39. Brissot diz a este respeito que por serem as mulheres mais

§ 187.

Não merecem fé: I. As Testemunhas que depõe de méra crédulidade (1). II. Ou de ouvida alheia (2). III. As que são varias (3). IV. Contradictorias (4). V. Inverosímeis (5). VI. As que de-
põe

delicadas, mais fracas, e mais sênsíveis não se segue que ellas sejam menos verdadeiras, ou menos sinceras, para que se lhes negue a fé dos seus juramentos. *Theorie des Loix Criminelles*, tom. 2. pag. 117.

(1) Farinac. de *Testib.* qu. 68. § 2. n. 62. Guazzin. *Defens.* 29. c. 3. n. 11. Carpzov. *Practic. rer. Crim.* p. 3. q. 114. n. 59. He só da competencia da Testemunha narrar o facto, e ao Juiz pertence o julgar sobre a razão da sciencia da Testemunha. Mascard. de *Probat.* Concl. 1370. n. 16. Puttman. *Elem. jur. Crim.* l. 2. c. 16. § 866.

(2) C. licet 47. de *testib.* Pacian. de *Probat.* l. 1. c. 9. n. 11. Farinac. de *Testib.* qu. 69. c. 1. n. 1. Cardos. in *Prax.* verb. *testis.* n. 83. Sendo de ouvida propria fazem prova em alguns crimes, como se a Testemunha ouviu o Réo blasfemar ou dizer injúrias porque então depõe do proprio sentido Farinac. de *Testib.* qu. 69. n. 148. Carena de *Offic. Sanct. Inquis.* p. 3. tit. 6. n. 8.

(3) Farinac. de *Testib.* qu. 66. n. 22. Cardos. verb. *testis.* n. 65. Diz-se Testemunha varia, a que depõe de cousas entre si diversas; e por isso differe da contradictoria que he a que depõe de cousas entre si repugnantes. Farinac. d. qu. 66. n. 8.

(4) Farinac. de *Testib.* qu. 65. n. 2. Cardos in *Prax.* verb. *testis.* n. 72. Conciol. verb. *testis quoad dicta.* Resol. 10. n. 1. Devem conciliar-se os ditos das Testemunhas, e não cavillarse. C. cum tu. de *testib.* Gonzal. ad cap. licet de *Probat.* n. 12. vers. sed hæc contradictio. Valenzuel Cons. 108. n. 14. et 15. Quando não podem conciliar-se prevalece o primeiro juramento. Jul. Clar. § fin. qu. 53. n. 13. e 15. Fragos. de *Regim. Reip.* p. 1. l. 5. disp. 13. § 5. n. 110. Valenzuel Cons. 102. n. 9. He licito á Testemunha tratar-se incontinenti, e salvar a contradicção. Cujac. ad cap. *preterea* 7. de *testib.* cogend. Farinac. de *Testib.* qu. 66. § 6. p. 7. n. 227. Cardos. verb. *testis.* n. 64.

(5) L. 3. § 1. D. de *Testib.* Boss. de *opposit. contra testes.* n. 94.

depõe em dúvida (1). VII. As que só depõe de circumstancias do crime, mas não do mesmo crime (2). VIII. As que não dão razão concludente de sciencia (3).

§ 188.

As Testemunhas inhabeis ainda que sejam muitas em número, não fazem prova alguma (4).

§ 189.

Mascard, de *Probat.* Concl. 1371. n. 1. Valenzuel. Cons. 105. n. 84. et 163. n. 121. et 122.

(1) L. de *etate* 11. § 7. D. de interrogat. in jur. faciend. c. *cum clamor* § 3. de testib. Conciol. verb. *testis*. Resol. 13.

(2) Carpzov. *Practic. rer. Crim.* p. 3. qu. 114. n. 57. et 58. Boehmer. *Elem. jurisprud. Crim.* sect. 1. § 202.

(3) Ord. l. 1. tit. 60. § 18. tit. 86. § 1. l. 3. Cod. de testib. Farinac. de *Testib.* qu. 70. n. 1. Jul. Clar. § fin. qu. 53. n. 22. Matth. de *Crimin.* l. 48. D. tit. 15. c. 4. n. 13. Assim aquella Testemunha que affirma ter visto de noite algum delicto não faz prova não dando a razão porque vio. Gomes Variar. Resol. tom. 3. c. 12. n. 10. vers. *Ex quibus*. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. § 7. n. 83. Da mesma sorte aquella Testemunha que affirma ser algum delinquente por lhe conhecer a voz da huma razão includente de sciencia. porque he facil imitar-se a voz alheia, ou confundir-se hum metal de voz com outro. Giurb. Cons. 37. n. 42. Jul. Clar. l. 5. § fin. qu. 21. n. 3.

(4) Valenzuel. Cons. 161. n. 69. Puttman *Elem. jur. Crimin.* l. 2. c. 16. § 870. *Non enim ad multitudinem respici oportet sed ad sinceram Testimoniorum fidem et Testimonia quibus potius lux veritatis adsistit*, diz Arcadio na L. 21 § 3. D. de testib. Farinacio pertende que duas Testemunhas suspeitas equivalhão a huma Testemunha digna de fé. He o mesmo (nota Brissot *Theorie des Loix Criminelles*, tom. 2 c. 3. sect. 2. n. 3.) que dizer que duas fontes immundas equivalem a huma fonte limpa e pura, ou que dous homens doentes equivalem a hum homem perfeitamente são. Costuma-se dizer que o defeito de humas Testemunhas póde supprir-se pela idoneidade das outras por argumento da Ord. l. 3. tit. 62. § 3. Mend. p. 1. l. 3. c. 13. n. 7. Reinos. obs. 39. n. 15. Puttman. *Elem. jur. Crim.* l. 2. c. 16. § 870 Este principio porém só he

§ 189.

As Testemunhas devem ser perguntadas de viva voz (1), cada huma separadamente, e não em turma (2), e especificamente a cada hum dos artigos (3), escrevendo-se os seus ditos por extenso, e não remissivamente (4).

§ 190.

admissivel nas Causas Criminaes quando as Testemunhas habeis preenchem o número legitimo. Brissot no lugar citado. Ao prudente arbitrio do Juiz pertence pezar o valor dos juramentos das Testemunhas. Tal foi o dictame de Adriano referido por Calistrato na L. 3. D. de testib. *Tu magis scire potes quanta fides habenda sit testibus qui et cujus dignitatis et cujus estimationis sint, et qui simpliciter visi sint dicere utrum unum eundemque meditantem sermonem attulerint, an ad ea quæ interrogaveras ex tempore verosimilia responderit. Hoc ergo solum tibi rescribere possum summatim non utique ad unam probationis speciem cognitionem statim alligari debere, sed ex sententia animi tui te estimare oportere quid aut credas aut parum probatum tibi opineris.*

(1) L. 3. § 3. D. de testib. Não bastão pois as simples Attestações escritas. Guazzin. Defens. 14. c. 7. n. 1. Pacian. de *Probat.* l. 1. c. 9 n. 23. Guerreir. de *Inventar.* l. 1. c. 9. n. 116.

(2) Ord. l. 1. tit. 86. pr. Farinac. de *Testib.* qu. 80. n. 93. vers. *hinc* Fraus. a Mendes p. 1. l. 1. c. 2. append. 3. n. 131. Nos primeiros tempos desta Monarquia as Testemunhas erão perguntadas na presença das Partes, e em turma. Assim mesmo se praticava no Foro Romano. L. 27. § 7. D. ad Leg. Jul. de adulter. Authent. *sed et si quis* post leg. 19. Cod. de testib. Novell. 90. c. 9. A má intelligencia das palavras da Lei 14. Cod. de testib. deo occasião ao uso contrario. Filangieri *Scienza della legislazione*. l. 3. part. 1. c. 3.

(3) Ord. l. 1. tit. 86. § 1. A Testemunha que jura fóra de articulado não merece crédito. Mend. p. 2. l. 1. c. 2. n. 152. Cardos. verb. *testis*. n. 67.

(4) Farinac. de *Testib.* qu. 80. n. 100. Caravit. *Instit. Crimin.* l. 2. § 1. c. 9. n. 12.

§ 190.

Nos casos graves devem ser perguntadas as Testemunhas pelo Juiz (1), nos outros casos o podem ser pelo Inquiridor do Juizo (2).

§ 191.

Se as Testemunhas são moradoras fóra da Jurisdição do Juiz da Causa, expede-se Carta de Inquirição para serem perguntadas no Juizo do seu domicílio (3).

§ 192.

(1) Ord. l. 1. tit. 86. § 3. Novell. 90. c. 5. vers. *hec omnia*, como nos casos de morte, aleijão, ferimento com deformidade no rosto ou furto grave. Ord. l. 1. tit. 65. § 33. tit. 86 § 3. Phæb. p. 1. Dec. 10. n. 1. et seq. Por Estilo commettem os Corregedores do Crime da Corte por Acordão interlocutorio aos Ministros Criminaes dos Baitros o inquirirem as Testemunhas nos Procéssos Criminaes que correm nas Varas da Corte. Not. do Desembargador Oliveira á Ord. l. 1. tit. 5. § 14. que se transcreve no Reportor. das Ord. tom. 3. p. 94. Edic. de Coimbra.

(2) Ferreir. *Pract. Crim. trat.* 3. c. 15. n. 3. Deve a Parte que produz as Testemunhas pagar-lhes o seu salario debaixo da taxa judicial a cujo arbitrio ellas devem recorrer antes de jurarem. L. 6. § 2. Cod. de appellat. Puttman. *Elem. jur. Crimin.* l. 2. c. 16. § 868.

(3) Ord. l. 3. tit. 54. § 2. l. 5. tit. 124. § 17. Quando ha justo motivo de suspeita póde passar-se Carta para que as Testemunhas venhão á presença do Juiz da Causa. Ord. l. 1. tit. 11. § 2. Esta faculdade porém sómente he dada aos Corregedores do Crime da Corte. D. Ord. § 2. Cabed p. 1. Dec. 15. e aos Corregedores das Comarcas dentro nas suas Jurisdições. Ord. l. 1. tit. 86. § 3. Cabed. Decis. 15. n. 5. Vindo as Testemunhas devem ser pagas pelo cofre das despesas da Relação. D. Ord. l. 1. tit. 11. § 2. Expedindo-se Carta de Inquirição requer-se perante o Juiz deprecado rol de nomes das Testemunhas

§ 192.

Deve em todo o caso ser citada a Parte para ver jurar as Testemunhas (1).

§ 193.

As Testemunhas inquiridas no summario fazem-se judiciais sendo reperguntadas (2), ou havendo-as a Parte por legitimas, assinando termo do seu consentimento nos autos (3).

Q

§ 194.

para artigos de contraditas, sendo ellas defeituosas, com o qual rol se continúa vista e formados os artigos se se recebem se produzem a elles Testemunhas, cujo Instrumento se entrega á Parte fechado e lacrado.

(1) Ord. l. 1. tit. 86. pr. l. 3. tit. 1. § 13. tit. 62. § 1. Silv. ad d. § 1. n. 8. Em regra geral deve ser citado qualquer para todo aquelle acto de que lhe póde vir prejuizo. L. 39. D. de adoption. l. 47. D. de re judicat. Vas. *ad Reformat. Justit.* § 18. Os juramentos das Testemunhas inquiridas sem citação da Parte são nulos, e não fazem prova alguma. Mend. p. 2. l. 1. c. 2. append. 3. n. 151. Peg. ad Ord. l. 3. tit. 1. § 13. n. 17.

(2) Ord. l. 3. tit. 62. § 1. Silv. ad Ord. d. l. 3. tit. 62. § 1. n. 8. A razão he porque as Testemunhas que jurão sem citação da Parte não fazem prova (§ 192. Not.). Que-endo o Réo antes que se reperguntem as Testemunhas que assinar termo de judiciais; as reperguntas devem ser feitas á custa delle. Phæb. p. 2. ar. 160. Themud. Dec. 232. n. 7. Nellas não se devem ler ás Testemunhas os seus primeiros juramentos para que se não refirão simplesmente a elles, deixando por isso de descobrir-se a verdade. Ferreir. *Practis Crimin.* tom. 1. c. 12. n. 15. Nos crimes capitaes, e infamantes não deve ter lugar o termo de judiciais, porque podem as Testemunhas nas reperguntas accrescentar circumstancias que relevem. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. § 6. n. 86.

(3) Ord. l. 1. tit. 24. § 20. l. 3. tit. 32. § 1. Leitão de *Inquirit.* qu. 11. n. 1. et 2. Silv. ad Ord. l. 3. tit. 62. § 1. n. 20. Este ter-

§ 194.

Não se admittem nas Causas Criminaes por parte do Accusador Testemunhas perguntadas ad perpetuam rei memoriam (1).

§ 195.

Se as Testemunhas são defeituosas, podem ser contraditadas findas as dilações, mas antes da publicação (2).

§ 196.

mo que vulgarmente se chama termo de judicias deve ser assinado pela Parte ou por seu bastante Procurador com Testemunhas por ser prejudicial. Vas ad *Reformat. Justit.* § 18. n. 220. Mend. p. 1. l. 3. c. 1. § 6. n. 75. Silv. ad Ord. l. 3. tit. 62. § 1. n. 20. Ferreir. *Pract. Crim.* tom. 3. c. 10. n. 5. A Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 8. manda que no termo dado aos Réos para contrariarem sejam elles notificados para fazerem as Devassas judicias. A dita notificação he feita aos Réos com a comminação de se haverem por judicias á sua revelia. Phæb. p. 2. ar. 168. Vas ad *Reformat. Justit.* § 18. n. 217. Ferreir. *Pract. Crim.* tom. 3. c. 10. n. 2. Morrendo as Testemunhas, ou ausentando-se para fóra do Reino se hão por judicias, visto não podem ser reperguntadas Ord. l. 3. tit. 16. § 1. tit. 62. § 1. Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 18. Vas ad *Reformat. Justit.* § 18. n. 221. Leição de *Inquisit.* qu. 11. n. 14.

(1) Farinac. de *Testib.* qu. 76. p. 4. n. 113. Matth. de *Crimin.* l. 48. D. tit. 15. c. 4. n. 4. Podem porém produzir-se por parte do Accusado. Aylon ad Gomes. tom. 3. c. 1. n. 21. Silv. ad Ord. l. 3. tit. 55. § 7. n. 4.

(2) Ord. l. 3. tit. 58. l. 5. tit. 124. § 4. Mend. p. 1. l. 3. c. 13. n. 1. et 2. Excepto: I. Se as contraditas são de falsidade do juramento porque então se admittem a todo o tempo. Ord. l. 3. tit. 58. § 2. II. Se á Parte que as offerece compete a restituição in integrum em razão da menoridade, ou da prisão. Ord. l. 3. tit. 58. § 3. Mend. p. 1. l. 3. c. 13. n. 4. Silv. ad Ord. l. 3. tit. 58. § 3. n. 2. Não podem porém contraditar-se as pro-

§ 196.

O Juiz assina termo breve para prova das contraditas (1) quando ellas são relevantes (2).

Q ii

CA-

prias Testemunhas que cada hum produz em Juizo. Ord. l. 3. tit. 55. § 12. l. 17. Cod. de testib. Silv. ad Ord. l. 3. tit. 58. pr. n. 17. Limita-se isto: I. Se se ignorava a causa da repulsa. II. Se esta sobreveio depois. Ord. l. 3. tit. 55. § 12. tit. 58. § 2. d. l. 17. Cod. de testib. Silv. ad Ord. l. 3. tit. 55. § 12. n. 10. Caravitt. *Instit. Crimin.* l. 2. § 1. c. 4. n. 7. Entende-se quanto ás pessoas das Testemunhas; pois quanto aos seus ditos pôde impugnallas a Parte que as produz se elles são varios, ou contradictorios. Ord. l. 3. tit. 55. § 12. l. 17. Cod. de testib. Mend. p. 2. l. 2. c. 9. n. 10. Silv. ad Ord. l. 3. tit. 55. § fin. n. 15. et ad Ord. l. 3. tit. 58. pr. n. 17. Para se contraditarem as Testemunhas não se dá vista dos seus juramentos, mas só hum rol dos seus nomes, ficando os mesmos juramentos em segredo. Ord. l. 3. tit. 62. § 4.

(1) Regularmente este termo he o de cinco dias; e são perguntadas tres Testemunhas sómente a cada artigo. Ord. l. 3. tit. 55. § 5. tit. 58. § 4. Nas Relações quando os feitos vão conclusos com as contraditas, posto que estas senão recebam não podem ser logo sentenciados. Assento de 28 de Fevereiro de 1641. Ficção porém sendo certos os Juizes para a final decisão. Ord. l. 5. tit. 124. § 25. As Testemunhas com que se provão as contraditas não podem ser contraditadas. Ord. l. 3. tit. 58. § 4. Mend. p. 2. l. 2. c. 9. § 1. n. 10. ex. vi. o pelos principios de parentesco até o segundo grão por Direito Canonico, ou de inimizade. Ord. l. 3. tit. 58. § 4. Ferreir. *Pract. Crimin.* tom. 3. c. 17. n. 11. Silv. ad Ord. l. 3. tit. 58. § 4. n. 3. Do despacho que não recebe os artigos de contraditas só se aggrava no acto do Proccesso. Ord. l. 3. tit. 20. § 33. Mend. p. 2. l. 3. c. 13. n. 3. Silv. ad Ord. l. 3. tit. 58. § 4. n. 7. Silv. ad Ord. l. 3. tit. 58. § 4. n. 7.

(2) Quats sejam as contraditas relevantes se declara na Ord. l. 3. tit. 56.

CAPITULO XXVII.

Da Careação.

§ 197.

Careação he o acto judicial no qual se confrontão as Testemunhas entre si ou o Réo com as Testemunhas, ou com os outros Co-Réos (1).

§ 198.

Posto que a Careação não seja de necessidade absoluta nas Causas Criminaes, todavia ella conduz muitas vezes para a averiguação do crime (2).

§ 199.

Tem lugar a Careação: I. Quando ha legitimos indícios a respeito do Careado (3). II. Ou quando as Testemunhas varêão nas circumstancias do crime (4).

§ 200.

(1) Boehmer. *Elem. Jurispr. Crim.* Sect. 1. c. 12. § 221. Lê-se hum exemplo da Careação em S. Marc. c. 14. vers. 31. Tanto ella he antiga. Devéra porém ser mais frequente como já desejava Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 7. n. 87.

(2) Puttman. *Elem. Jur. Crimin.* c. 13. § 825. Ferreir. *Pratiz. Crimin.* tom. 3. c. 10. n. 12.

(3) Guazzin. *Defens.* 20. c. 19. n. 7.

(4) Jul. Clar. qu. 45. n. 14.

§ 200.

Antes de deporem as Testemunhas na Careação deve-se-lhes deferir de novo o juramento na presença da Parte (1).

§ 201.

Não devem as Testemunhas ser Careadas em turma porém separadamente (2).

§ 202.

Deve-se na Careação attender ao estado do animo das pessoas careadas, e descrever-se tudo exactamente nos autos (3).

C A.

(1) Bajard. ad Clar. § fin. qu. 45. n. 46. Ferreir. *Pract. Crimin.* tom. 3. c. 10. n. 19.

(2) Scaccia de *Judic.* l. 1. c. 86. n. 60. Guazzin. *Defens.* 20. c. 20. n. 4.

(3) Ord. l. 1. tit. 86. § 1. Boehmer. *Elem. Jurispr. Crim.* Sect. 1. § 226. porque, como diz o Ecclesiast. c. 13. vers. 31 *cor hominis immutat faciem ejus.* e Juvenal. *Satir.* 13. l. 5. vers. 193.

Quos diri conscia facti

Mens habet attonitos, et surdo verberare cædit
Ocullum quatiente animo tortore flagellum.

CAPITULO XI

Dos Tormentos.

§ 203.

Tormento he a pergunta judicial feita ao Réo de crimes graves compellido a dizer a verdade por meio dos tratos do corpo (1).

§ 204.

Precedem aos tormentos: I. O corpo de delicto (2). II. A prova semiplena (3). E tem a respeito delles todo o lugar o prudente arbitrio do Juiz (4).

§ 205.

(1) Este he hum remedio extraordinario a que se recorria na falta da confissão, ou do convencimento do Réo. Mas por hum systema geralmente recebido na Europa elle está abolido ou pelo menos restricto a casos rarissimos. Quanto fosse enganoso, e inepto este meio para descobrir a verdade já o havia reconhecido Ulpiano na L. 1. § 23. D. de quæstion. Christiano Thomasio mostrou em huma Dissertação especial que os Tormentos devião ser proscriptos do Foro Christão. Declamárão contra este meio barbaro, e a favor da humanidade Servant, Beccaria, e depois delles a torrente de todos os Escriptores sensatos. O Assento da Relação do Porto de 16 de Agosto de 1661 mostra que por Estilo das Relações se restringira o uso dos Tormentos sómente aos casos que provados merecião pena de morte natural. Na Lei de 5 de Março de 1790. § 2. se reconhece haverem entre nós os Tormentos absolutamente cahido em desuso.

(1) L. 1. § 24. D. de Senatus Consult. Syllanian. Farinac. de Indic. et tortur. qu. 38. n. 2. Guazzin. Defens. 30. c. 4. n. 2.

(3) L. 1. D. de quæstion. l. 8. Cod. eod. Guazzin. d. Defens. 30. c. 4. n. 3.

(4) Ord. l. 5. tit. 134. pr. vers. Por tanto. Leyser-Meditat. ad

§ 205.

Deve o Réo ser perguntado geralmente sem se lhe suggerirem circumstancias (1).

§ 206.

Não deve ser perguntado a respeito dos complices do crime (2).

§ 207.

Não se deve acceitar a Confissão feita entre as dores dos tormentos, mas só a que se faz depois de relaxados (3).

§ 208.

Não devem ser mettidos a tormentos: I. Os men-
teaptos (4). II. Os velhos (5). III. As mulheres
pejadas (6). IV. Os valetudinarios (7). V. Os sol-
da-

Pandect. Spec. 1131. de offe. jud. circ. torment. Da Sentença que decreta os tormentos deve o Juiz appellar por parte da Justiça. Ord. l. 5. tit. 122. § 3. Esta Appellação tem sempre ambos os seus effectos regulares.

(1) L. 1. § 21. D. de quæstion.

(2) L. 16 § 1. D. de quæstion.

(3) Ord. l. 5. tit. 134. § 1. Hommell. Diss. de reo sub tormentis specialiter non interrogando. Leyser Specim. 638. de Confessione extorta § 11.

(4) L. 12. D. ad Leg. Cornel. de Sicar. Gomes Varian. Resol. tom. 3. c. 1. n. 70.

(5) L. 3. § 7. D. de Senatus Consult. Syllanian. Jul. Clar. l. 5. § fin. qu. 64. n. 22.

(6) L. pregnantis 3. D. de pœnis.

(7) L. quæstionis 7. D. de quæstion. Boehmer. Dissert. de eo quod justum est circa torturam valetudinariorum.

dados (1). VI. Os Vereadores (2). VII. Os nobres (3). VIII. Os menores de quatorze annos (4).

CAPITULO XXIX.

Da Defeza.

§ 209.

A Defeza he a allegação das Causas da innocencia contra qualquer prejuizo que esteja imminente.

§ 210.

Tem lugar a Defeza em todos os crimes (5), e em qualquer tempo, e estado da Causa (6).

§ 211.

Compete a Defeza primeiramente ao Réo (7)
de-

(1) L. *milites* 8. Cod. de quæstion.

(2) Ord. l. 5. tit. 133. § 3. l. 16. Cod. de quæstion.

(3) Ord. l. 5. tit. 133. § 3. l. *nullus* 4. Cod. ad Leg. Jul. Majestat. Jul. Clar. § fin qu. 64 n. 19.

(4) L. 1. § 33. D. de Senatus Consult. Syllanian. l. 10. pr. l. 15. § 1. D. de quæstion. Gomes Variar. Resolut. tom. 3. c. 1. n. 67.

(5) Ord. l. 5. tit. 124. § 8. A Defeza he natural, e não pôde ser tirada por alguma Lei positiva. Carpzov. *Pract. rer. Crimin.* p. 3. qu. 115. n. 2. Guazzin. *Defens.* 31. c. 1. n. 4. Devem ser sempre ouvidos os Réos para que não perigue a innocencia, e como disse Tacito, reprehendendo a Galba, *Historiar.* l. 1. n. 6. *ne inauditū atque indefensū, tanquam innocentes, pereant.*

(6) Admitte-se a Defeza dos Réos ainda depois da publicação das provas. (§ 231. Not.)

(7) Assim como porém o Medico quando está doente es-

depois d'elle aos parentes (1), e finalmente aos mesmos estranhos (2).

§ 212.

Os Réos não pôdem renunciar a sua defeza (3) e se de facto a renúncia, essa renuncia he sempre revogavel (4).

R

§ 213.

ras vezes applica com felicidade os remedios á sua doença, assim não convém que o Réo se defenda a si proprio. A propósito disse Quinto Curcio, l. 7. c. 6. *In suo quisque negotio hebetior est quam in alieno. Turbida sunt consilia eorum qui sibi suadent.* Pôdem o senhor defender o escravo, e o pai o filho, porque reputando se por Direito a mesma pessoa, defendem a propria causa. Phæb. p. 2. ar. 20. Mend. p. 1. l. 5. c. 4. n. 5.

(1) Puttman. *Elem. Jur. Crim.* l. 2. c. 21. § 946. Carpzov. *Pract. rer. Crimin.* p. 3. qu. 115. n. 8. 9. e 10.

(2) Porque a Defeza he causa pública. l. 6. D. de appellat. l. 33. § 2. D. de procurat. Deve a Defeza por essa razão ser supprida pelo mesmo Juiz ainda no que respeita ao facto. l. 19. D. de pœn. l. 1. D. de quæstion. Berger *Elect. Jurisprud. Crimin. Supplem.* p. 2. obs. 190. Lauterbach. *Disput.* 61. de *Criminum prescriptiōne*. thes. 25. n. 3.

(3) L. 19. D. de pœn. l. *non tantum* 6. D. de Appellat. l. 38. D. de pact. Guazzin. *Defens.* 31. cap. 1. n. 7. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 74. A razão he porque ninguem he senhor dos seus membros. *L. liber homo* 13. D. ad Leg. Aquil. nem vive só para si, mas para o Estado. Harpprect. ad princ. Instit. de rer. divis. n. 10. et ad princip. Instit. de Justit. et jur. n. 12. Phæb. p. 1. Dec. 10 n. 23. Ferreir. *Pract. Crim.* tom. 3. c. 29. n. 2. Esta regra todavia se limita nos crimes leves em que só cabe a pena pecuniaria sem infamia. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 5. append. n. 74. et p. 2. l. 5. c. 1. § 5. append. n. 81. Ferreir. *Pract. Crim.* tom. 3. c. 29. n. 8. et 9. Puttman. *Elem. Jur. Crimin.* l. 2. c. 21. § 947. Deve essa renuncia fazer-se por termo nos autos assinado pelo Réo. Ord. l. 1. tit. 24. § 20.

(4) Bajard. ad Clar. qu. 49. n. 62. Cavalcan. de *Brach. Reg.* p. 1. n. 182. in fin. Guazzin. *Defens.* 27. c. 1. n. 4.

§ 213.

Necessita a Defeza de ser provada; e esta prova regularmente deve fazer-se por Testemunhas juradas, e habeis (1).

§ 214.

Tem a Defeza muitos privilegios que se não concedem á Accusação (2), mas ás vezes se lhe attribue favor demasiado (3). Aqui pertence a fé que se

(1) Carpzov. p. 3. qu. 116. n. 81. Boehmer. *Elem. Jurispr. Crimin.* sect. 1. c. 15. § 266. A prova da Defeza deverá fazer-se ao mesmo tempo que a da Accusação. A Lei que presume sempre a innocencia (diz Mr. d'Aguesseau, tom. 4. Plaidoyer. § 1. pag. 455.) não deve consentir que o Accusador possa tudo no tempo em que o Accusado nada pôde, e que a voz daquelle se faça ouvir quando este he obrigado a guardar rigoroso silencio. Se a balança da Justiça não deve inclinar-se mais para a parte do Accusado, que para a do Accusador, deve ao menos conservar-se igual entre hum e outro. O menor privilegio que pôde esperar o Accusado, que pôde estar innocente, he a indifferença, ou se assim se pôde dizer, o equilibrio da Justiça. Para bem julgar a verdade he preciso olhar com os mesmos olhos, e no mesmo ponto de vista a accusação e a defeza, unir todas as circumstancias, ajuntar os differentes factos, não dividir o que he indivisivel; porque querendo julgar em hum tempo o crime, e n'outro a innocencia, pôde ser que não se julgue bem nenhum delles. Pôdem as provas do Accusado percer no tempo em que o Juiz se applica sómente a examinar as do Accusador. E quando o Accusado tenha a felicidade de conservar a prova em toda a sua integridade, he para recear que a primeira impressão muito viva, e profunda feche o espirito do Juiz ás luzes da verdade, e a lenteza do contraveneno a faça absolutamente inutil.

(2) L. 19. § 9. D. de question.

(3) Boehmer. *Elem. Jurispr. Crimin.* sect. 1. c. 14. § 270.

se dá ás provas presumptivas, e semiplenas (1) ás Testemunhas inhabeis (2), e inconcludentes (3), e aos depoimentos de simples negativa (4).

§ 215.

Os princípios da Defeza podem deduzir-se estando o Réo convencido, mas não confesso, da falta do corpo de delicto, dos defeitos das provas, dos indícios exclusivos do crime; e estando o Réo confesso, de ser a confissão extrajudicial coacta ou errônea, ou de ser desacompanhada, e não ajudada do corpo de delicto, ou de legitimos indícios (5).

R ii

CA-

(1) Gomes Variar. *Resol.* tom. 3. c. 3. n. 27. Guazzin. *Defens.* 29. c. 3. n. 3.

(2) Farinac. de *Testib.* qu. 54. n. 117. et qu. 62. n. 91. *Jul. Clar.* § fin. qu. 24. n. 20. Carpzov. *Pract. rer. Crim.* p. 3. qu. 115. n. 77. As Testemunhas absolutamente inhabeis nunca podem fazer prova. (§ 188. Not.) As que sómente são suspeitas, e não maiores de toda a excepção podem ser admittidas na falta de outras provas a favor da Defeza, maiormente concorrendo outros adminículos. L. 7. D. de *Testib.* Puttman. *Elem. Jar. Crim.* l. 2. c. 16. § 871. et c. 21. § 943. Boehmer. *Exercit. de Collis. probat.* c. 1. § 16.

(3) Guazzin. *Defens.* 29. c. 3. n. 10. Caball *Resol. Crim.* 199. Centur. 2. n. 13. *Conciol. verb. Defensio.* *Resol.* 3. n. 5.

(4) Farinac. de *Testib.* qu. 61. n. 154. et n. 234. Carpzov. *Pract. rer. Crim.* p. 1. qu. 33. n. 43. Mascard. de *Probat.* l. 1. *Concl.* 70. n. 234.

(5) Quando porém a verdade está evidentemente manifesta, seria humia impudencia negar o crime. Deve então o habil Advogado servir-se dos argumentos que conduzão a escusar o delicto a fim de lhe minorar a pena.

CAPITULO XXX.

Das Perguntas.

§ 216.

EM qualquer estado da Causa póde o Juiz fazer Perguntas huma e mais vezes ao Réo para melhor informação da verdade (1).

§ 217.

Deve intervir a assistencia de dous Escrivães (2), dos quaes hum faça auto das Perguntas, declarando o estado do animo do Réo neste acto (3).

§ 218.

As Perguntas devem ser feitas sómente pelo Juiz, e no lugar costumado (4).

§ 219.

Em quanto não findão as Perguntas deve o Réo ser conservado em segredo (5).

§ 220.

(1) Ord. l. 3. tit. 32. § 1. 2. e 3. l. 5. tit. 124. pr. Silv. ad Ord. l. 3. tit. 32. § 1. n. 2. Ferreira *Practic. Crim.* tom. 3. c. 21. n. 10. Pódem fazer-se estas Perguntas a requerimento da Parte. Ord. l. 3. tit. 20. § 4. tit. 32. § 3.

(2) Ord. l. 1. tit. 24. § 20. l. 3. tit. 32 § 1.

(3) Ord. l. 1. tit. 86. § 1. l. 10. § 5. D. de quæstion. l. 1. pr. D. de Custod. reor. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 3. n. 37.

(4) Ord. l. 1. tit. 24. § 20. l. 3. tit. 32. § 1.

(5) Não póde porém o Réo estar retido em segredo por mais de cinco dias. Alv. de 5 de Março de 1790. (§ 62. Nov.)

§ 220.

No acto das Perguntas deve o Réo estar solto, e não em ferros (1).

§ 221.

Deve evitar-se a suggestão (2), e não deve usar-se de dolosas persuasões; e falsas promessas (3).

§ 222.

Devem-se escrever as respostas fielmente sendo lidas depois ao Réo para as ratificar (4).

§ 223.

Não se defere ao Réo o juramento pelo perigo do perjurio (5).

§ 224.

(1) Guazzin. Defens. 20. c. 5. n. 1.

(2) L. 1. § *qui quæstionem*. 21. D. de quæstion. Guazzin. Defens. 20. c. 15. n. 1. Matth. l. 48 tit. 16 c. 4. n. 10. Coccej. tom. 1. Disput. 76 de *Suggestionibus*. Huma boa legislação, diz o Author das Observações sobre o Tratado dos delictos, e das penas, deve estabelecer que as Perguntas não sejam suggestivas, ou capciosas. No primeiro caso ellas darião ao Accusado o meio de illudir a pena, no segundo o obrigarião a ser elle mesmo o seu calumniador.

(3) Decian. *Tract. Crim.* l. 2. c. 15. n. 6. Gomes Variar. Resol. c. 12 n. 6. Ferreir. *Practic. Crim.* tom. 2. c. 1. e 2.

(4) Ord. l. 1. tit. 79. § 30. l. 5. tit. 117 § 11.

(5) Argum. da Ord. l. 3. tit. 53. § 11. Cabed. p. 1. ar. 36. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 3. n. 38. Silv. ad Ord. l. 3. tit. 32. § 3. n. 3. excepto no que pertence a Terceiro. Ferreir. *Practic. Crimin.* tom. 3. c. 20. n. 24. c. 25. n. 43. No novo Código Crimi-

§ 224.

Se o Réo he menor, nomêa-se-lhe hum Curador ad litem para este acto (1).

§ 225.

Devem os autos das Perguntas ser assinadas pelo Juiz, e pelo Réo (2).

§ 226.

Se o Réo não responde ás Perguntas judiciaes he havido por confesso (3).

§ 227.

nal de Toscana, publicado em 30 de Novembro de 1786 estendendo-se a disposição do Edicto de 21 de Abril de 1679 pelo qual era prohibido deferir o juramento ao Réo relativamente ao que lhe era pessoal, se prohibio absolutamente o deferir-se-lhe o juramento, de qualquer natureza que fosse o delicto. d. Cod. § 6.

(1) Ord. l. 3. tit. 41. § 8. e 9. l. 45. § 2. D. de re judicat. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 3. n. 39. Sem isso o processo he nullo. Portug. de Donat. Reg. l. 2. c. 19. n. 54. Gomes Variar. Resolut. tom. 3. c. 1. n. 64. Add. ad Cardos. verb. curator. n. 5. o que procede ainda que o menor tenha Tutor, ou Curador d. § 9. Barbos. ad d. Ord. l. 3. tit. 41. § 8. n. 1. Frans. a Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 3. n. 262. Assim mesmo compete ao menor a restituição contra a confissão para allegar o erro della, porque pela mesma confissão se julga leso. Farinac de Reo Confesso et convicto qu. 81. n. 374. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. § 3. n. 40. Ferreir. Pract. Crim. tom. 3. c. 25. n. 4. e 48.

(2) Ord. l. 1. tit. 24. § 20. Não sabendo o Réo escrever basta que assine com o sinal de cruz. l. 22. § 2. Cod. de jure deliberandi. Peg. Forens. c. 1. n. 9. Moraes de Execut. l. 4. c. 1. n. 38.

(3) O silencio porém ou confissão ficta, bem como a con-

§ 227.

As Perguntas não contém segredo, e devem patentear-se assim ao Author, como ao Réo (1).

CAPITULO XXXI.

Da Publicação.

§ 228.

Finda a Dilação concedida para prova segue-se a Publicação.

§ 229.

A Publicação he o acto judicial pelo qual se renunciação as mais provas, e se fazem os autos patentes ás Partes (2).

§ 230.

He a Publicação hum dos actos substanciaes da Causa (3).

§ 231.

fissão expressa, por si só não basta para a final condemnação do Réo. Brissot *Theorie des Loix Criminelles*. c. 2 Sess. 3. pag. 330.

(1) Mend. p. 2. l. 5. c. 1. § 5. art. 1. n. 68. Phæb. p. 1. ar. 137. Barbos. *Remiss.* ad Ord. l. 5. tit. 124. pr. n. 16. Isto se entende, quanto ao Réo, se elle se acha prezo, ou affiançado.

(2) Ord. l. 3. tit. 62. pr. l. 5. t. 124. § 5. 7. e 8. Barbos. ad Ord. l. 3. tit. 62. pr. n. 1. Ummius *Disputat. ad Process.* 16. § 13. n. 92. Not. Antes da Publicação estão as Inquirições em segredo, e o Escrivão que as mostra incorre nas penas dos que descobrem o segredo da Justiça. Ord. l. 3. tit. 62. § 4.

(3) Ord. l. 3. tit. 63. pr. Barbos. ad Ord. l. 3. tit. 62. pr. n.

§ 231.

Os seus effeitos são: I. Ficarem renunciadas as provas (1). II. Revalidarem-se os juramentos das Testemunhas (2).

CAPITULO XXXII.

Das Allegações.

§ 232.

Concluidas as provas, e juntas estas aos autos com o traslado da culpa (3) se dá vista ao Author e depois ao Réo para allegarem o seu direito (4).

§ 233.

25. Silv. ad d. Ord. l. 3. tit. 62. pr. n. 7. Ella não se requer no caso da Sodomia. Ord. l. 5. tit. 13. § 7. e posto que seja necessaria nos outros casos, com tudo se se omittir nem por isso a Sentença fica nulla. D. Ord. l. 3. tit. 63. pr. vers. *Porque*. Mend. p. 1. l. 3. c. 14. n. 3. Silv. ad Ord. l. 3. tit. 63. pr. n. 27.

(1) Ord. l. 5. tit. 124. § 5. Mend p. 1. l. 3. c. 14. n. 1. Reinos. obs. 39. n. 22. et 23. Póde porém o Juiz ainda que a Parte lho não requeira, reperguntar as Testemunhas ainda depois de abertas, e publicadas. Ord. l. 5. tit. 124. § 7. Mend p. 1. l. 3. c. 1. § 7. n. 81. Matth. de *Crimin.* l. 48. D. tit. 15. c. 4. n. 5. Isto procede quando ha justa causa, como se as Testemunhas forão perguntadas nullamente, se se perdêrão os seus depoimentos, se ha ambiguidade ou contradicção nos seus ditos em parte substancial, se as Testemunhas depozêrão sem darem razão de seus ditos. Nas reperguntas feitas por Officio do Juiz não he necessaria citação de Parte. Barbos. ad Leg. *siquis* 66. D. de judic. n. 143.

(2) Ord. l. 3. tit. 62. pr. Barbos. ad d. Ord. l. 3. tit. 62. pr. n. 23.

(3) Quando se faz o traslado da Devassa para se ajuntar aos autos do livramento, não se devem trasladar por inteiro mais

§ 233.

Allegação he a Dissertação juridica, em que cada huma das Partes por seu Advogado deduz as provas do facto, e o Direito que lhe applicavel.

§ 234.

Não he a Allegação da substancia do Proccesso (1). Admitte-se com tudo em todas as Causas ainda as summarias, porque ella tende á defeza das Partes litigantes.

S

§ 235.

que os juramentos das Testemunhas, que fizerem culpa ao Réo. As mais sómente se nomêão confôrme os lugares em que depozêrão na Devassa. Em caso de morte porém traslada-se a Devassa por inteiro Ord. l. 5. tit. 125. § 4. Assento de 19 de Fevereiro de 1664. Quando são muitos os culpados, só se nomêão expressamente os que se livrão, e os mais se encobrem com os nomes de Fuões.

(4) Aos Réos se continúa vista com as Inquirições, e as Razões da Accusação abertas se estão prezos, ou se livrão com Alvará de Fiança. Cabed. p. 1. ar. 84. Vas Alleg. 17. n. 55. ou debaixo de Fieis Carcereiros. Phæb. p. 2. ar. 134. Mas se se livrão seguros vão-lhes as Inquirições, e Razões da Accusação cerradas e selladas. Ord. l. 5. tit. 124. § 5. Leitão de *Securitat.* qu. 14. n. 6. No novo Código Criminal de Toscana se manda que depois de feitas as Perguntas judiciaes ao Réo se lhe fação patentes todas as peças da Accusação, e se lhe entregue a cópia dellas para poder produzir a sua defeza. Este exemplo he bem digno de ser imitado.

(1) Ord. l. 3. tit. 20. § 42.

§ 235.

O objecto das Allegações he o mesmo facto ; ou o direito applicavel ao facto provado. Donde fica evidente qual deva ser a sua forma (1).

CAPITULO XXXIII.

Da Conclusão.

§ 236.

REnunciadas as mais provas, e defezas, e tendo as Partes feito as suas Allegações segue-se a Conclusão (2).

§ 237.

(1) Esta forma he mais facil de se aprender pelo uso que de ser proposta por principios, e regras. He hum bellissimo exemplo da defeza de hum Réo a oração de Cicero *pro Q. Ligario*, ouvindo a qual se diz, que tanto Cesar se commoveu, que deixara cahir das mãos como esquecido de si, os documentos por onde queria convencer a Ligario. Plutarch. *in Ciceron*. Deve-se observar principalmente nas Allegações de Direito o preceito dos antigos *non multa sed multum*. Que coisa mais ridicula que usarem alguns Advogados de vãos exórdios, e em causas de pouco momento affectarem huma eloquencia pomposa? Póde applicar-se a estes o dito de Martia. l. 6. *Epigr.* 16.

Jam dic, Posthume, de tribus Capellis.

(2) A Conclusão suppõe o Procêssu escrito. Como porém os Procêssos no principio da Monarquia erão verbaes, não se fazia a Conclusão No tempo do Senhor Rei D. Diniz havendo o costume de pedirem as Partes prazo para dizerem por Advogado depois da Conclusão, e tomando ás vezes muitos Advogados, com o que se demoravão as Causas, deo isso occasião a Lei de 15 de Outubro de 1314, que estreitou o dito prazo ao termo de hum dia, e o numero dos Advogados a

§ 237.

A Conclusão he a sujeição da Causa ao conhecimento do Juiz. O seu effeito he impôr silencio ás Partes para ouvirem a Sentença (1).

§ 238.

Póde com tudo o Réo nas Causas Criminaes dar as suas provas ainda depois da Conclusão (2) o que he admittido em favor da defeza.

S II

CA-

hum só. Para os autos se fazerem conclusos se o Réo está prezo e lhe he Parte a Justiça ou o accusa o Author como pessoa do Povo, se preparão com Folha corrida. Ord. l. 5. tit. 125. § 5. a qual com tudo não he necessaria quando ha Parte offendida que accusa a propria offensa. D. Ord. l. 5. tit. 125. § 9. e com a Certidão do Capitulo 18. do Regimento dos Cativos que respeita á applicação das penas. Alv. de 19 de Outubro de 1641. Alv. de 27 de Setembro de 1669. Alv. de 20 de Dezembro de 1733. Nos Procêssos feitos aos Réos da Comarca de Evora em lugar da dita Certidão ajunta-se a do Capitulo 5. do Regimento do Aqueduto dos canos da agoa de prata da dita Cidade para se fazer applicação das penas á Fabrica dos ditos canos. Alv. de 21 de Outubro de 1751. A Folha corrida exige-se pelas nossas Leis para se saber se o Réo he costumado a delinquir, pois nesse caso he mais gravemente punido. L. 28. § 3. et 10. D. de poen. l. 3. § 9. D. de re militari. l. 8. § 1. Cod. ad Leg. Jul. de vi. Farinac. de delict. et poen. qu. 23. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 4. n. 59.

(1) Menoch de arbitr. l. 1. qu 35. n. 1. Mend. Pract. Lusit. p. 1. l. 3. c. 16. n. 1.

(2) L. 13. § 9. vers. *quavis* D. de question. l. 4. D. de requir. vel absent. dammand. Matth. de Crimin. l. 48. D. tit. 15. c. 4. n. 6. Gomes Variar. Resol. tom. 3. c. 13. n. 33. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 7. n. 81. Deve para isso o Réo requerer que a Conclusão se abra. O Juiz póde por parte da Justiça perguntar de novo

CAPITULO XXXIV.

Da Sentença.

§ 239.

Conclusa a Causa resta que o Juiz dê a Sentença.

§ 240.

He a Sentença a legitima decisão da Causa Criminal feita por Juiz competente, segundo a Lei e os autos (1).

§ 241.

as Testemunhas ainda depois da Conclusão. Ord. l. 5. tit. 124. § 7. Barbos. in Leg. *siquis*. 66: D. de judic. n. 139. (§ 231. Not.)

(1) Trata-se aqui da Sentença definitiva, não da interlocutoria, que não tem por fim condemnar ou absolver, mas só determinar algum artigo incidente. Os Romanos davão á Sentença interlocutoria o nome de Decreto. Wissembech ad Dig. tit. de re judicat. thes. 1. Heinecc. ad Pandect. p. 6. § 236. Segundo o antigo modo de processar deste Reino o Juiz não decidia as causas por si, mas pedia os votos dos membros do Conselho. Em Escritura do Mosteiro de Pedroso do anno de 1132 se diz que havendo dúvidas entre o Abbade do mesmo Mosteiro, e o do Paço em presença do Capitão Geral Hermigio Moniz se ajuntarão os bons da Terra, e julgáráo que a herdade da contenda se dividisse ao meio. *Et venerunt ad Consilium* (são formaes palavras da dita Escritura) *in civitate Sanctæ Mariæ ante illum Imperatorem Ermigium Moniz et alios homines bonos qui ibi fuerunt, et convenerunt et judicaverunt illos Egas Odoris, Nuno Soares, Ero Telles, Tello Alvares, et Gomiza Velasquis que partissent per medium illa hereditate.* Outros exemplos notaveis traz Brandão. Monarq. Lusit. tom. 3. l. 9. c. 12. e 13.

§ 241.

Não deve o Juiz julgar segundo a sua consciencia contra as provas dos autos (1): I. E a Sentença diametralmente opposta ás provas he nulla (2).

§ 242.

Da mesma sorte he nulla: II. A Sentença proferida contra a Lei (3). III. Ou contra outra Sen-

(1) Ord. l. 3. tit. 66. pr. l. 6. § 1. D. de Offic. Præsid. Jul. Clar. § fin. qu. 66. n. 2

(2) Boehmer. Elem. Jurispr. Crimin. sect. 1. § 285. n. 6. Phæb. p. 2. Dec. 182. n. 13.

(3) Ord. l. 1. tit. 2. § 2. tit. 5. § 4. l. 3. tit. 75. l. 19. D. de appell. l. 1. § 2. D. quæ sentent. sine appell. resc. l. 2. Cod. quand. provoc. non est necess. O Juiz não pôde ser mais benigno que a Lei. L. 31. D. de poen. l. 12. D. qui et a quib. manumiss. l. 1. Cod. de Legib. Huma vez que o Juiz reconhece estar o crime perfeitamente provado, então deve ser surdo aos rógos e insensível ás penas que as Leis infringem. Porque a Sociedade tira do castigo maior vantagem que da indulgencia. *Noctet quisquis pepercit malis. Inviat culpam qui peccatum præterit.* He licito porém ao Juiz interpretar benignamente as Leis pœnaes para seguir a mente do Legislador. L. 11. l. 16. D. de poen. l. 18. D. de Legib. l. 155. § ult. l. 169. l. 183. D. de reg. jur. Leyser specim. 645. de judice legib. recte mitiori. med. 3. Des Corps Politiques. l. 3. c. 4. He notavel a este respeito a Carta Régia de 20 de Janeiro de 1745 escrita no nome do Senhor Rei D. João o V. por Alexandre de Gusmão ao Corregedor do Crime da Corte e Casa Ignacio da Costa Quintêla, que começa: *S. Magestade me manda advertir a Vossa Mercê que as Leis costumão ser feitas com muito vagar, e socego e nunca devem ser executadas com acceleração, e que nos casos crimes sempre ameação mais do que na realidade mandão, devendo os Ministros Executores dellas modificallas em tudo o que lhes for possível, porque o Legislador he mais empenhado na conservação das Vast-*

Sentença passada em julgado (1). IV. Sendo dada por peita (2). V. Ou por falsas provas (3).

§ 243.

A Sentença deve ser certa e determinada (4). Porém não he necessario nas Causas Criminaes que seja conforme ao Libello (5).

§ 244.

sallos, que nos castigos da Justiça; e não quer que os Ministros procurem achar nas Leis mais rigor do que ellas impõe. Quando o crime não tem pena determinada pela Lei mas he arbitraria ao Juiz, nunca este arbitrio deve ser absolutamente livre, mas sim regulado pela analogia de Direito. L. 13. D. de poen. Van. Eck Diss. de iudiciis arbitria in poenis infligendis legibus circumscripto. Leyser. specim. 643. de poenis arbitrariis med. 5. Como a poucos he dado distinguir o justo do injusto a través da nevoa do erro, seria muito interessante á República que pouquissimas cousas se deixassem ao arbitrio do Juiz. Puttman. Diss. de arbitrio iudic. e foro iudiciisque eliminand. Deve nesse arbitrio commensurar-se sempre a pena com o delicto. L. 11. D. de poen. Cabed p. 1. Dec. 31 n. 3. Reinos. obs. 59. n. 16. Themud. Dec. 16. n. 11. e em dúbida deve seguir-se a interpretação mais benigna. L. 42. D. de poen. l. 155. § 2. D. de reg. jur. Vem a propósito o dito de Salomão Ecclesiast. c. 7. *noli esse justus multum.*

(1) Ord. l. 3. tit. 75. pr. tit. 87 § 1. l. 55. D. de re iudicat.

(2) L. *venales* 7. Cod. quando provocar. non est necesse Hunn. *Encycloped. jur.* p. 2. tit. 22. c. 9. n. 15. Vas Alleg 60. n. 11.

(3) Valasc. Cons. 51. n. 13. 14. 15. Phéb. Dec. 182. n. 6.

(4) Ord. l. 3. tit. 66. § 2. Deve o Juiz na Sentença condemnatoria declarar a pena que o Réo deve padecer, ou a pena do crime seja expressa na Lei, ou seja arbitraria. Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 9. n. 92. Tendo sido o Author lançado da accusação, e proseguindo esta pela Justiça não deve o Réo ser condemnado para elle em pena pecuniaria. Assento de 22 de Fevereiro de 1721.

(5) Gomes Variar. Resol. tom. 3. c. 11. n. 8. vers. *vel aliter*. Carpzov. *Practis. rer. Crimin.* p. 3. qu. 106. n. 16.

§ 244.

A Sentença deve ser escrita (1), e assinada pelo Juiz (2).

§ 245.

Sendo muitos os Juizes deve ser escrita pelo Relator, e assinada por todos os que votarão ainda os vencidos (3).

§ 246.

Não deve a Sentença ser dada precipitadamente (4).

§ 247.

(1) L. 7. Cod. Commination. Epistol. l. 3. Cod. de Sentent. ex pericul. recitand. Mend. p. 2. l. 3. c. 17. n. 1.

(2) Ord. l. 1. tit. 24. § 19. tit. 54. § 5. tit. 65. § 7. tit. 88. § 53. Maced. Dec. 59. n. 11. Peg. ad Ord. l. 1. tit. 24. § 19. n. 1.

(3) Ord. l. 1. tit. 1. § 13.

(4) Ord. l. 5. tit. 138. pr. Diz-se proferida precipitadamente a Sentença que he proferida sem legitimas provas, e sem precederem as competentes dilacões. Deve haver actividade no Processo para verificar o delicto e o seu Author, mas deve haver lenteza em pronunciar a Sentença. Devem-se examinar as provas com madureza, e circumspecção L. 11. pr. D. de poen. e deve fazer-se esse exame por mais de huma vez. O calor da imaginação, o odio do homem, que se toma por amor da verdade, a prevenção por huma opinião que se crê justa, podem fazer illusão nos primeiros momentos ao animo do Juiz. Parece huma incompatibilidade que decidindo-se as Causas Civeis por Tenções, que sempre suppõe o maduro exame das provas, se sentenciem em conferencia pela relação de hum só Juiz as Causas Criminaes, sendo muito mais arduas, e interessantes, porque nellas se trata não só dos bens, mas da vida, da liberdade, e da honra dos Cidadãos Novell. 90. c. 5. Matth. l. 48. D. tit. 15. c. 2. n. 1. Carpzov. *Pract. rer. Crim.* tom. 3. qu. 116. n. 20. Lauterbach. *Diss. de Confess. thes.* 48. n. 5.

§ 247.

Devem na Sentença expressar-se as causas da condenção (1).

§ 248.

Para haver Sentença condemnatoria devem intervir: I. O corpo de delicto. II. A confissão do Réo ajudada de legítimos indícios. III. Ou o seu convencimento ao menos por duas Testemunhas maiores de toda a excepção (2).

§ 249.

(1) Ord. l. 3. tir. 66. § 7. Mend. p. 1. l. 5. c. 17. pr.
(2) Ninguém deve ser condemnado sem estar confesso, ou convencido. L. 16. Cod. de poen. Basta porém que esteja legitimamente convencido ainda que não esteja confesso. d. l. 16. l. 18. Cod. eod. Carpzov. *Prætic. rer. Crim.* p. 3. qu. 128. n. 2. et qu. 114. n. 1. Ciriac. Controv. 106. n. 1. Levser Specim. 641. de *malefico convicto sed non confesso*. § 1. Não se verificando estes legaes requisitos deve proferir-se Sentença de Absolução. L. 4. Cod. de edend. l. 23. l. 25. Cod. de probat. Mascard. de *Probat.* Concl. 36. Pois ainda que o Público interessa em que os delictos não fiquem impunidos. l. 9. § 5. D. de public. et vectigal. l. 51. § 2. D. ad Leg. Aquil. e os homens facinorosos como membros podres devem ser separados da Sociedade para que não contaminem a outra parte sã deste corpo. l. 13. pr. D. de Offic. Præsid. Lauterbach Disput. de *Criminum præscriptione* Proem. n. 3. Com tudo não interessa menos o Público em que se não persiga a innocencia, e em que o castigo só recaia nos verdadeiros malfetores; valendo mais na dúvida que seja absoluto o culpado do que seja condemnado o innocente. L. ult. Cod. de probat. l. 5. pr. D. de poen. O Imperador M. Antonino Pio costumava dizer: *melius est servare unum quam mille occidere*.

§ 249.

A Sentença dada na primeira Instancia não passa logo em julgado. O Juiz tem obrigação de appellar por parte da Justiça ainda que a Parte não appelle (1) á excepção de alguns casos (2).

§ 250.

Nas Causas de Crimes Capitaes as Sentenças são proferidas nas Relações por seis Juizes, hum dos quaes he o Relator (3).

§ 251.

Nas outras Causas de Crimes não Capitaes pertence a decisão aos Juizes Ordinarios dos quaes compete Appellação para os Ouvidores das Appellações Crimes (4).

T

§ 252.

(1) Ord. l. 5. tit. 122.
(2) Estes casos se especificão no Cap. XXXVII. § 271.
(3) Ord. l. 1. tit. 1. § 6. Phæb. p. 1. ar. 153. Costa nos *Esti-*los letr. C. pag. 191. letr. S. pag. 216. São para esse fim remetidos os Réos com as culpas ás Relações do districto. L. de 20 de Outubro de 1763. § 1. Destas Sentenças não se appella, e só compete o Recurso de Embargos. Alv. de 25 de Junho de 1760. § 5. Frans. a Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 46. Os Juizes inferiores não devem intrometter-se a conhecer destas Causas. Frans. a Mend. d. n. 46. A regra que em igual número de votos a Sentença deve proferir-se a favor do Réo, a que se chama o Calculo de Minerva, não tem applicação no nosso Foro Criminal, em que sempre a Sentença deve ser vencida por dous votos conformes. Ord. l. 1. tit. 1. § 6. Sobre a redução dos votos veja-se os Assentos de 29 de Abril de 1639, e de 18 de Julho de 1691.
(4) Ord. l. 1. tit. 11. pr. l. 3. tit. 68. § 2. (§ 281. Not.) Se

§ 252.

A Sentença depois de proferida deve ser legitimamente publicada (1).

§ 253.

A Sentença que condemna em pena de morte deve ser intimada ao Réo para se preparar espiritualmente (2), e poder dispor da terça de seus bens em obras pias (3).

§ 254.

Os Réos nas Causas Criminaes são sempre isentos da Dizima (4).

C A-

algun dos Adjuntos vota a pena de açoutes ou de degredo por mais de cinco annos já se não profere a decisão sem o número de seis Juizes. Costa *Styl. Dom. Supplic.* litt. F. n. 7.

(1) Ord. l. 1. tit. 5. § 15. l. 3. tit. 19. § 1. tit. 66. § 6. l. 1. l. 2. Cod. de Sentent. ex peric. recitand.

(2) Ord. l. 5. tit. 157. § 2. Gama de *Sacram. prestand. ultim. Supplic. damnat.* Ferreir. *Practic. Crim.* p. 4. c. 7 n. 2.

(3) Ord. l. 4. tit. 31. § 6. Exceptuão-se os Réos dos crimes de alta traição, heresia, ou sodomia. d. § 6. vers *Porém isto.*

(4) Ord. l. 1. tit. 20. § 4 Regr. 5. do Regimento da Chancelaria. Alv. de 13 de Novembro de 1773.

CAPITULO XXXV.

Das Custas Criminaes.

§ 255.

AS Custas são as despezas feitas no conhecimento, e expedição das Causas Criminaes (1).

§ 256.

Dividem-se as Custas em judiciaes e pessoaes. Aquellas respeitão a Causa, estas á pessoa com respeito ao damno por ella soffrido (2).

§ 257.

O Accusador ou calumnioso ou temerario he condemnado nas Custas conforme o seu dolo (3), e por isso deve caucionar com fiança (4).

T ii

§ 258.

(1) Hum dos modos de evitar os delictos he a solução das custas a que são obrigados os seus Authores. Alv. 2. de 25 de Junho de 1760.

(2) Ord. l. 3. tit. 67. pr. l. 13. § 6. Cod. de judic. Nas custas pessoaes he só condemnado aquelle que não teve justa causa de litigar D. Ord. l. 3. tit. 67. pr. Barboz ad cap. 4. de poen. n. 5. O modo de se computarem estas custas regula-se pela Ord. l. 1. tit. 91. § 2. e seguintes.

(3) Ord. l. 5. tit. 118. l. 10. Cod. de calumniator. Vas ad *Reformat. Justit.* § 4. n. 180. Quando o Accusador he achado em calumnia, pôde ser condemnado não só nas custas em dobro ou em tresdobro, segundo os grãos della. Ord. l. 5. tit. 118. pr. mas também em pena extraordinaria. Ord. l. 5. tit. 118. § 1. Além desta pena deve o mesmo Accusador ser condemna-

§ 258.

O Réo deve pagar as Custas, quando lhe he Par-

do na satisfação das perdas e damnos a favor do Réo absoluto. D. Ord. l. 5. tit. 118. pr. Farinac. de *Accusat.* qu. 16. n. 38. Para esta condemnação das perdas e damnos basta a temeridade da Accusação, e falta de prova da Querela ainda que o Accusador não seja achado em calunnia. D. Ord. l. 5. tit. 118. pr. Caball. *Resol. Crim. Cent.* 3. cas. 205. Guazzin. *Defens.* 3. cap. 13. n. 8. O mesmo Juiz pôde ser condemnado nas custas quando condemna o Réo por impericia, ou por dolo. Ord. l. 1. tit. 65. § 9. e 69. Assento da Relação do Porto de 1 de Abril de 1751.

(4) Ord. l. 5. tit. 117. § 6. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. § 2. Isto porém deve entender-se a respeito do Author que accusa como pessoa do Povo, e não pôde estender-se áquelle que vindica a propria offensa. Porque este apparece em Juizo coacto, e depois da Pronuncia, que remove delle toda a suspeita da temeridade da Accusação. A Ord. l. 3. tit. 20. § 2. deduzida das Novellas 53. e 112. não tem applicação aos Procêssos Criminaes em que accusa a Parte offendida. Por quanto ella se oppõe ao Systema da Legislação Criminal, que he prevenir os delictos, e depois de commettidos indagallos e punillos. Alv. de 28 de Abril de 1681. Alv. de 10 de Janeiro de 1692. Sendo hum dos meios do descubrimento e castigo dos delictos o facilitarem-se as Accusações das Partes offendidas, que melhor que ninguém podem diligenciar as provas, o onus da fiança anniquillaria esse meio contra o espirito daquella Legislação. Os offendidos que pela sua pobreza não achassem fiador, deixaria de obter a sua indemnisação, que he hum dos fins da Justiça punitiva, sendo lançados de Partes por não serem favorecidos da Fortuna. E os Réos que apparecem em Juizo tendo já contra si a presumpção que lhes resulta da Pronuncia, achariam na mesma desvalia do offendido, que talvez os affoitoou para o delicto, o principio da sua impunidade. Não he combinavel que obrigando a Ord. l. 5. tit. 117. § 16. as Partes queixosas a accusarem debaixo da pena da prisão, ao mesmo tempo ellas fiquem expostas a esta pena sem culpa sua, e pelo méro acaso de não acharem fiador, fazendo-se-lhes imputação

Parte a Justiça (1), ou quando he vencido pelo Accusador (2).

§ 259.

do que lhes he impossivel. A Ord. l. 5. tit. 124. § 27. sim prescreve para o Procêssos Criminal nos casos omissos a mesma ordem judiciaria determinada para o Civil, mas he em quanto for applicavel. Como pois o onus da fiança não pôde adaptar-se ao Systema da Legislação Criminal sem cahir nas contradicções notadas, segue-se que não pôde fazer-se com a citada Ordenação algum argumento plausivel. O Assento de 14 de Junho de 1788 he visto restringir-se ás Causas Civeis porque a pena da absolvição da Instancia que ella contempla no caso da falta da fiança não pôde proceder nas Causas Criminaes em que nunca o Réo he absoluto da Instancia, mas logo que se verifica o lançamento do Queixoso, a Accusação prosegue pela Justiça. Ord. l. 1. tit. 15. e tit. 43.

(1) Ord. l. 1. tit. 65. § 34. l. 3. tit. 67. § 6. O Promotor não paga custas porque intentando a Accusação por força do seu officio nunca se presume obrar com dolo. L. 5. § 13. D. de his que ut indign. Vas Alleg. 95. n. 4. Ferreir. *Practic. Crim.* p. 4. c. 4. n. 9. As custas da Devassa podem exigir-se do Réo logo que elle he pronunciado sem ser necessario esperar pela final Sentença. Ord. l. 1. tit. 65. § 4. Themud. p. 2. Dec. 176. Reportor. da Ord. tom. 1. pag. 18. e pag. 778. Edic. de Coimbra. Se nenhum Réo fica pronunciado a obrigação de pagar as custas da Devassa incumbe áquelle; a cuja instancia a mesma Devassa foi tirada. Carpzov. *Practic. rer. Crim.* p. 3. qu. 138. n. 63. Peg. ad Ord. l. 1. tit. 65. § 33. Gloss. 37. n. 4. e 5. Senão foi tirada a requerimento da Parte mas por Officio da Justiça, paga-se metade do que nella se montar á custa do Conselho do districto, e pela outra metade não percebe o Escrivão cousa alguma d. Ord. l. 1. tit. 65. § 34.

(2) Ord. l. 3. tit. 67. pr. l. 3. Cod. de his qui accusar. non poss. Matth. de *Crimin.* l. 48. D. tit. 17. c. 4. n. 1. Carpzov. *Practic. rer. Crim.* p. 3. qu. 138. n. 5. Sendo muitos os Co-Réos do delicto gozão do beneficio da divisão quanto ás custas. Wernher. p. 8. obs. 456. Putman. *Elem. Jur. Crim.* l. 2. c. 28. § 1073.

§ 259.

Porém não tendo bens não he obrigado á prisão (1).

§ 260.

As Custas como não respeitão á pena mas ao interesse, passão para os herdeiros, assim do Accusador, como do Réo (2).

§ 261.

As Custas dos Réos prezos são pagas pelo Real Erario por metade (3), e não devem pela falta do pagamento dellas demorar-se-lhes os seus livramentos (4).

CA-

(1) Alv. de 20 de Junho de 1774. § 19. Assento de 18 de Agosto de 1774.

(2) L. 20. D. de accusat. l. pen. Cod. si reus vel accusat. Boehmer. Elem. Jurispr. Crim. sect. 1. cap. 21. § 364. et 365. Procede esta conclusão a respeito das custas da Querrela que são as que podem exigir-se dos parentes ou dos herdeiros do Réo, não assim as da Devassa. Ord. l. 1. tit. 65. § 33. O dobro ou tresdobro das custas como he pena, não passa para os herdeiros. (§ 318 Not.)

(3) Ord. l. 1. tit. 24. § 43. Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 17. Alv. de 5 de Março de 1790. § 11. Os Réos que se livrão pela Misericórdia também não pagão mais que metade das custas e salarios. Phéb. p. 1. Dec. 30.

(4) Ord. l. 1. tit. 24. § 43. l. 3. tit. 24. § 3. l. 5. tit. 139. § 9. Alv. de 31 de Março de 1742. § 4. Alv. de 5 de Março de 1790. § 11. l. 1. l. 5. Cod. de Custod. reor. l. ult. Cod. ut intra cert. temp. crim. quest. termin. Isto porém se entende a respeito dos Réos prezos. Argum. do Alv. de 31 de Março de 1742. § 4. e não dos Réos soltos, os quaes não podendo ser prezos

CAPITULO XXXVI.

Dos Embargos.

§ 262.

O Embargos são humia allegação articulada feita perante o mesmo Juiz que deo a Sentença para o fim da sua reforma (1).

§ 263.

por custas são obrigados a satisfazellas, ou seja para o effeito da remessa da Causa para outro Juizo, ou seja para o da expedição dos Procéssos. Lei 2. de 25 de Junho de 1760. pr. Alv. de 27 de Julho de 1795. § 2. porque com a mudança da Legislação veio a cessar a providencia da Lei, que permitia a prisão por custas Criminaes, e tem lugar a regra de Direito Commum, que todo aquelle que interessa em algum acto deve fazer a despeza d'elle pagando ao Official que trabalha a favor do Público o seu salario. Ord. l. 2. tit. 52 pr. Zachias de Salar. qu. 78. n. 4. et qu. 96. n. 6. Cabed. p. 1. Dec. 83. n. 2. Peg. Forens. c. 16. n. 115.

(1) Os Embargos, ou remedios suspensivos da Sentença foram desconhecidos na antiga Jurisprudencia Portuguesa como o erão por Direito Romano. L. 55. l. 62. D. de re judicat. Do uso do Foro proveio immediatamente este Recurso principalmente depois que os Tribunaes de Appellação deixáram de ser deambulatorios. Os primeiros Embargos que se usáram no Foro foram os modificativos como se deduz da Ord. do Senhor Rei D. Affonso V. l. 3. tit. 105. Depois se admittirão também os offensivos. Até o uso permittia segundos Embargos que foram depois prohibidos pela Lei de 18 de Janeiro de 1578 compilada na Ord. Filippina no l. 3. tit. 38. Quando as Sentenças são dadas em Relação com Adjuntos não só o Relator, mas os mesmos Adjuntos ficão sendo Juizes certos para a decisão dos Embargos. Ord. l. 1. tit. 1. § 10. vers. Porém. § 24. vers. e vindo. l. 3. tit. 87. § 12. Assento de 10 de Março de 1640.

§ 263.

São os Embargos ou offensivos, ou modificativos. Aquelles combatem directamente a decisão; estes sô tendem ao fim de a modificar.

§ 264.

Toda a Sentença assim interlocutoria, como definitiva por via de regra pôde ser embargada (1).

§ 265.

Appellando o Juiz da Sentença de seu Officio como he obrigado, e ao mesmo tempo embargando a Parte vencida dentro do decendio, se os Embargos tendem ao ponto da Appellação, só pôde conhecer delles o superior legitimo subindo os autos á superior Instancia (2).

§ 266.

(1) Ord. l. 3. tit. 65. § 2. tit. 66 § 6. tit. 88. Maced. Dec. 60. Silv. ad Ord. l. 3. tit. 66. § 6. n. 6. O Réo prezo pôde logo embargar a Sentença sem despeza alguma, assim como o affiançado que se reputa prezo. (§ 84.) Mas o Réo que se livra seguro para poder ser ouvido, com Embargos deve primeiro pagar a pena pecuniaria das despesas da Relação tendo-lhe sido imposta, e ajuntar o conhecimento do dito pagamento aos autos. Alv. de 4 de Fevereiro de 1755. cap. 1. § 4. Os Embargos oppostos na Chancellaria não pôdem accrescentar-se. Phæb. p. 1. ar. 52. e p. 2. ar. 176. Mend. p. 2. l. 3. c. 19. n. 28, nem admittem Réplica ou Tréplica. Assento de 8 de Agosto de 1658.

(2) Ord. l. 3. tit. 73. Not. do Desembargador João Alves da Costa referida no Reportor. da Ord. tom. 3. pag. 214. Edição de Coimbra.

§ 266.

Os Embargos a qualquer Sentença devem formar-se dentro de hum dia (1).

§ 267.

Tem sempre os Embargos o effeito suspensivo (2).

§ 268.

Se ha Parte que extrahe Sentença dos autos, pôde esta ser embargada no transito da Chancellaria (3).

§ 269.

Não se admittem segundos Embargos á mesma Sentença, salvo sendo de suspeição, ou de restituição (4).

V

CA-

(1) Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 17. Passado este termo cobrança se os autos executivamente. Ord. l. 1. tit. 20. § 45. Mend. p. 1. l. 5. c. 10. n. 2.

(2) Pinel. ad Rubr. Cod. de rescind. p. 1. cap. 2. n. 28. Phæb. p. 1. Dec. 40. p. 2. ar. 177.

(3) Ord. l. 1. tit. 30. § 1. l. 3. tit. 87. § 4. Se a Parte se demora na extracção da Sentença pôde o vencido fazella citar para a extrahir dentro de certo termo com a comminação de ser embargada nos autos. Vas Alleg. 97. n. 23. Almeid. de num. quinar. c. 30. n. 8.

(4) Ord. l. 3. tit. 28. O Privilegio da restituição do prezo estende-se aos que se achão debaixo de homenagem ou affiançados. Ord. l. 3. tit. 7. § 2. tit. 9. § 12. Odd. de restit. in integr. p. 1. qu. 7. art. 5. n. 29. Report. da Ord. tom. 4. pag. 543.

CAPITULO XXXVII.

Da Appellação.

§ 270.

A Appellação he huma provocação feita da Sentença do Juiz inferior para o Superior legitimo (1).

§ 271.

A Appellação tem sempre lugar nas Causas Criminaes (2).

§ 272.

(1) Na primeira idade desta Monarquia não havia algum Tribunal de Appellação. As Appellações das Sentenças dos Juizes das Terras dos Donatarios erão expressamente prohibidas em alguns Foraes. A Introducção do Direito Romano, e Canonico concorreo para se estabelecer a Appellação á Corte do Rei de que ha vestigios no Reinado do Senhor Rei D. Affonso III. Nesse tempo devia a Appellação ser pedida em tres dias, e seguida em nove, cujo termo o Senhor Rei D. Diniz ampliou a trinta. Ord. Affonsina l. 3. tit. 73. § 7. A Revista he tambem huma provocação feita da Sentença, mas differe da Appellação em que ella he hum remedio extraordinario. Regularmente a Revista não se concede nas Causas Criminaes senão por huma Graça especialissima de immediata concessão Régia. Ord. l. 3. tit. 95. § 11. e só pôde ter lugar a respeito do interesse por causa do crime quando excede a Alsada. Mend. p. 1. l. 3. c. 20. § 1. n. 9.

(2) Ord. l. 3. tit. 79. § 6. l. 5. tit. 122. He licito appellar não só ao Réo, mas a outros em seu nome, e não só aos parentes, mas ainda aos estranhos. L. 6. D. de appellat.

§ 272.

Ainda que as Partes não appellem o mesmo Juiz he obrigado a appellar por parte da Justiça de seu Officio, ou haja Parte que accuse, ou seja a Accusadora a Justiça (1).

§ 273.

Exceptuão-se: I. O caso do ferimento simples (2) quando ha perdão da Parte (3). II. O caso do adulterio da mulher perdoando o marido (4). III. O caso de defloração tanto que a Parte perdôa

V ii ca-

(1) Ord. l. 5. tit. 122. pr. Phæb. p. 1. Dec. 31. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. n. 103. O Juiz tem obrigação de appellar: I. Não só quando a Accusação começa por Querêla ou Devassa, mas tambem. II. No caso de injúria feita ao Juiz, ou aos seus Officiaes. Ord. l. 5. tit. 50. § 5. Igualmente deve appellar. III. Quando o Réo se chama ás ordens. Ord. l. 2. tit. 1. § 28. IV. Quando o Juiz não pronuncia o Réo que está prezo. Cabed. p. 1. ar. 56. Barbos. Castig. ad Ord. l. 5. tit. 122. § 4. n. 106. Phæb. p. 1. ar. 160.

(2) Ord. l. 5. tit. 122. pr. Diz-se ferimento simples: I. Quando não houve propósito, ou animo deliberado de offender. Phæb. p. 1. Dec. 31. n. 5. II. Quando não resultou do dito ferimento lesão, ou deformidade. Ord. l. 1. tit. 65. § 37. Cabed. p. 1. Dec. 113. n. 3. para cuja averiguação deve proceder-se a Exame que se costuma chamar de sanidade, o qual se faz com Peritos Medicos, ou Cirurgiões. Argum. da Ord. l. 1. tit. 65. § 38. a quem se defere o juramento. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. n. 75. III. Quando não foi perpetrado o mesmo ferimento com arma defeza.

(3) D. Ord. l. 5. tit. 122. pr. Não basta o perdão presumido, mas he necessario o expresso dado por Termo nos autos ou por Escritura pública. Phæb. Dec. 31. n. 6.

(4) Ord. l. 5. tit. 25. § 2. e 3. tit. 122. pr. Phæb. p. 2. Dec. 142. n. 7. Pereir. Dec. 71. Vas Alleg. § 5. n. 10. excepto sendo o adulterio acompanhado do incesto. Ord. l. 5. tit. 25. § 2.

(1). IV. Os crimes de pesca, ou caça nos mezes defezozos não sendo lugares coutados (2). V. A respeito das penas impostas na Pragmatica (3). VI. Quando a condemnação cabe na Alsada (4). VII. O caso do furto de fruta, de vinhas, ou pomares, ou de outra qualquer cousa sendo furto simples (5), e módico (6). VIII. O caso da apreensão de espada de mais da marca (7). IX. Quando he mandado soltar o Portuguez do qual querelando algum Estrangeiro se ausentou sem deixar Procurador bastante (8). X. Quando a Sentença não pronuncia alguém em Devassa ou Querela (9). XI. Quando julga o Perdão do Principe por conforme á culpa (10).

§ 274.

(1) Cabed. p. 1. ar. 19. Phæb. p. 2. ar. 138. Barbos. *Castigat.* ad Ord. l. 5. tit. 122. § 3. n. 103. Não perdoando a desflorada appella-se por parte da Justiça, posto que ella não siga a Accusação. Phæb. d. ar. 138.

(2) Ord. l. 5. tit. 122. § 9.

(3) D. Ord. l. 5. tit. 122. § 9.

(4) Ord. l. 1. tit. 65. § 6. l. 5. tit. 122. § fin. Lei de 26 de Junho de 1696. A Relação do Porto tem Alsada privativa quanto aos crimes. Os Ministros porém da Casa da Supplicação podem não por via de superioridade de jurisdição, mas por effeito de Commisão Régia commutar as penas. Decret. de 2 de Abril de 1664.

(5) Não assim sendo furto qualificado como: I. O que he feito com violencia. Ord. l. 5. tit. 122. § 9. II. Na estrada, ou no ermo. Ord. l. 5. tit. 61. § 1. tit. 122. § 9. III. Dentro em dez legoas de distancia da Corte. D. Ord. l. 5. tit. 122. § 9.

(6) Isto he, não excedendo a quantia de trezentos réis. Ord. l. 5. tit. 122. § 9.

(7) Ord. l. 5. tit. 122. § 9. Lei de 29 de Março de 1719. Phæb. p. 2. ar. 95. e 131. A marca he de cinco palmos e meio com o punho e maça. Ord. l. 5. tit. 80. § 6.

(8) Ord. l. 5. tit. 122. § 1. Gama. Dec. 183. ubi Flores. n. 1.

(9) D. Ord. l. 5. tit. 122. pr. Excepto se o Réo se acha prezo. Cabed. p. 1. ar. 56. Phæb. p. 1. ar. 160. (§ 272. Not.)

(10) Ord. l. 5. tit. 122. § 5.

§ 274.

A Appellação deve ser interposta por declaração feita legitimamente dentro do decendio (1).

§ 275.

Deve ser atempada, e expedida para o Juizo superior com citação das Partes (2).

§ 276.

Na Instancia superior assina-se termo ás Partes para comparecerem; e não comparecendo depois de esperadas são lançadas, e se profere Sentença final confirmando ou revogando a da inferior Instancia (3).

§ 277.

(1) Ord. l. 3. tit. 69. § 4. tit. 70. pr. e § 1. tit. 77. *Authent. hodie* Cod. de Appellat. Este termo corre do tempo da noticia. Ord. l. 3. tit. 70. Barbos. ad Ord. l. 3. tit. 70. n. 18. *Pereir.* Dec. 61. n. 9. Depois da noticia porém corre de momento a momento. Barbos. ad Ord. l. 3. tit. 70. pr. n. 16. e he improrogavel. Cardos. *in Prax.* verb. *Appellatio*. n. 4. excepto por via de restituição sendo a Parte que appella menor. Ord. l. 3. tit. 41. tit. 84. § 9. Cabed. Dec. 42. n. 4.

(2) Ord. l. 3. tit. 70 § 4. l. 5. tit. 124. § fin. O termo para o seguimento da Appellação nas Causas Criminaes he o de trinta dias. Póde porém o Juiz abbreviar esse termo, segundo a distancia do lugar. Ord. l. 3. tit. 70. § 3. Cabed. p. 1. Dec. 40. n. 4. Se o Réo se ausenta, he citado por Editos de oito dias para o seguimento da Appellação ainda que fosse citado no principio da Causa pessoalmente. Assento de 13 de Novembro de 1647.

(3) Ord. l. 3. tit. 68. § 5. Cabed. p. 1. Dec. 40. n. 10. Os autos vindo á Relação, posto que tenham defeito de solemnidades se revalidão nos casos graves. Ord. l. 1. tit. 5. § 12. *Not. de*

§ 277.

Não tem lugar nas Causas Criminaes o tirar-se Dia de apparecer para se julgar a Appellação deserta (1).

§ 278.

No Juizo da Appellação podem formar-se Artigos de nova razão concedendo-se para isso especiaes Licenças (2). Podem tambem reperguntar-se as Testemunhas havendo legitima causa (3).

§ 279.

Desembargador Sardinha referida no Reportorio da Ord. tom. 2. pag 77. Ediç. de Coimbr. não assim os que já na mesma Relação forão sentenceados. Assento de 20 de Março de 1606. Mend. p. 2. l. 3. c. 1. n. 6. Phæb. p. 1. ar. 108. e p. 2. ar. 140. (§ 158. Not.) Devem subir os proprios autos ficando o traslado no Juizo inferior Alv. de 18 de Agosto de 1747. Assento de 22 de Maio de 1783. Na Corte por Estilo sobem os proprios autos sem ficar traslado, e só leva o Escrivão o Terço á maneira dos Aggravos Ordinarios. Achando o Juiz superior na Causa da Appellação que o inferior deixou de pronunciar algum Réo havendo prova para isso, o pôde pronunciar. Ord. l. 1. tit. 11. § 6. Assento de 1 de Agosto de 1684. Deve porém correr o livramento no Juizo inferior aonde se tirou a Devassa. Cabed. p. 1. Dec. 14. n. 18. Peg. tom. 4. ad Ord. l. 1. tit. 35. § 8. c. 2. n. 5.

(1) Ord. l. 3. tit. 68. § 8. Barboz. ad d. Ord. l. 3. tit. 68. § 8. n. 1. excepto nas Causas Criminaes em que a Justiça não tem lugar. Silv. ad Ord. l. 3. tit. 68. § 6. n. 17. Peg. tom. 2. ad Ord. l. 1. tit. 6 § 13. gloss. 15. n. 6. Deve fazer expedir a Appellação aquelle que tiver interesse. Se porém houver decorrido o tempo de seis mezes, he necessaria nova citação da Parte. Ord. l. 1. tit. 84. § 22. l. 3. tit. 1. § 15.

(2) Ord. l. 1. tit. 15. pr. l. 3. tit. 20. § 2. tit. 83. § 1. Ferreir. *Practica Crim.* p. 4. c. 5. n. 14.

(3) Ord. l. 1. tit. 11. § 2. Cabed. p. 1. Dec. 15. Phæb. p. 1. ar. 30. Como: L. Se forão perguntadas nullamente na inferior

§ 279.

Pendente a Appellação nada pôde innovar-se (1).

§ 280.

A Appellação he commua a huma, e outra Parte (2).

§ 281.

O Superior Legitimo nas Causas que não são sentenceadas em Relação na primeira Instancia por via de regra são os Ouvidores das Appellações crimmes (3).

CA-

Instancia. Barboz. ad Ord. l. 3. tit. 83. pr. n. 4. II. Se os Réos estavam ausentes no tempo da dilatação. Barboz. d. n. 4. III. Se na inferior Instancia se não tirarão Testemunhas algumas. Mend. p. 2. l. 3. c. 19. n. 6. IV. Por via de restituição in integrum. Mend. p. 1. l. 3. c. 14. n. 7. e c. 19. n. 13. (§ 231. Not.)

(1) Ord. l. 3. tit. 73. Herculan. de *Attentat.* c. 30. Lancellet. de *Attentat.* p. 2. c. 12. ampl. 4. Farinac. *Prax. Crim.* qu. 101. n. 3. et 4.

(2) Ord. l. 3. tit. 72. l. 2. Cod. si unus ex pluribus appellaverit. L. 39. Cod. de appellat.

(3) Ord. l. 1. tit. 11. pr. l. 3. tit. 68. § 8. Quando os Prezos vem em levas com as culpas sentenceadas, e appelladas, na conformidade da regra são julgadas pelos Ouvidores. Senão vem sentenceadas, posto que nellas venhão pronunciados os Réos, devem então ser julgadas pelos Corregedores da Corte. Assento de 19 de Junho de 1655. Nos casos graves, ou estando o Réo preso antes da culpa formada, se o Juiz não pronuncia e appella, como ainda não ha Sentença com conhecimento de Causa, os mesmos Corregedores da Corte devem conhecer da culpa precedendo competente Distribuição. Assento de 3 de Novembro de 1735. Dos casos de erros de Offi-

CAPITULO XXXVIII.

Da Execução.

§ 282.

Proferida e confirmada a Sentença no Tribunal superior, a Sentença Criminal deve dar-se á Execução.

cio conhece por Appellação o Juiz da Chancellaria com Adjuntos em Relação. Ord. l. 1. tit. 14. § 7. Isto se entende nos crimes que procedem de Devassas que se tirão na fôrma da Ord. l. 1. tit. 58. § 34. tit. 65. § 61. aliás pertence esse conhecimento ás Varas da Corte. Not. do Desembargador Sardinha no Reportor. da Ord. tom. 1. pag. 180. Ed. de Coimbra. Dos erros de Offícios de Fazenda conhecem por Appellação os Juizes da Fazenda. Ord. l. 1. tit. 14. § 7. As Appellações das Comarcas de Lagos, Távira, e Faro vão para a Junta da Justiça do Reino do Algarve. Alv. de 15 de Maio de 1790. Dos crimes de jogos prohibidos conhecem por Appellação os Corregedores do Crime da Corte. Ord. l. 5. tit. 82. § 12. como tambem dos crimes de uso de armas curtas. Lei de 4 de Outubro de 1749. Dos crimes das outras armas conhecem por Appellação os Juizes da Coroa. Ord. l. 1. tit. 9. § 14. Assento de 18 de Fevereiro de 1683. Compete-lhes o mesmo conhecimento nos crimes de simulação. Argum. da Ord. l. 4. tit. 71. Dos Conselhos de Guerra appella-se para o Conselho de Justiça; remettendo-se os Processos ao Presidente. (§ 307. Not.) Das Sentenças do Ordinario, ou dos Prelados appella-se para o Juizo da Nunciatura. Os Processos de Appellação nas Causas Criminaes são distribuidos como nas Civeis. Assento de 3 de Novembro de 1735. Por Estilo das Relações o Juiz a quem o feito se distribue que se chama o Relator, refere tudo o que se acha nos Autos aos Adjuntos em Conferencia para elle com estes decidirem a Causa. Ord. l. 1. tit. 11. § 1. e 2. Cabed. p. 1. Dec. 7. n. 1. Estes Adjuntos devem ser cinco, fazendo o número de seis Juizes com o Relator, quando o crime he tal que provado merece pena de morte. Ord. l. 1. tit. 1. § 6. Peg. ad

ecução para se verificarem os fins das penas que nella se impõe (1).

X

§ 283.

Ord. l. 1. tit. 1. § 6. Gloss. § 3. n. 1. Cabed. p. 1. Dec. 7. n. 1. ou de cortamento de membro, ou de degredo por toda a vida para fóra do Reino. Phæb. p. 1. ar. 153. Barbos. ad Ord. l. 1. tit. 1. § 6. Por Estilo da Casa da Supplicação havendo voto de açoites, ou degredo por mais de cinco annos já se convocão seis Juizes. (§ 251. Not.) Votã primeiro o Relator, e depois os Adjuntos começando pelo mais moço no cargo. Gam. Dec. 1. n. 11. Cabed. p. 1. Dec. 6. n. 8.

(1) Segundo a maior parte dos Publicistas os fins das penas são a indemnisação da Parte offendida, a emenda do aggressor, e o exemplo dos outros para que por meio do temor se abstenhão de semelhantes delictos. Ord. l. 1. tit. 1. § 45. Grot. de Jur. Bell. et Pac. l. 2. c. 20. § 6. et 7. Puffendorf. de Jur. Natur. et Gent. l. 8. c. 3. § 4. As nossas Leis fazem differença entre penas honestas e vis. Ord. l. 5. tit. 138. São reputadas penas vis: I. A forca. Frans. a Mend. p. 1. l. 5. c. 1. n. 474. II. Galés. Phæb. p. 1. ar. 148. III. Cortamento de membro. Phæb. p. 1. ar. 147. IV. Açoites. Barbos. ad Ord. l. 5. tit. 139. pr. n. 1. V. Marca nas costas. Ferreir. Pract. Crim. tom. 4. c. 7. n. 39. VI. Baraço com cadeia pelo pescoco, a que se chama baraço pregão. Ferreir. d. c. 7. n. 30. São escusos destas penas as pessoas declaradas na Ord. l. 5. tit. 138. pr. a saber: I. Escudeiros. II. Moços da Estribeira. III. Pagens de Fidalgos assentados nos Livros da Casa Real. IV. Juizes e Vereadores ou seus filhos. V. Procuradores dos Concelhos. VI. Mestres e Pilotos da Armada Real, ou de Navios de cem toneis, e dahi para cima. VII. Collaços de Desembargadores, ou Cavalheiros de linhagem. VIII. Pessoas que tiverem cavallo de estado em sua estrebearia, posto que piões, ou filhos de piães sejam IX. Mercadores que tratarem com cabedal de cem mil réis, ou dahi para cima. Exceptuão-se os crimes: I. De Lesa-Magestade. Ord. l. 5. tit. 6. § 29. II. Falsidade. III. Furto. IV. Feiticeria. V. Alcovitaria. Ord. l. 5. tit. 138. § 2. (o que se entende da alcovitaria luctosa, e não da gratuita para se conciliar esta Ord. com a do l. 5. tit. 32. § 4.) VI. Aleivosia. Ord. l. 5. tit. 37. § 3. VII. Sodomia. VIII. Testemunho falso. Ord. l. 5. tit. 133. § 3. Consequentemente o nobre não morre enforcado, mas degollado. Frans. a Mend. p. 1. l. 5. c. 1. § 9. n. 474. e em lugar de

§ 283.

O mesmo Juiz que conhece do crime he regularmente quem dá á Execução a sua Sentença (1).

§ 284.

Deve a Execução da Sentença corresponder exactamente ao julgado (2).

§ 285.

A Execução não deve differir-se ; antes sim apressar-se (3).

§ 286.

baraço pregão leva cadeia ao pé. Ord. l. 5. tit. 138. § 1. Mudão-se os açoutes ao nobre em dous annos de degredo para Africa. D. Ord. l. 5. tit. 138. pr. O filho natural do nobre como por geral costume do Reino goza da nobreza, e privilegios do Pai, he igualmente isento de pena vil. No meu Opusculo das *Classes dos Crimes per ordem systematica* fallo da natureza das penas, e exponho as que correspondem a cada especie de crime, segundo a Legislação actual.

(1) Podem porém para a ultimação da Execução expedir-se Cartas requisitorias dirigidas aos Juizes do Territorio respectivo aonde existe o Réo, ou são sitios os seus bens. Entre nós por Estilo he sempre diverso o Juiz que executa a Sentença Capital.

(2) L. 8. § 1. D. de pœn. Daqui vem que ainda depois de cahir vivo por quebrar a corda, ou por outro incidente o Réo condemnado á forca, deve sempre ser enforcado. Puttman. *Adversar.* l. 2. c. 26. *Elem. Jur. Crim.* l. 2. c. 24. § 399. Berger. *Elect. Jurispr. Crim.* membr. 1. § 6.

(3) L. 11. Cod. de pœn. l. 5. Cod. de Custod. reor. Depois de estar pronunciada a Sentença, e confirmada no Tribunal superior, deve executar-se promptamente sendo entregue o Réo ao braço implacavel da Justiça. Quanto mais prompto for o

§ 286.

São porém justas Causas de differir a Execução. I. O favor da nobreza (1). II. O favor do parto (2). III. O excêssô do rigor da pena (3). IV. A necessidade de indagar os socios do crime (4).

X ii

§ 287.

castigo (diz o Marquês Cesar Beccaria *Trat. das del. e das pen.*) quanto elle seguir de mais perto o crime, elle será tanto mais justo e util; justo, porque então o criminoso não soffrerá os crueis tormentos da incerteza, tormentos superfluos, e cujo horror augmenta a respeito d'elle em razão da força da sua imaginação, e do sentimento da sua propria fraqueza, pois sendo já humma pena a perda da liberdade ella não deve preceder á execução da Sentença senão tanto quanto a necessidade o exige; e util, porque quanto menos tempo medea entre a acção, e o castigo que lhe corresponde, mais se unem no espirito, e mais nelle durão estas duas idéas crime e castigo, de maneira que logo insensivelmente se considera o castigo como hum effeito certo, e inseparavel da sua causa.

(1) As Sentenças dadas contra os nobres não se executão sem primeiro se dar parte ao Principe. Ord. l. 1. tit. 1. § 16. l. 5. tit. 18. § 4. tit. 25. pr. tit. 137. § 1. Decr. de 16 de Maio de 1721. Isto se estende no caso da imposição da pena de morte a toda a classe de pessoas no lugar em que reside o Principe. Ord. l. 5. tit. 137. § 1. No mesmo dia da publicação da Sentença se vá esta na Meza do Desembargo do Paço, a qual Consulta ao Principe ou a sua Confirmação, ou a sua modificação. Procede assim a Meza do Desembargo do Paço não por força de Jurisdicção porque o Tribunal da Casa da Supplicação he o Supremo da Justiça, mas como Tribunal de Graça. O Juiz Relator igualmente dá parte ao Principe pela Secretaria de Estado. Decreto de 12 de Março de 1706. A Execução da Sentença pôde suspender-se por Aviso da Secretaria de Estado; e nesse caso não deve executar-se a Sentença sem outro Aviso em contrario. D. Decret. de 12 de Março de 1706.

(2) L. *pregnantis* 3. D. de pœn.

(3) Os condemnados pelo Principe á morte por modo extraordinario sómente devem ser suppliciados depois de vinte

§ 287.

A Execução da pena corporal deve ser feita em lugar público (2).

§ 288.

Executa-se a pena da morte ao terceiro dia depois da intimação da Sentença (3).

§ 289.

dias. Ord. l. 5. tit. 137. pr. l. 20. Cod. de pen. Esta disposição no nosso Reino provém de hum Lei do Senhor Rei D. Afonso II. que refere Brandão. *Monarchia Lusitan.* tom. 4. l. 13. c. 21. pag. 201, e he concebida nestes termos. *Porque a sanha soc embargar o coração que não pôde ver directamente as cousas, por onde estabelecemos que se por ventura no movimento do nosso coração a alguém julgarmos morto, ou que lhe cortem algum membro, tal Sentença seja prolongada até vinte dias e deshi em diante será a Sentença á execução se nós em este tempo não revogarmos.*

(4) L. 29. D. de pen. Brunneman. ad d. Leg. 29. D. de pen. n. 1.

(1) Quinctilian. Declam. 275. Boethmer. *Elem Jurispr. Crim.* sect. 1. c. 18. § 305. Os Réos são conduzidos ao supplicio pelos Juizes Criminaes, Irmandade da Misericórdia, e Ministros da Igreja depois de dispostos para a morte por meio dos Sacramentos da Penitencia e Eucharistia. Ord. l. 5. tit. 137. § 2. Gam. de *Sacram. prestand. ultim. supplic. damnat.* cap. 36. do Compromisso da Misericórdia confirmado pelo Alv. de 19 de Maio de 1718; não assim o Sacramento da Santa-Unção, porque não são enfermos. Barboz. ad Ord. l. 5. tit. 137. § 2. n. 1. vers. *non tamen*. Themud. Dec. 155. n. 1. Em Lisboa sendo hum ou dous os justicados, assistem hum Corregedor, e hum Juiz do Crime dos Bairros revezando-se por turno; e excedendo o número de dous assistem dous Corregedores e dous Juizes. O Corregedor, e sendo dous, o mais antigo he quem preside.

(2) Ord. l. 5. tit. 137. § 12. Decreto de 27 de Maio de 1645. Recri. de 6 de Julho de 1752 que transcreve Frans. a Mend. p.

§ 289.

Não sendo a pena de morte, executa-se passadas vinte quatro horas depois da intimação (1).

§ 290.

Os condemnados em degredo devem ir cumprillo das cadeias de Lisboa (2), para cujo fim são

a

1. l. 1. c. 1. n. 471. e 473. não sendo Domingo ou dia Santo. D. Decret. de 6 de Julho de 1752. Não se observa pois o que diz Themud. Dec. 155. O Escrivão dos autos em que se lançou a Sentença deve assistir á final execução no lugar do supplicio para estender a Fé de como a Execução ficou finda. Ord. l. 5. tit. 137. § 3. Assento da Relação do Porto de 31 de Maio de 1710. O Pregão que se expede com o teor da condemnacão assinado pelo Juiz Relator ajunta-se aos autos com Certidão do Porteiro de o haver cumprido.

(1) Ord. l. 5. tit. 137. § 4. Alv. de 25 de Junho de 1760. § 5. As penas pecuniarias que se applicão á Arca da Piedade entregão-se no Desembargo do Paço. § 22 do Regimento do dito Tribunal. As penas de confiscacão ou de perdimento de todos os bens, ou de parte delles para a Coroa devem arrecadar-se como as mais dividas da Fazenda Real. Ord. l. 2. tit. 26. § 18. 28. 29 30. As penas applicadas para a Camara Real de que por exemplo se falla na Ord. l. 1. tit. 88. § 21. e l. 2. tit. 14. pr. tambem se entregão no Desembargo do Paço para as despesas do Tribunal. Argum. da Ord. l. 1. tit. 82. § 12. l. 5. tit. 11. § 1. Not. do Desembargador Oliveira no Reportor. da Ord. tom. 2. pag. 82. Edic. de Coimbr. Depois de pagas as penas pecuniarias applicadas para despesas da Relação não podem repetir-se ainda que se revogue a Sentença por meio de Embargos, porque já nessa parte está executada a Sentença; não assim se forão sómente depositadas. Assento da Relação do Porto de 28 de Setembro de 1751.

(2) Ord. l. 5. tit. 137. § 5. tit. 142. pr. Ha diversas especies de degredos porque: 1. Ou he degredo por toda a vida. Ord.

a ellas remettidos de Concelho em Concelho das mais cadeias do Reino com as respectivas Guias (1).

§ 291.

I. §. tit. 139. § 2. e 3. Cabed. p. 1. ar. 54. Phab. p. 2. ar. 184. II. Ou até Mercê do Príncipe. Ord. l. §. tit. 18. § 3. tit. 23. pr. Phab. p. 2. Dec. 112. III. Ou para Galés. Ord. l. §. tit. 140. § 5. IV. Ou para certo lugar por tempo certo. Ord. l. §. tit. 140. pr. tit. 143. V. Ou para fóra da Villa e termo. Ord. l. §. tit. 140. § 1. O degredo até Mercê do Príncipe he o mesmo que degredo perpétuo. Phab. p. 1. Dec. 177. n. 14. Quando na Sentença se não assina tempo, entende-se ser perpétuo o degredo. Caball. Resol. Crim. cas. 143. n. 2. Os Estrangeiros não são degredados para as Colonias do Reino. Negreir. *ad Leg. Crimin.* c. 10. n. 17. O degredo para Galés não pôde ser por menos de dous annos. Lei de 4 de Dezembro de 1606 nem para o Brasil por menos de cinco. Ord. l. §. tit. 140 § 1. A's mulhe- res não se impõe a pena de degredo para Africa. D. Ord. l. §. tit. 140. § 2. nem para as Galés aos nobres, aos menores de dez- eiseis annos ou maiores de cincoenta e cinco, e aos enfermos. D. Ord. l. §. tit. 140. § 4. Os desterrados da Corte, ainda que este nome se estende a toda a Cidade, neste caso só se en- tendem prohibidos de entrar no Paço, e no suburbio aonde o Príncipe reside. Ord. l. §. tit. 141. Os degredos de Galés, Angola, e Brasil não se costumão commutar no Desembargo do Paço. Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 15. excepto por Consulta. Not. do Desembargador Oliveira no Reportor. da Ord. tom. 2. pag. 53. Edic. de Coimbr. Mas os degredos para Africa podem commutar-se para Castro Marim, Maranhão, e mais Conquistas do Brasil. Decret. de 13 de Dezembro de 1685; e os de Castro Marim, e outras terras do Reino podem commu- tar-se em penas pecuniarias. Havendo a pena de degredo sempre deve haver pregão ou na Audiencia, ou pelas ruas; por fórma que nos casos graves se o Reo he plebeo he o pregão com baraço pelas ruas, e se he Cavalleiro, ou tem outro foro não leva baraço; mas cadeia no pé e com pregão; e se o caso he leve dá-se o pregão sem distincção de pessoa em Audiencia Resoluç. de 2 de Dezembro de 1716. Reportor. da Ord. tom. 4. pag. 12. Edic. de Coimbr. advertindo que o pregão em Audien- cia não he pena vil. Ord. l. §. tit. 138. pr. (§ 282. Not.)

(1) Esta remessa faz-se á custa dos bens dos mesmos pre- zos, e não os tendo, pelos bens dos Concelhos, e as Senten-

§ 291.

Findo o tempo do degredo passão-se Certidões authenticas para as Justicas respectivas o haverem por cumprido (1).

§ 292.

Mas se antes de findar o dito tempo sahem do lugar para onde forão remettidos, dobra-se-lhes o tempo do degredo (2).

§ 293.

ças são registadas no Juizo dos degredados. Ord. l. §. tit. 142. § 9. Alv. de 16 de Março de 1652. Sem o registo do degredo não pôde extrahir-se a Sentença nem passa pela Chancelaria. D. Alv. de 16 de Março de 1652. Decret. de 19 de Julho de 1658. Os condemnados em degredo para fóra do Reino são enviados ás Justicas do lugar do degredo juntamente com as Ordens ou Cartas de Guia do Juizo dos degredados em que se contém o delicto, e a pena. Ord. l. §. tit. 142. § 4. Alv. de 13 de Setembro de 1613, e são obrigados os Capitães das Embarcações aonde forão conduzidos a apresentar depois Certi- dão de ter executado as ordens, ficando sujeitos ás penas dos Carcereiros. Ord. l. §. tit. 142. § 13. Sendo o degredo para as Ter- ras do Reino são os Réos soltos assinando termo de o irem cumprir. Ord. l. §. tit. 132. § 3. Dá-se lhes para isso o tempo de trinta dias; cujo tempo se lhes pôde prougar por dous me- zes, e allegada justa causa por mais outro mez. Regimento do Desembargo do Paço, § 17. Antes de irem os degredados cumprir o degredo não são ouvidos. Assento da Relação do Porto de 10 de Novembro de 1714. As Guias são passadas no Nome do Príncipe, e contém a substancia do crime, e o seu castigo.

(1) Ord. l. §. tit. 140. § 9 e 10.

(2) Ord. l. §. tit. 143. pr. Alv. de 26 de Setembro de 1603. Assento de 17 de Maio de 1607. Assento de 30 de Agosto de 1614. O condemnado em degredo para Africa se o não cum- pre, deve ir cumprir ao Brasil o tempo que lhe falta, e as.

§ 293.

A Execução da Sentença que condemna em pena pecuniária se faz por meio da apreensão de penhores e da sua arrematação como nas Causas Cíveis (1).

§ 294.

sim se entende dobrado. Assento de 17 de Maio de 1607. Hum anno de degredo para Africa vale por dous de Castro Marim. Ord. l. 5. tit. 140. § 10. e hum de Castro Marim por dous de degredo para fóra de Villa, e Termo. Ord. l. 5. tit. 143. pr. Os degredados para sempre, para Galés, Brasil ou Angola fugindo tem pena de morte natural. Ord. l. 5. tit. 143. pr. Alv. de 26 de Setembro de 1603. Os Juizes que derão a final Sentença do degredo são os competentes para conhecerem do novo delicto do quebramento delle. Assento de 31 de Maio de 1637.

(1) Guarda-se então a ordem estabelecida na Ord. l. 3. tit. 86. Quando a Sentença só contém a condenação da pena pecuniária, ou das custas pôde ser executada assim no Juizo Criminal como no Cível. Neste caso deve o Réo se se acha prezo ser logo posto em liberdade assinando termo de pagar a condenação. Alv. de 31 de Março de 1742, § 9. Assim como ninguém pôde ser prezo por dividas Cíveis, tambem não pôde ser prezo, ou retido na cadeia por condemnações pecuniárias. Assento de 18 de Agosto de 1774, excepto se dolosamente sonegou ou occultou os bens. Alv. de 20 de Junho de 1774, § 19. Se o Réo depois da Sentença alienou os bens, pôde nelles correr a Execução, ainda que estejam em poder de Terceiro. Ord. l. 3. tit. 86. § 16. Cabed. p. 1. Dec. 131. n. 7. Alienando os antes da Sentença, mas depois do delicto e conhecimento sobre elle, compete ao Author a Acção hypothecaria, porque pelo mesmo facto do delicto lhe ficão especialmente hypothecados. Ord. l. 5. tit. 126. § fin.

§ 294.

A Execução da Sentença não tem lugar: I. Contra os Réos fallecidos (1). II. Contra os furiosos (2).

§ 295.

Oppondo-se Embargos á Execução remetem-se dentro de tres dias aos Juizes que derão a Sentença para os decidirem (3).

CAPITULO XXXIX.

Da Accusação da Justiça.

§ 296.

T Em lugar a Accusação da Justiça nos casos de Devassa em que não ha Parte, ou quando esta he lançada da Accusação (4).

§ 297.

Ha delictos em que a Justiça não he admittida a accusar, como: I. Os de adulterio (5). II. E de

(1) L. 5. l. 6. Cod. si reus vel accusator. l. 3. l. 6. D de public. judic. excepto em crimes atrocissimos. (§ 318. Not.)

(2) L. 5. § 2. D. ad leg. Aquil. l. 12. D. ad leg. Cornel. de Si. car. Heinecc. de *Jur. Natur.* l. 1. c. 1. § 106. Jul. Clar. *Pract. Crimin.* l. 5. § fin. qu. 60. n. 8. Carpov. *Practis. rer. Crimin.* p. 3. qu. 142. n. 22.

(3) Ord. l. 5. tit. 137. § 4.

(4) Ord. l. 1. tit. 15. e tit. 43. l. 5. tit. 124. § 15. e 20.

(5) Ord. l. 5. tit. 122. pr. excepto se o marido fallecer de-

de ferimento em rixa nova quando não ha aleijão, e o ferimento não he no rosto (1).

§ 298.

No Procêssô da Accusação da Justiça o Promotor faz as vezes de Author offerecendo o libello Accusatorio, e seguindo os mais termos da Causa (2).

§ 299.

O Promotor porém não replica depois da contrariedade do Réo (3), não jura de calúnia (4), não dá fiança (5), não allega a final (6), não embarga (7), nem appella (8).

C A

pois de ter contestado a causa, porque então prosegue a Accusação pela Justiça. Ord. l. 5. tit. 25. § 5. (§ 318. Not.)

(1) Ord. l. 1. tit. 65. § 37. l. 5. tit. 122. pr.

(2) Quando os Réos se livrão com a Justiça deve o Promotor accusar no mesmo Procêssô todos os Réos ainda que sejam muitos, excepto querendo elles apartar se. Assento de 25 de Maio de 1646. (§ 101. Not.) Os Corregedores do Crime da Corte não podem por si mesmos mandar cousa alguma ao Promotor, só sim em Audiencia, ou por Acordão. Assento de 12 de Fevereiro de 1664. Aonde não ha Promotor o Escrivão toma lugar de Promotor. Ord. l. 1. tit. 15. § 6. e offerece por libello o auto da queixa. Ord. l. 5. tit. 124. § 6.

(3) Ord. l. 5. tit. 124. § 6.

(4) Guazzin. Defens. 20. c. 2. n. 4.

(5) Resolução de 7 de Novembro de 1600. Decreto de 31 de Agosto de 1695. Jul. Clar. l. 5. § fin. qu. 10. n. 5.

(6) Ord. l. 1. tit. 15. pr. l. 5. tit. 124. § 6. no fim.

(7) Caldero. Dec. Crimin. p. 2. Dec. 52. n. 39. Nota do Desembargador Oliveira no Reportor. das Ord. tom. 4. p. 318. Edic. de Coimbra.

(8) Theinud. in Prefat. Dec. p. 1. n. 53. et Dec. 294. n. 10. Ferreir. Practic. Crimin. tom. 4. c. 4. n. 7. Consequentemente

C A P I T U L O X L

Do Procêssô contra o ausente.

§ 300.

SE o Réo pronunciado se ausenta para não ser prezo (1), nada menos pôde proseguir contra elle a Accusação sendo citado por Editos (2).

Y II

§ 301.

não he necessario que seja citado para o seguimento da Appellação. Ferreir. d. c. 4. n. 7. o que não he assim nas Causas Civeis. Theinud. d. Dec. 294. n. 4. Appella porém o Juiz de seu Officio. Ord. l. 5. tit. 122. (§ 272.)

(1) O mesmo he se se occulta em casa de algum poderoso. Ord. l. 5. tit. 104. § 4. e 5. ou se se refugia para a Igreja ou lugar de asylo. Ord. l. 5. tit. 121. § 4. Neste caso da ausencia do Réo se o crime porque elle he pronunciado he capital ou tem pena de confiscação, procede-se a sequestro ou annotação de bens. Ord. l. 5. tit. 126. § 11. tit. 127. pr. Portug. de Donat. l. 3. c. 40. n. 2. (§ 89.)

(2) Ord. l. 5. tit. 126. pr. l. 1. l. 5. D. de requir. vel absent. damn. l. 1. Cod. de requir. reis. Novel. 134 c. 5. Entende-se isto do ausente que se acha em parte incerta por quanto aquelle que está em parte certa deve ser citado pessoalmente por meio de Carta Requisitoria. Excepto se se acha ausente fóra do Reino, como em Castella, aonde se não admittem Cartas Requisitorias para citação Criminal. Phæb. p. 1. ar. 131. Os Editos são pelo menos de dous mezes. D. Ord. l. 5. tit. 126. pr. Este termo pôde ampliar-se, porém não restringir-se. Cabed. p. 1. ar. 57. Portug. de Donat. p. 3. c. 30. n. 27. Mend. p. 2. l. 5. c. 4. n. 2. Quando o Réo he citado por Editos pela Justiça por estar ausente para a Accusação Criminal em caso de morte, não he necessario citar pessoalmente os parentes do morto ainda que estejam em parte certa.

§ 301.

Esta Accusação contra o Ausente pôde ser feita pela Justiça nos casos graves que merecem pena de morte natural ou civil (1).

§ 302.

Nos outros casos só pôde ter lugar a Accusação da Parte (2).

§ 303.

Não comparecendo o Ausente no termo da citação se procede contra elle á revelia assinuando-se-lhe todos os termos como se estivesse presente (3).

§ 304.

(1) Ord. l. 5. tit. 126. § 11. etit. 127. Entre os Romanos não era admittida a Accusação contra os ausentes nos crimes graves e capitaes. L. 1. pr. et § 1. D. de requirend. vel absent. damnand. l. 5. D. de poen. l. 6. Cod. de accusat. Gothofred. in Not. ad d. l. 1. § 1. Cujac. Observ. l. 20. c. 20.

(2) Ord. l. 5. tit. 126. § 3. l. 5. pr. D. de poen. l. 21. Cod. eod.

(3) Ord. l. 5. tit. 126. pr. e § 1. Porque nem por isso que o Réo foge se deve ter por confesso. L. 1. D. de requir. reis vel absent. damn. pois muitas vezes fogem os mesmos innocentes. Anton. Matth. l. 48. tit. 16. c. 3. n. 17. Não se admittie ao Ausente Procurador, mas só Escusador ou Defensor. Ord. l. 3. tit. 7. § 3. l. 5. tit. 126. § 1. e 4. l. 13. § 1. D. de public. judiciis. Cabed. p. 2. Dec. 62. n. 2. Cald ad leg. un. Cod. ex delict. defunctor. n. 51. O que porém se obra de facto com o Procurador do Ausente, nem por isso se annulla. Barbos. ad Ord. l. 5. tit. 7. § 3. n. 1. Mend. p. 2. l. 5. c. 4. n. 4. Ao Escusador he licito allegar todas as excepções dilatorias, e peremptorias a favor do Ausente. Mend. p. 1. l. 5. c. 4. n. 4. Peg. ad Ord. l. 3. tit. 7. § 3. gloss. § n. 7. Podem ser tambem admittidos os pais e maris-

§ 304.

Da Sentença deve o Juiz appellar por parte da Justiça (1), fazendo intimar a Appellação ao Réo por novos Editos (2).

§ 305.

Sendo proferida em ultima Instancia Sentença condemnatoria ella se executa depois de publicada com pregão em Audiencia sem mais o Réo ser ouvido (3), excepto se elle vem offerecer-se voluntariamente á prisão dentro de hum anno (4).

CA-

dos a defender ainda sem Procuração os seus filhos e as suas mulheres. Mend. d. c. 4. n. 5. Não he preciso porém reperguntar as Testemunhas ou fazer assinar termo de judicaes. Ord. l. 3. tit. 62. § 1. Silv. ad d. § 1. n. 14. Vas ad Reformat. Justit. § 18. n. 214. Themud. Dec. 232. n. 6.

(1) Ord. l. 5. tit. 126 § 1. tit. 122. pr.

(2) Estes Editos são de oito dias findos os quaes se expedie a Appellação para a superior Instancia. Ord. l. 5. tit. 126. § 2. Asserto da Relação do Porto de 13 de Novembro de 1647.

(3) Ord. l. 5. tit. 126. § 5. e 7. Os ausentes condemnados ao ultimo supplicio se julgão banidos. Ord. l. 5. tit. 126. § 7. Cabed. p. 2. Dec. 57. n. 3. Mend. p. 1. l. 5. c. 4. n. 6. Portug. de Donat. l. 3. c. 15. n. 65. O effeito do Bano segundo a Ord. l. 5. tit. 126. § 8. era poder qualquer pessoa do Povo matar impunemente o Banido. Esta Ord. porém tem cahido em desuso com justa razão pois não deve conceder-se aos particulares, o que he só do Officio dos Magistrados. L. 176. D. de Reg. Jur. e sempre he crime matar hum particular a outro, posto que este seja culpado. L. 5. D. ad Leg. Pompei. de parricid. l. 1. § ult. D. ad Leg. Corneli. de sicar. Cabed. p. 1. ar. 93. Puttman. Elem. Jur. Crim. l. 2. c. 26. § 1044.

(4) Ord. l. 5. tit. 126. § 7. tit. 127 pr. l. 1. § 3. e 4. l. 4. pr. l. 5. § 1. D. de requir. vel absent. damn. Phéb. p. 2. ar. 135. e

CAPITULO XLI.

Do Processo Summario.

§ 306.

O Processo Summario he aquelle em que se não guardão solemnidades algumas, e em que se segue sómente a ordem natural do Juizo sem se tratar mais que da certeza do delicto, e conhecimento do malfeitor.

§ 307.

Procede-se summariamente nos casos graves que se qualificão nas Relações (1).

§ 308.

então se lhe entregão os bens sequestrados. D. tit. 127. pr. Portugal. de *Donat.* l. 3. c. 40. n. 8. Frans. a Mend. p. 1. l. 5. c. 4. n. 12. Se porém fugio da cadeia executa-se a pena. Assento da Relação do Porto de 13 de Maio de 1645. Ainda depois do anno pôde o Réo ser ouvido summariamente contra a Sentença precedendo Provisão Régia Ord. l. 5. tit. 127. pr. Portugal de *Donat.* l. 3. c. 40. n. 10. Not. do Reportor. das Ord. tom. 1. pag. 265. Edic. de Coimbr. ou por via de restituição sendo menor. Mend. p. 1. l. 5. c. 4. n. 9.

(1) Ord. l. 1. tit. 1. § 16. Alv. de 25 de Junho de 1760. Alv. de 20 de Outubro de 1763. Cabed. p. 1. Dec. 72. n. 2. Dec. 206. n. 2. et 3. Taes são: I Os homicidios voluntarios e roubos feitos nas ruas ou nas estradas. D. Alv. de 20 de Outubro de 1763. Decret. de 4 de Novembro de 1755. Aviso de 6 do dito mez e anno II. Resistencia. Alv. de 24 de Outubro de 1764. § 6. III. Desafio. Lei de 16 de Junho de 1668. IV. Travessia de pão. Decr. de 25 de Janeiro de 1679. V. Os delictos capitaes que se revestem de circumstancias aggravantes. Lei de 6 de Dezembro de 1612 Alv. de 25 de Junho de 1760. Tambem se processão summariamente os crimes pelos quaes os Réos se acião detidos na prisão por mais de tres mezes. Alv.

§ 308.

Logo que consta de méro facto que o accusa-
do

de 5 de Março de 1790. § 8. e 9. No Foro Militar os processos são verbaes e summarios c. 10 do novo Regulamento de Infantaria, e c. 11. do de Cavallaria. O Commandante do Regimento nomeia o Presidente, e mais Vogaes que confôrme a graduação do Réo, e qualidade do delicto devem compôr o Conselho de Guerra O Auditor autua o Processo com o auto do corpo de delicto, e Cerridão do Assento da praça. A inquirição das testemunhas que he feita por hum dos Vogaes pôde estender-se até oito dias. Alv. de 20 de Outubro de 1663. § 1. Alv. de 4 de Setembro de 1765. § 7. He logo interrogado o Réo que pôde produzir Testemunhas e documentos justificativos da sua defeza. Pôde tambem escolher em tempo de paz Advogado que o defenda. Decreto de 5 de Outubro de 1778. Depois das provas passa-se a proferir Sentença definitiva. Vota em primeiro lugar o Auditor como Relator e em ultimo o Presidente. A Fórmula da Sentença vem no § 6. do Alv. de 4 de Setembro de 1765. Sendo o delicto capital precedem Tensões dos Vogaes por escrito. Fechado o Processo se remette ao General Commandante do Exercito, que o manda ao Conselho de Justiça para ser sentenciado em segunda Instancia. Decreto de 20 de Agosto de 1777. O Conselho de Justiça conhece por via de Appellação que pôde interpor a Parte vencida. D. Decreto de 20 de Agosto de 1777. Decreto de 13 de Setembro de 1790. A Sentença do Conselho de Justiça nos crimes ordinarios que não tem pena de morte natural he dada por dous Juizes togados e dous Conselheiros de Guerra, pondo-se a Sentença por voto de tres ainda que o quarto discrepe. Havendo empate entre os quatro se vence a decisão pelo voto de mais hum ou togado, ou Conselheiro. Os casos de pena de morte natural decidem-se por tres Ministros togados, e tres Conselheiros de Guerra, e se houver empate deve vencer-se a decisão por mais dous votos na forma da Ord. l. 1. tit. 1. § 6. d. Decret. de 13 de Novembro de 1790. Esta Sentença pôde ser embargada, para cujo fim se concede o termo de quatro dias. D. Decreto de 5 de Outubro de 1777. Igual formalidade tem os Conselhos de Guerra do Real Correg.

do he Réo do delicto commettido, he elle ouvido em

da Marinha. Decreto de 15 de Novembro de 1783. Alv. de Regimento do Conselho do Almirantado de 26 de Outubro de 1796. § 7. e 8. Alv. de 7 de Dezembro de 1796. O mesmo procedimento summario tem lugar no Juizo dos Contrabandos. Começa se pelo auto de tomadia: seguem se o exame, avaliação, e depósito das fazendas, e inquirição summaria das Testemunhas. O Réo he interrogado, e respondendo o Fiscal, se profere a Sentença definitiva. Havendo condemnação he o Rco ouvido por meio de Embargos á Sentença. Isto procede assim a respeito dos Contrabandos de fazendas. Estatut. da Junta do Commercio c. 17. § 6. e 7. Alv. de 26 de Outubro de 1757, de 15 de Outubro de 1760, de 16 de Dezembro de 1771, de 27 de Julho de 1795. § 4. Como a respeito dos do tabaco. Regimento do Tabaco § 14. Alv. de 20 de Maio de 1774. No Juizo dos Fallidos procede-se tambem summariamente. Declara fraudulenta a Quebra do Negociante na Real Junta do Commercio, remette-se o Procésso verbal ao Juiz Conservador do Commercio, o qual pronuncia e manda prender os culpados tomando por principio de Devassa o mesmo Procésso verbal perguntando sem limitação de número as mais Testemunhas que julgar necessarias, e fazendo todas as outras diligencias conducentes á averiguação da verdade, como as perguntas judiciaes aos Réos, e depois dando vista ao Fiscal do Commercio para dizer por parte da Justiça, sentença com Adjuntos os autos, cuja formalização não deve exceder o termo de trinta dias. Alv. de 13 de Novembro de 1756. § 18. Não menos se processão summariamente as Residencias. Expedida do Desembargo do Paço Provisão ao Juiz Sindicante faz este autuar a dita Provisão, depois de por elle cumprida, pelo Escrivão nella nomeado a quem defere o juramento de que se lavra termo, e nomeando Meirinho procede á suspensão do Juiz Sindicado, e intimação para que se retire para seis leguas fóra do lugar constituído o Procurador querendo para a seu favor requerer; e junta ao Procésso Certidão de se achar o Sindicado apresentado em Terra daquella ou maior distancia se lanção pregões nos lugares públicos da Jurisdicção, e se affixão Editaes para dentro de trinta dias comparecerem as Partes queixosas a allegarem as suas queixas contra o Sindicado Com a Certidão da dita affixação procede o Juiz Sindicante á Devassa de Tes-

em termo breve que se lhe assina para a sua defesa (1).

§ 309.

Findo este termo com tudo o que o Réo disser, fazem-se os autos conclusos, e se profere a Sentença (2).

§ 310.

Deve a Sentença ser dada por seis Juizes, e se discordão se chamão mais dous per forma que seja vencida a decisão por quatro votos conformes (3).

Z

§ 311.

temunhas, e cheio o número de trinta manda lavrar termo de enseramento remettendo o Procésso com huma conta de Informação particular ao Tribunal donde emanou a Provisão, o qual por sua Portaria nomeia Juiz que conheça da Residencia sentenciando a em Relação com Adjuntos que nomeia o Regedor depois de se ajuntarem as Certidões do Estilo para prova do cumprimento das Ordens do Real Serviço passadas pelas Repartições respectivas. Ord. l. 1. tit. 60. Carta Régia de 31 de Abril de 1606.

(1) Ord. l. 1. tit. 1. § 16. Decretos de 4 de Novembro de 1755. Alv. de 25 de Junho de 1760. § 5. Alv. de 20 de Outubro de 1763. § 1. Costa nos *Estilos* letra S. pag. 216. Logo que se faz certa a verdade do caso pelo auto do corpo de delicto, summario de Testemunhas, e perguntas feitas ao Réo, se assinão a este por Acordão cinco dias para dizer de facto, e de direito, continuando-se-lhe vista dos autos para esse fim. Phab. p. 2. ar. 188. Peg. ad Ord. l. 1. tit. 1. § 16. gloss. 100. n. 13. e 14. Estes summarios fórmão-se sem limitação de tempo, e sem determinado número de Testemunhas. Alv. de 25 de Junho de 1760. § 5.

(2) Ord. l. 1. tit. 1. § 16. Decret. de 4 de Novembro de 1755. Alv. de 25 de Junho de 1760. § 5. Alv. de 20 de Outubro de 1763. § 1.

(3) Ord. l. 1. tit. 1. § 6. Este número de Juizes he sempre

§ 311.

Antes de se dar a Sentença á execução, assigna-se vinte quatro horas, no mesmo dia em que ella se profere, aos Réos para a embargarem (1).

§ 312.

Não se admittem porém segundos Embargos, salvo por via de restituição (2).

§ 313.

Nos Processos Summarios de casos capitaes não.

necessario quando o crime inereca pena de morte natural ou civil ou corramento de membro. D.Ord. l. 1. tit. 1. § 6. Barboza, *Remiss.* ad d. Ord. § 6. Phab. p. 1. ar. 153. Costa nos *Estilos* letra C. pag. 191. letr. C. pag. 216. (§ 250. § 251. Not.).

(1) Alv. de 25 de Junho de 1760. § 5. Sendo por exemplo o Réo condemnado á morte no dia 3 decidem-se no dia 10 os primeiros e segundos Embargos de restituição, e no dia 11 se executa a Sentença. (§ 228.) Para embargar pede se licença ao Regedor o qual commette ao Relator e Adjuntos o deferir a concessão da vista para esse fim.

(2) O Alv. de 25 de Junho de 1760, § 5. excluiu nestes Processos summarios ainda os Embargos de restituição. Elles se admittirão com tudo depois do Alv. de 15 de Janeiro de 1780 que aboliu os Processos verbaes. Precedendo Commis-são do Regedor concedem os Juizes aos Réos presos condemnados á ultima pena o termo de huma hora para allegarem qual-quer defeza ainda depois da segunda Sentença. Podem tambem os mesmos Réos recorrer ao Príncipe que costuma mandar con-sultar o Desembargo do Paço sobre a Sentença que os conde-mna á morte para deliberar se a confirmalla ou a conceder aos Réos o Régio Indulto.

não he necessaria a citação da Parte (1), nem se requer que se fação judiciais as Testemunhas (2).

§ 314.

Devem estes Processos terminar-se dentro do tempo de seis mezes (3).

§ 315.

Ha tambem alguns casos leves dos quaes se conhece summaria e verbalmente como aquelles que são objecto das Visitas (4).

Z ii

§ 316.

(1) Cabed. p. 1. Dec. 206. n. 4 Peg. ad Ord. l. 1. tit. 1. § 16. gloss. 100. n. 10.

(2) Phab. p. 2. ar. 188. Vas Freire *Pract. Delegat.* c. 11. n. 15. Peg. d. Gloss. 100. n. 12.

(3) Resolução de 13 de Setembro de 1691. Lei de 31 de Março de 1742 § 2.

(4) São estas Visitas incumbidas ao Regedor da Justiça que no fim de cada mez deve visitar as cadeias com os Corregedores do Crime da Corte os quaes sentencião com Adjuntos á vista dos summarios das culpas, e Informações dos Ministros dos Bairros os Réos que se achão presos. Ord. l. 1. tit. 1. § 30. Alv. de 31 de Março de 1742. § 7. Alv. de 15 de Janeiro de 1780. Alv. de 5 de Março de 1790. § 6. 8. e 9. Os crimes que são objectos destas Visitas são os crimes: I. De raios. Decret. 2. de 4 de Novembro de 1755. II. De ladrões formigueiros. III. De uso de facas, pistolas e outras armas defezas. IV. Arrancamento d'arma na Corte. V. Furtos sem qualidade. VI. Ferimentos em briga accidental não havendo Parte. Ord. l. 5. tit. 68. Alv. de 7 de Junho de 1605 § 9. Alv. de 31 de Março de 1742 § 7. Alv. de 15 de Janeiro de 1780. Alv. de 5 de Março de 1790 § 6. 8. e 9. VII. Venda da carne á engexga ou fóra dos assougues públicos. Decreto de 5 de Novembro de 1668. Não pertencem pois aqui os crimes atrozes e escandalosos ou aquelles em que houver Parte. Alv. de 7 de Junho

§ 316.

Pertencem também ao Juiz o Summario as injú-
rias

de 1605. § 9. á excepção dos furtos simples e industrioses, pois ainda que o seu valor exceda a marco de prata, e os Réos destes crimes tenham Parte podem ser objecto das Visitas applicando se para a Parte a condemnação que for justa. Alv. de 5 de Março de 1790. § 6. As penas das condemnações feitas em Visita, podem estender-se a açoutes e galcos e serviços de obras públicas. Alv. de 31 de Março de 1742. § 8. As penas da polé e marca nas costas permittidas pela Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 20. e Alv. de 31 de Março de 1742. § 8. estão em desuso. Os summarios destas culpas são formadas ou de officio pelos Ministros dos Bairros. Alv. de 31 de Março de 1742. § 7. ou a requerimento de Parte, lavrando-se auto, e deferindo se o juramento ao denunciante. Pergunta o Juiz Testemunhas sobre os delictos de que o Réo he infamado, e á vista da prova ou he o Réo absoluto ou pronunciado; e neste caso ou se lhe admite contestação para a final ser o Proccesso levado á Visita, ou se manda remetter ás Varas da Corte para alli se qualificar em Relação a fórma do livramento. Se o crime he de uso e achada de armas prohibidas sera a complicação de outros crimes graves, he estillo depois de remettido o Proccesso ás Varas da Corte mandar-se que o Réo que não foi sentenciado em Visita conteste o auto proseguindo se nos mais termos summariamente até á final Sentença. Das decisões das Visitas não compete outro Recurso que o de Embargos aos Assentos dellas, de que ha Escrivão privativo. Alv. de 31 de Março de 1742. § 9. Devem formar-se estes Embargos no termo prescripto na Lei de 6 de Dezembro de 1612. § 17. que he o de vinte quatro horas Não tem porém lugar segundos Embargos ainda que o Réo goze de restituição. Alv. de 31 de Março de 1742. § 9. A vista para Embargos requer-se ao Corregedor do Crime da Corte a quem pertencer. D Alv. § 9. Se os Réos são condemnados sómente em penas pecuniarias são logo soltos assinando termo de pagar melhorando de bens. Alv. de 31 de Março de 1742. § 9. Assento de 12 de Agosto de 1774. (§ 293. Not.)

rias verbaes que não tem a qualidade de atrozes (1), e as cauções ou termos de bem viver (2).

C A-

(1) Estas injúrias tratão se summariamente, e são sentenciadas em Camara Ord. l. 1. tit. 65. § 25. Não se admittem nos Proccessos dellas Razões finais nem Artigos de contradições. D. § 25. Nem tem lugar a prisão por injúrias (ainda sendo atrozes) antes de Sentença definitiva. D. Ord. l. 1. tit. 65. § 29. Da condemnação sobre injúrias verbaes não tem lugar a Appellação, ou Aggravo até á quantia de seis mil réis. D. Ord. l. 1. tit. 25. § 25. Se a injúria he feita por Fidalgos, ou Prelados ainda que o injuriado desista he sempre punida se a desistencia se faz depois das provas. Ord. l. 1. tit. 65. § 30. o que he especial nesta Ordenação, porque em geral remettida a injúria não póde mais proseguir-se na accusação della. Argum. da Ord. l. 5. tit. 117. § 9. l. 5. tit. 124. § 15. Assento de 22 de Fevereiro de 1721. § 12. Instit. de injur. l. 11. § 1. D. eod.

(2) Ord. l. 1. tit. 65. § 26. l. 3. tit. 78. § 5. l. 5. tit. 128. pr. A Justiça que previne o crime he preferível á Justiça punitiva. Brissot *moyens de prevenir les crimes*. Fhangieri. *Scienza della legislazione* p. 4. c. 59. Os Juizes Ordinarios das Terras depois de informados deferem ás cauções que se lhes requerem para se evitarem as rixas e os delictos. D. Ord. l. 5. tit. 128. pr. e podem punir com a prisão os contumazes. Silv. ad Ord. l. 3. tit. 78. § 5. n. 31. Não he bastante o panico temor, mas he necessario hum medo justo para se pertender esta segurança. Ord. l. 3. tit. 78. § 5. Silv. ad d. Ord. l. 3. tit. 78. § 5. n. 3. et 4. Herculan. de *Caut. de non offendend.* c. 1. n. 1. et c. 3. n. 6. Deve preceder ao deferimento da caução a Informação judicial; e sem isso o procedimento he nullo. Cabed. Decis. 29. n. 2. et 4. Barbos. *Castigat. ad Ord.* l. 5. tit. 129. n. 118. Guazzin. de *Caut. de non offendendo.* § 3. qu. 7. p. 2. n. 5. A Praxe nestes Termos ou cauções de bem viver he que assinados elles pelas Partes de quem se exige a segurança se julgaõ por Sentença. Mas se a mesma Parte pede vista se lhe concede, e he ouvida com os seus Embargos. Estes se recebem se são relevantes, e se proccessão summariamente. Not. do Dez. João Alves da Costa no *Reportor*. tom. 4. pag. 114. Edic. de Coimbra. Desta Sentença compete Appellação para o superior legitimo. Posto que a Ord. l. 5. tit. 128. § 5. diz que o Principe dá segurança Realmente pessoas de Estado sem requerimento das Partes, nota c.

CAPITULO XLII.

Dos modos porque se extingue o Processo Criminal.

§ 317.

Ainda que regularmente deve conhecer-se de todos os crimes, algumas vezes esse conhecimento não he permitido.

§ 318.

Isto acontece: I. Quando o crime se acha prescrito (1). II. Fallecendo o delinquente (2). III. Ou

Desembargador Oliveira, que nunca vio praticar esta Ordenação e que somente o que se usa he mandar o Principe tomar hum Termo pelo Corregedor do Crime da Corte para que não fação brigas, e aquelle que quebrar o Termo incorre no crime de Lesa-Majestade na fórma da Ord. l. 5. tit. 6. § 21. Repor-tor. das Ord. tom. 4. pag. 606. Edic. de Coimbr. Da denegação da segurança compete agravo de Petição ou de Instrumento. Leitão de *gravamin.* qn. 1. n. 23. Se o Réo quebrar o Termo, podem pedir-se-lhe as penas do Termo quebrado, para o que deve elle ser citado, e ouvido ordinariamente. Silv. ad Ord. l. 3. tit. 78. § 5. n. 27.

(1) Ord. l. 1. tit. 84. § 23. l. 12. Cod. ad leg. Corneli. de fals. l. 3. D. de requirend. vel absent. damn. Lauterbach. tom. 1. Disput. 61. de *Criminum prescriptione*. thes. 10.

(2) L. 3. l. 6. D. de public. judic. l. 5. l. 6. Cod. si reus vel accusat. l. 15. § 3. D. ad Sct. Turpillian l. 26. D. de pen. excepto alguns casos rarissimos como: I. O do crime de Lesa-Majestade. Ord l. 5. tit. 6. § 11. l. 11. D. ad leg. Jul. Majest. l. 8. Cod. eod. II. O do parto supposto. Ord. l. 3. tit. 55. § 1. Domat. *Supplem. au droit public.* l. 4. tit. 7. § 6. Nunca a Accusação Criminal prosegue contra os herdeiros do Réo, esteja ou não a Causa contestada com o defuncto. L. 2. l. 3. l. 4. l. fin. Cod. si

o Accusador (1). IV. Havendo Perdão do Principe (2). V. Ou Sentença de absolvição (3).

§ 319.

reus vel accusator. l. 6. D. de public. judic. Henr. Coccej. Disput. 77. de *obligat. hered. ex delicto defuncti*. sect. 4. n. 26. Portug. de Donat. Reg. l. 2. c. 20. n. 62.

(1) Morto o Accusador não passa a Accusação para os seus herdeiros, nem ainda nos delictos particulares. L. 10. D. ad Sct. Turpillian. l. 6. Cod. si reus vel accusator. Sómente he licito aos herdeiros do Accusador pedir a indemnização do que falta do patrimonio deste pelas acções penaes Civis, e não tem legitimidade de pessoa para proseguir na Accusação Criminal que he tendente á vindicta pública. § 1. Inst. de perpet. et temporal action. Coccej. d. Disput. de *obligat. hered. ex delicto defuncti*. sect. 2. n. 13. Entre nós no caso especial do adulterio fallecendo o marido depois da Litis-contestação nem por isso fica extincta a Accusação, mas prosegue com a Justiça, como nos crimes públicos até final Sentença. Ord. l. 5. tit. 25. § 5. Esta differença parece não ter outro fundamento, que a indevida extensão que se fez a esse caso da ficção de Direito de que pela Litis-contestação se fórma hum quasi contrato, cuja ficção nunca teve lugar nos crimes. Coccej. d. Disput. de *obligat. hered. ex delicto defuncti*. sect. 4. n. 26. Meilo Freir. *Inst. Jur. Crim. Lusit.* tit. 10. § 7. Not.

(2) Ord. l. 5. tit. 122. § 5. tit. 130. § 3. l. 1. Cod. de Sentent. pass. l. fin. Cod. de general. abolit. O Perdão do delicto não deve conceder-se senão por huma grande e justa causa. Thomas. *Dissert. de Jur. aggratiand. Princip. in caus. homicid.* c. 2. § 9. Filangieri. *Scienz. della legislazion.* p. 4. c. 57.

(3) Ord. l. 3. tit. 130. pr. e § 1. l. 7. § 2. D. de accusat. l. 2. Cod. eod. l. 6. § 4. D. naut. caupon. Bochner. *Elem. Jurispr. Crim.* sect. 1. § 355. São porém necessarios tres requisitos: I. Que a Sentença fosse dada, segundo a fórma das Leis. II. Que a absolvição não fosse por colusão. III. Que fosse dada a Sentença por Juiz competente. Ord. l. 5. tit. 130. pr. e § 1. l. 4. Cod. de accusat. l. 3. § 1. D. de pravaricat. Ant. Matth. l. 48. Dig. tit. 19. c. 1. n. 5. c. 2. n. 2. Futtman. *Elem. Jur. Crim.* l. 2. c. 23. § 973. Not. (a). Exceptua-se: I Se o Réo foi punido no Foro Ecclesiastico com penas Ecclesiasticas, porque póde pelo mesmo crime ser punido no Foro Secular com penas temporaes. Pereir. de *Man. Reg.* c. 10. n. 12. Peg. ad Ord. l. 2. tit. 3.

§ 319.

A Prescrição tem lugar a respeito de todos os crimes (1).

§ 320.

Deve a Prescrição ser contínua, e não interrompida (2).

§ 321.

Então produz effeito a Prescrição se tem decorrido o termo legal (3).

§ 322.

pr. Gloss. 2. n. 12. II. Quando a mulher casa com aquelle com quem em vida do marido foi por este accusada de adulterio, porque então ainda que houvesse sido absoluta pôde ser de novo accusada por qualquer do Povo. Ord. l. 5. tit. 25. § 10. Novel. 134. c. 12.

(1) Lauterbach. Disputat. 61. de *Crimin. præscript.* § 12. Puttman. *Elem. Jur. Crim.* l. 2. c. 27. § 1053. Matth. de *Crimin.* l. 48. D. tit. 19. c. 4. n. 10. O Juiz nas Causas Criminaes deve lançar mão da Prescrição ainda que o Réo a não allegue em sua defeza. Antonel. de *tempor. legali.* l. 2. c. 82. n. 2. Decian. *Tract. Crim.* l. 3. c. 37. n. 3. e 4. Lauterbach. d. Disputat. de *Crimin. præscript.* Proem. n. 8. thes. 25. n. 1. (§ 211. Not.) Exceptuão-se os delictos que sempre durão como o do parto supposto l. 19. § 1. D. ad leg. Cornel. de fals. e o da Apostasia. L. 4. Cod. de Apostat. Strych. de *Action. forens.* sect. 3. membr. 2. axiom. 5. n. 13. et 17.

(2) Ord. l. 4. tit. 79. § 1. Farinac. *Prax. Crim. de Inquisit.* qu. 10. n. 28. Começa porém a Prescrição do dia do delicto commettido. L. 29. § 7. D. ad leg. Jul. de adulter. Jul. Clar. *Prætic. Crim.* qu. 51. vers. *sed quero*; e nos delictos reiterados do tempo do ultimo acto Puttman. *Elem. Jur. Crim.* l. 2. c. 27. pag. 519. Lauterbach. Disput. 61. tom. 1. de *Crimin. Præscript.* thes. 15. n. 20.

(3) Regularmente os crimes prescrevem por vinte annos.

§ 322.

O Perdão do Principe exime o Réo do número dos culpados (1), excepto: 1. Se houve ob-

Aa

re-

Ord. l. 1. tit. 84. § 23. tit. 96. § 2. l. 3. D. de requir. vel absent. damnd. l. *querela* 12. Cod. ad leg. Cornel. de fals. l. 13. p. D. de divers. et tempor. præscript. Phæb. p. 1. Dec. 53. n. 7. Barbos. ad l. 3. Cod. de præscript. 30. vel 40. ann. n. 213. com tanto porém que o Réo ande á face da Justiça por todo este espaço de tempo. Barbos. *Castig.* ad Ord. l. 5. tit. 122. § 4. n. 105. Lauterbach. Disput. 61. tom. 1. de *Crimin. præscript.* thes. 26. n. 5. Mas os delictos da carne prescrevem por cinco annos. L. 29. § 6. D. ad leg. Jul. de adulter. l. 5. Cod. eod. Farinac. de *Inquisit.* qu. 10. n. 15. Boehmer. *Elem. Jurispr. Crim.* sect. 1. c. 20 § 341. et 342. Hommel. *Rapsod.* obs. 453. n. 3. Isto entende-se para excluir a Devessa geral, e a Accusação simples sem Querela. Ord. l. 1. tit. 96. § 2. l. 5. tit. 117. § 1. não a Devessa especial ou a Querela, que se limitão ao termo de hum anno. Ord. l. 5. tit. 23. § 2. tit. 30. § 3. tit. 117. § 1. excepto o caso do estupro se a Queixosa he menor pelo beneficio da restituição d. tit. 23. § 2. Phæb. p. 2. ar. 139. Esta disposição he especial, porque em regra não tem lugar a Restituição nas Causas Criminaes. Phæb. d. ar. 139. excepto a respeito dos termos do Processo. Phæb. p. 2. ar. 149. O Peculato entre os Romanos extingua-se por cinco annos. l. *peculatus*. l. D. ad leg. Jul. peculat. Mas como este crime he punido hoje da mesma sorte que o furto, prescreve por vinte annos segundo a regra geral. Puttman *Elem. Jur. Crim.* l. 2. c. 27. § 1048. Not. (a) A Acção de injúria extingue-se por hum anno. § 4. Inst. de perpet. et temporal. action. l. 5. Cod. de injur. Strych. de *Action. forens.* sect. 3. membr. 3. axiom. 3. n. 2. Lauterbach. *Colleg. Theoretico-Prætic.* ad tit. de de Injur. § 37. Este anno he útil, e não continuo. Anton. Govean. *Variar. Lection.* c. 10. Matth. de *Crimin.* l. 47. D. tit. 4. c. 1. n. 17. Lauterbach. d. loc. § 38. d. Disput. de *Crimin. præscript.* thes. 14. n. 16.

(2) Ord. l. 5. tit. 122. § 5. l. 10. Cod. de sentent. pass. l. *fin.* Cod. de general abolit. Strych. Disput. de *Abolition. Princip.* Lauterbach. Disput. de *Jure Aggratiandi.* O Perdão Régio he ou ge-

resão, ou subresão (1). II. Ou faltou Audiencia de Parte (2).

zel ou especial. A fôrma do Perdão geral pôde ver-se em Ferreir, tom. 2. c. 4. pag. 49. O Perdão da Parte extingue o procedimento Criminal nos crimes particulares. Nos públicos só pôde influir para a minoração da pena. Costumão exceptuar-se do Perdão Régio os crimes atrozes enunciados na Ord. l. 1. tit. 3. § 9. Regimento do Desembargo do Paço. § 18. e 19. Ord. l. 5. tit. 52. § 2. tit. 53. pr. tit. 54. pr. tit. 116. Lei de 13 de Janeiro de 1607. Decreto de 16 de Julho de 1672. Cabed. p. 1. Dec. 75. Portug. de *Donat. Reg.* l. 2. c. 18. Entre nós assim o Perdão como a commutação das penas se expedem pelo Tribunal do Desembargo do Paço. Ord. l. 1. tit. 3. § 8. Regim. do Des. do Paço. § 18. Decret. de 27 de Maio de 1645. Decr. de 6 de Junho de 1752. Veja-se João Pinto Ribeiro. Lustre ao Des. do Paço. c. 3. Peg. ad Ord. l. 1. tit. 3. § 8. Gloss. 17.

(1) Ord. l. 2. tit. 43. l. 4. Cod. si contra jus. Mend. p. 2. l. 5. c. 1. n. 78. Oppondo-se Embargos de obresão e subresão á Provisão do Perdão Régio. devem remetter-se ao Tribunal donde se expedio a Graça. Alv. de 30 de Outubro de 1751. Ainda sem opposição de Parte não vale o Perdão Régio em quanto se não julga conforme á culpa. Ord. l. 5. tit. 130. § 3. e pôde apesar d'elle ser o Réo prezo. Phæb. p. 1. ar. 123. Deve apresentar-se a Provisão do Perdão ao Juiz da culpa para pronunciar sobre elle. Ord. l. 5. tit. 122. § 5. e 6. Pôde julgar-se a conformidade do Perdão á culpa por dous Juizes ainda que a Sentença fosse proferida por seis. Costa nos *Estilos da Casa da Supplicação* pag. 210 vers. *Perdão*. Peg tom. 1. ad Ord. l. 1. tit. 1. § 47. gloss. 142. n. 64. Reportor. das Ord. tom. 4. pag. 98. Ediq. de Coimbr. Não costuma o Principe perdoar senão a pena ultima aos Réos condemnados; e se substitue a esta pena a do degredo ou carcere perpétuo.

(2) Ord. l. 5. tit. 130. § 1. c. 3. Regularmente o Principe não perdoa sem o Perdão da Parte, ainda que o possa fazer de poder pleno, e absoluto. Ord. l. 1. tit. 3. § 9. l. 5. tit. 116. pr. l. fin. Cod. de abolit. Phæb. p. 2. ar. 184. Isto se entende do Perdão da Parte offendida não da que sómente accusa como pessoa do Povo. Portug. de *Donat. Reg.* l. 2. c. 18. n. 15. Não.

va:

vale o Perdão da mulher casada a quem o marido posto que ausente não authorisa. Phæb. p. 2. ar. 151. O Perdão do Principe nunca extingue o direito da Parte offendida para a satisfação civil. Ord. l. 1. tit. 98. l. 4. tit. 67. § fin. Laurea Dec. 26. n. 13. porque duas acções nascem sempre de qualquer delicto huma para a pena, e outra para o interesse, e não se destroe huma pela outra. Grot. de *Jur. Bell. et Pac.* l. 2. c. 17. n. 1. et 22.

INDICE ALFABETICO.

- A**bsolver se deve antes o culpado, que condemnar o innocente no estado de colisão, ou de dúbida, § 160. Not.
- Actos do Processo, sua divisão, § 107.
- Accusador como pessoa do Povo deve caucionar com fiança as custas do Processo, § 257.
- Accusador calumnioso he condemnado nas custas em dobro ou tresdobro, nas perdas e danos, e em pena extraordinaria, § 257. Not.
- Accusador que não comparece nas Audiencias he lançado da Accusação, § 99. Not.
- Accusador que foi lançado da Accusação pôde requerer a admissão dentro de dez dias, § 99. Not. § 122. Not.
- Accusador ainda depois do segundo lançamento pôde ajudar a Justiça, § 99. Not. § 122. Not.
- Accusador, na falta delle he a Accusação tomada por parte da Justiça, § 95. Not.
- Accusadores sendo muitos de hum só delicto, deve a Accusação formalizar-se em hum só Processo, § 101. Not.
- Accusados não podem ser os impuberes, ou os furiosos, e mentecaptos, § 97. Not.
- Accusar podem o Réo os parentes do morto dentro do quarto grão, § 114. Not.
- Accusação o que seja, § 95.
- Accusação dos crimes como se praticava no principio da Monarquia, § 26. Not.
- Accusação, que requisitos devem preceder-lhe, § 98.
- Accusação não he permittida a todos nem em todos os casos, § 96.
- Accusação a quem he permittida, § 97.
- Accusação não se admitte sem preceder Querêla nos crimes públicos, § 94. Not.

Accusação a quem compete no caso de morte, § 97. Not.
 Accusação não pôde começar sem o Réo estar prezo, affiançado, ou seguro, § 94. Not.
 Accusação contra o Ausente não era permittida por Direito Romano, § 301. Not.
 Accusação contra o Ausente quando tem lugar, § 300.
 Accusação contra o Ausente quando pôde ser intentada pela Parte queixosa, § 302.
 Accusação contra o Ausente quando he permittida á Justiça, § 301.
 Accusação da Justiça em que delictos não tem lugar, § 297.
 Accusação deve ser pessoal, e não feita por Procurador, § 99.
 Accusação quando pôde ser feita por Procurador, § 100.
 Accusação toma-se pela Justiça quando a Parte não comparece, e he lançada, § 122. § 296.
 Accusação prosegue pela Justiça no caso do adulterio fallando o marido depois de ter contestado a causa, § 297. Not. § 318. Not.
 Accusação não prosegue contra os herdeiros, § 318. Not.
 Adicionamento não se pôde fazer da contrariedade depois da Réplica, nem desta depois da Tréplica, § 144.
 Admoestações Canonicas precedem á Correccção Ecclesiastica pelo crime de mancebia, § 5. Not.
 Aggravando-se de se denegar a vista da Provisão que manda proceder a Devassa extraordinaria, não se conhece do Aggravo, § 17. Not.
 Aggravar pôde a todo o tempo o Réo que está prezo, § 60. Not.
 Aggravar pôde o Queixoso do Juiz não pronunciar o Réo, § 60. Not.
 Aggravar não pôde o Réo que não está prezo, affiançado ou seguro, § 60. Not.
 Aggravo de Petição, ou Instrumento compete da concessão ou denegação da Carta de Seguro, § 69.
 Aggravo de Petição ou Instrumento compete da concessão ou denegação da Homenagem, § 74. Not.
 Aggravo da injusta Pronuncia pôde o Réo interpôr estando prezo, affiançado, ou seguro, § 60. Not.

Agg

Aggravo de Petição ou Instrumento compete do desprezo ou recebimento dos Artigos de Immunidade, § 64. Not.
 Aggravo de Petição ou Instrumento compete do despacho que decreta a prisão, ou a soltura, § 61. Not.
 Aggravo de Petição ou Instrumento compete quando o Juiz coarcta ou excede o termo da dilação, § 150. Not.
 Aggravo de Petição ou Instrumento compete da denegação do Termo de benevivendo, § 316. Not.
 Aggravo da injusta pronuncia interpõe-se não só do Juiz que pronuncia, mas do que sustenta a pronuncia, § 60. Not.
 Aggravo da injusta pronuncia deve interpôr-se dentro de dez dias contados da apresentação da Carta de Seguro, ou do Alvará de Fiança, § 60. Not.
 Aggravo no acto do Processo compete do desprezo ou recebimento da Excepção, não sendo a de incompetencia, § 128.
 Aggravo no acto do Processo compete do desprezo dos artigos de contraditas, § 196. Not.
 Ajudador da Justiça, que faculdades ou direitos tenha, § 122. Not.
 Ajudador da Justiça sendo o Réo absoluto paga as custas e he punido, sendo achado em calumnia, § 122. Not.
 Ajudar a Justiça não pôde a Parte que deo Perdão, § 122. Not.
 Allegação final o que seja, § 233.
 Allegação final, qual deve ser o seu objecto, § 233.
 Allegação final, o que deve observar-se acerca da sua forma, § 235. Not.
 Allegações finaes não são da sustancia do Processo, § 234.
 Aleijão he caso de Querrela, posto que não concorram no-
 doas ou pizaduras, § 30. Not.
 Alemães, qual seja o seu Juiz competente, § 8. Not.
 Almotaceria, não ha algum privilegio que isente da Jurisdicção deste Juizo, § 8. Not.
 Alçadas, quaes erão os seus objectos, § 15. Not.
 Alsada tem a Relação do Porto privativa quanto aos crimes, § 273. Not.
 Alvará de Fiança o que seja, § 82.

AL

Alvará de Fiança regularmente se concede aos Réos presos, § 82. Not.
 Alvará de Fiança algumas vezes se concede aos Réos soltos, e em que circumstancias, § 82. Not.
 Alvará de Fiança em que casos se não concede, § 86.
 Alvará de Fiança só exime da prisão até á Sentença da superior Instancia, § 84. Not.
 Alvará de Fiança a quem compete a sua prorrogação, § 83. Not.
 Alvará de Fiança concede-se no caso de denuncia de armas defezas, não concorrendo a achada, e apreensão dellas, § 86. Not.
 Alvará de Fiança precede á sua concessão Informação do Juiz da culpa, § 85.
 Alvará de Fiança pôde ser embargado no transito da Chancellaria, e ainda depois de ter transitado, § 83. Not.
 Alvará de Fiança não são suspensivos da Graça os Embargos a elle oppostos, § 83. Not.
 Alvará de Fiança em que casos se quebra, § 87.
 Appellar deve o Juiz de seu officio ainda que a Parte não appelle, § 249. § 272.
 Appellar em que casos deve o Juiz de seu officio, § 272. Not.
 Appellar deve o Juiz por parte da Justiça quando concede a Immunidade, § 64. Not.
 Appellar deve o Juiz por parte da Justiça quando não pronuncia o Réo que está prezo, § 60. Not.
 Appellar deve o Juiz por parte da Justiça da Sentença dada no Processo contra o Ausente, § 304.
 Appellar he licito não só ao Réo, mas aos parentes a favor delle, e ainda mesmo aos estranhos, § 271. Not.
 Appellação o que seja, § 270.
 Appellação por via de regra tem sempre lugar nas Causas Criminaes, § 271.
 Appellação em que casos não tem lugar, § 273.
 Appellação deve ser interposta dentro de dez dias, § 274.
 Appellação deve ser atempada, e expedida para o Juizo superior com citação das Partes, § 275.
 Appellação estando pendente nada se pôde innovar, § 279.

Ap-

Appellação deve fazella expedir a Parte que tiver interesse, § 277. Not.
 Appellação para o Juizo della sobem os proprios autos ficando o traslado no Juizo inferior, § 276. Not.
 Appellação para o Juiz della sobem os autos na Corte sem ficar traslado, pagando-se sómente o Terço ao Escrivão, § 276. Not.
 Appellação he commua a huma, e outra Parte, § 280. Not.
 Appellação, o Juizo della pôde pronunciar o Réo que o Juiz inferior não pronunciará, mas deve na inferior Instancia correr o livramento, § 276. Not.
 Appellação regularmente vai para os Ouvidores do Crime, § 281.
 Appellações vão dos Conselhos de Guerra para o Conselho da Justiça, § 281. Not.
 Appellações, não havia Tribunal dellas no principio da Monarquia, § 270. Not.
 Appellações das Comarcas de Lagos, Tavira, e Faro vão para a Junta da Justiça do Reino do Algarve, § 281. Not.
 Appellações nos casos de erros de officio em que se procede por Devassa vão ao Juiz da Chancellaria, § 281. Not.
 Appellações nos casos de erros de officios de Fazenda vão aos Juizes dos Feitos da Fazenda, § 281. Not.
 Appellações nos casos de jogos prohibidos ou uso de armas curtas vão aos Corregedores do Crime da Corte, § 281. Not.
 Appellações nos casos de uso de outras armas, e em todos aquelles em que ha applicação para a Real Coroa vão aos Juizes da Coroa, § 281. Not.
 Arbitrio do Juiz deve regular-se pelas disposições de Direito, § 56. Not. § 59. Not. § 242. Not.
 Acção hypothecaria compete ao Author a respeito dos bens que o Réo aliena depois do delicto, § 293. Not.
 Acções derivão-se duas de qualquer delicto, § 422. Not.
 Attestações não fazem prova, § 189. Not.
 Auditores foram abolidos, § 8. Not.
 Avocar pôde o Juiz da Devassa a culpa da Querrela não estando ja preventa a Jurisdicção, § 28. Not.

Bb

Avo.

Avocar pôde o Juiz. que fez prender o Réo a culpa que pelo mesmo caso se lhe formou em outro Juizo, § 10. Not.

Avocatorio não tem lugar depois de haver a Parte que o requer consentido no Juizo, § 10. Not.

Auto de habito e tonsura quando deve fazer-se, § 61. Not.
Auto de Querêla deve ser assinado pelo Juiz, e pelo Queixoso, § 38. Not.

Auto de perguntas deve ser assinado pelo Juiz e pelo Réo, § 215.

Author: que accusa a própria offensa não he obrigado a prestar fiança ás custas, § 257. Not.

Ausente he citado por Editos, § 300.

Ausente assinão-se-lhe os termos á revelia, § 303.

Ausente condemnado ao ultimo supplicio julga-se banido, § 305. Not.

Ausente pôde ser ouvido depois da Sentença vindo offerrecer-se á prizaõ dentro de hum. anno, e ainda depois com Provisão, § 305. Not.

Bachareis que exercem a Advocacia são em materia de Privilegios igualados aos Doutores, § 75. Not.

Banidos se julgão os ausentes condemnados ao ultimo supplicio, § 305. Not.

Bão, qual seja o seu effeito, § 305. Not.

Bens do Réo pelo delicto ficão logo hypothecados, § 293.

Bens que o Réo alienou depois da Sentença em fraude da Execução, estão sujeitos a esta ainda que se achem em poder de terceiro, § 293. Not.

Bulla da Cruzada, os Officiaes della tem Juiz privativo, § 8. Not.

Cadeia, a das mulheres deve ser separada da dos homens, § 65. Not.

Cacêias, como devão ser formadas, § 65. Not.

Calculo de Minerva não tem applicação no nosso Foro Criminal, § 250. Not.

Carcereiros se reputão os Capitães de Navios que levão presos, § 290. Not.

Ca-

Careação o que seja, § 197.

Careação quando tem lugar, § 199.

Careação conduz para averiguação de crime, § 198.

Careação, no acto della deve deferir-se o juramento aos Careados, § 200.

Careação, no acto della deve descrever-se o estado do animo das pessoas careadas, § 202.

Carta Avocatoria passa-se para vir a culpa a fim de se conceder a Carta de Seguro, § 73. Not.

Carta Citatoria expede-se para ser citado o Réo que está ausente, § 111.

Carta de Inquirição expede-se para as Justiças da Terra aonde as Testemunhas são moradoras para ahi serem perguntadas, § 191.

Carta de Seguro he o principio do Proccesso Criminal quando o Réo se livra solto, § 71. Not.

Carta de Seguro he hum remedio particular do nosso Reino, § 67. Not.

Carta de Seguro, qual seja a sua origem, § 67. Not.

Carta de Seguro difere do salvo conducto, § 67. Not.

Carta de Seguro he ou confessativa, ou negativa, § 68.

Carta de Seguro confessativa o que seja, § 68.

Carta de Seguro negativa coarctada o que seja, § 68. Not.

Carta de Seguro confessativa em que casos tem lugar, § 68. Not.

Carta de Seguro por quem he concedida, § 73.

Carta de Seguro quando se impetra, § 70.

Carta de Seguro em que casos se não concede, § 69.

Carta de Seguro qual seja o seu effeito, § 72.

Carta de Seguro dura por hum anno, § 72. Not.

Carta de Seguro, desde quando começa o tempo della, § 72. Not.

Carta de Seguro, para ter o seu devido effeito deve ser passada pela Chancellaria, § 71. Not.

Carta de Seguro quando se quebra, § 71.

Carta de Seguro concede-se nos crimes Civis dos soldados, não nos crimes Militares, § 69. Not.

Carta de Seguro negada a primeira na Relação, não se concede segunda, § 69.

Bb ii

Car-

- Carta de Seguro como, e quantas vezes se reformá, § 72. Not.
- Cartas de Seguro em que diferem das Seguranças Reaes, § 67. Not.
- Cartas de Seguro em que diferem da Fiança, § 67. Not.
- Cartas de Seguro geraes não se concedem, § 67. Not.
- Cartas de Seguro concedidas aos Réos presos não valem, § 67. Not.
- Cartas de inimizade donde tiverão origem, § 1. Not.
- Cartas Requisitorias expõem-se para as Justiças da Terra aonde existe o Réo para ali ser prezo, § 63.
- Cartas Requisitorias para a prisão do Réo, deve ir nellas inserta a culpa, § 63. Not.
- Cartas Executorias expõem-se aos Juizes do Territorio aonde o Réo existe, ou aonde são sitos os bens para a execução da Sentença, § 283. Not.
- Castigo deve seguir de perto o delicto, § 285. Not.
- Castigo tira delle a sociedade maior utilidade, que da indulgencia, § 242. Not.
- Cavalleiros das Ordens Militares quando gozão do Privilegio do Foro, § 8. Not.
- Causão de permanecer em Juizo não tem uso entre nós, § 58. Not.
- Causão como se forma o Processo della no caso da deslocação, § 69. Not.
- Causão, o Réo do crime de estupro que se livra com ella he reputado como se fora prezo ou affiançado, § 69. Not.
- Causas Criminaes como se definem, § 11.
- Causas Criminaes, sua divisão, § 12.
- Causas dos presos podem correr nas Férias humanas, § 155.
- Causas de differir a Execução quaes sejam, § 286.
- Casos de Devassa quaes sejam, § 18. Not. § 19. Not.
- Casos de Querrela quaes sejam, § 30. Not.
- Caso de Querrela não he o simples accommettimento, § 30. Not.
- Casos mixti fori quaes sejam, § 5. Not.
- Cerrezas, quantas especies ha dellas, § 156. Not.
- Certeza, qual seja bastante para se decidirem as Causas Criminaes, § 156. Not.

- Citado deve ser qualquer para o acto de que lhe pôde vir prejuizo, § 192. Not.
- Citação o que seja, § 108.
- Citação he acto sustancial do Processo, § 108. Not.
- Citação como se divide, § 109.
- Citação quaes sejam os seus requisitos, § 116.
- Citação regularmente deve ser pessoal, § 111.
- Citação deve ser feita por authoridade do Juiz, § 115.
- Citação deve ser insinuada ao citado, § 115.
- Citação deve fazer-se relação della ao Juiz por Fé do Official que a fez, § 115.
- Citação por Editos quaes sejam os seus requisitos, § 113. Not.
- Citação por Editos em que circumstancias tem lugar estando o Queixoso em parte cerra, § 113. Not.
- Citar deve o Réo a Parte Queixosa dentro de dezoito dias, § 71. Not.
- Citar pôde o Author o Réo para responder á Accusação achando-se o Réo prezo, affiançado ou seguro, § 110. Not.
- Citação faz-se no caso de morte á mulher e filhos do morto, e na sua falta aos parentes do primeiro, e segundo grão, § 114.
- Citação não he necessario fazer-se aos parentes do morto na Accusação da Justiça contra o ausente, § 300. Not.
- Citação deve fazer-se á Parte para ver jurar Testemunhas, § 192.
- Citação se faz á Parte para o seguimento da Appellação tendo decorrido seis mezes, § 277. Not.
- Citação de Editos de oito dias se faz ao Author que está ausente para o seguimento da Appellação, § 275. Not.
- Citação da Parte não he necessaria no Processo summaria de crimes capitaes, § 313.
- Citação da Parte não he necessaria quando ella se achá fóra do Reino, § 113. Not.
- Clarigo quando goza do Privilegio do Foro, § 8. Not.
- Clarigo que não tem superior no Reino, aonde responde, § 8. Not.

Clerigo pôde ser prezo em fragante delicto pela Justiça Secular, § 61. Not.
 Clerigo conservar-se na prisão em quanto se conhece da Excepção do foro, § 61. Not.
 Clerigo quando se julga competente o foro da Igreja he remittido com os autos pagas primeiro as custas, § 61. Not.
 Comparação de letras he meio muito fallivel de descobrir a verdade, § 176. Not.
 Comparecer quando devem as Partes nas Audiencias, § 99. Not.
 Conclusão o que seja, § 237.
 Conclusão, qual seja o seu effeito, § 237.
 Conclusão suppõe o Processo escrito, § 236. Not.
 Conclusão do libello nas Causas Criminaes pôde ser generica, § 119. Not.
 Concubinato he crime meramente secular, § 5. Not.
 Condemnado ninguem deve ser sem estar confesso, ou convencido, § 248. Not.
 Confissão o que seja, § 164.
 Confissão, quaes sejam os seus requisitos, § 166.
 Confissão como se divide, § 165.
 Confissão em que casos se não attende, § 167.
 Confissão feita com erro não prejudica provado o erro, § 167. Not.
 Confissão feita perante Juiz incompetente diz-se extrajudicial, § 165. Not.
 Confissão feita na Carta de Seguro não basta para a final condemnação, § 167.
 Confissão feita em hum Juizo não prova em outro, § 166. Not.
 Confissão deve reduzir-se a Termo nos autos, § 170.
 Confissão por si só não basta para a final condemnação, § 168.
 Confissão he a melhor das provas, § 168.
 Confissão quando faz plena prova nas Causas Criminaes, § 169.
 Confissão do Réo em tormentos não deve aceitar-se, § 207.
 Confissão ficta bem como a expressa não basta por si só para a final condemnação, § 216. Not.

Con-

Confissão feita pelo menor sem authoridade do Tutor ou Curador he nulla, § 170. Not.
 Confissão nas Causas Criminaes pôde aceitar-se em parte, e rejeitar-se em parte, § 171.
 Confiscação de bens incorrem nella os condemnados em morte natural, ou civil, § 8. Not.
 Conhecimento criminal em que consiste, § 13.
 Conjecturas, quaes devão ser para formarem o corpo do delicto nos crimes de facto transeunte, § 34. Not.
 Conselho de Guerra o que seja, § 8. Not.
 Conselho de Guerra como se forma, § 8. Not.
 Contestação o que seja, § 130.
 Contestação como se divide, § 131.
 Contrabandos, qual seja o Juiz competente para conhecer deste crime, § 8. Not.
 Contrabandos, qual seja a forma do seu Processo, § 307. Not.
 Contraditas podem pôr-se ás Testemunhas findas as dilacões mas antes da publicação, § 195.
 Contraditas quaes sejam as relevantes, § 196. Not.
 Contraditas, assina o Juiz termo breve para prova dellas quando relevão, § 196.
 Contraditar-se quando podem as proprias Testemunhas, § 195. Not.
 Contraditas se devem pôr perante o Juiz a quem se delega pela Carta de Inquirição o perguntar as Testemunhas, § 191. Not.
 Contraditas quando se offerecem, não pôde logo a causa ser sentenciada, § 196. Not.
 Contraditadas não podem ser as Testemunhas com que se provão as contraditas, § 196. Not.
 Contrariedade o que seja, § 133.
 Contrariedade como se divide, § 134.
 Contrariedade nas Relações he recebida por Acordão á vista da culpa, § 72. Not. § 137.
 Contrariedade não relevando, o Juiz assina termo para se formar outra, § 72. § 138.
 Contrariedade, ao tempo do offerecimento della pôde reformar-se a concessão do seguro, § 72. § 138. Not.

Con-

Contrariedade deve ser articulada, § 135.
 Contrariedade negativa quando pôde provar-se, § 134. Not.
 Contrariedade quando deve ser offerecida, § 136.
 Contrariedade he recebida em Audiencia, § 137.
 Contrariedade nos casos graves que se tratão nas Relações, quantos votos sejam necessarios para o seu recebimento, § 137. Not.
 Corpo de delicto he a base de todo o Procedimento Criminal, § 48.
 Corpo de delicto não pôde ser supprido pela confissão da Parte, § 48.
 Corpo de delicto quando falta, todo o Procedimento he nullo, § 48. Not.
 Corpo de delicto requer-se ainda nos Procêssos verbaes, § 48. Not.
 Corpo de delicto devem nelle especificar-se todas as circumstancias que acompanhão o crime, § 48. Not.
 Corpo de delicto como se fôrma, § 49.
 Corpo de delicto attesta o facto, mas nem sempre attesta o crime, § 52. Not.
 Corpo de delicto só prova o delicto, porém não mostra o delinquente, § 53.
 Corpo de delicto fôrma-se por conjecturas legitimas nos casos que não deixão vestigio permanente, § 51.
 Corpo de delicto nos crimes de facto permanente fôrma-se com assistencia de Peritos, § 50. Not.
 Corpo de delicto como se fôrma no caso de estupro, § 50. Not.
 Corpo de delicto no caso de furto com arrombamento requer a inspecção ocular, § 51. Not.
 Corpo de delicto he difficil de verificar-se no crime de veneno, § 50. Not.
 Corregedores do Crime da Corte não tirão Devassa, § 23. Not.
 Corregedores do Crime da Corte são os Juizes competentes para conhecerem dos crimes dos Magistrados actuaes, § 8. Not.
 Corregedores do Crime da Corte podem mandar vir Testemunhas à Corte, § 191. Not.
 Corregedores do Crime da Corte conhecem por Appellação

ção dos crimes de jôgos prohibidos, e de uso de pistolas, § 281. Not.
 Corregedores do Crime da Corte conhecem das culpas dos prezos que vem em levas, se ainda se não achão sentenciadas, § 281. Not.
 Corregedores do Crime da Corte conhecem por Appellação das Devassas em que o Juiz não pronuncia, e apella, § 281. Not.
 Co-Rêos de hum só delicto devem ser accusados em hum só procêssos quando se livrão com a Justiça, § 101.
 Co-Rêos do delicto gozão do beneficio da divisão quanto às custas, § 258. Not.
 Crimes que provados merecem pena de morte natural ou civil, a quem pertence o seu conhecimento, § 8. Not.
 Culpa deve formar-se ao Réo prezo em oito dias sendo caso de Devassa, e sendo de Querêla em dous, § 62. Not.
 Curador deve nomear-se ao menor, § 224.
 Custas Criminaes o que sejam, § 255.
 Custas Criminaes como se dividem, § 256.
 Custas pessoaes o que sejam, § 256.
 Custas pessoaes quando tem lugar, § 256. Not.
 Custas pessoaes como se computão, § 256. Not.
 Custas da Devassa podem exigir-se do Réo logo que elle he pronunciado, § 258. Not.
 Custas da Querêla passão aos herdeiros assim do Accusador como do Réo, § 260.
 Custas, o dobro, ou tresdobro dellas não passa para os herdeiros, § 260. Not.
 Custas, o pagamento dellas he hum dos meios de evitar os delictos, § 255. Not.
 Custas dos Réos prezos pobres são pagas pelo Real Erario por metade, § 261.
 Damno não se pôde deduzir em Juizo por Querêla, § 37. Not.
 Defeza o que seja, § 209.
 Defeza he causa pública, § 211. Not.
 Defeza he natural, e não pôde ser tirada, § 210. Not.
 De-

Dezeza, a sua prova devêra fazer-se ao mesmo tempo que a da Accusação, § 213. Not.
 Dezeza he privilegiada, § 214.
 Dezeza a quem compete allegaça, § 211.
 Dezeza deve ser supprida pelo Juiz nas Causas Criminaes ainda quanto ao facto, § 211. Not.
 Dezeza como se prova, § 213.
 Dezeza tem lugar a respeito de todos os crimes, § 210.
 Dezeza donde se deduzem os principios della, § 215.
 Dezeza admittte-se ainda depois da publicação das provas, e da Sentença, § 210. Not.
 Degredo quaes sejam as suas differentes especies, § 290. Not.
 Degredo da Corte como se entende, § 290. Not.
 Degredo he sempre acompanhado com pregão em Audiencia, § 290. Not.
 Degredo se entende perpétuo quando na Sentença se não declara tempo certo, § 290. Not.
 Degredo para Galés não pôde ser por menos de dous annos, nem para o Brasil por menos de cinco, § 290. Not.
 Degredo de Galés, Angola, e Brasil não se commuta, § 290. Not.
 Degredo findo o tempo delle passa-se Certidão do seu cumprimento para por Sentença se haver por cumprido, § 291.
 Degredados antes de irem cumprir o degredo não são ouvidos, § 290. Not.
 Degredados se antes de findo o tempo do degredo sahem delle, se lhes dobra o tempo, § 292.
 Degredados não são os Estrangeiros para as Colonias do Reino, 290. Not.
 Delinquentes tornão-se pelo delicto subditos territoriaes do districto em que o commetterem, § 6. Not.
 Delictos porque modos se indagação no nosso Reino, § 14.
 Delictos podem provar-se por Instrumentos, e em que casos, § 173. Not.
 Delicto, delle nascem duas Acções huma para a pena, e outra para o interesse, § 322. Not.

De-

Denuncia o que seja, § 43.
 Denuncia em que casos tem lugar, § 44.
 Denuncia em que delictos he expressamente facultada, § 44. Not.
 Denuncia em que differe quando he expressamente facultada de quando o não he senão genericamente, § 45.
 Denuncia nos casos em que he expressamente facultada pelas Leis confunde-se com a Quercia dada por Pessoa do Povo, § 45. Not.
 Denuncia nas Causas Summarias Civeis não deve confundir-se com a Denuncia Criminal, § 46.
 Denunciante não pôde ser Testemunha contra o Accusado, § 47.
 Denunciante calumnioso he condemnado nas custas, perdas, e damnos como se tivesse querelado, § 47.
 Denunciar não pôde aquelle que não pôde querelar, § 47.
 Depoimentos das Testemunhas são necessarios para qualificar o corpo de delicto, § 52.
 Depór não he obrigado o Réo nem o Author nas Causas Criminaes, § 172.
 Despacho do reparo do Aggravo da injusta Pronuncia tem força de Sentença definitiva, § 60. Not.
 Deepza de qualquer acto da Causa deve fazella a Parte que nelle interessa, § 261. Not.
 Devassa o que seja, § 15.
 Devassa era ignorada dos Romanos, § 15. Not.
 Devassa donde tem origem, § 15. Not.
 Devassa como se divide, § 16.
 Devassas geraes em que casos devem tirar-se, § 18. Not.
 Devassas geraes a quem incumbe a obrigação de tirallas, § 23.
 Devassas geraes em que tempo devem terminar-se, § 20.
 Devassas especiaes quando devem começar, § 21.
 Devassas especiaes em que casos devem tirar-se, § 19. Not.
 Devassas especiaes, a quem incumbe a obrigação de tirallas, § 24.
 Devassas assim geraes como especiaes só podem ser tiradas nos casos expressos, § 17.

Cc ii

De-

Devassas de quantas Testemunhas se compõe, § 22.
 Devassa geral pôde tirar-se ainda sem precederem indícios, § 18. Not.
 Devassa quando he nulla, § 25.
 Devassa posto que seja nulla pôde revalidar-se nas Relações em casos graves, § 17. Not.
 Devassa para se tirar nos casos não expressos nas Leis, he necessario especial Decreto, § 17. Not.
 Devassa segunda não pôde tirar-se do mesmo caso sem Provisão Régia, § 19. Not.
 Devassa he da competencia do Juiz do districto aonde o delicto foi commettido, § 7. Not.
 Devassa devem tiralla os Juizes por si mesmos, e não commettêlla a outrem, § 23. Not.
 Devassa tirão os Juizes de Fôra, e Ordinarios das Terras que são Portos de mar das prezas, e reprezas feitas aos inimigos, § 24. Not.
 Devassa tiravão dantes os Ouvidores das Terras de Donatarios aonde não entravão os Corregedores, § 23. Not.
 Devassas quando se trasladão para se ajuntarem aos autos de livramento só vão insertos os juramentos das Testemunhas que fazem cargo ao Réo, § 232. Not.
 Desembargadores são isentos de comparecer pessoalmente quando accusão, § 100.
 Desembargadores tem Privilegio do Foro nas Causas Criminaes, § 8.
 Desembargo do Paço no mesmo dia em que se profere Sentença de morte consulta sobre ella ao Principe como Tribunal de Graça, § 286. Not. § 312. Not.
 Dia de apparecer não tem lugar nas Causas Criminaes, § 277.
 Dilação o que seja, § 147.
 Dilação dá-se para differentes objectos, § 148.
 Dilação para prova de quantos dias seja, § 149.
 Dilação he de natureza peremptoria, § 150.
 Dilação não pôde ser coarctada, ou excedida pelo Juiz, § 150. Not.
 Dilação finda a da Terra pôde pedir-se para fôra, § 151.
 Dilação para fôra com que requisitos se concede, § 151. Not.
 Di-

Dilação para fôra nas Causas Criminaes he sempre suspensiva se o Réo a requer, § 151. Not.
 Dilação em que casos se reformá, § 150.
 Dilação não começa a correr antes de ser intimada ás Partes, § 152.
 Dilação, pendente ella nada se pôde innovar, § 153.
 Dilação, he citado o Solicitador da Justiça para a ver correr quando a Accusação se faz por parte da Justiça, § 152. Not.
 Dilação he commua a huma, e outra Parte, § 152.
 Distribuição quando deve fazer-se, § 10. Not.
 Distribuidos são os Procêssos de Appellação nas Causas Criminaes, § 281. Not.
 Dôlo se presume nas cousas que de si mesmo são más, § 176. Not.
 Dávida quando existe a respeito do delicto, não se deve proceder á condemnação, § 160.
 Editos na Accusação contra o Ausente são de dous mezes, § 300. Not.
 Editos para se intimar ao Ausente a Sentença Condemnatoria são de oito dias, § 304. Not.
 Embargo do Réo na prizão não tem lugar quando esta he illegitima, § 61. Not.
 Embargos o que sejam, § 262.
 Embargos como se dividem, § 263.
 Embargos, donde trazem a sua origem, § 262. Not.
 Embargos forão desconhecidos nos primeiros tempos da Monarquia, § 262. Not.
 Embargos de obresão, e subresão devem remetter-se ao Tribunal donde se expedia a Provisão, § 322. Not.
 Embargos não se admittem ao Acordão que denega a Carta de Seguro, § 69. Not.
 Embargos segundos posto que sejam de restituição não se admittem ao Assento da Visita, § 315. Not.
 Embargos em que tempo devem formar-se, § 266.
 Embargos passado o termo legal para elles concedido cobrão-se os autos executivamente, § 266. Not.
 Embargos de restituição se admittem ao Réo prezo nos crimes que se fazem summarios nas Relações, § 312.
 Em-

Embargos quem conhece delles depois de estar a Causa appellada de officio do Juiz, ou pela Parte, § 265.
 Embargos oppondo-se á Sentença remetem-se em tres dias aos Juizes que a Sentença derão, § 295.
 Embargos oppostos na Chancellaria não podem addicionar-se, nem admittem Réplica, ou Tréplica, § 264. Not.
 Enfermos são isentos de comparecerem nas Audiencias, § 99. Not.
 Erros de Officio, quem seja o Juiz competente para conhecer delles, § 8. Not.
 Erros do Processo podem supprir-se nos casos graves nas Relações antes da Sentença, § 158. Not.
 Escrivães são obrigados a fazer logo concisas á Relação as Devassas de casos de morte, que lhes são remettidas, § 8. Not.
 Escrivão que mostra as Inquirições antes da publicação incorre nas penas dos que descobrem o segredo da Justiça, § 229. Not.
 Escusador pôde ser mandado pelo Réo á Audiencia, § 99. Not.
 Escusador admite-se ao Ausente, e não Procurador, § 303. Not.
 Escusador, o que lhe he licito a favor do Ausente, § 303. Not.
 Espada, qual seja a sua marca legal, § 273. Not.
 Estrangeiros não são degradados para as Colonias do Reino, § 250. Not.
 Exame de sanidade deve fazer-se nos termos finaes da Causa no caso de ferimentos, ou contusões, § 50. Not.
 Exame de sanidade, como se procede a respeito delles, § 273. Not.
 Exame de sanidade, como se fará estando o Queixoso ausente, § 50. Not.
 Excepção o que seja, § 125.
 Excepção como se divide, § 126.
 Excepção não tem lugar depois da litis-contestação, § 127.
 Excepção declinatoria em que casos não tem lugar, § 126. Not.
 Excepção de suspeição, quando deve ser proposta, § 126. Not.

Ex-

Excepção de ordens, como se procede a respeito della, § 126. Not.
 Excepções pôde o Réo deduzir antes de responder ao Libello, § 124.
 Execução deve corresponder exactamente ao julgado, § 284.
 Execução não deve differir-se, mas appressar-se, § 285.
 Execução de Sentença Criminal que condemna em pena pecuniaria, processa-se como nas Causas Civeis, § 293.
 Execução da pena corporal faz-se em lugar público, § 287.
 Execução não se faz da pena corporal contra os Réos fallidos nem contra os furiôsos, § 294.
 Execução da pena capital não se faz nos nobres sem primeiro se dar parte ao Principe, § 286.
 Execução de Sentença que condemna o Réo á morte não se faz no lugar em que o Principe reside sem primeiro se lhe dar parte, § 286. Not.
 Execução de Sentença Capital pôde suspender-se por Aviso da Secretaria de Estado, § 286. Not.
 Exemplo deve-se aos moradores do lugar em que foi commetido o delicto, § 6. Not.
 Extrema-Unção não se dá aos Réos condemnados em pena ultima, § 287. Not.
 Falidos, quem conhece deste crime, § 8. Not.
 Falidos, como se procede no Juizo delles, § 307. Not.
 Falsidade he crime diverso do Perjurio, ou Testemunho falso, § 86. Not.
 Falsidade quem conhece deste crime, § 8. Not.
 Familiar do Ministro público que for achado sem insignia ao tempo da prisão, a quem deve ser apresentado, § 61. Not.
 Férias humanas, correm dentro dellas as Causas dos presos, e dos que se livrão com Alvará de Fiança não tendo Parte, ou consentindo esta, § 155. Not.
 Feridas pequenas em que não ha coiro e carne cortada não são objecto de Quercia, § 30. Not.
 Ferimento simples o que seja, § 273.
 Fiador Criminal só se obriga até á final Sentença, § 88. Not.

Fia-

Fidór Criminal he obrigado a pagar toda a condemnação do seu affiançado, § 82. Not.
 Fidór Criminal, porque modos se dissolve a sua obrigação, § 88.
 Fidór Criminal deve-se ir desobrigar ao Juizo das Fianças dentro de quarenta dias, § 88. Not.
 Fidór não se desobriga sendo a Sentença proferida fóra do tempo do Alvará, § 88. Not.
 Fidór se desobriga pela prizão do Réo, § 82. Not.
 Fiança Criminal o que seja, § 82.
 Fiança he hum dos modos de se relaxar a prizão, § 81.
 Fiança por quem he passado o Alvará della, § 82.
 Fiança qual foi a sua origem, § 81. Not.
 Fiança, quem a concedia antigamente, § 81. Not.
 Fiança, quem a concede presentemente, § 82.
 Fiança para se conceder, que requisitos precedem, § 85.
 Fiança em que casos se nega, § 86.
 Fiança a quem se concede regularmente, § 82. Not.
 Fiança ás custas, emenda, e satisfação, a falta della annulla a Queréla de Pessoa do Povo, § 29. Not.
 Fiança não se exige na Queréla quando esta he dada pela Parte offendida, § 38. Not.
 Fiança ás custas, emenda, e satisfação a que fim tende, § 38. Not.
 Fiança ás custas, emenda, e satisfação, em que casos a Parte offendida he obrigada a prestalla, § 38. Not.
 Fiança ás custas, emenda, e satisfação pôde prestar-se em quanto não se oppõe a nullidade da falta della, § 29. Not.
 Fiéis Carcereiros o que sejam, § 81. Not.
 Fiéis Carcereiros, como se fórma o Procésso da soltura de baixo da causão delles, § 81. Not.
 Filho natural do nobre he isento da pena vil, § 282. Not.
 Fisco succede em todas as acções do Confiscado, § 8. Not.
 Fisco he obrigado a pagar as dividas do Confiscado dentro das forças da successão, § 8. Not.
 Fisco quando succede ao Réo Confiscado não usa dos seus Privilegios, § 8. Not.
 Folha corrida preparão-se com ella os autos para a conclusão

ção se o Réo está preso e lhe he Parte a Justiça, ou se accusa o Author como Pessoa do Povo, § 236. Not.
 Folha para que fim se deve correr, § 236. Not.
 Folha corrida não he necessaria quando o Author accusa a propria offensa, § 83. Not. § 236. Not.
 Folha, porque Juizos se deve correr, § 83. Not.
 Folha corrida não he necessaria aos Réos que se livrão seguros, ou com homenagem, ou que se achão em custodia, ou aos affiançados quando tem Parte que os accuse, § 83. Not.
 Foro Criminal o que seja, § 5.
 Foro Criminal, como se divide, § 5. Not.
 Foro privilegiado ou he em razão da pessoa, ou da causa, § 8.
 Fragante delicto, até onde se estende esta noção, § 62. Not.
 Furto qualificado o que seja, § 273. Not.
 Furtos simples e industriosos, ainda que o seu valor exceda a marco de prata, e os Réos destes crimes tenham Parte, pôdem ser objecto das visitas, § 315. Not.
 Hipoteca tem a Parte offendida nos bens do Ausente por crime que provado obriga a prizão, § 90. Not.
 Homem não vive só para si, mas para o Estado, § 212. Not.
 Homenagem o que seja, § 74.
 Homenagem qual foi a sua origem, § 74. Not.
 Homenagem, quem a concede, § 77.
 Homenagem, quem a pôde ampliar, § 78.
 Homenagem a quem compete, § 75.
 Homenagem não compete aos moradores do Algarve, não tendo outra qualidade privilegiada, § 75. Not.
 Homenagem em que casos deixa de ter lugar, § 76.
 Homenagem, como se fórma o seu Procésso, § 74. Not.
 Homenagem como se quebra, § 79.
 Homenagem, qual seja o effeito do seu quebramento, § 80.
 Homenagem quebrada não se restitue sem Graça especial, § 79. Not.

Homenagem não se concede aos que exercem officio mecânico, § 75. Not.

Immuniade o que seja, § 64. Not.

Immuniade em que crimes tem lugar, § 64. Not.

Immuniade, quem a concede, § 64. Not.

Immuniade, como se faz o seu Processo, § 64. Not.

Immuniade he concedida aos Réos que se acolhem á Igreja para não serem presos, § 64.

Immuniade Civil a quem compete, § 64. Not.

Indicio o que seja, § 54.

Indicio proximo o que seja, § 55.

Indicio remoto o que seja, § 55.

Indicios proximos quaes sejam, § 55. Not.

Indicios remotos quaes se digão, § 55. Not.

Indicios não bastão para a final condemnação, § 55. Not.

Indicios quantos bastem para a pronuncia, he arbitrario ao Juiz, § 56.

Indicios. se desvanecem por provas, ou indicios contrarios, § 56. Not.

Indicios pouca cheção á classe das provas, § 53. Not.

Indicios para se attenderem he preciso que cada hum delles se prove ao meos por duas Testemunhas contestes, § 56. Not.

Indicio hum só não prejudica ao Réo, § 56.

Infames que pessoas se reputão, § 186. Not.

Inglezes preferem no privilegio do Foro aos Moedeiros, e aos mais privilegiados Nacionaes, § 8. Not.

Inglezes no concurso do seu privilegio com o posterior de outra qualquer Nação tem sempre a preferencia, § 8. Not.

Injúrias verbaes como se processão, § 316.

Injúria porque tempo prescreve, § 321. Not.

Injúria, ou damno não se deduzem em Juizo por Querêla, § 37. Not.

Inquirição de Testemunhas tirada em virtude de Carta de Commissão remette-se o Instrumento della com os juramentos das Testemunhas fechados ao Juizo donde emanou a Carta, § 151. Not.

Inquirições estão em segredo antes da Publicação, 229. Not.

Ín-

Inquirições vão abertas ao Author para arrasoar a final, § 232. Not.

Inspecção ocular quando he necessaria para o corpo de delicto, § 50.

Instrumento o que seja, § 173.

Instrumento como se divide, § 174. e § 175.

Instrumento público faz prova plena, § 176.

Instrumento público quando deixa de ter fé, § 177.

Instrumento particular quando faz prova, § 176.

Instrumento referente não prova sem o referido, § 178.

Intento quando he punido, § 30. Not.

Interpretação deve fazer-se em exclusão do crime, § 160. Not.

Interpretação na dúvida deve seguir-se a mais benigna a favor do Réo, § 142. Not.

Judiciaes como se fazem as Testemunhas, § 136. Not.

Judiciaes, este termo quando, e como se assina, § 193. Not.

Judiciaes não he necessario fazerem-se as Testemunhas nos Processos summarios, § 213.

Judiciaes não he necessario fazerem-se as Testemunhas no Processo contra o Ausente, § 303. Not.

Juiz do Foro do domicilio pôde conhecer do delicto por meio de Querêla, § 7.

Juiz Criminal só pôde conhecer dos objectos civis incidentemente, § 4. Not.

Juiz quem he o competente para a Execução da Sentença Criminal, § 283.

Juiz das Falsidades quem seja, § 8. Not.

Juiz dos Privilegiados do Santo Officio quem seja, § 8. Not.

Juiz dos Officiaes, e Privilegiados da Bulla da Cruzada quem seja, § 8. Not.

Juiz quem he o competente para conhecer dos crimes da Repartição do Proto-Medicato, § 8. Not.

Juiz de India e Mina de que casos devassa, § 24. Not.

Juiz da Chancellaria de que casos pôde devassar, § 24. Not.

Juiz competente para conhecer dos crimes pertencentes ao

- Corço, e outros da Repartição do Almirantado quem seja, § 8. Not.
- Juiz do Fisco de que casos devassa, § 24. Not.
- Juiz dos Falidos de que casos devassa, § 24. Not.
- Juiz competente dos Religiosos quem seja, § 8. Not.
- Juiz da Chancellaria pôde conhecer das causas de erros de officio por Appellação, § 281. Not.
- Juiz das Fianças quem seja, § 88. Not.
- Juiz das Causadas conhece privativamente das Causas desta repartição, § 8. Not.
- Juiz Conservador da Companhia geral da Agricultura dos vinhos do Alto-Doito, de que casos devassa, § 24. Not.
- Juiz Secular conhece da Excepção da competencia do Foro Ecclesiastico, § 8. Not.
- Juiz dos Cavalleiros não conhece da questão da Immuni-
dade ainda que o Réo seja Cavalleiro de algumas das
Ordens, § 64. Not.
- Juiz deve pessoalmente ouvir os Réos, e não por meio de
secados, § 62. Not.
- Juiz não pôde ser mais benigno que a Lei, § 242. Not.
- Juiz deve julgar segundo as provas, § 241.
- Juiz não pôde coarctar, ou exceder o termo taxado pela
Lei, § 150. Not.
- Juiz pôde perguntar as Testemunhas de seu Officio depois
da Publicação, § 237.
- Juiz pôde de seu Officio perguntar de novo as Testemu-
nhas depois da conclusão, § 238. Not.
- Juiz appella por parte da Justiça quando não pronuncia o
Réo que está prezo, § 60. Not.
- Juiz pôde ser condemnado em custas quando condemna o
Réo por impericia, ou por dolo, § 257. Not.
- Juiz que executa a Sentença Capital he sempre diverso da
quelle que a deo, § 284. Not.
- Juizes Ordinarios decidem as Causas de Crimes não Ca-
pitaes com Appellação para os Ouvidores do Crime, §
252.
- Juizes se discordão na Sentença sobre crimes de pena de morte
são chamados mais dous por forma que a decisão seja
sempre vencida por quatro votos conformes, § 310.

- Juizes que votão sobre os Artigos de contraditas ficão sen-
do certos para a decisão final, § 196. Not.
- Juizes quantos devem ser para julgarem o Perdão por con-
forme, § 322. Not.
- Juizes que derem a final Sentença de degredo são os com-
petentes para conhecer do crime do quebramento d'elle,
§ 292. Not.
- Juizes são sempre necessarios seis quando o delicto prova-
do merece pena de morte natural, ou civil, ou corria-
mento de membro, § 310. Not.
- Juizo Criminal o que seja, § 2.
- Juizo Criminal, quantas pessoas o constituem, § 3.
- Junta da Justiça do Reino do Algarve conhece das Appel-
lações das Causas Criminaes das Comarcas de Lagos,
Tavira, e Faro, § 281. Not.
- Juramento de calumnia tem só lugar nas Querélas, e De-
nuncias, § 163. Not.
- Juramento suppletorio não tem lugar nas Causas Criminaes,
§ 163. Not.
- Juramento decisorio não tem lugar nas Causas Criminaes,
§ 163. Not.
- Juramento purgatorio nunca teve uso no nosso Foro, §
163. Not.
- Jurisdicção Criminal o que seja, § 4.
- Jurisdicção Criminal he separada da Civil, § 4. Not.
- Jurisdicção Criminal quando he cumulativa, § 10.
- Jurisdicção Civil quando se separou da Militar, § 1. Not.
- Justiça que previne o crime he preferivel á Justiça que o
pune, § 316. Not.
- Justiças Ecclesiasticas não podem decretar a prisão con-
tra pessoas leigas antes da Sentença, § 5. Not.
- Justiças Ecclesiasticas não podem executar as suas Senten-
ças sem implorarem o auxilio do Braço Secular, § 5.
Not.
- Libello o que seja, § 118.
- Libello, qual seja a sua forma substancial, § 119.
- Libello deve ser escrito, § 121.
- Libello deve offerecer-se no termo designado na citação, § 121.

Libello inepto não deve ser recebido, § 120. Not.
 Libello, no petitorio delle pôde unir-se a pena pública, e o interesse particular, § 119. Not.
 Litis-contestação o que seja, § 130.
 Litis-contestação como se divide, § 131.
 Litis-contestação que effeitos produz, § 132.
 Livramento dos Réos prezos pobres não deve demorar-se, § 65. Not.
 Livrar se não pôde algum Réo sem fazer citar a Parte para o accusar querendo, § 110.
 Meios legitimos ordinarios da prova quaes sejam, § 163.
 Menores que excedem a vinte annos de idade são nos crimes reputados maiores, § 97. Not.
 Menores, compete-lhes a restituição contra a confissão em que forão lesos, § 224. Not.
 Menores, nomêa-se-lhes Curador no acto das Perguntas, posto que tenham Tutor, ou Curador aos bens, § 214. Not.
 Moedeiros, em que termos lhes compete o Privilegio do Foro, § 8. Not.
 Moradores do desuicto de diversa Relação podem accusar por Procurador os Réos prezos, § 100.
 Morte natural contrapõe-se á civil, § 8. Not.
 Morte aonde se faz menção della simplesmente, se entende a natural, § 8. Not.
 Mortos civilmente quaes se digão, § 8. Not.
 Mulheres são isentas de comparecer nas Audiencias prestando fiança, § 100.
 Negativa absoluta he de difficil prova, § 134. Not.
 Nodas leves que não são inchadas, ou sanguentas, ou contusas não são caso de Querêla, § 30. Not.
 Notoriedade não he prova sufficiente do delicto, § 163. Not.
 Nullidades, os ruios que as contém se revalidão subindo ás Relações nos casos graves, § 158. Not.
 Nullo he todo o Processo quando he nulla a Querêla, § 42. Not.

Nul-

Nullo he todo o Processo quando he nulla a Devassa, § 25. Not.
 Officiaes, e familiares do Santo Officio tem Privilegio de Foro, § 8. Not.
 Officios de Juiz, e Escrivão não se podem unir na mesma pessoa, § 3. Not.
 Ordem legitima estabelecida no Juizo Secular deve observar-se no Juizo Ecclesiastico, § 5. Not.
 Ordens de prisão devem ser assinadas pelo Juiz, § 62. Not.
 Ordens de prisão devem levar declarados os nomes das pessoas que hão de ser prezos, § 62. Not.
 Orfãos não gozão do Privilegio do Foro nas Causas Criminaes, § 8. Not.
 Onvidor da Alfandega de que casos devassa, § 24. Not.
 Pai repura-se a mesma pessoa que o filho, § 211. Not.
 Pai pôde defender o filho sem Procuração deste, § 211. Not. § 303. Not.
 Pais gozão da nobreza dos filhos, § 75. Not.
 Peculato he hoje punido como o furto, § 311. Not.
 Pena deve commensurar-se com o delicto, § 242. Not.
 Penas vis, que pessoas são dellas escusas, § 282. Not.
 Penas vis quaes sejam, § 282. Not.
 Penas vis como se mudão aos nobres, § 282. Not.
 Penas pecuniarias, não deve o Réo ser condemnado nellas para o Author que foi lançado da Accusação, § 243. Not.
 Penas pecuniarias applicadas para a Camara Real aonde se entregão, § 289. Not.
 Penas pecuniarias applicadas á Arca da Piedade aonde se entregão, § 289. Not.
 Penas do Termo quebrado como podem pedir-se, § 316. Not.
 Penas pecuniarias applicadas para despesas da Relação depois de pagas não se repetem ainda que se revogue a Sentença, § 289. Not.
 Penas de confiscação como se arrecadão, § 289. Not.

Pen

Penas convencionaes passão para os herdeiros, § 38. Not.
 Penas de Polé, e marca nas costas estão em desuso, § 315. Not.
 Perdão do delicto não deve conceder-se sem huma grande e justa causa, § 318. Not.
 Perdão Régio extingue o crime, § 322.
 Perdão Régio não extingue o direito da Parte, § 322. Not.
 Perdão Régio regularmente não se concede sem Perdão da Parte, § 322. Not.
 Perdão da Parte deve ser expresso, e constar por Termo judicial, ou Escritura, § 273. Not.
 Perdão Régio a que delictos se não estende, § 322. Not.
 Perdão Régio não aproveita se houve obresão, ou subresão, § 322.
 Perdão Régio por onde se expede, § 322. Not.
 Perdão Régio não tem o seu devido effeito sem se julgar por conforme, § 322. Not.
 Perdão Régio quando he da ultima pena se lhe substitue regularmente o degredo perpétuo, § 322. Not.
 Perdoar pôde o offendido a sua offensa fazendo-o gratuitamente, § 95. Not.
 Perguntas por quem devem ser feitas, e aonde, § 218.
 Perguntas pôdem-se fazer ao Réo em qualquer estado da Causa, § 216.
 Perguntas judicizes, devem no acto dellas intervir dous Escrivães, § 217.
 Perguntas, no acto dellas não deve o Réo estar em ferros, § 220.
 Perguntas quando se fazem ao Réo, não se lhe defere o juramento, § 223.
 Perguntas, nellas não se deve usar de suggestões, § 221.
 Perguntas em quanto não findão, he o Réo conservado em segredo, § 219.
 Perguntas judiciaes devem fielmente escrever-se, e ler-se depois ao Réo, § 222.
 Perguntas não contém segredo para o Author, ou para o Réo que se acha prezo, ou affiançado, § 227. Not.
 Precatorio he necessario para as Causas Criminaes dos Caval-

valleiros das Ordens Militares se remetterem ao seu foro, § 8. Not.
 Pregão na Audiencia sempre acompanha o degredo, § 290. Not.
 Pregão na Audiencia não he pena vil, § 290. Not.
 Prender pôde qualquer Official Militar, ou soldado o delinquente em fragante delicto, § 62. Not.
 Prender pôde qualquer pessoa o delinquente em fragante delicto entregando-o dentro de vinte quatro horas á Justiça, § 62. Not.
 Prescripção quando começa, § 39. Not. § 320. Not.
 Prescripção em que circumstancias tem lugar, § 321. Not.
 Prescripção qual he o seu termo legal, § 321. Not.
 Prescripção dos delictos da carne de quanto tempo seja, § 321. Not.
 Prescripção tem lugar regularmente a respeito de todos os delictos, § 319.
 Prescripção deve ser continuada, e não interrompida, § 320.
 Prescripção deve o Juiz lançar mão della ainda que a Parte não a allegue em sua defeza, § 319. Not.
 Prescripção não tem lugar nos delictos que sempre durão, § 319. Not.
 Pretiores quem erão em Portugal no princípio da Monarquia, § 1. Not.
 Prevenção em que casos tem lugar, § 10. Not.
 Prezo em custodia não corre Folha, nem paga carcera-gem, nem se lhe forma auto de habito, e Lousura, § 61. Not.
 Prezo em fragante delicto deve ser apresentado ao Juiz antes de ir para a cadeia, § 62. Not.
 Prezo não pôde ser reuido no segredo por mais de cinco dias, § 62. Not.
 Prezo quando pôde ser o Réo antes da culpa formada, § 62. Not.
 Prezo ninguem deve ser sem ordem do Magistrado, § 62. Not.
 Prezo não deve ser carregado de ferros senão em crimes gravissimos, § 65. Not.

Privilegiados quanto ao foro quaes sejam, § 8.
 Privilegio do Foro em que casos cessa, § 9. Not.
 Privilegio do Foro Clerical em que casos não aproveita, § 8. Not.
 Privilegio dos Estudantes de Coimbra he igual ao das viúvas e pessoas miseráveis, § 8. Not.
 Privilegio dos Officiaes, e Familiares do Santo Officio prefere ao dos Moedeiros, § 8. Not.
 Privilegio do Foro tem os Estrangeiros Vassallos das Nações Alliadas, § 8. Not.
 Privilegio dos Ingleses estende-se a todas as Causas ainda as qua não procedem de Mercancia, § 8. Not.
 Privilegio dos Desembargadores nos crimes em que casos cessa, § 8. Not.
 Privilegio dos Moedeiros continua com as viúvas, § 8. Not.
 Privilegio concedido em razão do Officio não compete senão durante o actual exercicio, § 8. Not.
 Privilegio cessa quando o Privilegiado renuncia a elle expressa, ou tacitamente, § 9. Not.
 Privilegio da Causa prevalece ao da pessoa, § 9. Not.
 Privilegio superveniente á Causa não muda a competencia do Juizo, § 9. Not.
 Prisão para que fim foi introduzida, § 65.
 Prisão cessa no caso de seguro, § 66.
 Prisão relaxa-se nos casos da Homenagem, e da Fiança, § 66.
 Prisão he ás vezes applicada como pena, § 65. Not.
 Prisão, procede-se a ella quando o Réo se acha pronunciado, § 61.
 Prisão, não a podem decretar as Justicas Ecclesiasticas contra pessoas leigas antes da Sentença, § 5. Not.
 Processo Criminal o que seja, § 1.
 Processo Criminal tinha no principio da Monarquia huma forma Militar, § 1. Not.
 Processo Criminal actual como se formou, § 1. Not.
 Processo he ordinario, ou summario, § 102.
 Processo ordinario o que seja, § 104.
 Processo ordinario he Accusatorio, ou Inquisitorio, § 105.
 Pro-

Processo ordinario de que actos se compõe, § 106.
 Processo ordinario quando tem lugar, § 103.
 Processo summario o que seja, § 306.
 Processo summario quando tem lugar, § 307.
 Processo summario como se forma, § 308. Not.
 Processo summario prefere-se nelle Sentença logo depois da Audiencia do Réo, § 309.
 Processo da Appellação qual seja a sua forma, § 276.
 Processo Criminal quando prosegue contra os herdeiros, § 318. Not.
 Processos summarios de crimes capitaes devem terminar-se dentro de seis mezes, § 314.
 Processos summarios quantos são os votos dos Juizes que os sentencião, § 310.
 Processo Militar qual seja a sua forma, § 307. Not.
 Processo Criminal regularmente extingue-se com a morte, § 318.
 Processo qual seja a sua forma no Juizo do Proto-Medicato, § 8. Not.
 Processo em que não se nomêa Curador ao menor he nullo, § 224. Not.
 Processo da Appellação nos Crimes Militares perante o Conselho de Justiça qual seja a sua forma, § 307. Not.
 Procurador não he admittido nas Causas Criminaes, § 99. Not.
 Promotor faz as vezes de Author, § 298.
 Promotor não pôde ser mandado pelo Corregedor do Crime da Corre por si só, mas só por Acordão, ou em Audiencia, § 298. Not.
 Promotor aonde o não ha, o Escrivão faz as suas vezes, § 298. Not.
 Promotor deve accusar todos os Réos ainda que sejam muitos no mesmo Processo, excepto se elles se quizerem apartar, § 298. Not.
 Promotor que actos não pratica, § 299.
 Promotor não paga as custas, § 258. Not.
 Pronuncia o que seja, § 58.
 Pronuncia do Réo, o que para ella seja necessario, § 59.
 Pronuncia do Réo de que modos se pôde fazer, § 58. Not.
 Ee ii P. J.

Pronuncia, deve preceder-lhe cabal informação do delicto, § 59.
 Pronuncia, não bastão para ella indícios remotos, § 59. Not.
 Pronuncia, não basta para ella hum só testemunha, § 59. Not.
 Pronuncia, pôde proceder-se a ella logo que da Devassa resulta prova sufficiente, § 60.
 Pronuncia, deve preceder-lhe prova tal que obrigue a alguma pena, § 59. Not.
 Prorogação da Jurisdição em que casos tem lugar, § 10. Not.
 Proto-Medicato, neste Juizo a Pronuncia não obriga á prisão mas á causão, § 61. Not.
 Prova o que seja, § 156.
 Prova como se divide, § 157.
 Prova he hum acto de indispensavel necessidade, § 156. Not.
 Prova nos delictos não segue os apices de Direito, § 158.
 Prova do delicto a quem incumbe a obrigação della, § 159.
 Prova deve ser plena, e clara para a final condemnação, § 158.
 Prova incumbe a quem affirma, não a quem nega, § 159. Not.
 Prova imperfeita não he mais que huma presumpção, § 161. Not.
 Prova semiplena o que seja, § 157. Not.
 Prova semiplena não basta para a imposição das penas do delicto, § 161.
 Prova deve ser tanto mais clara quanto mais atroz for o delicto, § 162.
 Prova da defeza devêr fazer-se ao mesmo tempo que a da Accusação, § 213. Not.
 Provas semiplenas, e imperfeitas não pôdem ajuntar-se para fazerem prova perfeita, e plena, § 161. Not.
 Provas, quando ha colisão dellas, não se deve proceder á condemnação, § 160.
 Provedores como taes não tem Jurisdição Criminal, só sim como Contadores, § 8. Not.

Pro.

Provisão de Dispensa da Lei para accusar, ou defender-se por Procurador, concede-se pelo Desembargo do Paço, § 99. Not.
 Provisão que tira hum das Partes para accusar, ou defender-se aproveita á outra Parte, § 99. Not.
 Publicação o que seja, § 229.
 Publicação he acto substancial do Processo, § 230.
 Publicação, quaes sejão os seus effeitos, § 231.
 Publicação se omitta no caso de sodomia, § 230. Not.
 Qualidade accrescentada á confissão he regeitada nas Causas Criminaes, mas só para a imposição da pena extraordinaria, § 171. Not.
 Queixoso he obrigado a seguir a Accusação, § 95. Not.
 Queixoso que não prova a sua Querêla he condemnado nas custas, perdas, e damnos, § 42. Not.
 Queixoso sendo achado em calumnia he punido extraordinariamente, § 42. Not.
 Queixoso não provando a sua Querêla dentro de vinte dias, fica a Accusação á Justiça, § 39. Not.
 Queixoso não assina com sinal de Cruz nem outra pessoa a seu rogo, § 38. Not.
 Queixoso não sendo pessoa conhecida do Escrivão deve apresentar em Juizo hum Testemunha do seu reconhecimento, § 38. Not.
 Querêla o que seja, § 26.
 Querêla o que deve conter, § 38.
 Querêla em que casos tem lugar, § 30. Not.
 Querêla he arbitraria á Parte, § 28. Not.
 Querêla qual seja a sua fórmula, § 26. Not.
 Querêla em que differe da Denuncia, § 27.
 Querêla em que differe da Devassa, § 28.
 Querêla não se perime pela Devassa, § 28. Not.
 Querêla como se divide, § 29.
 Querêla da Parte offendida em que differe da Querêla da Pessoa do Povo, § 29. Not.
 Querêla deve dar-se dentro de hum anno, § 39.
 Querêla só pôde dar-se nos casos expressos, § 30.
 Querêla pôde ser dada em qualquer Juizo, § 7.

Que.

- Querêla deve ser dada pessoalmente, § 40.
 Querêla em que casos pôde ser dada por Procurador, § 40. Not.
 Querêla são casos della todos os que o são de Devassa, § 30. Not.
 Querêla segunda do mesmo delicto não tem lugar, § 41.
 Querêla de Pessoa do Povo em que casos he prohibida, § 33. § 34.
 Querêla em que crimes cessa a sua prohibição, § 35.
 Querêla em que casos só pôde ser dada pela Parte offendida, § 37.
 Querêla a sua prohibição ou he absoluta, ou relativa, § 32.
 Querêla em que casos deve precisamente preceder á Accusação, § 31. Not.
 Querêla em que circumstancias he nulla, § 42.
 Querêla sendo nulla, torna todo o Processo nullo, § 42. Not.
 Querêla para se receber de feridas ou nodoas, he preciso que dellas conste por Fé do Escrivão, ou Exame judicial de Peritos, § 37. Not.
 Querêla dando-se de caso que he de Devassa, remette-se o traslado do auto para por elle se devassar no Juizo do districto, § 28. Not.
 Querêla como pessoa do Povo quando pôde ter lugar no crime de adulterio, § 37. Not.
 Querelar podem todos os que não são prohibidos, § 31.
 Querelar em que casos não podem as mulheres, filhos, e libertos dos maridos, pais, e patronos, § 36.
 Querelar não querendo a Parte offendida pôde usar da Accusação ordinaria, § 31. Not.
 Querelar os que não podem da offensa propria podem com tudo vindicar por Acção ordinaria a sua affronta, § 36. Not.

Reconvenção não tem lugar nas Causas Criminaes criminalmente intentadas, § 129. Not.

Recursos nas Causas dos Privilegiados de Malta para onde competem, § 8. Not.

Re-

- Recursos nas Causas Criminaes dos Lentes, e Estudantes de Coimbra para onde competem, § 8. Not.
 Recursos do Juiz dos Privilegiados da Bulla para onde competem, § 8. Not.
 Recurso das Causas Criminaes dos Ingêzes qual seja, § 8. Not.
 Religiosos quem he o seu Juiz competente, § 8. Not.
 Remessa da culpa deve fazer-se por meio de Precatorio, § 8. Not.
 Remessa da culpa deve fazer-se logo á Relação do districto nos casos de morte, § 8. Not.
 Remessa da culpa em que casos deve fazer-se sem ficar traslado, § 8. Not.
 Rendeiros Fiscaes em que caso lhes compete o Privilegio do Foro, § 8. Not.
 Rendeiros Fiscaes quem são os seus Juizes competentes, § 8. Not.
 Rendeiros Fiscaes quando, e por ordem de quem podem ser prezos, § 8. Not.
 Renuncia da defeza he sempre revogavel, § 212.
 Réo na falta de prova da parte do Accusador he absoluto, § 159.
 Réo em quanto se não acha prezo, affiançado, ou seguro não he ouvido, nem se lhe admite Excepção, nem se lhe recebe Aggravo, § 110. Not.
 Réo basta que negue o delicto para não ser condemnado sem legitima prova, § 159. Not.
 Réo he absoluto na dâvida, ou na colisão de provas, § 160.
 Réo não deve ficar sujeito a dous livramentos diversos pelo mesmo crime, § 28. Not.
 Réo não pôde ser retido no segredo por mais de cinco dias, § 61. Not. § 219. Not.
 Réo deve apresentar-se com a Carta de Seguro dentro de dezoito dias, § 71. Not.
 Réo que se livra como seguro a que está sujeito, § 58. Not.
 Réo pôde requerer a admissão depois do quebramento do Seguro dentro de quinze dias, § 71. Not.

Réo-

Réo que tem Carta de Seguro, posto que passada por Juiz incompetente concede-se-lhe tempo para se segurar legitimamente, § 71. Not.

Réo seguro em caso de morte não pôde entrar no lugar do delicto, § 71. Not.

Réo não pôde comparecer nas Audiencias com armas, § 71. Not.

Réo não sabendo escrever assina com o sinal de cruz, § 225. Not.

Réo em que casos não he obrigado a comparecer, § 71. Not.

Réo não pôde comparecer por Procurador sem Provisão de dispensa, § 71. Not.

Réo que se livra seguro, affiançado, ou com homenagem se não comparece ao offercimento do libello, se lhe quebra o seguro, fiança, ou homenagem, e he recolhido á cadeia pública, § 123.

Réo depois do lançamento pôde requerer a admissão dentro de quinze dias, § 123. Not.

Réo deve defender-se pessoalmente, e não por Procurador, § 99. Not.

Réo não pôde renunciar a sua defeza, § 212.

Réo ainda depois da conclusão he admittido nas Causas Criminaes a provar a sua defeza, § 238.

Réo he absoluto ainda que da sua parte nada prouve não provando o Accusador, § 159. Not.

Réo para ser condemnado basta que esteja legitimamente convencido ainda que não esteja confesso, § 248. Not.

Réo que não comparece com a contrariedade na segunda Audiencia se lhe quebra o seguro, homenagem, ou fiança com que se livra, § 136. Not.

Réo segue o Foro do lugar do delicto, § 6.

Réo deve requerer que se abra a conclusão querendo dar depois della provas da sua defeza, § 238. Not.

Réo aonde ha Foro privilegiado segue o Foro do Privilegio, § 9.

Réo quando pôde ser segunda vez accusado pelo mesmo crime, § 318. Not.

Réo

Réo, nem por isso que foge se deve reputar confesso, § 303. Not.

Réo no Procêssó summario deve ser ouvido em termo breve, § 308.

Réo se não responde ás Perguntas judiciaes he havido por confesso, § 226.

Réo affiançado he reputado verdadeiro prezo, § 84.

Réo affiançado que he condemnado em degredo para fóra do Reino, deve ser recolhido á cadeia para della ouvir a Sentença da ultima Instancia, § 84. Not.

Réo paga as custas quando lhe he Parte a Justiça, ou quando vence o Accusador, § 258.

Réo que não tem bens para pagar as custas nem por isso he obrigado á prisão, § 259.

Réo que excede a idade de vinte annos he nos delictos havido por maior, § 97. Not.

Réo que se livra seguro deve para poder ser ouvido com Embargos pagar primeiro a pena pecuniaria das despesas da Relação, § 264. Not.

Réo prezo, ou affiançado pôde logo embargar a Sentença antes de pagar as despesas da Relação, § 264. Not.

Réo prezo não he solto por virtude do Alvará de Fiança, sem este se julgar por conforme á culpa, § 83.

Réo prezo pôde ser solto em Férias por despacho do Regedor antes de se julgar por conforme o Alvará de Fiança, § 83. Not.

Réo que occulta dolosamente os bens em fraude da Execução pôde ser prezo, § 293. Not.

Réo prezo condemnado somente em pena pecuniaria he logo solto assinando termo de pagar melhorando de bens, § 293. Not.

Réo que se livra com Alvará de Fiança não he recolhido á cadeia senão quando se proferir Sentença no Juizo da superior Instancia, § 84. Not. § 138. Not.

Réo condemnado á morte pôde dispor da Terça de seus bens em obras pias, § 253.

Réo condemnado á força se cahir vivo por quebrar a corda, ou por outro incidente he sempre enforcado, § 284. Not.

Ff

Réos

Réos, sendo muitos podem livrar-se no mesmo Procêssou ou em separado, prevalecendo a escolha da Parte que se quer separar, § 101. Not.

Réos prezos no districto da Casa da Supplicação nella mesma são sentenciados, § 6. Not.

Réos nas Causas Criminaes são isentos de Dizima, § 254.

Réos que se livrão seguros continua-se-lhes vista para arrasoarem a final com as Inquições, e Razões da Parte cerradas, e selladas, § 232. Not.

Réos que se livrão pela Misericordia não pagão mais que metade das custas, e salarios, § 261. Not.

Réos prezos pobres não se lhes deve demorar o livramento por falta de pagamento dos salarios, § 261.

Réos são remetidos de Concelho em Concelho á sua custa para irem cumprir das cadeias de Lisboa os seus degredos, § 290.

Réos degredados para as Terras do Reino são soltos assinando termo de irem cumprir os degredos dentro de trinta dias, cujo termo pôde ser prorogado, § 250. Not.

Réos condemnados á morte pelo Principe sem forma judiciaria só pôdem ser suppliciados passados trinta dias, § 286. Not.

Réos condemnados em degredo são remetidos ás Justças do lugar do Degredo com as respectivas Guias, § 290. Not.

Réos condemnados ao ultimo supplicio como são a elle conduzidos, § 287. Not.

Reperguntar-se pôdem as Testemunhas no Juizo da Appellação, § 278.

Reperguntas quaes sejam as justas causas dellas, § 278. Not.

Réplica o que seja, § 140.

Réplica faz parte do Libello, § 141.

Réplica deve offerecer-se na primeira Audiencia, § 141. Not.

Réplica não tem lugar nas Accusações que se fazem por parte da Justça, § 139. Not.

Requisitorias que vem de outros Reinos não se faz execução por ellas nos casos crimes, excepto quando ha Concordatas, e nos casos destas, § 63. Not.

Res-

Restituição regularmente não tem lugar nas Accusações Criminaes, excepto a respeito dos termos dos Procêssos, § 321. Not.

Restituição compete não só aos Réos prezos, mas também aos que se achão affiançados, ou pôstos em homenagem, § 269. Not.

Revista o que seja, § 270. Not.

Revista regularmente não se concede nas Causas Criminaes, § 270. Not.

Residencias como se procêssão, § 307. Not.

Seguro o que seja, § 67.

Seguro em que casos se quebra, § 71.

Seguro como se reforma, § 69. Not.

Seguro quando se quebra, concede-se a Carta pelo resto do tempo, § 69. Not.

Seguro o seu quebramento só tem lugar por termo nos autos, § 71. Not.

Senhor ninguém he dos seus membros, § 212. Not.

Senhor pôde defender o Escravo sem Procuração deste, § 211. Not.

Sentença o que seja, § 240. Not.

Sentença deve ser certa, e determinada, § 243.

Sentença deve ser escrita, § 244.

Sentença deve ser assinada pelo Juiz, § 244.

Sentença he nulla sendo dada por peita, § 242.

Sentença depois de proferida deve ser legitimamente publicada, § 252.

Sentença deve conter especificamente a pena que o Réo deve padecer, § 243. Not.

Sentença não deve ser dada precipitadamente, § 246.

Sentença quando se diz dada precipitadamente, § 246. Not.

Sentença he nulla sendo dada por falsa prova, § 242.

Sentença definitiva em que differe da Interlocutoria, § 240. Not.

Sentença Interlocutoria como era chamada entre os Romanos, § 240. Not.

Sentença como era dada segundo o antigo modo de processar neste Reino, § 240. Not.

Ff ii

Sen-

Sentença dada contra a Lei he nulla, § 242.
 Sentença nas Causas Criminaes não he necessario que seja conforme ao Libello, § 243.
 Sentença, devem ser nella expressas as causas da condemnação, § 247.
 Sentença dada diametralmente contra as provas dos autos, he nulla, § 241.
 Sentença condemnatoria para se proferir contra o Réo que circumstancias devem intervir, § 248.
 Sentença definitiva não pôde ser dada quando o feito vai concluso sobre Artigos de contraditas, § 196. Not.
 Sentença pôde ser embargada na Chancellaria extrahindo-a a Parte, § 268.
 Sentença se a Parte se demora na sua extracção, pôde ser citada para a extrahir em certo termo, § 268. Not.
 Sentença da primeira Instancia nas Causas Criminaes nunca passa em Julgado, § 249.
 Sentença no Juizo da Appellação nas Relações qual seja a sua forma, § 281. Not.
 Sentença por via de regra pôde ser embargada, § 264.
 Sentença não sendo de morte executa-se passadas vinte e quatro horas depois da citação do Réo, § 289.
 Sentença Criminal quando só condemna em pena pecuniaria pôde ser executada no Juizo Civil, 293. Not.
 Sentença que condemna em pena de morte deve ser intimada ao Réo para se preparar espiritualmente, § 253.
 Sentença nas Causas summarias dá-se a Execução passados tres dias, § 288. § 311. Not.
 Sentença de Absolvição que requisitos deve ter para impedir o novo conhecimento do mesmo crime, § 318. Not.
 Sentença sendo muitos os Juizes deve ser assinada pelo Relator, e por todos os que votarão, ainda os vencidos, § 245.
 Sentença de degredo não pôde extrahir-se, ou passar pela Chancellaria sem se registar o Degredo, § 290. Not.
 Sentença de morte quando se executa, § 288. § 311. Not.
 Sentença de morte não se executa no Domingo, ou dia Santo de guarda, § 288. Not.

Sen-

Sentença dada no Processo contra o Ausente se executa sem elle mais ser ouvido, excepto se vier offerer-se voluntariamente á prisão dentro de hum anno, § 305.
 Sentença regularmente não pôde ser embargada segunda vez, § 269. § 312.
 Sentenças proferidas nas Relações em casos graves, não se appella, ou aggrava dellas, mas só compete o Recurso de Embargos, § 250. Not.
 Sentenças nas Causas capitales devem ser dadas nas Relações por seis Juizes, § 250.
 Sentenças nos crimes que provados merecem pena de morte natural ou civil, ou cortamento de membro sempre são dadas pelo menos por seis Juizes, § 310. Not.
 Sentenças que condemnão em pena de açoites, ou de degredo por mais de cinco annos não se proferem sem o número de seis Juizes, § 251. Not.
 Sequestro o que seja, § 90.
 Sequestro, precede-lhe a Citação Edital, § 91.
 Sequestro, procede-se a elle nos casos graves, ou quando o Réo está ausente, § 89. § 300. Not.
 Sequestro faz-se nos rendimentos dos bens de vinculo administrados pelo Réo, § 90. Not.
 Sequestro feito que seja, consigna-se ao Réo prezo, ou que se livra com Alvará, ou seguro huma congrua para a sua sustentação, § 93.
 Sequestro, pôde a mulher do Réo oppôr-se a elle quanto a meação dos fructos, e rendimentos do casal, § 92.
 Sobre-Juizes, qual era a sua Jurisdicção, § 1. Not.
 Soldados em que casos lhes não aproveita o Privilegio do Foro Militar, § 8. Not.
 Soldados como se fará a remessa das suas culpas ao Regimento, § 8. Not.
 Soldados da Companhia da Corte da Ordem de S. João de Jerusalem gozão do Privilegio do Foro, § 8. Not.
 Solo não deve ser o Réo depois de prezo sem ordem do Magistrado, § 61. Not.
 Subscrição da pena não tem lugar no nosso Foro, § 98. Not.
 Sumario forma-se sem limitação de tempo, e sem determinação número de Testemunhas, § 308. Not.

Sum-

Sumário do uso, e achada de armas prohibidas como se processa, § 315. Not.

Superintendentes do tabaco de que casos conheção, § 24. Not.

Superior legitimo para conhecer das Appellações crimes quem seja, § 281.

Suspeito sendo o Juiz Ordinario, tambem o fica sendo o seu companheiro, § 25. Not.

Tabellião nos negocios criminaes he reputado como particular, § 176. Not.

Tenentes de que causas conhecião, § 1. Not.

Termo de estar pela culpa só tem lugar nos crimes leves em que não cabe pena afflictiva ou infamante, § 212. Not.

Termo de judiciaes não he necessario no Procêssos contra o Ausente, § 303. Not.

Termo de judiciaes não he necessario nos Procêssos summarios de crimes graves, § 313.

Termo, o ultimo dia d'elle computa-se no termo, não assim o dia em que elle se assina, § 154.

Termo não acaba em dia feriado em que o acto para que elle se assina não pôde fazer-se, § 154. Not.

Termo dos dez dias para appellar corre do dia da noticia, § 274. Not.

Termo dos dez dias começando a correr, corre de momento a momento, § 274. Not.

Termo dos trinta dias da Devassa quando pôde exceder-se, § 20. Not.

Termo dos trinta dias dado para se tirarem as Devassas he para se não exceder, não para se não abbreviar, § 20. Not.

Termo do seguimento da Appellação nas Causas Criminaes he de trinta dias, § 275. Not.

Termo de Lisboa acha-se repartido pelos Ministros dos Bairros, § 23. Not.

Termo de benevivendo quaes sejam os seus requisitos, § 316. Not.

Termo de benevivendo qual seja a sua Praxe, § 316. Not.

Ter.

Termo de benevivendo, se o Réo o quebrar, pôde-se-lhe pedir as penas do termo quebrado, § 316. Not.

Termos são peremptorios, § 146.

Testemunha o que seja, § 179.

Testemunhas da Querêla não devem exceder o número de quatro, § 38. Not.

Testemunha huma só não faz prova, § 180. Not. § 185.

Testemunha contradictoria qual seja, § 187. Not.

Testemunha varia qual seja, § 187. Not.

Testemunha pôde retratar o seu dito incontinente, e salvar a contradicção, § 187. Not.

Testemunha quem o pôde ser, § 185.

Testemuba afirmando huma só o que verosimilmente deve ser visto por muitas, se reputa falsa, § 180. Not.

Testemunhas da Querêla não devem exceder o número de quatro, § 38. Not.

Testemunhas da Querêla não podem ser substituidas por outras que não sejam as nomeadas, § 38. Not.

Testemunhas, donde pôde prover a sua prohibição, § 182.

Testemunhas inquiridas sem citação de Parte não fazem prova, § 192. Not.

Testemunhas devem individuar as circumstancias do facto, § 180. Not.

Testemunhas para prova da Querêla devem dar-se dentro de vinte dias, § 39.

Testemunhas devem dar razão concludente de sciencia, § 187.

Testemunhas produzidas fóra da Dilação não fazem prova, § 149. Not.

Testemunhas não devem ser careadas em turma, § 201.

Testemunhas devem-se conciliar, e não cavillar os seus ditos, § 187. Not.

Testemunhas nos casos graves devem ser perguntadas pelo Juiz, § 190.

Testemunhas quando podem ser os prezos, § 184. Not.

Testemunhas quando podem ser os impuheres, § 183. Not.

Testemunhas quando podem ser os escravos, § 184. Not.

Testemunhas quando podem ser os domesticos, § 186. Not.

Testemunhas quando podem ser os inimigos, § 186. Not.

Ter.

Testemunhas, deve a Parte que as produz, pagar-lhes o seu salario, § 190. Not.
 Testemunhas, porque princípios deve regular-se a fé dos seus juramentos, § 180. Not.
 Testemunhas como se fazem judiciaes, § 193.
 Testemunhas ad perpetuam rei memoriam admittent-se por parte do Accusado, § 194. Not.
 Testemunhas ad perpetuam rei memoriam não se admittent por parte do Accusador, § 194.
 Testemunhas defeituosas quanto á pessoa quaes sejam, § 186.
 Testemunhas defeituosas quanto aos seus ditos quaes sejam, § 187.
 Testemunhas que qualidades devem ter para fazerem prova, § 180.
 Testemunhas singulares não prôvão, § 185.
 Testemunhas pôdem ser as mulheres nas Causas Criminaes, § 186. Not.
 Testemunhas inhabeis ainda que muitas em número não fazem prova, § 188.
 Testemunhas de ouvida propria fazem prova em alguns crimes, 187. Not.
 Testemunhas, o defeito de humas suppre-se pela idoneidade das outras se estas são em número legitimo, § 188.
 Testemunhas como hão de ser perguntadas, § 189.
 Testemunhas para serem reperguntadas de Officio do Juiz não he citada a Parte, § 231. Not.
 Testemunhas prohibidas pela Natureza quaes sejam, § 183.
 Testemunhas prohibidas pela Lei quaes sejam, § 184.
 Testemunhas que jurão fora do articulado não merecem crédito, § 189. Not.
 Testemunhas, qual he o seu número legitimo para fazerem prova, § 180. Not.
 Testemunhas, a inquirição dellas commettem os Corregedores do Crime da Corte aos Ministros Criminaes dos Bairros, § 190. Not.
 Testemunhas absolutamente inhabeis não fazem prova nem ainda a favor da defeza, § 214. Not.

Tor:

Tormentos o que sejam, § 203.
 Tormentos, que requisitos lhes precedem, § 204.
 Tormentos tem entre nós cahido em desuso, § 203. Not.
 Tormentos, qua pessoas não devem ser nelles mettidas, § 208.
 Tormentos, deve nelles o Réo. ser perguntado sem suggestão, § 205.
 Tormentos, os Réos nelles mettidos não devem ser perguntados pelos complices do crime, § 206.
 Traslado em que casos não tem lugar, § 8. Not.
 Traslado da culpa, nelle, se são mais os culpados, se se nomêão expressamente aquelles que se livrão, § 232. Not.
 Traslado da culpa em casos de morte faz-se por inteiro, § 232. Not.
 Travesias, a quem compete devassar dellas, § 24. Not.
 Tréplica o que seja, § 143.
 Tréplica deve offerecer-se na primeira Audiencia, § 145.
 Vis não se reputão os pobres se são de honestos costumes, § 186. Not.
 Vista não se concede da Provisão que manda devassar extraordinariamente, § 17. Not.
 Viúvas compete-lhes o Privilegio do Foro nas Causas Criminaes, § 8. Not.
 Visitas a quem são incumbidas, § 315. Not.
 Visitas como se praticão, § 315. Not.
 Visitas, quaes sejam os crimes que fazem objecto dellas, § 315. Not.
 Visitas, os summarios dos crimes que dellas são objecto por quem são formados, § 315. Not.
 Visitas, a que penas pôdem extender-se as condemnações nellas feitas, § 315. Not.
 Visitas, que recurso compete das suas decisões, § 315. Not.
 Visitas, não pôdem formar-se segundos Embargos aos Assentos dellas, nem ainda por via de Restituição, § 315. Not.

E I M.

Cg.